

Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2024

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO	3
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	57
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	64
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	65
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	66
BALANÇO PATRIMONIAL	67
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	69
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	71
NOTAS EXPLICATIVAS	72
MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO.....	171
MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....	172
PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	173
MEMÓRIA DE ATIVIDADES COMITÉ DE AUDITORIA.....	174
DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	180
PLANO DE INVESTIMENTOS	180

DESTAQUES (R\$ MM) 4T24	4T24	4T23	Δ %	2024	2023	Δ %
Receita Operacional Líquida	2.844	1136	-5%	46.680	42.388	-10%
Margem Bruta	4.720	4.106	+5%	7.618	6.742	+12%
Despesas Operacionais	(129)	(108)	+11%	(4.240)	(3.997)	+6%
EBITDA	3.077	2.855	+8%	2.517	2.359	+1%
Resultado Financeiro	(1377)	(137)	+21%	(4.992)	(4.843)	+3%
Ativo Financeiro da Concessão (VNR)	582	245	+188%	1504	1222	+23%
IFRS 16 + Operações Corporativas	(343)	(396)	(+13%)	442	511	(-14%)
EBITDA Ajustado	2.838	3.006	(-6%)	1.571	1.623	0%

INDICADORES OPERACIONAIS						
Energia Injetada (GWh) (cativo + livre + GD)	22.635	22.175	+2,1%	87.218	82.411	+5,8%
Energia Distribuída (GWh) (SIN + Sistema Isolado + GD)	19.353	18.969	+2,0%	75.683	71.318	+6,1%
Número de Clientes (mil)	6.643	6.351	+2%			

Indicadores Financeiros de Dívida	2024	2023	Variação
Dívida Líquida(1)/ EBITDA(2)	3,45	3,17	0,28
Rating Corporativo (S&P)	AAA	AAA	-

(1) Dívida líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários

(2) EBITDA 2 meses

Destaques Financeiro e Operacionais:

- Crescimento de +2,1% da energia injetada, incluindo GD, no 4T24 vs. 4T23 e de 5,8% em 2024 vs. 2023;
- Despesas operacionais controladas:+2% no 4T24 vs. 4T23 e +6% em 2024 vs. 2023, se desconsiderar não recorrentes do 4T23;
- EBITDA Ajustado: R\$ 2,8 bilhões no 4T24 (-6% vs. 4T23), e R\$ 10,6 bilhões em 2024, em linha com 2023, pelos reajustes tarifários negativos na parcela B das distribuidoras e pelo fim do contrato de Termope;
- Lucro ajustado: R\$ 1.387 milhões no 4T24 (-5% vs. 4T23) e de R\$ 4.310 milhões em 2024, em linha com 2023;
- CAPEX de R\$ 9,8 bilhões em 2024, sendo R\$ 5,5 bilhões em distribuição;
- Dívida Líquida/EBITDA de 3,45x no 4T24;
- Antecipação do início do contrato de capacidade de Termopernambuco, de jun/26 para out/24;
- Êxito na operação de desinvestimento na Hidrelétrica Baixo Iguaçu com Enterprise Value de R\$ 1,4 Bi.

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Mesmo com um cenário macroeconômico e setorial desafiador, 2024 foi mais um ano de realizações importantes e resultados consistentes: a Neoenergia encerrou o ano com EBITDA de R\$ 12,5 bilhões e Lucro Líquido de R\$ 3,6 bilhões. Destaque mais uma vez para nossa disciplina de gastos, que manteve o crescimento de despesas operacionais em 6%, portanto em linha com a inflação no período e o aumento do portfólio de negócios.

Mantivemos em 2024 nossa estratégia de crescimento sustentável, baseada em um plano de qualidade robusto e disciplina na alocação de capital: nossos investimentos totalizaram R\$ 9,8 bilhões, 10% acima do ano anterior, concentrados principalmente em redes de distribuição e transmissão.

Em Distribuição, investimos mais de R\$ 5,5 bilhões, aumentando nossa base de ativos, com foco contínuo em um melhor serviço aos nossos 17 milhões de clientes e na maior resiliência de nossas redes. Anunciamos ainda um amplo e detalhado Plano de Investimentos até 2027 para nossas distribuidoras, reforçando nosso compromisso com nossos clientes e com a sociedade nas regiões onde atuamos. Sempre com o cliente no centro de nossas ações e a fim de melhorar ainda mais nosso atendimento, criamos em 2024 uma diretoria dedicada exclusivamente à Experiência do Cliente, inauguramos 37 novas lojas de atendimento presencial e fizemos melhorias em nosso APP, que agora centraliza em um único aplicativo cerca de 40 funcionalidades/serviços.

Foi ainda um ano de avanços importantes em relação ao processo de Renovação das Concessões de Distribuição, com a aprovação em junho, pelo Presidente da República, de um Decreto autorizando a renovação antecipada e definindo as principais diretrizes do novo período de concessão e a abertura em outubro pela ANEEL da Consulta Pública sobre a minuta do contrato.

Ainda no negócio de Distribuição, concluímos a Oferta Pública de Aquisição (OPA) das ações da Neoenergia Cosern na Bolsa de Valores (B3) e agora detemos 100% de participação acionária na Companhia, simplificando nossa estrutura societária e aumentando o investimento em uma distribuidora que é referência de mercado e que traz anualmente importantes resultados para o grupo, reforçando nosso compromisso em gerar valor para nossos acionistas.

Em Transmissão, investimos R\$ 4,1 bilhões e entregamos os projetos de Itabapoana, Estreito e Paraíso, além de importantes trechos de Morro do Chapéu, Guanabara e Vale do Itajaí, adicionando cerca de R\$ 300 milhões de nova Receita Anual Permitida (RAP) e fechando o ano com R\$ 1 bilhão de RAP. Com isso, vamos nos encaminhando para o fim deste ciclo de investimentos em 2025, quando atingiremos cerca de R\$ 1,9 bilhão em RAP. Vale ressaltar ainda a disciplina de capital apresentada pelo Grupo nos leilões de transmissão promovidos em 2024.

Em Renováveis, tivemos nosso primeiro ano cheio com todos os ativos em operação após o fim do ciclo de investimentos em eólica e solar, todos com índice de disponibilidade acima do planejado.

Em Liberalizados, conseguimos antecipar em 21 meses o contrato oriundo do Leilão de Reserva de Capacidade da térmica a gás Neoenergia Termopernambuco, em mais uma operação que agrega valor para os nossos acionistas e que contribui para a estabilidade do sistema energético do país.

Destacamos ainda que, a despeito de um cenário macro desafiador a partir do 2º semestre de 2024 no Brasil, a Neoenergia cumpriu seus objetivos e executou seu plano de investimentos preservando a robustez do Balanço Patrimonial e mantendo seu nível de alavancagem.

Mantivemos nosso compromisso de avançar na gestão de aspectos ambientais, sociais e de governança (ESG na sigla em inglês), mantendo o foco nas 30 metas que nos desafiamos a alcançar até 2030.

Cada vez mais comprometidos com o desenvolvimento da nossa sociedade e da equidade em nossa empresa, celebramos em 2024 a marca histórica de mais de 1.000 mulheres formadas em nossa Escola de Eletricistas desde o início do projeto. Apenas em 2024, foram mais 400 alunos formados, dos quais mais de 50% mulheres. Nossa projeto de Escola de Eletricistas foi inclusive

reconhecido em 2024 com o primeiro lugar na categoria ‘Processos’ do Prêmio ECO concedido pela Amcham (Câmara Americana de Comércio para o Brasil).

A segurança dos nossos colaboradores segue sendo nosso principal pilar. Realizamos mais de 49 mil inspeções de campo (+1% vs. 2023) e 360 auditorias em contratadas (+32% vs. 2023). Além disso, reforçamos nosso Programa Comunidade Segura, que alcançou esse ano 124 milhões (+50% vs. 2023) de pessoas através de ações de comunicação com divulgações em TV, rádio e comunicação digital, além de alocarmos recursos de eficiência energética para iniciativas educacionais e culturais voltadas para crianças e adolescentes.

Como sempre nossos colaboradores seguem sendo os protagonistas dos nossos resultados, reflexo de pessoas engajadas e de um ótimo ambiente de trabalho. Este ano, fomos reconhecidos pelo *Great Place to Work* como a melhor empresa do setor elétrico para se trabalhar e figuramos entre as Top 20 das melhores empresas para se trabalhar no Brasil. Fomos ainda reconhecidos como a maior empresa do setor de energia no Brasil no ranking Valor 1.000.

Nosso desempenho sustentável nos mantém em importantes índices, como o ISE e o IDiversa, da B3, o que facilitou a contratação de R\$ 10,7 bilhões em linhas verdes ao longo de 2024, 87% do total dos financiamentos desembolsados. Permite também que sigamos os dez princípios do Pacto Global, que versam sobre direitos humanos, direitos do trabalho, meio ambiente e anticorrupção, que orientam nossas atividades.

Por fim agradeço a nossos colaboradores pela dedicação ao longo do ano e a todos os nossos acionistas pela confiança. Reafirmo nosso compromisso em seguir investindo, com foco em rentabilidade e eficiência, na melhoria contínua de nossos ativos e da qualidade dos serviços que prestamos aos nossos clientes, com o olhar atento para o desenvolvimento sustentável das regiões em que atuamos.

Eduardo Capelastegui

CEO Neoenergia

1. PERFIL CORPORATIVO E ORGANOGRAMA SOCIETÁRIO

A Neoenergia é uma sociedade por ações de capital aberto, presente em 18 estados brasileiros e no Distrito Federal, que atua como holding, com participação no capital de outras sociedades dedicadas às atividades de Distribuição, Transmissão, Geração, Comercialização de Energia Elétrica, Produtos e Soluções Energéticas. Na atividade de Distribuição, a Neoenergia controla cinco Distribuidoras, sendo três na região Nordeste – Neoenergia Coelba, Neoenergia Pernambuco e Neoenergia Cosern – uma na região Sudeste – Neoenergia Elektro – e uma no Distrito Federal – Neoenergia Brasília.

Em 31 de dezembro de 2024, a estrutura societária da Neoenergia era composta por 53,5% de participação da Iberdrola, 30,3% de participação da Previ e 16,2% por demais acionistas.

2. AMBIENTE MACROECONÔMICO

No início de 2024, as projeções indicavam um cenário de desaceleração do crescimento nas principais economias do mundo e de normalização da inflação, permitindo a adoção de políticas monetárias menos restritivas pelos bancos centrais.

No entanto, no primeiro semestre de 2024, as economias internacionais e o Brasil continuaram enfrentando desafios inflacionários. Nos Estados Unidos, a economia manteve um crescimento moderado com um mercado de trabalho aquecido, levando o Federal Reserve (FED) a adiar o início da redução das taxas de juros, mantendo-as estáveis entre 5,25% e 5,50%. No Brasil, a volatilidade cambial e a deterioração na percepção de disciplina fiscal resultaram na interrupção do ciclo de cortes de juros em junho de 2024, com a Selic a 10,50%.

No segundo semestre de 2024, os Estados Unidos iniciaram seu ciclo de cortes de juros, encerrando o ano na faixa de 4,25% a 4,50%. Apesar desse movimento, o FED adotou um discurso mais cauteloso em relação à inflação e ao crescimento econômico americano.

No Brasil, por outro lado, o Banco Central retomou o ciclo de alta dos juros, com a Selic encerrando 2024 em 12,25%. Esse movimento foi acompanhado por uma acentuada desvalorização do real em relação ao dólar (-21,82%), resultando no pior desempenho anual desde 2020.

Entre as variáveis macroeconômicas, a inflação medida pelo IPCA encerrou 2024 com alta acumulada de 4,83%, acima do teto da meta do Banco Central. A projeção de crescimento do PIB para 2024 atingiu 3,5%, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), superando as expectativas do início do ano, de 2,0%.

O índice Ibovespa encerrou 2024 com uma retração de 10,36%, refletindo a combinação do cenário macroeconômico mais desafiador do país. Diante desse cenário, investidores estrangeiros retiraram R\$ 24,2 bilhões da B3 em 2024, maior volume de saques em 9 anos.

3. AMBIENTE REGULATÓRIO

3.1. Redes

3.1.1. Distribuidoras

3 Tarifas

Em 2024, as cinco distribuidoras do Grupo Neoenergia passaram por Reajuste Tarifário Anual – Neoenergia Coelba, Neoenergia, Pernambuco, Neoenergia Cosern, Neoenergia Elektro e Neoenergia Brasília:

	 Neoenergia Coelba	 Neoenergia Pernambuco	 Neoenergia Cosern	 Neoenergia Elektro	 Neoenergia Brasília
Grupo de Consumo	abr/ 24	abr/ 24	abr/ 24	ago/ 24	out/ 24
AT - Alta Tensão (>2,3kV)	128%	-2,85%	7,05%	-5,72%	-4,9%
BT - Baixa Tensão (<2,3kV)	162%	-2,63%	8,08%	-5,60%	-2,98%
Efeito tarifário médio AT+BT	1,53%	-2,69%	7,84%	-5,64%	-3,32%
Início da Vigência	22-abr-24	29-abr-24	22-abr-24	27-agosto-24	22-out-24
Processo Revisional	Reajuste Anual	Reajuste Anual	Reajuste Anual	Reajuste Anual	Reajuste Anual
Próxima Revisão Tarifária	abr/ 28	abr/ 25	abr/ 28	ago/ 27	out/ 26

Neoenergia Coelba

Em 16 de abril de 2024, foi aprovado o Reajuste Tarifário da Neoenergia Coelba. As novas tarifas entraram em vigor em 22 de abril, com efeito médio 1,53%, sendo 1,62% para a baixa tensão e 1,28% para clientes da alta e média tensão.

A variação da Parcela A foi de 8,23%, totalizando R\$ 8.538,1 milhões, impactada principalmente pelos aumentos de 26,11% nos encargos setoriais e 9,73% nos custos com Transmissão de energia. O preço médio de repasse dos contratos de compra de energia foi definido em R\$ 253,27/MWh. Já a variação da Parcela B foi de -4,82% (R\$ 5.513 milhões), reflexo da inflação acumulada (IGP-M) desde o último reajuste, de -4,26%, deduzida do Fator X, de 0,57%.

Neoenergia Pernambuco

Em 23 de abril de 2024, a Aneel aprovou o Reajuste Tarifário da Neoenergia Pernambuco. As novas tarifas entraram em vigor em 29 de abril, com efeito médio -2,69%, sendo -2,63% para a baixa tensão e -2,85% para clientes da em alta e média tensão.

A variação da Parcela A foi de -1,4%, totalizando R\$ 5.284,4 milhões, impactada principalmente pelos aumentos de 21,5% nos encargos setoriais, 5,9% nos custos com Transmissão de energia e pela redução de -8,3% nos custos de compra de energia. O preço médio de repasse dos contratos de compra de energia foi definido em R\$ 257,00/MWh. Já a variação da Parcela B foi de -4,40% (R\$ 2.365,0 milhões), reflexo da inflação acumulada (IGP-M) desde o último reajuste, de -4,26%, deduzida do Fator X, de 0,14%.

Neoenergia Cosern

Em 16 de abril de 2024, a Aneel aprovou o Reajuste Tarifário da Neoenergia Cosern. As novas tarifas entraram em vigor em 22 de abril, com efeito médio 7,84%, sendo 8,08% para a baixa tensão e 7,05% para clientes da alta e média tensão.

A variação da Parcela A foi de 7,96%, totalizando R\$ 2.167,8 milhões, impactada principalmente pelos aumentos de 28,5% dos encargos setoriais e 15,6% nos custos com Transmissão de energia. O preço médio de repasse dos contratos de compra de energia foi definido em R\$ 268,51/MWh. Já a variação da Parcela B foi de -5,63%, (R\$ 1.182,7 milhões), reflexo da inflação acumulada (IGP-M) desde o último reajuste, de -4,26%, deduzida do Fator X, de 1,37%.

Neoenergia Elektro

Em 27 de agosto de 2024, a Aneel aprovou o Reajuste Tarifário da Neoenergia Elektro. As novas tarifas entraram em vigor a partir de 27 de agosto, com efeito médio de -5,64%, sendo -5,60% para a baixa tensão e -5,72% para clientes da alta e média tensão.

A Parcela A teve valor fixado em R\$ 6.628 milhões, apresentando variação no período de -4,87%, contribuindo com o índice final com -3,42%. Os componentes financeiros participaram no índice final com -2,43%. A Parcela B atingiu R\$ 2.977 milhões, com variação no período de 0,69% em relação a verificada nos últimos 12 meses, reflexo da inflação acumulada (IGP-M), de 3,82%, deduzida do Fator X, de 3,13%, contribuindo para o índice final com 0,21%.

Neoenergia Brasília

Em 15 de outubro de 2024, a Aneel aprovou o Reajuste Tarifário da Neoenergia Brasília, o qual entrou em vigor em 22 de outubro, com efeito médio de -3,32% para os consumidores (-4,19% para alta tensão e -2,98% para baixa tensão). Os fatores que mais impactaram no reajuste foram os componentes financeiros e os encargos setoriais.

A variação da Parcela A foi de -2,8%, totalizando R\$ 3.108,9 milhões, impactada pelas reduções de -7,7% nos encargos setoriais e -11,7% nos custos com transmissão e pelo aumento de 2,13% nos custos de compra de energia. O preço médio de repasse dos contratos de compra de energia foi definido em R\$ 276,20/MWh. Já a variação da Parcela B, foi de 5,0% reflexo da inflação acumulada no período (IPCA) de +4,46%, menos o Fator X que foi de -0,03%, resultando no valor da Parcela B de R\$ 647,8 milhões.

3 Principais discussões Tarifárias ocorridas ao longo do ano

Taxa Regulatória de Remuneração do Capital - WACC

O Despacho ANEEL nº 894, de 21/03/24, publicou os valores de Taxas Regulatórias de Remuneração do Capital para os segmentos de Distribuição, Transmissão e Geração, a serem aplicadas aos processos tarifários a partir de 01/03/24 a 28/02/25. No entanto, em 25 de abril, houve uma retificação, através do Despacho ANEEL nº 1.296/2024, dos valores apurados relacionados ao WACC. A taxa real depois dos impostos aplicado às distribuidoras foi de 7,72%, enquanto em 2023 era de 7,42%; para as transmissoras e geradoras foi de 7,56%, enquanto em 2023 era de 7,26%.

Renovação da Concessão das Distribuidoras

Em 22/06/23, o Ministério de Minas Energia abriu a Consulta Pública 152/2023, que trata da proposta inicial do governo federal para o processo de renovação das concessões das distribuidoras que tem seus vencimentos entre 2025 e 2031, período que contempla a renovação de 4 das 5 distribuidoras da Neoenergia (Neoenergia Coelba, Neoenergia Pernambuco, Neoenergia Cosern e Neoenergia Elektro).

Após as contribuições recebidas pela consulta pública, o Ministério de Energia (MME) divulgou em 15 de setembro a Nota Técnica 19/2023, com diretrizes atualizadas sobre as renovações das concessões, com posição favorável às manifestações das distribuidoras, visto que considerou como inadequadas as propostas iniciais da cobrança de potenciais excedentes econômicos e da utilização dos benefícios da SUDAM/SUDENE para contrapartida social.

Em janeiro de 2024, o Tribunal de Contas da União (TCU) emitiu decisão, que possibilita o MME a prosseguir com os processos de renovação das concessões das distribuidoras. O TCU avaliou que a motivação do MME atende ao interesse público, a economicidade, a eficiência e a eficácia. Adicionalmente, sugeriu que a renovação fosse analisada de forma individual.

Em 20 junho de 2024, foi publicado o Decreto 12.068/24 apresentando os critérios para avaliação da prorrogação das concessões e as diretrizes que devem constar no termo aditivo contratual.

Em 16 de outubro de 2024, a ANEEL abriu a Consulta Pública nº 27/2024 referente ao aprimoramento da minuta de termo aditivo ao contrato de concessão, o prazo de envio de contribuição se encerrou em 02/12/24, e como próximos passos, espera-se o resultado desta consulta com a publicação do termo aditivo pela ANEEL

Marco Legal Geração Distribuída

A Resolução Homologatória nº 3.169, de 29/12/22, publicou os percentuais de redução, por distribuidora, a serem aplicados na Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição (TUSD) e na Tarifa de Energia (TE) para estabelecimento da tarifa de aplicação utilizada no faturamento do consumo associado ao Sistema de Compensação de Energia Elétrica , no âmbito da regra de transição disposta no art. 27 da Lei n.º 14.300/2022 (marco legal MMGD).

Publicada a Resolução Normativa ANEEL nº 1.059, de 07/02/23, que regulamenta a Lei 14.300/2022, considerada o marco legal da Micro e Minigeração Distribuída. As regras aprovadas abrangem, entre outros, procedimentos relacionados à cobrança pelo uso da rede de distribuição e ao prazo para que a distribuidora realize as obras de conexão dos sistemas.

Em maio de 2024, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 1.094/2024 com regulamentação dos artigos 21 e 24 da Lei nº 14.300/2022, que tratam da sobrecontratação involuntária e da venda de excedentes decorrentes do regime de microgeração e minigeração distribuídas. Esse tema foi debatido por meio da Consulta Pública nº 31/2022 e, segundo decisão da agência, o cálculo da sobrecontratação involuntária ocorrerá para as sobras de energia apuradas a partir de 2022, abrangendo todas as instalações de MMGD existentes. Na regulamentação do art. 24, estabeleceu-se as regras para que consumidores com MMGD possam vender energia para a distribuidora. De forma bem resumida, a distribuidora pode fazer uma chamada específica para esses geradores, informando-a para os consumidores cadastrados. Para fazer a venda, eles devem fazer adesão à CCEE, e estão sujeitos a um preço máximo.

3.1.2. Transmissão

Receitas Anuais Permitidas (RAP) das Transmissoras para o ciclo 2024-2025

Em 19/7/24, foi publicada a Resolução Homologatória ANEEL nº 3.348, que estabeleceu as RAP para o ciclo 2024-2025. O valor da RAP das transmissoras da Neoenergia foi reajustado em 3,44% com relação ao ciclo anterior. As principais razões do aumento são o índice de reajuste previsto nos contratos de concessão e os efeitos das revisões das receitas das concessionárias.

Adicionalmente, houve o incremento na RAP da Neoenergia Guanabara de R\$ 2,26 milhões referente a Resolução Autorizativa ANEEL nº 15.411 de julho de 2024 que alterou o Despacho nº 4.921, de 14 de dezembro de 2023, que autorizou a transmissora a implantar reforços em instalações de transmissão sob sua responsabilidade, bem como estabeleceu os valores correspondentes das parcelas da RAP.

Regulamentação do Decreto nº 11.314/2022 - Concessões de serviço público de transmissão de energia elétrica em fim de vigência

Em 23/5/24 foi aberta a 1ª fase da Tomada de Subsídios ANEEL nº 8/2024 e em 26/12/24 foi aberta a 2ª fase, ambas com o objetivo de obter subsídios acerca da regulamentação do Decreto nº 11.314, de 28/12/22 que estabelece as regras de licitação e a prorrogação das concessões de serviço público de transmissão de energia elétrica em fim de vigência.

Foram postos para contribuição social aspectos técnicos como o tratamento de melhorias ao longo da concessão e a regulamentação das Demais Instalações de Transmissão – DIT e da transição da prestação dos serviços de transmissão. Também fazem parte do escopo desta tomada de subsídios aspectos financeiros como a definição dos ativos indenizáveis nas concessões licitadas, levando-se em conta o histórico dos ativos e a sua amortização e a definição da metodologia de indenização para estes ativos.

Conforme a Agenda Regulatória ANEEL para o biênio 2024-2025, ainda está prevista a abertura de uma Consulta Pública no primeiro semestre de 2025 acerca do tema e a conclusão da regulamentação do decreto está prevista para o segundo semestre do mesmo ano.

3.2. Geração

Antecipação do Contrato de Capacidade da Neoenergia Termopernambuco

Em 25/09/24 a Termopernambuco celebrou com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) um termo aditivo ao Contrato de Reserva de Capacidade (CRCAP) para antecipar o início de suprimento do referido contrato de 01/07/26 para 01/10/24 condicionada a data de retorno à operação comercial da usina, o que ocorreu em 03/10/24.

Este contrato é oriundo do êxito da Termopernambuco no 1º Leilão de Reserva de Capacidade na forma de potência, realizado em 21/12/21. Ressalta-se que a antecipação do período de suprimento não implicou em alteração das condições ofertadas no certame.

Curtailment (constrained-off) – ação judicial

A Resolução Normativa 1.030/2022, estabeleceu, dentre outros temas, a definição conceitual das restrições de *constrained-off* de usinas eólicas e fotovoltaicas, as classificações dos eventos, a forma de cálculo da energia não fornecida e sua valoração e a forma de pagamento pelos eventos de *constrained-off*.

A Resolução estabeleceu ainda que os geradores eólicos e fotovoltaicos somente fariam jus ao ressarcimento dos eventos de *constrained-off* ocorridos em razão de indisponibilidade externa (indisponibilidade das instalações de transmissão integrantes da rede básica) e que superassem uma franquia de 70 horas (eólicas) e 35 horas (solar) calculadas para 2024.

Como a regulamentação limitou o pagamento de ressarcimento a estes geradores, em outubro de 2023 a ABEEólica e a ABSOLAR ingressaram com uma ação judicial contra a ANEEL visando a compensação integral dos eventos de *constrained-off*, sem qualquer restrição.

Na sessão de julgamento do dia 4/12/24, a 5ª Turma do TRF da 1ª Região, por unanimidade, deu parcial provimento ao agravio de instrumento protocolizado pelas Associações ABEEólica e ABSOLAR no âmbito da ação judicial em curso. Na referida decisão, foi determinado que a ANEEL, no próximo relatório de processamento da contabilização da liquidação financeira do Mercado de Curto Prazo a ser divulgado pela CCEE, promova a compensação integral aos geradores associados à ABEEólica e ABSOLAR, em relação a todos os eventos de restrição de operação por *constrained-off*, ocorridos a partir da intimação do acórdão, sem limitação aos eventos classificados como indisponibilidade externa e incidência da franquia de horas estabelecidos na REN ANEEL nº 1.030/2022. Em 22/01/25 presidente do STJ acatou o pedido da ANEEL de suspensão da liminar proferida pelo TRF-1.

Aprovação do Projeto Básico de ampliação da UHE Itapebi – Leilão de Reserva de Capacidade

Em março/24, foi enviada para avaliação da ANEEL a revisão do projeto básico da ampliação da UHE Itapebi para fins de participação no Leilão de Reserva de Capacidade - 2025. A referida ampliação considera a instalação de 2 unidades geradoras adicionais de 15 MW cada.

Em novembro/24, foi publicado o Despacho ANEEL nº 3.456/2024, que aprovou a revisão do projeto básico da ampliação da UHE Itapebi por meio da emissão do Registro da Adequabilidade do Sumário Executivo.

3.3. Transição Energética

Regulamentação do Hidrogênio

Em agosto/24, após diversas discussões entre Governo e representantes do Congresso, foi sancionada a Lei nº 14.948/2024 (conversão do PL 2.308/2023), que institui o marco legal do hidrogênio de baixa emissão de carbono. A lei estabelece a concessão de incentivos tributários no prazo de até 5 anos aos projetos previamente habilitados e beneficiários do REHIDRO - Regime Especial de Incentivos para a Produção de Hidrogênio de Baixo Carbono. Alguns artigos da Lei que estabeleciam a concessão de créditos fiscais foram vetados sob justificativa de insegurança jurídica, os quais foram introduzidos no PL 3027/2024 para discussão.

Em setembro/24, o PL 3027/2024 foi aprovado e encaminhado à sanção presidencial, tendo sido convertido na Lei nº 14.990/2024. A Lei estabelece a concessão de créditos fiscais para a comercialização do Hidrogênio de Baixo Carbono e seus derivados.

Regulamentação do Mercado Brasileiro de Carbono

Em novembro de 2024, a Câmara dos Deputados aprovou texto substitutivo ao Projeto de Lei nº 182/2024, que foi convertido na Lei 15.042/2024 em 12/12/2024. Em resumo, a Lei que institui o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases do

Efeito Estufa (SBCE), estabelece um regime de limitação das emissões e de comercialização de ativos representativos da redução de emissão ou remoção de GEE no país. A referida Lei reconhece dois tipos de ativos, CBE (Cota Brasileira de Emissão) e CRVE (Certificado de Redução ou Remoção Verificada de Emissões), e prevê a interoperabilidade com créditos de carbono do Mercado Voluntário, desde que originados a partir de metodologias credenciadas pelo SBCE.

Até o momento não existe uma definição sobre quais empresas ou setores serão regulados e tal detalhamento será dado na fase de regulamentação da Lei. Entretanto, a produção primária agropecuária bem como as unidades de tratamento e destinação final de resíduos sólidos e efluentes líquidos (quando, comprovadamente, adotarem sistemas e tecnologias para neutralizar suas emissões) não se submeterão às obrigações impostas pelo SBCE.

De acordo com a Lei 15.042/2024, o SBCE será implantado de forma gradual em 5 fases, que vão desde a elaboração da regulamentação até a implementação plena do referido Sistema de Comércio de Emissões.

4. DESEMPENHO OPERACIONAL

Os negócios do Grupo Neoenergia são apresentados de forma gerencial neste informe da seguinte forma: (i) Redes – distribuição e transmissão e (ii) Geração e Clientes – geração eólica, geração hidrelétrica, geração solar, geração térmica e comercialização de energia.

4.1. Redes

4.1.1. Distribuidoras

4.1.1.1. Número de Consumidores

As distribuidoras da Neoenergia encerraram 2024 com 16,6 milhões de consumidores ativos. Em comparação com 2023, houve aumento de 292 mil de consumidores (+2%). A tabela a seguir reflete a quantidade de consumidores ativos ao final de 2024 por distribuidora.

Número de Consumidores (milhares)	4T24						4T23						VARIAÇÃO					
	Consolidado	Neoenergia Coelba	Neoenergia Pernambuco	Neoenergia Cosern	Neoenergia Elektro	Neoenergia Brasil	Consolidado	Neoenergia Coelba	Neoenergia Pernambuco	Neoenergia Cosern	Neoenergia Elektro	Neoenergia Brasil	Consolidado	Neoenergia Coelba	Neoenergia Pernambuco	Neoenergia Cosern	Neoenergia Elektro	Neoenergia Brasil
Residencial	14.838	6.056	3.725	14.7	2.589	1051	14.533	5.918	3.647	1390	2.541	1043	305	144	78	27	49	8
Industrial	38	10	6	2	19	1	38	10	6	1	20	1	-	0	1	0	(0)	(0)
Comercial	111	442	227	13	211	20	111	441	228	12	209	19	2	0	(1)	1	2	0
Rural	479	19	18	47	26	10	499	91	14	49	16	10	(20)	(2)	(6)	(2)	(1)	0
Outros	76	72	34	29	34	7	71	70	34	28	32	6	5	2	1	1	1	0
Total	16.643	6.758	4.110	1.608	2.979	1.188	16.351	6.624	4.038	1.581	2.928	1.180	292	134	72	27	51	8

4.1.1.2. Evolução do Mercado

A energia distribuída (ativo + livre + GD) foi 19.353 GWh no 4T24 (+2,0% vs. 4T23) e 75.683 GWh em 2024 (+6,1% vs. 2023). Vale destacar que Neoenergia Coelba, Neoenergia Cosern e Neoenergia Elektro, que passaram por revisões tarifárias em 2023, tiveram seus mercados de referência ajustados de modo a compensar as migrações para geração distribuída.

Os valores de energia distribuída por distribuidora e por tipo de cliente são apresentados nas tabelas abaixo:

Resultados em 31 de dezembro de 2024

Publicado em 17 de fevereiro de 2025



Energia Distribuída (GWh)	Neoenergia Coelba			Neoenergia Pernambuco			Neoenergia Cosem			Neoenergia Elektro			Neoenergia Brasília			CONSOLIDADO		
	4T24	4T23	%	4T24	4T23	%	4T24	4T23	%	4T24	4T23	%	4T24	4T23	%	4T24	4T23	%
Residencial	2.047	2.078	(15%)	1.498	1.481	1%	599	613	(2,3%)	1.388	1.424	(2,5%)	677	709	(4,5%)	6.209	6.305	(15%)
Industrial	91	176	(48,3%)	70	88	(20,5%)	26	36	(27,8%)	116	233	(37,3%)	7	13	(46,2%)	340	545	(37,6%)
Comercial	527	734	(28,2%)	428	498	(11,1%)	111	91	(26,2%)	471	545	(16,6%)	328	389	(15,7%)	1.895	2.356	(19,6%)
Rural	678	745	(9,0%)	86	110	(2,9%)	121	129	(6,2%)	205	215	(4,7%)	27	37	(27,0%)	1.166	1.266	(7,9%)
Outros	593	693	(14,4%)	352	434	(16,9%)	58	59	(0,6%)	306	327	(6,4%)	263	350	(19,1%)	1.692	1.964	(18,8%)
Total Energia Distribuída (cativo)	3.935	4.426	(11,1%)	2.485	2.640	(5,9%)	1.045	1.128	(7,4%)	2.516	2.745	(8,3%)	1.321	1.498	(11,8%)	11.302	12.437	(9,1%)
Industrial	199	1066	2,5%	74	670	6,6%	37	292	8,6%	1983	1772	119%	144	114	-	4.358	3.944	0,5%
Comercial	383	311	23,2%	349	278	25,5%	10	82	22,0%	318	258	213%	209	175	19,4%	1.354	1.103	22,8%
Rural	17	3	466,7%	6	5	6,7%	9	1	800,0%	69	48	43,8%	1	1	-	18	69	63,8%
Outros	26	111	94,6%	29	53	13,4%	45	42	7,1%	83	17	56,4%	29	0	-	602	323	86,4%
Suprimentos	0	0	-	65	62	4,8%	0	0	-	0	0	-	37	50	(26,0%)	12	18	(9,7%)
Mercado Livre + Suprimento	1.816	1.492	21,7%	1.273	1.078	18,1%	471	417	12,9%	2.549	2.195	16,1%	420	370	13,5%	6.529	5.552	17,6%
Residencial	2.047	2.078	(15%)	1.498	1.481	1%	599	613	(2,3%)	1.388	1.424	(2,5%)	677	709	(4,5%)	6.209	6.305	(15%)
Industrial	1.291	1.242	3,9%	785	758	3,6%	343	327	4,9%	2.29	2.005	6,2%	51	57	(3,8%)	4.698	4.489	4,7%
Comercial	90	1045	(2,9%)	777	776	0,1%	241	273	(17%)	784	803	(2,4%)	536	564	(5,0%)	3.248	3.460	(6,1%)
Rural	694	748	(7,2%)	52	65	(19%)	80	80	-	274	264	3,8%	28	38	(26,3%)	1.279	1.335	(4,2%)
Outros	80	804	0,7%	481	486	(10%)	203	201	10%	489	444	10,1%	312	350	(10,9%)	2.294	2.286	0,3%
Suprimentos	0	0	-	65	62	4,8%	0	0	-	0	0	-	37	50	(26,0%)	12	18	(9,7%)
Total Energia Distribuída (cativo + livre)	5.751	5.918	(2,8%)	3.758	3.718	1,1%	1.516	1.545	(19%)	5.065	4.940	2,5%	1.741	1.868	(6,8%)	17.831	17.989	(0,9%)
Energia de compensação GD	494	336	47,0%	404	176	129,5%	222	168	32,1%	282	97	43,1%	120	103	16,5%	1.522	980	55,3%
Total Energia Distribuída (cativo + livre + GD)	6.244	6.254	(0,2%)	4.162	3.894	6,9%	1.738	1.713	1,5%	5.347	5.137	4,1%	1.862	1.971	(5,5%)	19.353	18.969	2,0%
Energia Distribuída (GWh)	Neoenergia Coelba			Neoenergia Pernambuco			Neoenergia Cosem			Neoenergia Elektro			Neoenergia Brasília			CONSOLIDADO		
	2024	2023	%	2024	2023	%	2024	2023	%	2024	2023	%	2024	2023	%	2024	2023	%
Residencial	8.132	7.918	2,7%	5.985	5.729	4,5%	2.474	2.417	2,4%	5.564	5.276	5,5%	2.582	2.549	13%	24.737	23.888	3,6%
Industrial	457	698	(34,5%)	312	360	(13,3%)	121	151	(19,9%)	711	960	(25,6%)	33	41	(19,5%)	1638	2.211	(25,9%)
Comercial	2.566	2.912	(11,9%)	1.795	1.967	(8,7%)	687	779	(11,8%)	1.975	2.052	(3,8%)	1.353	1.439	(6,0%)	8.375	9.119	(8,5%)
Rural	2.528	2.370	6,7%	465	491	(5,3%)	383	409	(6,4%)	865	812	6,5%	27	39	(8,6%)	4.369	4.220	3,5%
Outros	2.552	2.662	(4,1%)	1.462	1.794	(18,5%)	622	69	0,5%	1.225	1.268	(3,4%)	1208	1.136	(8,2%)	7.068	7.659	(7,7%)
Total Energia Distribuída (cativo)	16.235	16.560	(2,0%)	10.118	10.341	(3,1%)	4.287	4.374	(2,0%)	10.343	10.368	(0,2%)	5.302	5.484	(3,3%)	46.187	47.127	(2,0%)
Industrial	4.594	4.112	10,9%	2.793	2.648	5,5%	194	100	8,5%	7.482	6.710	11,5%	548	551	(0,5%)	6.610	5.51	9,6%
Comercial	1.425	135	25,6%	1318	1.041	26,1%	381	301	26,6%	186	998	8,8%	735	616	19,3%	5.040	4.090	23,2%
Rural	41	11	272,7%	49	34	44,1%	11	2	450,0%	239	63	46,6%	5	5	-	346	25	60,9%
Outros	621	420	47,9%	477	86	454,7%	174	151	8,1%	639	434	47,2%	39	0	-	1951	1.101	77,2%
Suprimentos	0	0	-	237	29	8,2%	2	1	0,0%	0	0	-	154	134	14,9%	393	354	10%
Mercado Livre + Suprimento	6.682	5.709	17,0%	4.869	4.027	20,9%	1.762	1.564	12,7%	9.546	8.305	14,9%	1.481	1.305	13,5%	24.339	20.911	16,4%
Residencial	8.132	7.918	2,7%	5.985	5.729	4,5%	2.474	2.417	2,4%	5.564	5.276	5,5%	2.582	2.549	13%	24.737	23.888	3,6%
Industrial	5.051	4.841	4,3%	3.105	3.008	3,2%	135	1251	5,1%	8.95	7.671	6,8%	582	592	(17%)	8.248	7.362	5,1%
Comercial	3.991	4.046	(14%)	3.108	3.008	3,3%	1067	1080	(12%)	3.61	3.050	3,6%	2.087	2.055	16%	8.45	8.239	13%
Rural	2.569	2.381	7,9%	514	524	(19%)	395	410	(3,7%)	104	975	8,2%	133	114	(7,6%)	4.75	4.435	6,3%
Outros	3.173	3.082	3,0%	1.939	1.880	3,1%	796	779	2,2%	1.864	1.702	9,5%	1.246	1.316	(5,3%)	9.018	8.759	3,0%
Suprimentos	0	0	-	237	29	8,2%	2	1	0,0%	0	0	-	154	134	14,9%	393	354	10%
Total Energia Distribuída (cativo + livre)	22.917	22.269	2,9%	14.888	14.368	3,6%	6.049	5.938	19%	19.889	18.673	6,5%	6.784	6.789	(0,1%)	70.526	68.038	3,7%
Energia de compensação GD	1725	1039	66,0%	1314	759	73,1%	757	532	42,3%	941	69	52,0%	420	331	26,9%	5.57	3.280	57,2%
Total Energia Distribuída (cativo + livre + GD)	24.641	23.308	5,7%	16.202	15.127	7,1%	6.806	6.470	5,2%	20.829	19.292	8,0%	7.204	7.120	12%	75.683	71.318	6,1%

No 4T24, o consumo residencial consolidou 6.209 GWh, -1,5% vs. 4T23, apresentando redução em 4 das 5 distribuidoras em razão das menores temperaturas e da geração distribuída, quando comparado ao mesmo período do ano anterior, e 24.737 GWh em 2024, +3,6% vs. 2023, influenciado, sobretudo, por temperaturas superiores no 1S24, além do crescimento da base de clientes.

O consumo da classe industrial cativa mais livre apresentou crescimento de +4,7% vs. 4T23 e +5,1% vs. 2023 com destaque para crescimento desta classe na Neoenergia Elektro (+6,2% vs. 4T23 e +6,8% vs. 2023), Neoenergia Cosem (+4,9% vs. 4T23 e +5,1% vs. 2023) e Neoenergia Coelba (+3,9% vs. 4T23 e +4,3% vs. 2023).

A classe comercial cativa mais livre consolidou 3.248 GWh no 4T24, -6,1% vs. 4T23 e 13.415 GWh em 2024, +1,3% vs. 2023, principalmente, por maiores temperaturas no 1S24.

A classe rural cativa mais livre encerrou o trimestre com consumo de 1.279 GWh, uma redução de -4,2% vs. 4T23. No ano esta classe consumiu 4.715 GWh, um incremento de +6,3% vs. 2023, devido a maior demanda por irrigação, sobretudo, nas áreas de concessão da Neoenergia Coelba e Neoenergia Elektro.

As outras classes (serviço público, poder público, iluminação pública e uso próprio) cativo mais livre totalizaram o 4T24 com consumo de 2.294 GWh, em linha com 4T23. No ano, o crescimento foi de +3,0% vs. 2023, com destaque para as classes de Poder Público e Iluminação Pública.

4.1.1.3. Balanço Energético

A energia injetada total, incluindo GD, foi de 22.635 GWh no 4T24, +2,1% vs. 4T23, e de 87.218 GWh em 2024, +5,8% vs. 2023, influenciado por temperaturas superiores no 1º semestre de 2024 e pelo crescimento da base de clientes.

BALANÇO ENERGÉTICO (GWh)	4T24	4T23	4T24 x 4T23		2024	2023	2024 x 2023	
			Dif	%			Dif	%
CONSOLIDADO								
Mercado Cativo	11.302	12.437	(1.135)	(9,1%)	46.187	47.127	(940)	(2,0%)
Mercado Livre + Suprimento	6.529	5.552	977	17,6%	24.339	20.911	3.428	16,4%
Energia Distribuída (A)	17.831	17.989	(157)	(0,9%)	70.526	68.038	2.489	3,7%
Energia Perdida (B)	2.741	2.636	105	4,0%	10.492	9.857	635	6,4%
Não Faturado (C)	141	322	(181)	(56,2%)	(96)	447	(543)	N/A
SIN + Sistema Isolado (D) = (A) + (B) + (C)	20.713	20.947	(233)	(1,1%)	80.922	78.341	2.581	3,3%
Energia Injetada pela GD (E)	1.922	1.228	694	56,5%	6.296	4.070	2.226	54,7%
ENERGIA INJETADA TOTAL (F) = (D) + (E)	22.635	22.175	460	2,1%	87.218	82.411	4.807	5,8%

Neoenergia Coelba	2024		2023		2024		2023	
	4T24	4T23	4T24	4T23	2024	2023	Dif	%
Mercado Cativo								
Mercado Cativo	3.935	4.426	(491)	(11,1%)	16.235	16.560	(325)	(2,0%)
Mercado Livre + Suprimento	1.816	1.492	324	21,7%	6.682	5.709	973	17,0%
Energia Distribuída (A)	5.751	5.918	(167)	(2,8%)	22.917	22.269	648	2,9%
Energia Perdida (B)	1.135	1.089	46	4,2%	4.291	4.003	288	7,2%
Não Faturado (C)	82	166	(84)	(50,6%)	(27)	254	(281)	N/A
SIN + Sistema Isolado (D) = (A) + (B) + (C)	6.968	7.173	(205)	(2,9%)	27.181	26.526	655	2,5%
Energia Injetada pela GD (E)	643	422	221	52,4%	2.149	1.347	802	59,5%
ENERGIA INJETADA TOTAL (F) = (D) + (E)	7.611	7.595	16	0,2%	29.330	27.873	1.457	5,2%

Neoenergia Pernambuco	2024	2023	Variação	2024	2023	Variação		
Mercado Cativo	2.485	2.640	(155)	(5,9%)	10.019	10.341	(322)	(3,1%)
Mercado Livre + Suprimento	1.273	1.078	194	18,1%	4.869	4.027	842	20,9%
Energia Distribuída (A)	3.758	3.718	40	1,1%	14.888	14.368	520	3,6%
Energia Perdida (B)	855	789	66	8,4%	3.277	2.996	281	9,4%
Não Faturado (C)	60	82	(22)	(26,8%)	(24)	39	(63)	N/A
SIN + Sistema Isolado (D) = (A) + (B) + (C)	4.673	4.589	84	1,8%	18.141	17.403	738	4,2%
Energia Injetada pela GD (E)	491	296	195	65,9%	1.513	990	523	52,8%
ENERGIA INJETADA TOTAL (F) = (D) + (E)	5.164	4.885	279	5,7%	19.654	18.393	1.261	6,9%

BALANÇO ENERGÉTICO (GWh)	4T24	4T23	4T24 x 4T23		2024	2023	2024 x 2023	
			Dif	%			Dif	%

Neoenergia Cosen	2024	2023	Variação	2024	2023	Variação		
Mercado Cativo	1.045	1.128	(83)	(7,4%)	4.287	4.374	(87)	(2,0%)
Mercado Livre + Suprimento	471	417	54	12,9%	1.762	1.564	198	12,7%
Energia Distribuída (A)	1.516	1.545	(29)	(1,9%)	6.049	5.938	111	1,9%
Energia Perdida (B)	146	142	3	2,8%	567	537	30	5,6%
Não Faturado (C)	45	21	24	114,3%	2	(7)	9	N/A
SIN + Sistema Isolado (D) = (A) + (B) + (C)	1.706	1.708	(2)	(0,1%)	6.618	6.468	150	2,3%
Energia Injetada pela GD (E)	287	179	108	60,3%	909	610	299	49,0%
ENERGIA INJETADA TOTAL (F) = (D) + (E)	1.993	1.887	106	5,6%	7.527	7.078	449	6,3%

Neoenergia Elektro	2024	2023	Variação	2024	2023	Variação		
Mercado Cativo	2.516	2.745	(229)	(8,3%)	10.343	10.368	(25)	(0,2%)
Mercado Livre + Suprimento	2.549	2.195	354	16,1%	9.546	8.305	1.241	14,9%
Energia Distribuída (A)	5.065	4.940	125	2,5%	19.889	18.673	1.216	6,5%
Energia Perdida (B)	375	401	(26)	(6,5%)	1.503	1.441	62	4,3%
Não Faturado (C)	(27)	65	(92)	N/A	(58)	166	(224)	N/A
SIN + Sistema Isolado (D) = (A) + (B) + (C)	5.414	5.406	7	0,1%	21.334	20.280	1.054	5,2%
Energia Injetada pela GD (E)	348	222	126	56,8%	1.138	743	395	53,2%
ENERGIA INJETADA TOTAL (F) = (D) + (E)	5.762	5.628	134	2,4%	22.472	21.023	1.449	6,9%

Neoenergia Brasília	2024	2023	Variação	2024	2023	Variação		
Mercado Cativo	1.321	1.498	(177)	(11,8%)	5.303	5.484	(181)	(3,3%)
Mercado Livre + Suprimento	420	370	50	13,5%	1.481	1.305	176	13,5%
Energia Distribuída (A)	1.741	1.868	(127)	(6,8%)	6.784	6.789	(5)	(0,1%)
Energia Perdida (B)	230	215	15	7,0%	854	880	(27)	(3,0%)
Não Faturado (C)	(19)	(12)	(7)	58,3%	11	(5)	15	N/A
SIN + Sistema Isolado (D) = (A) + (B) + (C)	1.952	2.071	(119)	(5,7%)	7.648	7.664	(16)	(0,2%)
Energia Injetada pela GD (E)	153	109	44	40,4%	588	380	208	54,7%
ENERGIA INJETADA TOTAL (F) = (D) + (E)	2.105	2.180	(75)	(3,4%)	8.236	8.044	192	2,4%

NOTA: Energia Distribuída não considera energia de compensação GD.

4.1.1.4. Perdas

As perdas de energia são acompanhadas através do índice percentual que calcula a razão entre a energia injetada e a energia faturada, acumuladas no período de 12 meses. Com base nessa metodologia, apresentamos abaixo a evolução do indicador e a comparação com a cobertura tarifária.

DISTRIBUIDORAS	Perdas 12 meses (%)															
	Perda Técnica					Perda Não Técnica					Perda Total					
	4T23	1T24	2T24	3T24	4T24	4T23	1T24	2T24	3T24	4T24	4T23	1T24	2T24	3T24	4T24	Aneel 24
Neoenergia Coelba	10,74%	10,81%	10,73%	10,91%	10,91%	5,31%	5,31%	5,38%	4,81%	4,78%	16,05%	16,12%	16,11%	15,72%	15,69%	15,44%
Neoenergia Pernambuco	9,09%	9,19%	9,16%	9,31%	9,60%	8,37%	8,95%	8,95%	8,46%	8,33%	17,46%	18,15%	18,11%	17,77%	17,93%	15,26%
Neoenergia Cosem	7,86%	7,85%	7,76%	7,85%	7,72%	0,33%	0,93%	0,95%	0,32%	0,88%	8,19%	8,77%	8,71%	8,18%	8,60%	10,31%
Neoenergia Elektro	5,99%	5,93%	5,93%	5,94%	5,95%	1,93%	1,57%	1,82%	1,39%	0,83%	7,92%	7,50%	7,75%	7,33%	6,77%	7,72%
Neoenergia Brasília	8,15%	8,17%	8,20%	8,23%	8,34%	3,26%	2,98%	2,95%	2,78%	2,96%	11,41%	11,15%	11,15%	11,02%	11,30%	11,74%

DISTRIBUIDORAS	Perdas totais 12 meses (GWh)															
	Perda Técnica					Perda Não Técnica					Perda Total					
	4T23	1T24	2T24	3T24	4T24	4T23	1T24	2T24	3T24	4T24	4T23	1T24	2T24	3T24	4T24	Aneel 24
Neoenergia Coelba	2.850	2.913	2.928	2.987	2.965	1.407	1.430	1.466	1.318	1.299	4.258	4.343	4.394	4.304	4.264	4.167
Neoenergia Pernambuco	1583	1.628	1.648	1.681	1.742	1.457	1.585	1.609	1.528	1.511	3.040	3.213	3.257	3.209	3.253	2.682
Neoenergia Cosem	509	515	514	520	511	21	61	63	21	58	530	576	577	541	569	693
Neoenergia Elektro	1215	1.229	1.255	1.267	1.269	392	326	386	297	176	1.607	1.555	1.640	1.563	1.445	1.663
Neoenergia Brasília	625	630	639	639	638	250	230	230	216	227	874	861	868	856	864	898

NOTAS: (1) Devido ao fato de o prazo de apuração do indicador de perdas de dezembro de 2024 ser posterior ao período de divulgação deste relatório, os dados apresentados são estimados. Os indicadores de 2023 foram ajustados para a apuração definitiva. (2) Limite regulatório 12 meses

A Neoenergia Coelba apresentou perdas totais 12 meses de 15,69% no 4T24, reforçando a tendência de queda do indicador ao longo de 2024 e se aproximando do seu limite regulatório, de 15,44%.

Na Neoenergia Pernambuco, as perdas totais 12 meses encerraram o 4T24 em 17,93%, ainda acima do patamar regulatório de 15,26%.

Já a Neoenergia Cosern encerrou o 4T24 em 8,60%, permanecendo abaixo do seu limite regulatório de 10,31%.

As perdas totais 12 meses na Neoenergia Elektro encerraram o período em 6,77%, também abaixo do limite regulatório de 7,72%.

Por fim, a Neoenergia Brasília registrou perdas totais 12 meses de 11,30% no 4T24, permanecendo abaixo do seu limite regulatório de 11,74%.

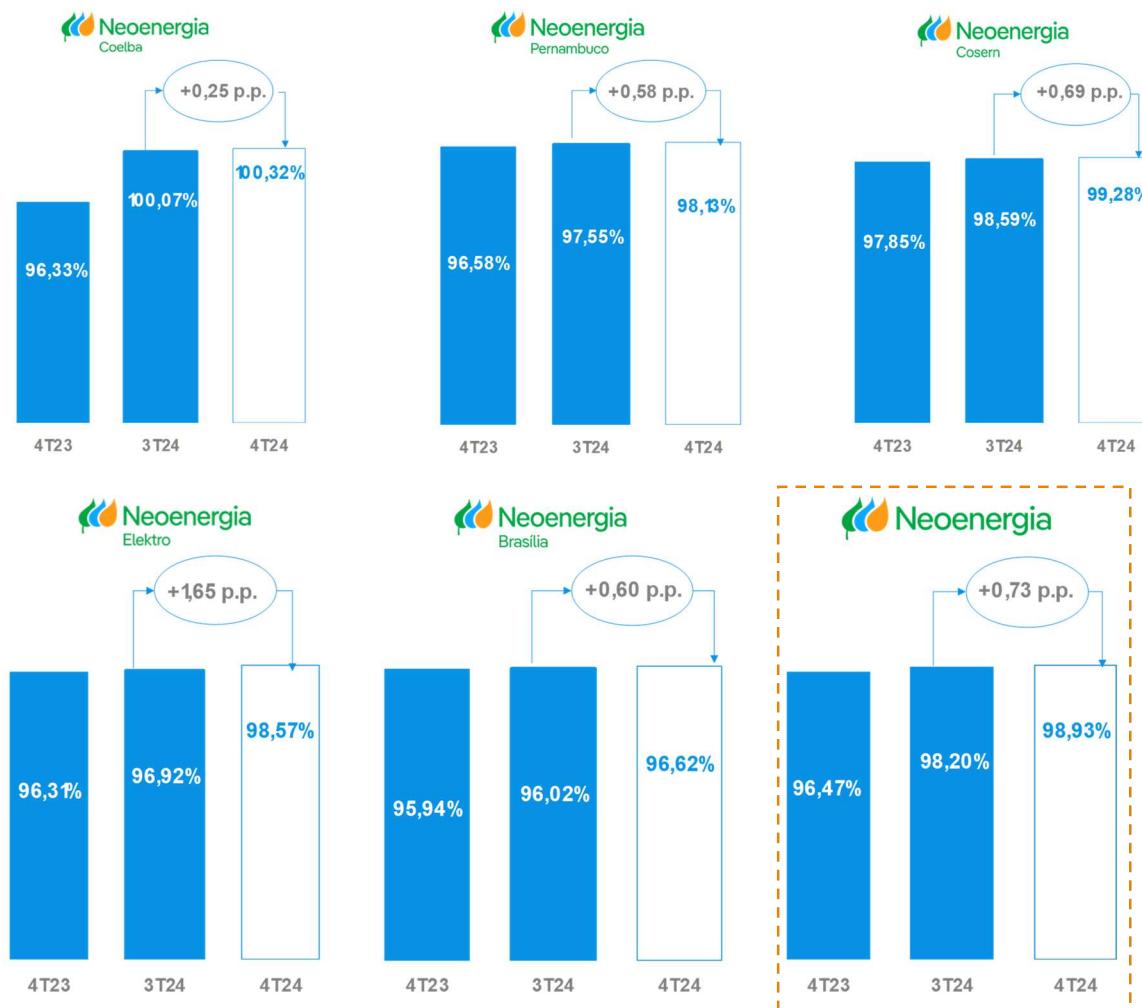
Em 2024 foram adotadas as seguintes ações de combate a perdas nas 5 distribuidoras:

- Realização de mais de 357 mil inspeções, recuperando mais de 471 GWh;
- Substituição de mais de 302 mil medidores obsoletos por equipamentos mais modernos;
- Regularização de mais de 180 mil clandestinos;
- Levantamento e Fiscalização da Iluminação Pública em 393 mil pontos, recuperando mais de 41 GWh; e
- Realização de 316 ações com apoio policial.

4.1.1.5. Arrecadação e Inadimplência

O índice de arrecadação reflete a capacidade de pagamento dos clientes e a eficácia das ações de cobrança da Companhia.

O gráfico abaixo apresenta o resultado acumulado nos últimos 12 meses e seu comportamento em relação aos períodos anteriores.



Com base nos gráficos acima, verificamos um aumento da taxa de arrecadação em todas as distribuidoras. A taxa de arrecadação consolidada no 4T24 foi de 98,93%, +0,73 p.p. vs. 3T24, explicada pelo êxito das ações de cobrança.

PECLD/ ROB	ROB	4T23	1T24	2T24	3T24	4T24	Limite Regulatório 4T24	Limite Regulatório 2024	
								2024	Limite Regulatório 2024
 Neoenergia Coelba	ROB	4.565	4.234	4.025	3.809	4.441	4.441	16.508	16.508
	PECLD	41	54	47	41	53	50	195	199
	Inadimplência	0,91%	1,28%	1,16%	1,08%	1,20%	1,12%	1,18%	1,21%
 Neoenergia Pernambuco	ROB	2.488	2.619	2.436	2.29	2.557	2.557	9.830	9.830
	PECLD	53	61	60	56	32	40	209	160
	Inadimplência	2,13%	2,34%	2,46%	2,51%	1,26%	1,56%	2,12%	1,62%
 Neoenergia Cosern	ROB	1021	1006	1016	977	123	123	4.121	4.121
	PECLD	5	6	3	5	5	5	19	21
	Inadimplência	0,50%	0,58%	0,32%	0,54%	0,41%	0,46%	0,46%	0,50%
 Neoenergia Elektro	ROB	3.171	3.207	2.968	2.857	3.062	3.062	12.094	12.094
	PECLD	36	31	26	28	32	19	117	74
	Inadimplência	1,15%	0,97%	0,88%	0,96%	1,04%	0,62%	0,96%	0,61%
 Neoenergia Brasília	ROB	1443	1353	1342	1332	145	145	5.442	5.442
	PECLD	13	13	8	10	17	7	48	29
	Inadimplência	0,88%	0,94%	0,62%	0,74%	1,23%	0,52%	0,89%	0,54%

NOTA: PECLD considera o valor provisionado + correção monetária.

No 4T24 foram adotadas diversas ações de cobrança nas 5 distribuidoras com intuito de diminuir o índice de inadimplência e, consequentemente, melhorar a arrecadação. Dentre elas, podemos destacar:

- i. Realização de 421 mil suspensões de fornecimento por meio de atuação em concentrações georreferenciadas, mapeando a localização dos clientes com maior incidência de inadimplência para otimizar as ações;
- ii. Acompanhamentos de 125 mil instalações de clientes que sofreram suspensão do fornecimento;
- iii. Negativações de mais de 514 mil consumidores;
- iv. Protesto de 271 mil títulos através dos cartórios e envio de notificações;
- v. 11,1 milhões cobranças terceirizadas através das assessorias de cobrança;
- vi. Ações sistemáticas para os Grandes Clientes e negociações com órgãos do Poder Público;
- vii. Utilização de novas tecnologias com o objetivo de disponibilizar a opção de pagamento das faturas de energia por meio do cartão de débito ou de crédito;
- viii. Negociações para 269 mil consumidores através da plataforma digital;
- ix. Notificação de 673 mil clientes através do Whatsapp.

4.1.1.6. DEC e FEC (12 meses)

A qualidade do fornecimento de energia é verificada principalmente pelos indicadores DEC – Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor e FEC – Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor, que aferem as falhas ocorridas na rede de distribuição. As 5 distribuidoras estão abaixo do limite regulatório tanto para o DEC quanto para o FEC.



NOTA: Indicadores 12 meses sem supridora. Devido ao fato do prazo de apuração dos indicadores de qualidade ser posterior ao período de divulgação deste relatório, os dados apresentados são estimados. Os indicadores de 2023 foram ajustados para a apuração definitiva.

4.1.2. Transmissoras

4.1.2.1. Ativos de Transmissão em operação

No 4T24, estavam em operação com 100% de RAP liberada os seguintes ativos de transmissão: Afluente T, Narandiba, Potiguar Sul, Atibaia, Biguaçu, Sobral, Dourados, Jalapão, Santa Luzia, Itabapoana, Rio Formoso, Estreito e Paraíso.

No 4T24 foi entregue o primeiro trecho de Alto Paranaíba (Lote 2 - Leilão de Junho/2022), com liberação de R\$ 7,4 milhões de RAP.

Leilão	Lote	Nome	Localização	Extensão (Km)	Subestação	RAP ² (R\$ MM)	Entrada em Operação	Taxa de Disponibilidade da Linha (%)					
								2019	2020	2021	2022	2023	2024
-	-	Afluente T	BA	489	3 subestações	67	1990	99,88	99,97	99,83	99,90	99,96	99,91
Leilão Jun/08	E	Narandiba ¹	BA	-	1 subestação	28	Jun/ 11	99,94	99,97	99,98	99,95	99,86	99,90
Leilão Jun/ 11	G	Extremoz II ¹	BA	-	1 subestação	5	Set/ 11	100,00	100,00	99,98	99,95	99,86	99,90
Leilão Mai/ 12	D	Brumado II ¹	RN	-	1 subestação	7	Jul/ 12	99,94	99,97	99,98	99,95	99,86	99,90
Leilão Jan/ 13	G	Potiguar Sul	RN/PB	90	-	34	Nov/ 13	99,68	99,93	99,98	99,91	99,58	99,98
Leilão Abr/ 17	4	Dourados	MS	581	1 subestação	93	Ago/ 21	-	-	99,98	99,99	99,99	99,99
	20	Atibaia	SP	-	1 subestação	19	Dez/ 19	-	99,99	99,90	100,00	99,90	99,99
	22	Biguaçu	SC	-	1 subestação	19	Jul/ 20	-	100,00	99,92	99,97	99,96	100,00
	27	Sobral	CE	-	1 subestação	17	Jan/ 20	-	100,00	99,98	99,99	99,48	99,98
Leilão Dez/ 17	6	Santa Luzia	CE/PB	345	1 subestação	80	Nov/ 21	-	-	-	100,00	99,99	00,00
4	Jalapão	BA/TO/PI/MA	728	-	176	Jan/ 22	-	-	-	99,99	99,98	99,99	99,99
Leilão Dez/ 18	3	Itabapoana	RJ/MG/ES	478	-	94	Jun/ 24	-	-	-	-	-	00,00
Leilão Dez/19	9	Rio Formoso	BA	210	2 subestações	24	Jan/ 23	-	-	-	-	99,63	99,96
Leilão Dez/21	2	Estreito	MG	-	1 subestação	45	Set/ 24	-	-	-	-	-	00,00
Leilão Jun/ 22	11	Paraíso	MS	291	1 subestação	43	Jun/ 24	-	-	-	-	-	00,00

NOTA: Afluente T foi oriunda do processo de desverticalização da Neoenergia Coelba.

¹ Narandiba é formada por 3 subestações: SE Narandiba, SE Extremoz II e SE Brumado II.

² RAP homologada (Ciclo 2024-2025).

O limite estabelecido pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) estipula como normal a disponibilidade entre 95% e 98%. Este indicador baliza a qualidade do serviço aferida pela ANEEL através da disponibilidade do sistema de transmissão. Nos últimos seis anos, as transmissoras do grupo estiveram com disponibilidade acima do limite superior definido pelo ONS, conforme tabela acima.

4.1.2.2. Licenças Ambientais e Evolução da Construção dos Ativos de Transmissão

	Leilão	Lote	Local	Status dos Projetos de Transmissão	LICENÇAS	RAP (1) R\$ (MM)	CAPEX Aneel R\$ (MM)	Fim da Concessão
					LP	LI	LO	
Leilão Dez/ 2018	Lote 2	Guanabara		94%	✓	✓	■	165 1331 Mar/ 49
	Lote 1	Vale do Itajaí		82%	✓	✓	■	264 2.792 Mar/ 49
	Lote 14	Lagoa dos Patos		75%	■	■	■	164 1215 Mar/ 49
Leilão Dez/ 2020	Lote 2	Morro do Chapéu		97%	✓	✓	■	217 1997 Mar/ 51
Leilão Jun/ 2022	Lote 2	Alto Paranaíba		60%	✓	✓	■	410 4.938 Set/ 52

(1) RAP ciclo 2024/2025.

Concluído	✓
Concluído parcialmente	■
Em andamento	●
A iniciar	▲

LP = Licença Prévias

LI = Licença de Instalação

LO = Licença de Operação

Segue o status dos lotes em construção:

Leilão de Dezembro/2018:

- Lote 1 (Vale do Itajaí) - Obras dos trechos remanescentes em andamento. Conclusão dos trechos 2 e 4, com liberação de 22% da RAP. Previsão de liberação total da RAP no 2S25.
- Lote 2 (Guanabara) - Obras em andamento com liberação integral da RAP prevista para 1S25. 1º Trecho (Lagos – Campos) concluído e energizado. 2º trecho em construção.
- Lote 14 (Lagoa dos Patos) - Está com 64% da RAP liberada. Os 36% de RAP restantes dizem respeito ao trecho 1, cujas obras só serão iniciadas quando contornarmos a questão ambiental, uma vez que a licença prévia não foi concedida para o trecho.

Leilão de Dezembro/2020:

- Lote 2 (Morro do Chapéu) - 47% da RAP já liberada. Conclusão dos trechos 1 e 2 no 1S25.

Leilão de Junho/2022:

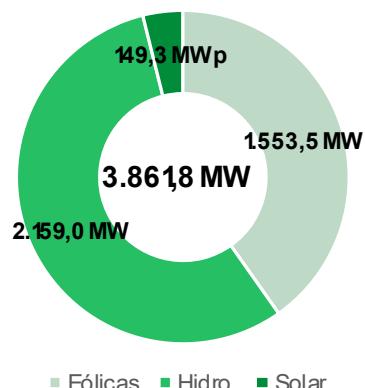
- Lote 2 (Alto Paranaíba) - Licenças de Instalação emitidas, trecho Araraquara 2 – Araraquara entregue, com liberação de 2% da RAP total (R\$ 7,4 milhões). Obras em andamento nos demais trechos, com previsão de entrega no 2S25.

4.2. Geração e Clientes

4.2.1. Renováveis

Os ativos em operação totalizam 44 parques eólicos, 5 usinas hidrelétricas e 2 parques solares.

Capacidade Instalada Atual



4.2.1.1. Parques Eólicos e Solares

A Companhia encerrou 2024 com 44 parques eólicos em operação, com capacidade instalada de 1.554 MW e 2 parques solares (Complexo Solar Luzia), com capacidade instalada de 149 MWp.

O portfólio de ativos eólicos e solares de 1,7 GW possui 51% destinados ao Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e 49% ao Ambiente de Contratação Livre (ACL), alinhado com a estratégia de posicionamento na liberalização do mercado de energia brasileiro.

No 4T24 a energia eólica e solar gerada foi de 1.426 GWh, em linha com o 4T23, e no ano a geração foi de 5.585 GWh, +7% vs. 2023, pela maior potência instalada do Complexo de Oitis e Luzia.

Vale destacar que o impacto dos *curtailments* no 4T24 foi de 7% e no ano foi de 6% da energia gerada.

Eólicas em operação	Participação Neoenergia (Direta e Indireta)	Estado	Localidade	Capacidade Instalada (MW)	Energia Assegurada (MW)	Data da Concessão	Fim da Concessão
EOL Caetité 1	100%	BA	Caetité	30,0	13,00	29/ 12/ 2012	28/ 12/ 2042
EOL Caetité 2	100%	BA	Caetité	30,0	14,70	07/ 02/ 2011	06/ 02/ 2046
EOL Caetité 3	100%	BA	Caetité	30,0	1120	24/ 02/ 2011	23/ 02/ 2046
EOL Calango 1	100%	RN	Bodó e Santana do Mato	30,0	13,90	28/ 04/ 2011	27/ 04/ 2046
EOL Calango 3	100%	RN	Bodó, Santana do Mato e Lagoa Nova	30,0	13,90	30/ 05/ 2011	29/ 05/ 2046
EOL Rio do Fogo (ENERBRASIL)	100%	RN	Rio do Fogo	49,3	17,90	19/ 12/ 2001	18/ 12/ 2031
EOL Arizona 1	100%	RN	Rio do Fogo	28,0	12,90	04/ 03/ 2011	03/ 03/ 2046
EOL Mel 2	100%	RN	Areia Branca	20,0	8,80	28/ 02/ 2011	27/ 02/ 2046
EOL Calango 6	100%	RN	Bodó e Cerro Corá	30,0	18,50	20/ 11/ 2014	18/ 11/ 2049
EOL Santana 1	100%	RN	Bodó, Lagoa Nova e Cerro Corá	30,0	17,30	14/ 11/ 2014	18/ 11/ 2049
EOL Santana 2	100%	RN	Bodó e Lagoa Nova	24,0	13,0	14/ 11/ 2014	18/ 11/ 2049
EOL Calango 2	100%	RN	Bodó	30,0	12,80	09/ 05/ 2011	08/ 05/ 2046
EOL Calango 4	100%	RN	Bodó	30,0	13,50	19/ 05/ 2011	18/ 05/ 2046
EOL Calango 5	100%	RN	Bodó	30,0	13,70	02/ 06/ 2011	01/ 06/ 2046
EOL Canoas	100%	PB	São José do Sabugi e Junco do Seridó	315	17,70	04/ 08/ 2015	03/ 08/ 2050
EOL Lagoa 2	100%	PB	São José do Sabugi e Santa Luzia	315	15,60	04/ 08/ 2015	03/ 08/ 2050
EOL Lagoa 1	100%	PB	São José do Sabugi e Santa Luzia	315	16,30	04/ 08/ 2015	03/ 08/ 2050
Complexo Chafariz	100%	PB	São José do Sabugi, Santa Luzia, Areia de Baraúnas e São Mamede	4712	232,9	Entre 21/ 06/ 2018 e 05/ 02/ 2019	Entre 20/ 06/ 2053 e 04/ 02/ 2054
Chafariz 1	100%	PB	Santa Luzia	34,7	18,2	21/ 06/ 2018	20/ 06/ 2053
Chafariz 2	100%	PB	Santa Luzia	34,7	17,4	21/ 06/ 2018	20/ 06/ 2053
Chafariz 3	100%	PB	Santa Luzia	34,7	17,8	21/ 06/ 2018	20/ 06/ 2053
Chafariz 4	100%	PB	Santa Luzia e Areia de Baraúnas	34,7	17,8	05/ 02/ 2019	04/ 02/ 2054
Chafariz 5	100%	PB	Santa Luzia	34,7	16,6	05/ 02/ 2019	04/ 02/ 2054
Chafariz 6	100%	PB	Santa Luzia	312	15,2	21/ 06/ 2018	20/ 06/ 2053
Chafariz 7	100%	PB	Santa Luzia	34,7	18,3	21/ 06/ 2018	20/ 06/ 2053
Lagoa 3	100%	PB	São José do Sabugi	34,7	17,2	26/ 06/ 2018	25/ 06/ 2053
Lagoa 4	100%	PB	São José do Sabugi e Santa Luzia	20,8	10,2	26/ 06/ 2018	25/ 06/ 2053
Canoas 2	100%	PB	São José do Sabugi e Santa Luzia	34,7	16,3	26/ 06/ 2018	25/ 06/ 2053
Canoas 3	100%	PB	São José do Sabugi e Santa Luzia	34,7	16,8	05/ 02/ 2019	04/ 02/ 2054
Canoas 4	100%	PB	São José do Sabugi	34,7	16,5	26/ 06/ 2018	25/ 06/ 2053
Ventos De Arapuá 1	100%	PB	Areia de Baraúnas	24,3	1163	05/ 02/ 2019	04/ 02/ 2054
Ventos De Arapuá 2	100%	PB	Areia de Baraúnas, São Mamede e Santa Luzia	34,7	17,2	05/ 02/ 2019	04/ 02/ 2054
Ventos De Arapuá 3	100%	PB	Areia de Baraúnas e São Mamede	13,9	5,8	05/ 02/ 2019	04/ 02/ 2054
Complexo Oitis	100%	PI/ BA	Dom Inocêncio e Casa Nova	566,5	274,1	Entre 29/ 11/ 2019 e 24/ 12/ 2019	Entre 28/ 11/ 2054 e 23/ 12/ 2054
Oitis 1	100%	PI	Dom Inocêncio	49,5	26,1	29/ 11/ 2019	28/ 11/ 2054
Oitis 2	100%	PI/ BA	Dom Inocêncio	27,5	14,26	24/ 12/ 2019	23/ 12/ 2054
Oitis 3	100%	PI/ BA	Dom Inocêncio	49,50	24,4	24/ 12/ 2019	23/ 12/ 2054
Oitis 4	100%	PI/ BA	Dom Inocêncio	49,50	24	24/ 12/ 2019	23/ 12/ 2054
Oitis 5	100%	PI/ BA	Dom Inocêncio	49,5	23,8	24/ 12/ 2019	23/ 12/ 2054
Oitis 6	100%	PI/ BA	Dom Inocêncio	49,50	24,3	24/ 12/ 2019	23/ 12/ 2054
Oitis 7	100%	PI/ BA	Dom Inocêncio	49,5	25,6	24/ 12/ 2019	23/ 12/ 2054
Oitis 8	100%	PI	Dom Inocêncio	49,5	25,5	29/ 11/ 2019	28/ 11/ 2054
Oitis 21	100%	PI/ BA	Casa Nova	44,00	20,8	24/ 12/ 2019	23/ 12/ 2054
Oitis 22	100%	PI/ BA	Casa Nova	49,50	22,22	24/ 12/ 2019	23/ 12/ 2054
Oitis 9	100%	PI/ BA	Dom Inocêncio	49,50	219	24/ 12/ 2019	23/ 12/ 2054
Oitis 10	100%	PI/ BA	Dom Inocêncio	49,5	212	24/ 12/ 2019	23/ 12/ 2054

Fotovoltaicas em operação	Participação Neoenergia (Direta e Indireta)	Estado	Localidade	Capacidade Instalada (MWp)	Energia Assegurada (MWm)	Data da Concessão	Fim da Concessão
LUZIA 2	100%	PB	Santa Luzia	74,65	7,3	29/ 05/ 2020	29/ 05/ 2055
LUZIA 3	100%	PB	Santa Luzia	74,65	7,3	29/ 05/ 2020	29/ 05/ 2055

4.2.1.2. Hidrelétricas

A Neoenergia encerrou 2024 com participação (direta e indireta) em 5 usinas hidrelétricas: Itapebi, Corumbá, Dardanelos, Baixo Iguaçu e Belo Monte.

Hidrelétricas em operação	Participação Neoenergia (Direta e Indireta)	Estado	Localidade	Capacidade Instalada (MW)	Energia Assegurada (MW)	Data da Concessão Autorização	Fim da Concessão
UHE Itapebi	100%	BA	Rio Jequitinhonha	462,0	202,1	28/05/1999	15/05/2039
UHE Corumbá III	70%	GO	Rio Corumbá	96,5	47	07/11/2001	22/04/2040
UHE Dardanelos - Águas da Pedra	100%	MT	Rio Aripuanã	2610	147,2	03/07/2007	12/12/2049
Belo Monte	10%	PA	Rio Xingu	11233,1	4.571,0	26/08/2010	10/07/2046
Baixo Iguaçu - Geração Céu Azul	70%	PR	Rio Iguaçu	350,2	172,4	20/08/2012	03/12/2049

NOTA: Em 17 de setembro de 2021, a Aneel homologou uma extensão dos prazos de outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE. Em 13 de dezembro de 2022, a Aneel postergou em 220 dias o prazo de concessão da UHE Dardanelos, pela resolução autorizativa nº 13.297.

No 4T24 a energia hídrica gerada foi de 813 GWh, +21,9% vs. 4T23, por maior afluência. No ano, foi de 5.551 GWh, -33,5% vs. 2023, explicada pela permuta de ativos com a Eletrobras.

4.2.2. Termopernambuco

Termopernambuco possui capacidade instalada de 550 MW e energia assegurada de 504 MW. A usina estava inserida no PPT (Programa Prioritário de Térmicas) e sua receita foi garantida pelos PPAs com Neoenergia Coelba (65MW) e Neoenergia Pernambuco (390MW) que duraram até 14 de maio de 2024. A usina sagrou-se vencedora do Leilão de Reserva de Capacidade em dezembro de 2021, onde foi vendida toda sua capacidade disponível, ao preço da potência R\$ 487.412,70 MW/ano, com início de fornecimento em 1º de julho de 2026, assegurando a receita fixa de potência de R\$ 207 milhões por ano. O contrato tem vigência de 15 anos.

Em 24 de setembro de 2024, a ANEEL aprovou a antecipação do Contrato de Reserva de Capacidade (CRCAP), decorrente do Leilão de Reserva de Capacidade de 2021, mantendo todas as condições ofertadas no certame, antecipando o início do contrato para 1º de outubro de 2024. O termo aditivo para esta antecipação foi assinado em 25 de setembro de 2024.

No 4T24, sob o novo Contrato de Capacidade, o despacho foi de 2%, gerando 9 GWh (vs. 94 GWh no 4T23). Em 2024, Termopernambuco gerou 87 GWh, (-7% vs. 2023), já que a planta ficou descontratada de maio a outubro de 2024. Vale destacar que até 14/05/2024, o resultado da Companhia estava preservado pelos seus antigos contratos de venda e estrutura de custos.

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

5.1. Consolidado

DRE CONSOLIDADO (R\$ MM)	4T24	4T23	Variação		2024	2023	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Receita Operacional Líquida (1)	12.844	11.136	1.708	15%	46.680	42.388	4.292	10%
Custos Com Energia (2)	(8.706)	(7.275)	(143)	20%	(30.566)	(27.868)	(2.698)	10%
Margem Bruta s/ VNR	4.138	3.861	277	7%	16.114	14.520	1.594	11%
Ativo Financeiro da Concessão (VNR)	582	245	337	138%	1504	1222	282	23%
MARGEM BRUTA	4.720	4.106	614	15%	17.618	15.742	1.876	12%
Despesa Operacional	(129)	(108)	(11)	11%	(4.240)	(3.997)	(243)	6%
PECLD	(32)	(43)	11	(8%)	(552)	(632)	80	(13%)
(+) Equivalência Patrimonial / Operações Corporativas	(382)	(90)	(292)	324%	(309)	1246	(1555)	N/A
EBITDA	3.077	2.855	222	8%	12.517	12.359	158	1%
Depreciação	(735)	(676)	(59)	9%	(2.816)	(2.560)	(256)	10%
Resultado Financeiro	(1377)	(137)	(240)	21%	(4.992)	(4.843)	(149)	3%
IR/CS	(15)	(53)	(52)	98%	(1027)	(429)	(598)	139%
Minoritário	(8)	(16)	8	(50%)	(47)	(66)	19	(29%)
LUCRO LÍQUIDO	852	973	(121)	(12%)	3.635	4.461	(826)	(19%)

(1) Considera Receita de Construção

(2) Considera Custos de Construção

Conforme expresso na Orientação Técnica OCPC 08, o reconhecimento e mensuração das variações entre os custos não gerenciáveis efetivamente ocorridos em relação às tarifas homologadas são classificados sempre na linha de Receita Operacional como Valores a Receber/Devolver de Parcela A e Outros Itens Financeiros. Considerando que grande parte da Parcela A é registrada como custo de energia, a análise isolada de variações de receita e custo pode levar a distorções na interpretação do resultado do período. Desta forma, a Companhia acredita ser mais adequado explicar as variações do resultado a partir da Margem Bruta.

A Neoenergia encerrou o 4T24 com Margem Bruta sem VNR de R\$ 4.138 milhões, +7% vs. 4T23, impactada pelos efeitos positivos de: (i) aumento da base de clientes; (ii) Reajuste Tarifário de 2023 da Neoenergia Brasília, vigente a partir outubro/23 (variação da parcela B: +7,14%); (iii) Reajuste Tarifário de 2024 da Neoenergia Elektro, vigente a partir de agosto/24 (variação da parcela B: +0,69%); (iv) Reajuste Tarifário de 2024 da Neoenergia Brasília, vigente a partir outubro/24 (variação da parcela B: +5,0%); e (v) maior margem de eólicas. Esses efeitos foram parcialmente compensados pela menor margem de Termopernambuco, impactada pela alteração dos seus contratos bilaterais de venda de energia para o atual contrato de reserva de capacidade, além dos Reajustes Tarifários de Neoenergia Coelba, Neoenergia Pernambuco e Neoenergia Cosern em abril/24, com variação da parcela B de -4,82%, -4,40% e -5,63%, respectivamente.

No ano, a Margem Bruta sem VNR de R\$ 16.114 milhões (+11% vs. 2023), impactada pelos efeitos de: (i) aumento da base de clientes, (ii) maiores volumes; (iii) Revisões Tarifárias de Neoenergia Coelba e Neoenergia Cosern em abril de 2023, variação da parcela B +2,5% e +0,25%, respectivamente; (iv) Reajuste Tarifário de 2023 da Neoenergia Brasília, vigente a partir outubro/23 (variação da parcela B: +7,14%); (v) Reajuste Tarifário de 2024 da Neoenergia Elektro, vigente a partir de agosto/24 (variação da parcela B: +0,69%); (vi) Reajuste Tarifário de 2024 da Neoenergia Brasília, vigente a partir outubro/24 (variação da parcela B: +5,0%); (vii) melhor resultado de geração eólica; e (viii) consolidação de Dardanelos a partir de setembro de 2023. Esses efeitos foram suavizados pela menor margem de Termopernambuco, devido a alteração dos seus contratos bilaterais de venda de energia para o atual contrato de reserva de capacidade, além da Revisão Tarifária de Neoenergia Elektro em agosto/23, com variação da parcela B de -3,9% e dos Reajustes Tarifários de Neoenergia Coelba, Neoenergia Pernambuco e Neoenergia Cosern em abril/24, variação da parcela B de -4,82%, -4,40% e -5,63%, respectivamente. A margem bruta foi de R\$ 4.720 milhões no 4T24 (+15% vs. 4T23) e de R\$ 17.618 milhões em 2024 (+12% vs. 2023), impulsionada pelo maior VNR, dado o maior IPCA no período.

As despesas operacionais somaram R\$ 1.129 milhões no 4T24 (+11% vs. 4T23) e R\$ 4.240 milhões em 2024 (+6% vs. 2023). Vale destacar que o 4T23 foi impactado por efeitos pontuais de reversão no plano de saúde na Neoenergia Coelba (+R\$ 50 milhões) e reversão de contencioso na Neoenergia Brasília (+R\$ 39 milhões), desconsiderando estes efeitos, a variação é de +2% vs. 4T23 e de +4% vs. 2023, abaixo da inflação e absorvendo o aumento do número de clientes, confirmando a disciplina de custos.

A PECLD foi de R\$ 132 milhões no 4T24 (-8% vs. 4T23) e de R\$ 552 milhões em 2024 (-13% vs. 2023), pela melhor performance da arrecadação.

Na rubrica de Equivalência Patrimonial/Operações Corporativas, no 4T24 foram registrados -R\$ 382 milhões, sendo: -R\$ 368 milhões de ajuste a valor justo referente a venda da usina de Baixo Iguaçu; -R\$ 35 milhões referentes à Itabapoana (classificado como ativo disponível para venda); R\$ 20 milhões pelo resultado de equivalência patrimonial dos ativos de transmissão em parceria com o GIC; e R\$ 2 milhões pelo resultado da usina de Corumbá. No ano foram registrados -R\$ 309 milhões: além do ajuste referente à Baixo Iguaçu de -R\$ 368 milhões, foram registrados -R\$ 76 milhões de ajuste a valor justo referente à Itabapoana; R\$ 123 milhões referente à equivalência dos ativos de transmissão; e R\$ 12 milhões do resultado da usina de Corumbá. Vale lembrar que em 2023, foram registrados -R\$ 364 milhões em 2023 de ajuste a valor justo referente à operação corporativa das transmissoras, no âmbito da venda de 50% de 8 lotes para o GIC e +R\$ 1.555 milhões referente a aquisição de controle da hidrelétrica de Dardanelos, no âmbito do *closing* da operação de permuta de ativos com a Eletrobras.

Como resultado dos efeitos apresentados, o EBITDA foi de R\$ 3.077 milhões no 4T24 (+8% vs. 4T23) e de R\$ 12.517 milhões em 2024, em linha com 2023. Já o EBITDA Ajustado, sem VNR, IFRS e Operações Corporativas, foi de R\$ 2.838 milhões no 4T24 (-6% vs. 4T23) e R\$ 10.571 milhões em 2024, em linha com 2023.

O Resultado Financeiro Consolidado foi de -R\$ 1.377 milhões no 4T24 (-R\$ 240 milhões vs. 4T23) e de -R\$ 4.992 milhões em 2024 (-R\$ 149 milhões vs. 2023), em função do aumento do saldo médio da dívida, devido às captações direcionadas para Capex de transmissão e distribuição.

A rubrica de IR/CS do trimestre foi de -R\$ 105 milhões, -R\$ 52 milhões vs. 4T23, em virtude do maior montante de JSCP declarado no 4T23. No ano foi de -R\$ 1.027 milhões, -R\$ 598 milhões vs. 2023, em virtude do incremento pontual no percentual da atividade incentivada que impacta o lucro da exploração que é base para apuração do benefício, ajustado no 2T23.

O lucro líquido encerrou o trimestre em R\$ 852 milhões (-12% vs. 4T23) e o ano em R\$ 3.635 milhões (-19% vs. 2023). Excluindo os eventos não recorrentes do trimestre e do ano, como o efeito não Caixa de Operações Corporativas, one-off BRR, one-off IFRS-15 Transmissão, reorganização societária e incremento pontual do benefício Sudene, o lucro seria de R\$ 1.387 milhões no 4T24 (-5% vs. 4T23) e de R\$ 4.310 milhões em 2024, em linha com 2023.

5.2. Redes

O resultado do negócio de Redes contempla o desempenho tanto das distribuidoras como dos ativos de transmissão.

DREREDES (R\$ MM)	4T24	4T23	Variação		2024	2023	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Receita Líquida	2.211	1.78	1493	14%	44.683	40.802	3.881	10%
Custos Com Energia	(8.616)	(7.516)	(110)	5%	(30.689)	(28.652)	(2.037)	7%
Margem Bruta s/ VNR	3.595	3.202	393	12%	13.994	12.150	1844	15%
Ativo Financeiro da Concessão (VNR)	582	245	337	138%	1504	1222	282	23%
Margem Bruta	4.177	3.447	730	21%	15.498	13.372	2.126	16%
Despesa Operacional	(91)	(81)	(10)	2%	(3.436)	(3.263)	(173)	5%
PECLD	(131)	(139)	8	(6%)	(552)	(627)	75	(12%)
(+) Equivalência Patrimonial / Operações Corporativas	(15)	(14)	16	(89%)	48	(334)	382	N/A
EBITDA	3.120	2.356	764	32%	11558	9.148	2.410	26%
Depreciação	(557)	(502)	(55)	11%	(2.11)	(1932)	(169)	9%
Resultado Financeiro	(1296)	(1058)	(238)	22%	(4.670)	(4.354)	(316)	7%
IRCS	(242)	(104)	(88)	133%	(1054)	(302)	(752)	249%
LUCRO LÍQUIDO	1025	692	333	48%	3.733	2.560	173	46%

O negócio de Redes encerrou o 4T24 com Margem Bruta sem VNR de R\$ 3.595 milhões, +12% vs. 4T23, impactada pelos efeitos positivos de: (i) aumento da base de clientes; (ii) Reajuste Tarifário de 2023 da Neoenergia Brasília, vigente a partir outubro/23 (variação da parcela B: +7,14%); (iii) Reajuste Tarifário de 2024 da Neoenergia Elektro, vigente a partir de agosto/24 (variação da parcela B: +0,69%); (iv) Reajuste Tarifário de 2024 da Neoenergia Brasília, vigente a partir outubro/24 (variação da parcela B: +5,0%); e (v) maior margem de transmissão, devido aos ajustes não recorrente via IFRS 15 ocorridos no 4T23. Esses efeitos foram parcialmente compensados pelos Reajustes Tarifários de Neoenergia Coelba, Neoenergia Pernambuco e Neoenergia Cosern em abril/24, com variação da parcela B de -4,82%, -4,40% e -5,63%, respectivamente.

No ano, a Margem Bruta sem VNR de R\$ 13.994 milhões (+15% vs. 2023), impactada pelos efeitos de: (i) aumento da base de clientes, (ii) maiores volumes; (iii) Revisões Tarifárias de Neoenergia Coelba e Neoenergia Cosern em abril de 2023, variação da parcela B +2,5% e +0,25%, respectivamente; (iv) Reajuste Tarifário de 2023 da Neoenergia Brasília, vigente a partir outubro/23 (variação da parcela B: +7,14%); (v) Reajuste Tarifário de 2024 da Neoenergia Elektro, vigente a partir de agosto/24 (variação da parcela B: +0,69%); (vi) Reajuste Tarifário de 2024 da Neoenergia Brasília, vigente a partir outubro/24 (variação da parcela B: +5,0%); e (vii) maior margem de transmissão, devido aos ajustes não recorrentes via IFRS 15 ocorridos em 2023. Esses efeitos foram suavizados pela Revisão Tarifária de Neoenergia Elektro em agosto/23, com variação da parcela B de -3,9% e pelos Reajustes Tarifários de Neoenergia Coelba, Neoenergia Pernambuco e Neoenergia Cosern em abril/24, variação da parcela B de -4,82%, -4,40% e -5,63%, respectivamente. A margem bruta de Redes foi de R\$ 4.177 milhões no 4T24 (+21% vs. 4T23) e de R\$ 15.498 milhões em 2024 (+16% vs. 2023), impulsionada pelo maior IPCA no período.

As despesas operacionais somaram R\$ 911 milhões no 4T24 (+12% vs. 4T23) e R\$ 3.436 milhões em 2024 (+5% vs. 2023). Vale destacar que o 4T23 foi impactado por efeitos pontuais de reversão no plano de saúde na Neoenergia Coelba (+R\$ 50 milhões) e reversão de contencioso na Neoenergia Brasília (+R\$ 39 milhões), desconsiderando estes efeitos, a variação é de +1% vs. 4T23 e de +2% vs. 2023, abaixo da inflação e absorvendo o aumento do número de clientes, confirmando a disciplina de custos.

A PECLD foi de R\$ 131 milhões no 4T24 (-6% vs. 4T23) e de R\$ 552 milhões em 2024 (-12% vs. 2023), pela melhor performance da arrecadação.

Na rubrica de Equivalência Patrimonial/Operações Corporativas, no 4T24 foram registrados -R\$ 15 milhões, sendo: -R\$ 35 milhões de ajuste a valor justo referente à Itabapoana (classificado como ativo disponível para venda) e R\$ 20 milhões pelo resultado de equivalência patrimonial dos ativos de transmissão em parceria com o GIC. No ano foram registrados R\$ 48 milhões: -R\$ 76 milhões de ajuste a valor justo referente à Itabapoana e R\$ 123 milhões referente à equivalência dos ativos de transmissão. Vale lembrar que em 2023, foram registrados -R\$ 364 milhões em 2023 de ajuste a valor justo referente à operação corporativa das transmissoras, no âmbito da venda de 50% de 8 lotes para o GIC.

Como resultado dos efeitos apresentados, o EBITDA foi de R\$ 3.120 milhões no 4T24 (+32% vs. 4T23) e de R\$ 11.558 milhões em 2024 (+26% vs. 2023). Já o EBITDA Ajustado, sem VNR, IFRS e Operações Corporativas, foi de R\$ 2.513 milhões no 4T24 (-2% vs. 4T23) e R\$ 9.244 milhões em 2024 (+3% vs. 2023).

O Resultado Financeiro foi de -R\$ 1.296 milhões no 4T24 (-R\$ 238 milhões vs. 4T23) e de -R\$ 4.670 milhões em 2024 (-R\$ 316 milhões vs. 2023), em função do aumento do saldo médio da dívida, devido às captações direcionadas para Capex de transmissão e distribuição.

A rubrica de IR/CS do trimestre foi de -R\$ 242 milhões, -R\$ 138 milhões vs. 4T23, em virtude do maior montante de JSCP declarado no 4T23. No ano foi de -R\$ 1.054 milhões, -R\$ 752 milhões vs. 2023, em virtude do incremento pontual no percentual da atividade incentivada que impacta o lucro da exploração que é base para apuração do benefício, ajustado no 2T23.

O lucro líquido de Redes encerrou o trimestre em R\$ 1.025 milhões (+48% vs. 4T23) e o ano em R\$ 3.733 milhões (+46% vs. 2023).

DRE TRANSMISSÃO (R\$ MM)	4T24	4T23	Variação		2024	2023	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Receita Líquida	1.344	882	462	52%	5.432	3.404	2.028	60%
Custos de Construção	(187)	(1074)	(63)	6%	(4.21)	(3.459)	(662)	9%
Margem Bruta	207	(192)	399	N/A	1.311	(55)	1.366	N/A
Despesa Operacional	(67)	(34)	(33)	97%	(205)	(177)	(28)	16%
PECLD	-	-	-	-	1	(2)	3	N/A
(+) Equivalência Patrimonial / Operações Corporativas	(5)	(141)	126	(89%)	48	(334)	382	N/A
EBITDA	125	(367)	492	N/A	1.155	(568)	1.723	N/A
Resultado Financeiro	(28)	(11)	(99)	87%	(682)	(491)	(91)	39%
IR CS	34	19	(85)	(71%)	(17)	286	(403)	N/A
LUCRO LÍQUIDO	(56)	(363)	307	(85%)	350	(778)	1.128	N/A
IFRS 16	60	(283)	343	N/A	886	(677)	1.563	N/A

As transmissoras apresentaram Margem Bruta de R\$ 207 milhões no trimestre (vs. -R\$ 192 milhões no 4T23), e de R\$ 1.311 milhões em 2024 (vs. -R\$ 55 milhões em 2023), apesar da não consolidação dos 8 ativos da operação com o GIC a partir do 4T23, a margem ficou acima do ano anterior, sobretudo pelo impacto do ajuste não recorrentes via IFRS 15 ocorrido em 2023.

As despesas operacionais somaram R\$ 67 milhões no 4T24 (+97% vs. 4T23), devido a entrada em operação de novos trechos, e R\$ 205 milhões em 2024 (+16% vs. 2023).

Na rubrica de Equivalência Patrimonial/Operações Corporativas, no 4T24 foram registrados -R\$ 15 milhões, sendo: -R\$ 35 milhões de ajuste a valor justo referente à Itabapoana (classificado como ativo disponível para venda) e R\$ 20 milhões pelo resultado de equivalência patrimonial dos ativos de transmissão em parceria com o GIC. No ano foram registrados R\$ 48 milhões: -R\$ 76 milhões de ajuste a valor justo referente à Itabapoana e R\$ 123 milhões referente à equivalência dos ativos de transmissão. Vale lembrar que em 2023, foram registrados -R\$ 364 milhões em 2023 de ajuste a valor justo referente à operação corporativa das transmissoras, no âmbito da venda de 50% de 8 lotes para o GIC.

Como resultado dos efeitos apresentados, o EBITDA de transmissão encerrou o trimestre em R\$ 125 milhões (vs. -R\$ 367 milhões no 4T23) e o ano em R\$ 1.155 milhões (vs. -R\$ 568 milhões em 2023). Já o EBITDA Ajustado, sem IFRS e Operações Corporativas, foi de R\$ 100 milhões no 4T24 (+15% vs. 4T23) e R\$ 345 milhões em 2024 (-27% vs. 2023), impactado pela não consolidação dos 8 ativos da operação com o GIC a partir do 4T23.

A rubrica de IR/CS do trimestre foi de +R\$ 34 milhões, vs. +R\$ 119 milhões no 4T23 e no ano foi de -R\$ 117 milhões vs. +R\$ 286 milhões em 2023, devido aos créditos decorrentes do *one-off* do IFRS15.

O negócio de transmissão teve prejuízo de R\$ 56 milhões no 4T24 (+R\$ 307 milhões vs. 4T23) e lucro de R\$ 350 milhões em 2024 (+R\$ 1.128 milhões vs. 2023).

5.2.1. NEOENERGIA COELBA

DRE (R\$ MM)	4T24	4T23	Variação		2024	2023	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Receita Líquida	4.546	3.753	793	21%	5.580	4.300	1280	9%
Custos Com Energia	(2.893)	(2.224)	(669)	30%	(9.755)	(8.772)	(983)	1%
Margem Bruta s/ VNR	1.653	1.529	124	8%	5.825	5.528	297	5%
Ativo Financeiro da Concessão (VNR)	268	129	139	108%	754	665	89	13%
Margem Bruta	1.921	1.658	263	16%	6.579	6.193	386	6%
Despesa Operacional	(387)	(339)	(48)	14%	(1478)	(1341)	(137)	10%
PECLD	(55)	(39)	(16)	41%	(190)	(230)	40	(17%)
EBITDA	1.479	1.280	199	16%	4.911	4.622	289	6%
Depreciação	(250)	(29)	(31)	14%	(936)	(847)	(89)	11%
Resultado Financeiro	(463)	(425)	(38)	9%	(1769)	(1750)	(19)	1%
IRCS	(87)	(67)	(70)	104%	(398)	(186)	(22)	114%
LUCRO LÍQUIDO	629	569	60	11%	1.808	1.839	(31)	(2%)

A Neoenergia Coelba apresentou margem bruta sem VNR de R\$ 1.653 milhões no 4T24, (+8% vs. 4T23), impactada pelo crescimento da base de clientes (+2,0%). Em 2024, a margem bruta sem VNR foi de R\$ 5.825 milhões (+5% vs. 2023), impactada positivamente por maiores volumes e pela variação da parcela B de +2,5% em abril/23, parcialmente compensada pela variação da parcela B de -4,8% no reajuste de abril/24.

A margem bruta foi de R\$ 1.921 milhões no 4T24 (+16% vs. 4T23) e de R\$ 6.579 milhões em 2024 (+6% vs. 2023), impulsionada pelo maior VNR, dado o maior IPCA no período.

As despesas operacionais contabilizaram R\$ 387 milhões no 4T24 (+14% vs. 4T23), em razão de uma reversão pontual no plano de saúde ocorrida no 4T23 no valor de R\$ 50 milhões. Retirando esse efeito no trimestre as despesas operacionais seriam -1% vs. 4T23, absorvendo a inflação. No ano, as despesas totalizaram R\$ 1.478 milhões (+10% vs. 2023) e, expurgando esse efeito, o crescimento seria de +6% vs. 2023, em linha com a inflação.

No trimestre, a PECLD totalizou R\$ 55 milhões (+41% vs. 4T23), influenciada pela quitação de dívidas através do Programa Desenrola do Governo Federal no 4T23. No ano, a PECLD registrou R\$ 190 milhões (-17% vs. 2023) devido às negociações exitosas com grandes clientes e ao impacto negativo dos pedidos de falência de grandes clientes ocorrido em 2023. Da mesma forma, quando analisamos o indicador de inadimplência (PECLD/ROB) em 2024, ele encerrou em 1,18%, abaixo do limite regulatório de 1,21%.

Como resultado das variações citadas acima, o EBITDA foi de R\$ 1.479 milhões no trimestre (+16% vs. 4T23) e de R\$ 4.911 milhões em 2024 (+6% vs. 2023). O EBITDA Ajustado (ex- VNR) no 4T24 foi de R\$ 1.211 milhões (+5% vs. 4T23) e em 2024 foi de R\$ 4.157 milhões (+5% vs. 2023), reflexo do maior mercado e boa performance operacional, compensando o impactado do reajuste negativo da parcela B neste ano.

O Resultado Financeiro foi de -R\$ 463 milhões no 4T24 (vs. -R\$ 425 milhões no 4T23), em virtude do aumento nos encargos de dívida devido ao maior saldo médio e maior inflação, no ano foi de -R\$ 1.769 milhões, em linha com 2023.

A rubrica de IR/CS do trimestre foi de -R\$ 137 milhões (vs. -R\$ 67 milhões no 4T23), em virtude do maior montante de JSCP declarado no 4T23, e no ano foi de -R\$ 398 milhões (vs. -R\$ 186 milhões em 2023). O ano de 2023 foi positivamente impactado pelo incremento pontual no percentual da atividade incentivada que impacta o lucro da exploração que é base para apuração do benefício.

O Lucro Líquido foi de R\$ 629 milhões no 4T24, +11% vs. 4T23, e de R\$ 1.808 milhões em 2024, -2% vs. 2023.

5.2.2. NEOENERGIA PERNAMBUCO

DRE (R\$ MM)	4T24	4T23	Variação		2024	2023	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Receita Líquida	2.061	2.107	(46)	(2%)	7.793	8.182	(339)	(4%)
Custos Com Energia	(1490)	(1505)	5	(1%)	(5.631)	(5.971)	340	(6%)
Margem Bruta s/ VNR	571	602	(31)	(5%)	2.162	2.161	1	0%
Ativo Financeiro da Concessão (VNR)	133	45	88	196%	289	201	88	44%
Margem Bruta	704	647	57	9%	2.451	2.362	89	4%
Despesa Operacional	(182)	(198)	16	(8%)	(769)	(737)	(32)	4%
PECLD	(23)	(46)	23	(50%)	(179)	(225)	46	(20%)
EBITDA	499	403	96	24%	1.503	1.400	103	7%
Depreciação	(109)	(109)	-	-	(420)	(405)	(15)	4%
Resultado Financeiro	(263)	(233)	(30)	13%	(989)	(993)	4	(0%)
IRCS	(13)	(20)	7	(35%)	-	4	(4)	(100%)
LUCRO LÍQUIDO	114	41	73	178%	94	6	88	1467%

A Neoenergia Pernambuco apresentou margem bruta sem VNR de R\$ 571 milhões no 4T24, (-5% vs. 4T23), impactado pela variação da parcela B de -4,4% em abril/24. Em 2024, a margem bruta sem VNR foi de R\$ 2.162 milhões, em linha com 2023.

A margem bruta foi de R\$ 704 milhões no 4T24 (+9% vs. 4T23) e de R\$ 2.451 milhões em 2024 (+4% vs. 2023), impulsionada pelo maior VNR, dado o maior IPCA no período.

As despesas operacionais no 4T24 foram de R\$ 182 milhões (-8% vs. 4T23), e de R\$ 769 milhões em 2024 (+4% vs. 2023), em linha com a inflação.

No 4T24, a PECLD totalizou R\$ 23 milhões (-50% vs. 4T23) e de R\$ 179 milhões em 2024 (-20% vs. 2023), essa melhora é explicada pela reversão de processos em função de negociações com grandes clientes.

Como resultado das variações citadas acima, o EBITDA no 4T24 foi de R\$ 499 milhões (+24% vs. 4T23) e de R\$ 1.503 milhões em 2024 (+7% vs. 2023). Em complemento, o EBITDA Ajustado (ex-VNR) no 4T24 foi de R\$ 366 milhões (+2% vs. 4T23) e de R\$ 1.214 milhões em 2024, em linha com 2023.

O Resultado Financeiro foi de -R\$ 263 milhões no 4T24 (vs. -R\$ 233 milhões no 4T23), em virtude do aumento dos encargos de dívida e do saldo médio da dívida. Em 2024, o resultado financeiro foi de -R\$ 989 milhões, em linha com 2023.

O Lucro Líquido foi de R\$ 114 milhões no 4T24 (vs. R\$ 41 milhões no 4T23) e de R\$ 94 milhões em 2024 (vs. R\$ 6 milhões em 2023).

5.2.3. NEOENERGIA COSERN

DRE (R\$ MM)	4T24	4T23	Variação		2024	2023	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Receita Líquida	10.5	895	120	13%	3.603	3.403	200	6%
Custos Com Energia	(698)	(564)	(134)	24%	(2.354)	(2.202)	(152)	7%
Margem Bruta s/ VNR	317	331	(14)	(4%)	1.249	1.201	48	4%
Ativo Financeiro da Concessão (VNR)	72	24	48	200%	172	150	22	15%
Margem Bruta	389	355	34	10%	1.421	1.351	70	5%
Despesa Operacional	(76)	(81)	5	(6%)	(262)	(266)	4	(2%)
PECLD	(5)	(5)	-	-	(19)	(7)	(12)	171%
EBITDA	308	269	39	14%	1.140	1.078	62	6%
Depreciação	(45)	(42)	(3)	7%	(177)	(165)	(12)	7%
Resultado Financeiro	(84)	(73)	(11)	5%	(287)	(286)	(1)	0%
IRCS	(36)	(19)	(17)	89%	(19)	(40)	(79)	198%
LUCRO LÍQUIDO	143	135	8	6%	557	587	(30)	(5%)

A Neoenergia Cosern encerrou o 4T24 com Margem Bruta sem VNR de R\$ 317 milhões, (-4% vs. 4T23), impactado variação da parcela B de -5,6% no reajuste de abril/24. Em 2024, a margem bruta sem VNR foi de R\$ 1.249 milhões (+4% vs. 2023), impactada pelo crescimento da base de clientes (+1,7%), pela variação da parcela B de +0,25% da revisão tarifária de abril/23 e maiores volumes, parcialmente compensada pela variação negativa da parcela B de -5,6% no reajuste de abril/24.

A margem bruta foi de R\$ 389 milhões no 4T24 (+10% vs. 4T23) e de R\$ 1.421 milhões no 2024 (+5% vs. 2023), impulsionada pelo maior VNR, dado o maior IPCA no período.

As despesas operacionais contabilizaram R\$ 76 milhões no 4T24 (-6% vs. 4T23) e R\$ 262 milhões em 2024 (-2% vs. 2023), absorvendo a inflação e crescimento de clientes.

A PECLD totalizou R\$ 5 milhões no 4T24, em linha com o 4T23, e R\$ 19 milhões em 2024 (-R\$ 12 milhões vs. 2023). Em 2023 tivemos impacto dos efeitos não recorrentes de renegociações com reversões de Grandes Clientes na ordem de R\$ 10 milhões.

Como resultado das variações citadas acima, o EBITDA no 4T24 foi de R\$ 308 milhões, (+14% vs. 4T23) e em 2024 foi de R\$ 1.140 milhões (+6% vs. 2023). Já o EBITDA Ajustado (ex-VNR) no 4T24 foi de R\$ 236 milhões (-4% vs. 4T23), impactado pelo reajuste anual negativo da parcela B, e R\$ 968 milhões em 2024 (+4% vs. 2023), fruto do maior mercado e boa performance operacional.

O Resultado Financeiro foi de -R\$ 84 milhões no 4T24 (vs. -R\$ 73 milhões no 4T23), em virtude do aumento dos encargos de dívida e do saldo médio da dívida. Em 2024, o resultado financeiro foi de -R\$ 287 milhões, em linha com 2023.

A rubrica de IR/CS no 4T24 foi de -R\$ 36 milhões (vs. -R\$ 19 milhões no 4T23) e em 2024 foi de -R\$ 119 milhões (vs. -R\$ 40 milhões em 2023). O ano de 2023 foi positivamente impactado pelo incremento pontual no percentual da atividade incentivada que impacta o lucro da exploração que é base para apuração do benefício.

O Lucro Líquido foi de R\$ 143 milhões no 4T24 (+6% vs. 4T23) e de R\$ 557 milhões em 2024 (-5% vs. 2023).

5.2.4. NEOENERGIA ELEKTRO

DRE (R\$ MM)	4T24	4T23	Variação		2024	2023	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Receita Líquida	2.290	2.216	74	3%	8.844	8.325	519	6%
Custos Com Energia	(1602)	(1442)	(160)	11%	(5.963)	(5.457)	(506)	9%
Margem Bruta s/ VNR	688	774	(86)	(11%)	2.881	2.868	13	0%
Ativo Financeiro da Concessão (VNR)	106	46	60	130%	277	196	81	41%
Margem Bruta	794	820	(26)	(3%)	3.158	3.064	94	3%
Despesa Operacional	(169)	(161)	(8)	5%	(629)	(601)	(28)	5%
PECLD	(32)	(36)	4	(11%)	(117)	(116)	(1)	1%
EBITDA	593	623	(30)	(5%)	2.412	2.347	65	3%
Depreciação	(102)	(94)	(8)	9%	(388)	(363)	(25)	7%
Resultado Financeiro	(205)	(155)	(50)	32%	(699)	(625)	(74)	12%
IRCS	(91)	(91)	-	-	(410)	(388)	(22)	6%
LUCRO LÍQUIDO	195	283	(88)	(31%)	915	971	(56)	(6%)

A Neoenergia Elektro apresentou margem bruta sem VNR de R\$ 688 milhões no 4T24 (-11% vs. 4T23) e de R\$ 2.881 milhões em 2024, em linha com 2023. Maiores volumes e a variação positiva da parcela B de +0,69% no reajuste de agosto/24 compensaram a variação negativa da parcela B de -3,9% da revisão tarifária de agosto/23.

A margem bruta foi de R\$ 794 milhões no 4T24 (-3% vs. 4T23) e de R\$ 3.158 milhões em 2024 (+3% vs. 2023), impulsionada pelo maior VNR, dado o maior IPCA no período.

As despesas operacionais contabilizaram R\$ 169 milhões no 4T24 (+5% vs. 4T23) e R\$ 629 milhões em 2024 (+5% vs. 2023), em linha com inflação.

No trimestre, a PECLD totalizou R\$ 32 milhões (-11% vs. 4T23), devido ao impacto pontual negativo da recuperação judicial de grandes clientes na ordem de R\$ 3 milhões e pela quitação de dívidas através do Programa Desenrola do Governo Federal no 4T23. Em 2024, a PECLD foi de R\$ 117 milhões, em linha com 2023. Vale destacar que ao longo de 2023 a PECLD foi impactada negativamente pelo efeito não recorrente da recuperação judicial de grandes clientes no valor de R\$ 17 milhões.

Como resultado das variações citadas acima, o EBITDA foi de R\$ 593 milhões no trimestre (-5% vs. 4T23) e de R\$ 2.412 milhões em 2024 (+3% vs. 2023). Já o EBITDA Ajustado (ex- VNR) no 4T24 foi de R\$ 487 milhões (-16% vs. 4T23) e em 2024 foi de R\$ 2.135 milhões, em linha com 2023.

O Resultado Financeiro foi de -R\$ 205 milhões no 4T24 (vs. -R\$ 155 milhões no 4T23) e de -R\$ 699 milhões em 2024 (vs. -R\$ 625 milhões em 2023), em virtude do aumento nos encargos de dívida devido ao maior saldo médio e maior inflação.

O Lucro Líquido foi de R\$ 195 milhões no 4T24, -31% vs. 4T23, e de R\$ 915 milhões em 2024, -6% vs. 2023.

5.2.5. NEOENERGIA BRASÍLIA

DRE (R\$ MM)	4T24	4T23	Variação		2024	2023	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Receita Líquida	985	871	114	13%	3.535	3.279	256	8%
Custos Com Energia	(797)	(698)	(99)	14%	(2.867)	(2.781)	(86)	3%
Margem Bruta s/ VNR	188	173	15	9%	668	498	170	34%
Ativo Financeiro da Concessão (VNR)	5	2	3	150%	3	10	3	30%
Margem Bruta	193	175	18	10%	681	508	173	34%
Despesa Operacional	(61)	(55)	(46)	307%	(199)	(191)	(8)	4%
PECLD	(17)	(13)	(4)	31%	(48)	(48)	-	-
EBITDA	115	147	(32)	(22%)	434	269	165	61%
Depreciação	(50)	(34)	(16)	47%	(176)	(146)	(30)	21%
Resultado Financeiro	(68)	(58)	(10)	17%	(244)	(209)	(35)	17%
IRCS	(1)	(25)	24	(96%)	(14)	16	(30)	N/A
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO	(4)	30	(34)	N/A	-	(70)	70	N/A

A Neoenergia Brasília apresentou margem bruta de R\$ 193 milhões no 4T24 (+10% vs. 4T23) e de R\$ 681 milhões em 2024 (+34% vs. 2023), refletindo a variação da parcela B de +5,0% no reajuste de outubro/24, além do impacto da sobrecontratação, que resultou em um efeito positivo neste ano (+R\$ 21 milhões no 4T24 vs. -R\$ 9 milhões no 4T23 | +R\$ 19 milhões em 2024 vs. -R\$ 137 milhões em 2023).

As despesas operacionais contabilizaram R\$ 61 milhões no 4T24 (+307% vs. 4T23) e R\$ 199 milhões em 2024 (+4% vs. 2023) explicada por uma reversão pontual de contencioso, ocorrida no 4T23, relativa à classe baixa renda no valor de R\$ 39 milhões. Expurgando esse efeito, as despesas teriam apresentado variação de +12% vs. 4T23 e de -14% vs. 2023, refletindo os ganhos de eficiência em função de primarização de mão de obra.

No trimestre, a PECLD foi de R\$ 17 milhões (+R\$ 4 milhões vs. 4T23), vale destacar que o 4T23 foi impactado pela quitação de dívidas através do Programa Desenrola do Governo Federal, que totalizaram R\$ 2,5 milhões. No ano, a PECLD foi de R\$ 48 milhões, em linha com 2023, reflexo do sólido desempenho do plano de recuperação de crédito.

O EBITDA foi de R\$ 115 milhões no trimestre (-22% vs. 4T23) e de R\$ 434 milhões em 2024 (+61% vs. 2023).

O Resultado Financeiro foi de -R\$ 68 milhões no 4T24 (vs. -R\$ 58 milhões no 4T23) e de -R\$ 244 milhões no ano (vs. -R\$ 209 milhões em 2023), em virtude da maior atualização de passivo financeiro setorial.

Como resultado das variações acima, a Neoenergia Brasília registrou prejuízo de R\$ 4 milhões no 4T24 (vs. lucro de R\$ 30 milhões no 4T23) e sem lucro em 2024 (vs. prejuízo de R\$ 70 milhões em 2023).

5.4. Geração e Clientes

O resultado do negócio de Geração e Clientes contempla o desempenho dos parques eólicos, parques solares, usinas hidrelétricas, usina térmica e comercializadora do Grupo Neoenergia.

DRE GERAÇÃO E CLIENTES (R\$ MM)	4T24	4T23	Variação		2024	2023	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Receita Líquida	1092	1368	(276)	(20%)	4.336	5.176	(840)	(16%)
Custos Com Energia	(536)	(681)	145	(21%)	(2.179)	(2.746)	567	(21%)
MARGEM BRUTA	556	687	(131)	(19%)	2.157	2.430	(273)	(11%)
Despesa Operacional	(62)	(67)	5	(9%)	(550)	(516)	(34)	7%
PECLD	(1)	(4)	3	(75%)	-	(5)	5	(100%)
(+) Equivalência Patrimonial / Operações Corporativas	(367)	51	(48)	(820%)	(357)	1580	(1937)	(23%)
EBITDA	36	567	(531)	(94%)	1250	3.489	(2.239)	(64%)
Depreciação	(19)	(10)	(9)	8%	(473)	(435)	(38)	9%
Resultado Financeiro	(41)	(43)	2	(5%)	(185)	(238)	53	(22%)
IR/CS	129	21	108	514%	(4)	(139)	135	(97%)
LUCRO LÍQUIDO	5	435	(430)	(99%)	588	2.677	(2.089)	(78%)

DRE HIDROS (R\$ MM)	4T24	4T23	Variação		2024	2023	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Receita Líquida	222	226	(4)	(2%)	850	702	148	21%
Custos Com Energia	(43)	(34)	(9)	26%	(169)	(113)	(56)	50%
MARGEM BRUTA	179	192	(13)	(7%)	681	589	92	16%
Despesa Operacional	(38)	(55)	17	(31%)	(186)	(188)	2	(1%)
(+) Equivalência Patrimonial / Operações Corporativas	(367)	51	(48)	N/A	(357)	1580	(1937)	N/A
EBITDA	(226)	188	(414)	N/A	188	2.031	(1843)	(91%)
Depreciação	(27)	(25)	(2)	8%	(107)	(93)	(14)	15%
Resultado Financeiro	(9)	(8)	(1)	1%	(38)	(47)	9	(19%)
IR/CS	(7)	40	(47)	N/A	(57)	(5)	(52)	1040%
LUCRO LÍQUIDO	(269)	195	(464)	N/A	(14)	1886	(1900)	N/A

DRE ÉOLICAS (R\$ MM)	4T24	4T23	Variação		2024	2023	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Receita Líquida	370	339	31	9%	1312	1293	19	1%
Custos Com Energia	(46)	(61)	15	(25%)	(242)	(279)	37	(13%)
MARGEM BRUTA	324	278	46	17%	1070	1014	56	6%
Despesa Operacional	(61)	(53)	(8)	15%	(233)	(206)	(27)	13%
EBITDA	263	225	38	17%	837	808	29	4%
Depreciação	(79)	(67)	(12)	18%	(299)	(265)	(34)	13%
Resultado Financeiro	(37)	(27)	(10)	37%	(62)	(58)	(4)	3%
IR/CS	131	(11)	142	N/A	70	(72)	142	N/A
LUCRO LÍQUIDO	278	120	158	132%	446	313	133	42%

DRESOLAR (R\$ MM)	4T24	4T23	Variação		2024	2023	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Receita Líquida	16	14	1	7%	59	59	-	-
Custos Com Energia	(8)	(2)	(6)	300%	(17)	(14)	(3)	21%
MARGEM BRUTA	7	12	(5)	(42%)	42	45	(3)	(7%)
Despesa Operacional	(1)	(1)	-	-	(4)	(4)	-	-
EBITDA	6	11	(5)	(45%)	38	41	(3)	(7%)
Depreciação	(4)	(3)	(1)	33%	(15)	(15)	-	-
Resultado Financeiro	-	(1)	1	N/A	-	(3)	3	N/A
IR/CS	(1)	-	(1)	N/A	(3)	(2)	(1)	50%
LUCRO LÍQUIDO	1	7	(6)	(86%)	20	21	(1)	(5%)

DRE TERMOPERNAMBUCO (R\$ MM)	4T24	4T23	Variação		2024	2023	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Receita Líquida	61	420	(359)	(85%)	668	1647	(979)	(59%)
Custos Com Energia	(49)	(252)	203	(81%)	(425)	(977)	552	(56%)
Margem Bruta	12	168	(156)	(93%)	243	670	(427)	(64%)
Despesa Operacional	(20)	(33)	13	(39%)	(78)	(91)	13	(14%)
EBITDA	(8)	135	(143)	N/A	165	579	(414)	(72%)
Depreciação	(8)	(17)	9	(53%)	(47)	(61)	11	(23%)
Resultado Financeiro	5	(9)	14	N/A	12	(37)	49	N/A
IRCS	6	(8)	14	N/A	(7)	(52)	45	(87%)
LUCRO LÍQUIDO	(5)	101	(106)	N/A	124	429	(305)	(71%)

DRE COMERCIALIZAÇÃO (R\$ MM)	4T24	4T23	Variação		2024	2023	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Receita Líquida	433	365	68	19%	1448	1461	(13)	(1%)
Custos Com Energia	(390)	(326)	(64)	20%	(1326)	(1348)	22	(2%)
Margem Bruta	43	39	4	10%	122	113	9	8%
Despesa Operacional	(40)	(28)	(12)	43%	(99)	(79)	(20)	25%
PECLD	(1)	(4)	3	(75%)	-	(5)	5	N/A
EBITDA	2	7	(5)	(71%)	23	29	(6)	(21%)
Depreciação	(1)	1	(2)	N/A	(5)	(1)	(4)	400%
Resultado Financeiro	-	2	(2)	N/A	3	7	(4)	(57%)
IRCS	-	-	-	-	(7)	(8)	1	(13%)
LUCRO LÍQUIDO	1	10	(9)	(90%)	14	27	(13)	(48%)

O negócio de Geração e Clientes apresentou margem bruta de R\$ 556 milhões no 4T24 (-19% vs. 4T23) e de R\$ 2.157 milhões em 2024 (-11% vs. 2023), decorrente do menor resultado de Termopernambuco, em razão da alteração de seus contratos de venda de energia com Neoenergia Coelba e Neoenergia Pernambuco, vigentes até 14/05/24, para o contrato de reserva de capacidade, vigente a partir de 01/10/24. Esse efeito foi parcialmente compensado pelo melhor resultado em Hidros explicado pela consolidação de Dardanelos a partir de setembro/23 e melhor resultado dos ativos eólicos, devido ao impacto positivo de *Claim* junto a fornecedor da ordem de R\$ 80 milhões.

As despesas operacionais somaram R\$ 152 milhões no 4T24 (-9% vs. 4T23) e R\$ 550 milhões em 2024 (+7% vs. 2023), em decorrência, principalmente, de maior despesa com O&M em eólicas, com novos ativos e a consolidação da usina de Dardanelos.

Na rubrica de Equivalência Patrimonial/Operações Corporativas, no 4T24 foram registrados -R\$ 367 milhões, sendo: -R\$ 368 milhões de ajuste a valor justo referente a venda da usina de Baixo Iguaçu; e R\$ 2 milhões pelo resultado da usina de Corumbá. No ano foram registrados -R\$ 357 milhões: -R\$ 368 milhões do ajuste referente à Baixo Iguaçu e R\$ 12 milhões do resultado de Corumbá. Vale lembrar que em 2023, foram registrados +R\$ 1.555 milhões referente a aquisição de controle da hidrelétrica de Dardanelos, no âmbito do *closing* da operação de permuta de ativos com a Eletrobras.

Por esses efeitos, o EBITDA totalizou R\$ 36 milhões no 4T24 (-94% vs. 4T23) e R\$ 1.250 milhões em 2024 (-64% vs. 2023). Desconsiderando as operações corporativas, o EBITDA teria apresentado variação de -22% vs. 4T23 e de -16% vs. 2023.

O resultado financeiro foi de -R\$ 41 milhões no 4T24 (+R\$ 2 milhões vs. 4T23) e de -R\$ 185 milhões em 2024 (+R\$ 53 milhões vs. 2023), reflexo do resultado positivo de Termopernambuco, decorrente da amortização integral do seu endividamento em abril/24.

O lucro líquido foi de R\$ 5 milhões no 4T24 (-99% vs. 4T23) e de R\$ 588 milhões em 2024 (-78% vs. 2023).

6. EBITDA (LAJIDA)

Atendendo a Resolução CVM nº 156/22 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma resolução:

EBITDA (R\$ MM)	4T24	4T23	Variação		2024	2023	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Lucro líquido do período (A)	852	973	(121)	(12%)	3.635	4.461	(826)	(19%)
Lucro Atribuído aos minoritários (B)	(8)	(16)	8	(50%)	(47)	(66)	19	(29%)
Despesas financeiras (C)	(1448)	(1147)	(301)	26%	(5.250)	(4.844)	(406)	8%
Receitas financeiras (D)	298	304	(6)	(2%)	121	1262	(48)	(4%)
Outros resultados financeiros, líquidos (E)	(227)	(294)	67	(23%)	(956)	(1261)	305	(24%)
Imposto de renda e contribuição social (F)	(15)	(53)	(52)	98%	(1027)	(429)	(598)	139%
Depreciação e Amortização (G)	(735)	(676)	(59)	9%	(2.816)	(2.560)	(256)	10%
EBITDA = (A-(B+C+D+E+F+G))	3.077	2.855	222	8%	12.517	12.359	158	1%
Ativo Financeiro da Concessão - VNR (H)	582	245	337	138%	1504	1222	282	23%
IFRS 15 (I)	60	(283)	343	N/A	886	(677)	1563	N/A
Operações Corporativas (J)	(403)	(18)	(290)	257%	(444)	191	(1635)	N/A
EBITDA Ajustado = (EBITDA -(H+I+J))	2.838	3.006	(168)	(6%)	10.571	10.623	(52)	(0%)

7. RESULTADO FINANCEIRO

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO (R\$ MM)	4T24	4T23	Variação		2024	2023	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Renda de aplicações financeiras	222	212	10	5%	883	847	36	4%
Encargos, variações monetárias e cambiais e Instrumentos financeiros derivativos de dívida	(1426)	(1208)	(28)	8%	(5.371)	(5.303)	(68)	1%
Outros resultados financeiros não relacionados a dívida	(173)	(141)	(32)	23%	(504)	(387)	(17)	30%
Juros, comissões e acréscimo moratório	72	89	(17)	(19%)	333	342	(9)	(3%)
Variações monetárias e cambiais - outros	(6)	4	(20)	N/ A	(35)	8	(53)	N/ A
Atualização provisão para contingências / depósitos judiciais	(25)	(8)	(7)	39%	(11)	(10)	(21)	18%
Atualização do ativo / passivo financeiro setorial	(53)	(47)	(6)	8%	(162)	(187)	(25)	18%
Obrigações pós emprego	(23)	(28)	5	(18%)	(94)	(98)	4	(4%)
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	(28)	(11)	13	(9%)	(405)	(392)	(13)	3%
Total	(1377)	(137)	(240)	21%	(4.992)	(4.843)	(149)	3%

O Resultado Financeiro Consolidado foi de -R\$ 1.377 milhões no 4T24 (-R\$ 240 milhões vs. 4T23) e de R\$ 4.992 milhões em 2024 (-R\$ 149 milhões vs. 2023), explicado, principalmente, pela maior despesa com encargos de dívida em razão do aumento de 10% no saldo médio da dívida em relação ao ano anterior, devido às captações direcionadas para Capex de transmissão e distribuição.

8. INVESTIMENTOS

O Capex da Neoenergia encerrou 2024 em R\$ 9,8 bilhões, conforme abaixo:

CAPEX Neoenergia (R\$ milhões)	4T24	4T23	Δ %	2024	2023	Δ %
Redes	2.945	2.166	36%	9.602	8.210	17%
Distribuidoras	1800	1074	68%	5.468	4.724	16%
Transmissoras	1.145	1.092	5%	4.134	3.485	19%
Geração e Clientes	88	234	(63%)	193	679	(72%)
Hidrelétricas	40	26	54%	66	40	64%
Eólicas	29	177	(83%)	93	581	(84%)
Solar	1	(4)	N/A	6	(1)	N/A
Termopernambuco	1	24	(95%)	5	39	(88%)
Clientes	17	11	58%	23	20	17%
Outros	10	5	83%	15	14	6%
TOTAL	3.042	2.410	26%	9.811	8.903	10%

Nota: Não consideram as atualizações financeiras e provisões capitalizadas

8.1. Redes

8.1.1. Distribuição

Em 2024, o Capex das distribuidoras foi de R\$ 5,5 bilhões, dos quais R\$ 3,5 bilhões foram destinados à expansão de redes. Segue abaixo tabela com a abertura do Capex por distribuidora.

INVESTIMENTOS REALIZADOS (valores em R\$ MM)	CONSOLIDADO				
	4T24		2024		
Expansão de Rede	(706)	(117)	(74)	(186)	(25)
Programa Luz para Todos	(78)	-	-	-	-
Novas Ligações	(342)	(96)	(46)	(107)	(10)
Novas SEs e RD's	(287)	(22)	(28)	(79)	(15)
Compromisso ECV	-	1	-	-	-
Renovação de Ativos	(120)	(52)	(27)	(60)	(22)
Melhoria da Rede	(53)	(17)	(15)	(35)	(8)
Perdas e Inadimplência	(27)	(40)	(4)	(2)	(6)
Outros	(12)	(29)	(25)	(49)	(54)
Movimentação Material (Estoque x Obra)	9	18	(10)	(8)	5
(=) Investimento Bruto	(1.009)	(237)	(154)	(339)	(122)
SUBVENÇÕES	48	4	7	14	2
(=) Investimento Líquido	(960)	(233)	(147)	(325)	(120)
Movimentação Material (Estoque x Obra)	(9)	(18)	10	8	(5)
(=) CAPEX	(969)	(251)	(138)	(317)	(125)
Base de Anuidade Regulatória	(12)	(29)	(25)	(49)	(54)
Base de Remuneração Regulatória	(905)	(226)	(119)	(283)	(72)
	(1800)				(5.468)

8.1.2. Transmissão

Em 2024, o Capex das transmissoras foi de R\$ 4,1 bilhões, 19% acima do realizado em 2023, integralmente dedicado à construção das linhas e subestações dos lotes adquiridos nos leilões.

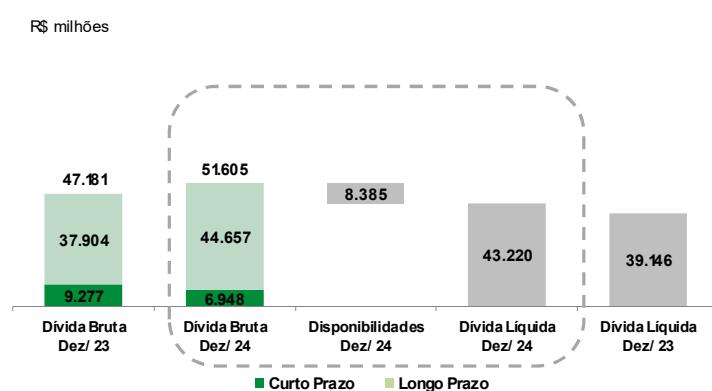
8.2. Geração e Clientes

Os investimentos realizados em Geração e Clientes somaram R\$ 193 milhões em 2024, destinados para manutenção dos parques eólicos, solares e das hidrelétricas. Destacamos que em 2023 o Capex de eólicas foi essencialmente referente à construção do Complexo Oitis.

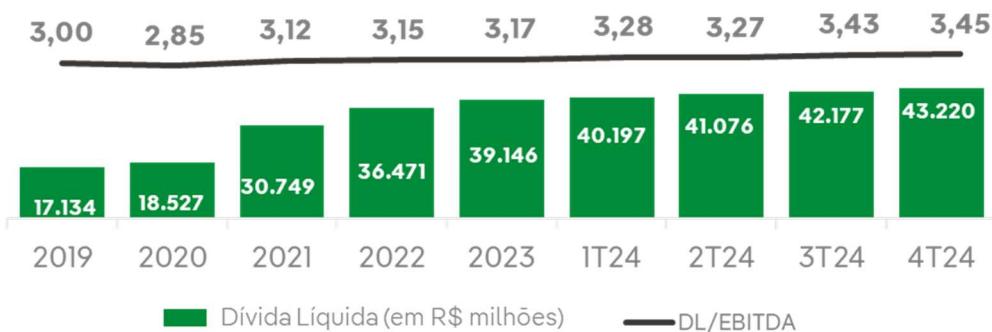
9. ENDIVIDAMENTO

9.1. Posição de Dívida e Alavancagem Financeira

Em dezembro de 2024, a dívida líquida do consolidado da Neoenergia, incluindo caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários atingiu R\$ 43.220 milhões (dívida bruta de R\$ 51.605 milhões), apresentando um crescimento de 10% (+R\$ 4.074 milhões) em relação a dezembro de 2023, explicado principalmente pela execução de Capex dos projetos de redes. Em relação a segregação do saldo devedor, a Neoenergia possui 87% da dívida contabilizada no longo prazo e 13% no curto prazo.



O indicador financeiro Dívida total líquida/EBITDA passou de 3,17x em dezembro de 2023 para 3,45x em dezembro de 2024.



9.2. Cronograma de amortização das dívidas

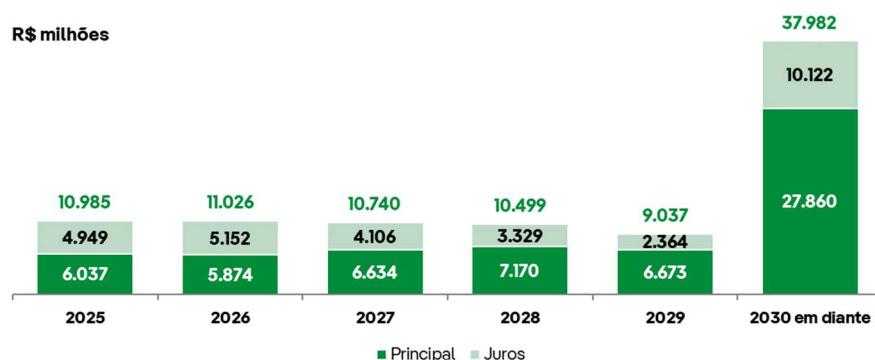
A Companhia busca alinhar a estrutura de sua dívida em consonância com o ciclo financeiro de seus negócios, observando as peculiaridades de cada empresa e as características de suas concessões e autorizações. Visando eficiência por meio da redução do custo da dívida e do alongamento de seu perfil de amortização, a Companhia executa uma gestão ativa de seus passivos financeiros de modo a evitar concentração dos vencimentos de dívida.

Os montantes vincendos nos próximos anos não apresentam concentração em nenhum período específico, estando consistentes com volumes vencidos nos últimos exercícios.

Em 2025, as maiores amortizações são referentes a Neoenergia Coelba, no valor estimado de R\$ 2.248 milhões, a Neoenergia Pernambuco, no montante estimado de R\$ 1.368 milhões, e a Neoenergia Elektro, no montante de R\$ 940 milhões. A soma dos vencimentos dessas distribuidoras equivale a 75% do volume consolidado a amortizar neste período.

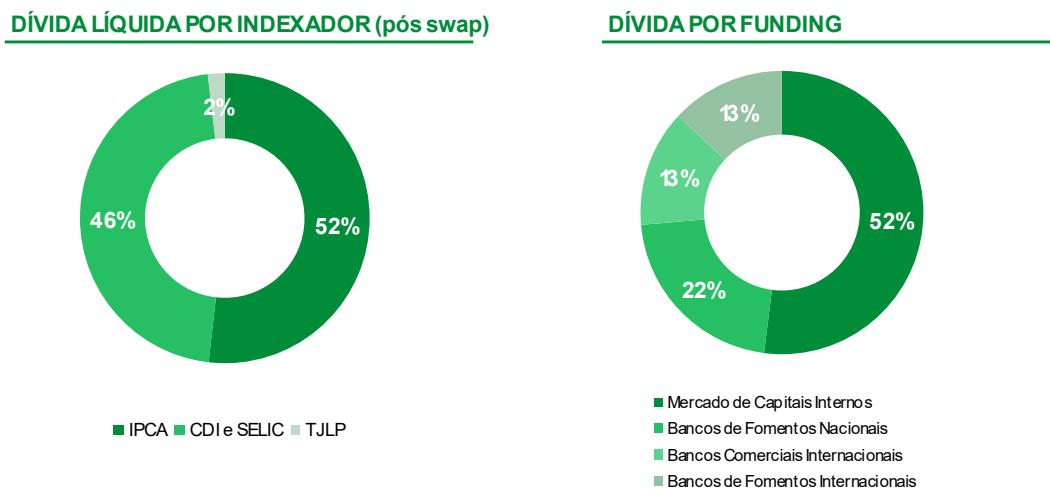
Em 2026, as maiores concentrações de pagamento de dívida são referentes a Neoenergia Coelba, no valor estimado de R\$ 2.179 milhões, a Neoenergia Pernambuco, no montante estimado de R\$ 1.006 milhões, a Neoenergia Elektro, no montante de R\$ 870 milhões, e a Neoenergia Brasília, no valor estimado de R\$ 650 milhões. A soma dos vencimentos dessas distribuidoras equivale a 80% do volume consolidado a amortizar neste período.

O prazo médio do endividamento da Neoenergia em dezembro de 2024 foi de 6,30 anos (vs. 5,20 anos em dezembro de 2023). O gráfico abaixo apresenta o cronograma de vencimentos de principal e juros da dívida, utilizando as curvas *forward* de mercado para os indexadores e moedas atrelados ao endividamento vigente ao final de 2024.



9.3. Perfil Dívida

Os gráficos abaixo apresentam o saldo de dívidas segregado por fonte de captação e por indexador. O custo médio da dívida consolidada em 2024 foi de 10,8% (vs. 11,8% em dezembro de 2023).



No 4T24 captamos um total de R\$ 3.022 milhões. Destacamos as seguintes linhas de desembolso de dívida:

- Desembolso da 19ª Emissão de Debêntures da Neoenergia Coelba, no valor de R\$ 790 milhões e prazo de 6 anos;
- Desembolso de 4131 junto ao BOFA para Neoenergia Coelba, no valor de R\$ 700 milhões e prazo de 5 anos;

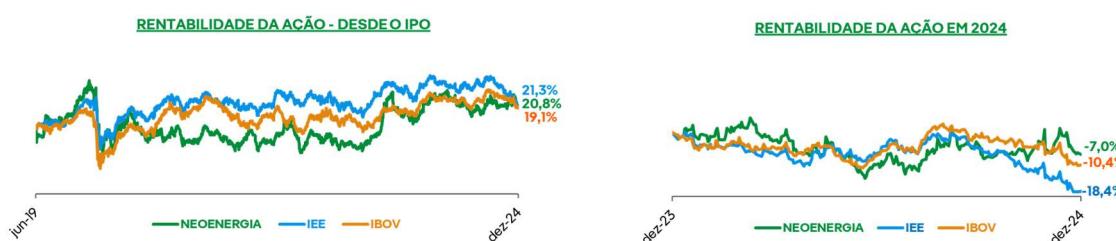
- iii. Liberação da 15ª Emissão de Debêntures da Neoenergia Pernambuco, no valor de R\$ 670 milhões e prazo de 6 anos;
- iv. Liberação da 1ª Emissão de Debêntures da Neoenergia Morro do Chapéu, no valor de R\$ 432 milhões e prazo de 14 anos;
- v. Desembolso do financiamento de Neoenergia Coelba junto ao BNDES, no valor de R\$ 400 milhões e prazo de 2 anos;
- vi. Liberação de linha 4131 junto ao BOFA para Afluente T, no valor total de R\$ 30 milhões e prazo de 2 anos;
- vii. Desembolso de subcrédito do BNDES para Calango 6 (R\$ 0,2 milhão | prazo: 8 anos), Lagoa 1 (R\$ 0,2 milhão | prazo: 9 anos) e NC Energia (R\$ 0,04 milhão | prazo: 5 anos).

10. RATING

Em 27 de março de 2024, a Standard & Poor's – S&P reafirmou o rating da Neoenergia e suas distribuidoras em "BB" na Escala Global e 'brAAA` na Escala Nacional Brasil, limitadas ao rating soberano.

11. MERCADO DE CAPITAIS

Em 30 de dezembro de 2024, o valor de mercado da Companhia era de R\$22,95 bilhões com as ações (NEOE3) cotadas a R\$ 18,91. No ano de 2024, as ações apresentaram desvalorização de 7,0%, conforme demonstrado nos gráficos abaixo:



Abaixo, quadro com valores de cotação da ação e valor de mercado:

Mercado de capitais	IPO	4T24
Quantidade de ações (mil)	1.213.797.248	1.213.797.248
Valor da ação	15,65	18,91
Valor de mercado ¹ (R\$ milhões)	18.996	22.953

¹Valor de mercado = quantidade de ação x valor da ação

12. OUTROS TEMAS

12.1. Clientes Baixa Renda

Nº de Consumidores Residenciais (milhares)	Consolidado	4T24					4T23					
		Neoenergia Coelba	Neoenergia Pernambuco	Neoenergia Cosem	Neoenergia Elektro	Neoenergia Brasília	Consolidado	Neoenergia Coelba	Neoenergia Pernambuco	Neoenergia Cosem	Neoenergia Elektro	Neoenergia Brasília
Convenional	1.934	4.110	2.498	10.9	2.327	950	1.800	4.174	2.438	994	2.246	948
Baixa Renda	3.905	19.7	1227	398	262	11	3.733	1738	1208	397	295	95
Total	14.838	6.056	3.725	14.17	2.589	1051	14.534	5.913	3.647	1390	2.541	1043

12.2. Parceria para autoprodução com a CCR

Em novembro de 2024 a Neoenergia anunciou ao mercado operação com a CCR para implementação de autoprodução de energia por fonte eólica, gerada por parte do Complexo Oitis, que possui 566,5MW de capacidade instalada, dos quais 44 MWm serão destinados às subsidiárias CCR pelo prazo de 16 anos a partir de janeiro de 2025.

A operação entre as subsidiárias inclui compra e venda de ações:

- (i) Contratos de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças ("CCVA"), para aquisição, pela CCR, de participações acionárias, respectivamente, (a) 2,84% da Oitis 2 Energia Renovável S.A. ("Oitis 2"), (b) 6,75% da Oitis 4 Energia Renovável S.A. ("Oitis 4"), e (c) 5,25% da Oitis 6 Energia Renovável S.A. ("Oitis 6" e, em conjunto, com a Oitis 2 e Oitis 4, "SPEs") de titularidade direta da Neoenergia Renováveis, pelo valor de R\$21,7 milhões;
- (ii) Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica, com as SPEs, com a interveniência e anuênciaria da Companhia e da Neoenergia Renováveis ("PPA" e, em conjunto com a celebração do CCVA, as "Operações", respectivamente).

12.3. Venda da participação da UHE Baixo Iguaçu

Em fevereiro de 2025 a Neoenergia anunciou a venda para a EDF e STOA da totalidade das ações do capital social da Geração Céu Azul S.A. que, por sua vez, detém uma participação de 70% no Consórcio Empreendedor Baixo Iguaçu, que opera a Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu, situada no Paraná, com capacidade instalada de 350 MW e 172 MWm de garantia física. A transação possui um Enterprise Value de R\$ 1,4 bilhão e Equity Value de R\$ 1,0 bilhão, com impacto de -0,06x na alavancagem, a partir de 2026.

Essa operação reforça a estratégia de rotação de ativos da Neoenergia com foco na otimização de portfólio com geração de valor, seguindo a disciplina de capital.

12.4. Práticas de Gestão

12.4.1. Remuneração de Acionistas

A Neoenergia possui definido em seu Estatuto o pagamento de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido, conforme Política de Distribuição de Dividendos, disponível no site da Companhia (<https://www.neoenergia.com/politicas-governanca-corporativa>).

Em 2024, a Companhia deliberou os seguintes proventos:

- (i) Dividendos de R\$ 301.373 mil, deliberados em Assembleia Geral Ordinária de 19/04/24 e pagos em 20/12/24;
- (ii) Juros sobre Capital Próprio de R\$ 200.000 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 24/06/24 e pagos em 20/12/24;
- (iii) Juros sobre Capital Próprio de R\$ 316.061 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 12/12/24 e com previsão de pagamento até 31/12/25.

A Companhia informa que a destinação completa dos resultados de 2024 será aprovada na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2025.

12.4.2. Governança Corporativa

O Sistema de Governança e Sustentabilidade da Neoenergia reúne as políticas e os princípios que regem a organização, a operação e as relações das sociedades subsidiárias e da Neoenergia, atendendo os mais altos níveis de Governança Corporativa de empresas brasileiras, o que qualifica a Neoenergia para listagem de suas ações no Novo Mercado da B3.

O Sistema estabelece normas, recomendações e práticas que visam assegurar o cumprimento do estatuto social, em particular, o objeto social, assim como o interesse social da Neoenergia e de seus acionistas ao passo que respeita as determinações do Acordo de Acionistas atualmente vigente.

O Propósito e os Valores do Grupo Neoenergia, também reúne e referenda todos os elementos chaves do Sistema de Governança e Sustentabilidade, cujo desenvolvimento se atribui ao Conselho de Administração, sem prejuízo de outras competências.

Conselho de Administração

É composto por treze membros titulares e dez membros suplentes, com mandato de dois anos, sendo permitida a reeleição. Dentre os membros titulares, sete são indicados pela Iberdrola, três pela Previ e três são membros independentes. As atribuições do Conselho incluem a orientação geral dos negócios e a eleição e destituição dos diretores. Os membros se reúnem ordinariamente, 8 vezes ao ano para avaliar os desempenhos econômico, ambiental e social da Companhia. Os integrantes podem ainda se reunir extraordinariamente quando convocados pelo seu Presidente ou, na sua falta, pelo conselheiro eleito em sua substituição ou, ainda, por um terço dos conselheiros, em requerimento conjunto.

Conselho Fiscal

Com função independente, é composto por cinco membros titulares e cinco suplentes. Os membros são eleitos pela Assembleia Geral para mandatos de um ano. O Conselho Fiscal reúne-se ordinariamente para (i) opinar sobre o Relatório Anual da Administração e as respectivas demonstrações financeiras; e (ii) para analisar o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas trimestralmente pela Companhia, e extraordinariamente em caso de necessidade.

Diretoria Executiva

É responsável pela administração e gestão dos negócios da Companhia, sendo composta atualmente por dez membros, incluindo o Diretor Presidente. Seus integrantes são nomeados pelo Conselho de Administração para mandatos de três anos, passíveis de renovação. Os diretores se reúnem ordinariamente, uma vez por semana ou sempre que convocados por qualquer Diretor.

Comitês

A Neoenergia possui cinco comitês de assessoramento ao Conselho de Administração: Auditoria, Financeiro, Remuneração e Sucessão, Partes Relacionadas e, desde 2021, Sustentabilidade. Cada comitê é formado por cinco membros titulares e por quatro membros suplentes, com exceção do Comitê de Partes Relacionadas, que é composto por três membros titulares, sendo obrigatoriamente dois independentes e um proveniente de mercado. Os integrantes dos comitês de Auditoria, de Sustentabilidade e de Remuneração e Sucessão são conselheiros de administração. O Comitê Financeiro poderá ter membros do Conselho de Administração ou pessoas por eles indicadas, que se reúnem de acordo com as pautas demandadas pelo Conselho. Membros independentes passaram a fazer parte dos comitês em 2019, conferindo maior transparência para seu funcionamento. Os comitês, dentro de seu escopo, são responsáveis por análises e recomendações de grande parte das decisões do Conselho.

Como parte integrante das práticas de Governança, o Grupo Neoenergia possui um modelo de Controles Internos que assegura a confiabilidade na geração e divulgação das informações financeiras e não financeiras. O modelo é suportado por uma ferramenta e pautado em dois grandes pilares: (i) identificação dos riscos e desenho / execução dos controles e (ii) certificação das informações.

A certificação financeira ocorre semestralmente para que os Executivos possam assegurar que as informações financeiras sob suas responsabilidades são fidedignas e os controles internos para suportá-las foram executados da forma adequada. No caso da certificação não financeira, os executivos atestam anualmente o ambiente de controles existentes para garantir a qualidade e integridade das informações dos indicadores reportados no Relatório de Sustentabilidade.

12.4.3. Gestão de Pessoas

A Neoenergia adota uma Política de Gestão de Pessoas que define como atraímos, desenvolvemos e fidelizamos profissionais talentosos. Nosso objetivo é fomentar o bem-estar físico, mental e emocional das equipes mediante o seu crescimento pessoal e profissional. Assim, buscamos que as pessoas participem do projeto de êxito empresarial do Grupo, garantindo um posto de trabalho digno e estável, em um ambiente diversificado e inclusivo.

A visão de Treinamento e Desenvolvimento é considerada fundamental para o sucesso da Neoenergia, pois impacta diretamente no desempenho e resultado dos negócios. A empresa desenvolve diversos programas para melhorar a qualificação técnica de seus profissionais de forma a torná-los aptos para o desempenho de suas funções e contribuir para o fomento de uma cultura de desenvolvimento, criação de valor e melhoria contínua, permitindo aos seus colaboradores assumirem protagonismo em seu desenvolvimento e crescimento de carreira.

Em 2024, além dos programas direcionados a talentos e sucessores, investimos na formação de 100% de nossos líderes e colaboradores, focando no fortalecimento da nossa Cultura e da Centralidade no Cliente, competência estratégica e prioritária para a Neoenergia. Também realizamos formações para reciclagem de competências e atualizações obrigatórias para todos os níveis. Nosso objetivo é realizar negócios com competência, garantindo resultados sustentáveis por meio do desenvolvimento contínuo de nossas pessoas.

Sobre o tema diversidade, em 2024, promovemos diversas ações com o público interno, destacando-se:

- Cartilha Informativa sobre Assédio no Ambiente de Trabalho: como parte dos nossos processos de Compliance, a cartilha foi divulgada nos canais internos de comunicação, treinamentos e eventos com objetivo de ajudar a identificar, prevenir e combater o assédio;
- Conteúdos de diversidade e inclusão: foram mais de 5 mil participações nos eventos de diversidade e inclusão, que incluíram antirracismo, violência contra a mulher, orgulho LGBT, luta da pessoa com deficiência e outros;
- Vilarejos Junt+s: rodas de conversa conduzidas por colaboradores para pequenos grupos. Os encontros são um ambiente seguro de acolhimento. LGBTFobia no ambiente de trabalho, maternidade, autoestima e pessoas negras, segurança psicológica de pessoas LGBT, pessoas 45+ são alguns dos temas tratados;
- Escola de Eletricistas: iniciativa para criar oportunidades de capacitação profissional gratuita, que apoia a entrada no mercado de trabalho para moradores das áreas de atuação das distribuidoras;
- Potencialize: programa de desenvolvimento exclusivo para pessoas negras;
- Herenergy: programa global de desenvolvimento de mulheres para cargos de superintendência e diretoria;
- Formação administrativa de pessoas com deficiência: programa de qualificação profissional para pessoas com deficiência em parceria com o Senai. Os formados entram no banco de talentos da Neoenergia para futuras contratações;
- Programa de acolhimento de colaboradoras em situação de violência contra a mulher: iniciativa oferece suportes como acompanhamento jurídico, psicológico, financeiro além de outras medidas.

Mantendo nosso alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, mantivemos a Escola de Eletricistas, que é uma iniciativa que visa criar oportunidades de capacitação profissional gratuita e apoiar a entrada no mercado de trabalho

para moradores das áreas de atuação das distribuidoras de energia da companhia. Entre 2019 e 2022, formamos turmas exclusivas para mulheres, visando fomentar a participação feminina no mercado de eletricistas. A partir de 2023, com a participação espontânea de mulheres nas turmas mistas, reduziu-se o número de turmas dedicadas exclusivamente a elas.

A Escola é reconhecida como exemplo global de um dos Princípios de Empoderamento das Mulheres (WEPs) pelo WeEmpower, programa da ONU Mulheres, da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da União Europeia para estimular boas práticas das empresas. Finalizamos o ano com as mulheres ocupando mais de 10% do nosso quadro de eletricistas contra 5,6% em 2022 e 8,4% em 2023, confirmando nossa crença na igualdade de gênero e nosso compromisso em alcançar mais de 12% até 2030.

Em 2024, a Neoenergia alcançou marcos relevantes em suas iniciativas de voluntariado, refletindo seu compromisso contínuo com a responsabilidade social e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). No ano, foram registradas 4.208 participações, superando as projeções mapeadas na nossa meta ESG de voluntariado, que prevê 3.700 participações em 2025 e 4.700 em 2030.

Além das ações previstas no cronograma anual do voluntariado corporativo, a Neoenergia demonstrou solidariedade e apoio às vítimas das enchentes no Rio Grande do Sul, com a participação de 1.194 doadores, entre colaboradores e familiares, a campanha arrecadou um total de R\$ 113 mil. Com a contrapartida do Instituto Neoenergia, o valor total doado chegou a R\$ 227 mil. Este esforço coletivo foi fundamental para fornecer assistência e recursos às comunidades afetadas, evidenciando o espírito de união e responsabilidade social da equipe Neoenergia.

Algumas ações de 2024 que foram destaque:

- Eu cuido do meu quadrado: os voluntários e suas famílias fizeram ações de limpeza nas proximidades de casa e do trabalho, recolhendo mais de 387 quilos de lixo das ruas;
- Ensinandos Profissões: palestras focadas em contribuir para o emprego de qualidade para jovens. Aconteceu em cinco estados impactando mais de 500 pessoas;
- Campanha de doação de roupas: arrecadação de mais de 28.281 mil peças para 80 instituições beneficiadas;
- Operação quilo: doação de mais de 42,5 mil quilos de alimentos arrecadados distribuídos para milhares de pessoas por meio de 130 ONGs beneficiadas;
- Árvore da Solidariedade: a tradicional campanha de Natal aconteceu na Bahia, no Distrito Federal, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, em Pernambuco e São Paulo;
- Gincana da Solidariedade: nossos voluntários conseguiram arrecadar mais de 23 mil itens de higiene, beneficiando mais de 5,3 mil pessoas direta e indiretamente.

13. SUSTENTABILIDADE, INOVAÇÃO E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

13.1. ESG

A estratégia e o modelo de negócio da Neoenergia foram desenhados antecipando o papel que o setor elétrico pode desempenhar no combate às mudanças climáticas e na criação de valor para todos os seus públicos de relacionamento, gerando dividendo social e oportunidades de desenvolvimento econômico, social e ambiental.

O compromisso do grupo com a agenda ESG está formalizado em seu Sistema de Governança Corporativa e Sustentabilidade, alinhado aos 10 Princípios do Pacto Global e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Organização das Nações Unidas (ONU).

A empresa concentra esforços nos ODS mais relevantes para o seu modelo de negócio: fornecimento de energia limpa e acessível (objetivo 7) e ação global contra as mudanças climáticas (objetivo 13). E mantém, ainda, compromisso com outros ODS relacionados a temas estratégicos e que contribuem diretamente à gestão sustentável: água potável e saneamento (ODS 6), indústria, inovação e infraestrutura (ODS 9), vida terrestre (ODS 15) e parcerias e meios de implementação (ODS 17).

Esse compromisso é materializado com a publicação de 30 Metas ESG a serem alcançadas em 2025 e 2030, e que são acompanhadas e divulgadas trimestralmente. Na tabela abaixo, apresentamos os resultados alcançados em 2024:

Metas ESG	Parâmetros	2024 Real	2025 Meta	2030 Meta	
E	Emissões	Emissões de gCO2/kWh na geração (escopo 1)	4	36	20
	Digitalização de redes	% redes de Alta Tensão e Média Tensão digitalizadas	80%	83%	90%
	Eletrificação da frota	% de veículos leves próprios eletrificados na frota Neoenergia	14%	13%	50%
	Frota de veículos leves sustentável	% sobre a frota total de veículos leves (flex, híbrido ou elétrico)	99%	99%	100%
	Capacidade instalada de água de reuso	Milhões de litros	8,3	7,5	10
	Avaliação de Biodiversidade	% ativos com avaliação de biodiversidade e plano de impacto positivo	0%	20%	100%
S	Mulheres em posições relevantes	% de mulheres nas posições de Diretoria e Superintendência	33%	31%	35%
	Mulheres em postos de liderança	% de mulheres em postos de liderança nas posições de Diretoria, Superintendência e Gerência	32%	33%	40%
	Mulheres formadas eletricistas	% de mulheres formadas nas escolas de eletricistas	50%	30%	35%
	Mulheres em postos de eletricista	% de mulheres em postos de eletricistas	10%	9%	12%
	Diversidade racial	% de pretos e pardos nas posições de Diretoria, Superintendência, Gerência e Supervisão	30%	35%	40%
	Voluntariado corporativo	Nº de voluntários (colaboradores e acompanhantes)	4.208	3.700	4.700
	Segurança (ISO 45001)	% colaboradores próprios lotados em sites certificados pela ISO 45001	58%	50%	60%
	Segurança	Número de acidentes de trabalho com e sem afastamento (equipe própria)	0,28	<0,43	<0,39
	Formação	Média de horas para formação de colaboradores e de profissionais das comunidades onde atuamos	96	67	70
	Cientes digitais	% de transações digitais / (Transações humanas + Transações digitais)	94,2%	95,1%	95,1%
G	Inclusão e diversidade para atendimento ao cliente	Número de soluções implementadas	15	22	NA
	Beneficiários do Instituto Neoenergia	Beneficiários anuais dos programas (mil)	649	280	412
	Qualidade de fornecimento	Duração Equivalente das Interrupções por unidade consumidora	9,18	9,29	8,44
	Compras de fornecedores locais	% do volume faturado de compras com fornecedores locais	100%	>90%	>90%
	Compras de fornecedores sustentáveis	% de fornecedores relevantes classificados como sustentáveis	90%	>80%	>85%
	Procedimento de Due Diligence de Direitos Humanos	Revisão contínua	✓	✓	✓
	Processo formal de engajamento das Partes Interessadas	Ampliar o engajamento das partes interessadas por meio de mecanismos e canais diversos	✓	✓	✓
	Avaliações de cibersegurança	Número de avaliações anuais ou verificações externas	522	316	316
	Treinamentos em cibersegurança	Número de horas anuais de treinamento em cibersegurança e proteção das informações	13.152	11.500	13.100
	Remuneração variável ESG	% da remuneração variável para incentivo de longo prazo atrelada a ESG	30%	30%	33%
F	Práticas de Governança Corporativa	Manter as melhores práticas de governança	✓	✓	✓
	Certificação externa independente ou validação do sistema de Compliance	Obter/manter (anualmente)	✓	✓	✓
F	Framework de financiamento verde	Revisão anual e atualização (se aplicável)	✓	✓	✓
	Financiamento ESG	% novos contratos financeiros no triênio de 2023/2025 e 2026/2030 com classificação ESG/verde (com taxonomia europeia)	85%	>60%	>75%

Durante o ano, a Neoenergia manteve seu compromisso com a geração de energia limpa e sustentável. A empresa anunciou a criação de uma joint venture com a espanhola Carbon2Nature para desenvolver projetos de geração e comercialização de créditos de carbono, que focará em projetos de reflorestamento de áreas desmatadas, manejo florestal e reabilitação de manguezais, com o objetivo de capturar mais de 10 milhões de toneladas de CO2 nos próximos anos, por meio da criação da Carbon2Nature Brasil.

No arquipélago de Fernando de Noronha, foi concluída a terceira usina solar na Ilha, com um sistema de armazenamento de energia de 100 kW/215 kWh. A ilha também recebeu 14 veículos elétricos, incluindo o primeiro buggy 100% elétrico fabricado no Brasil. A energia gerada nas usinas será utilizada para abastecimento dos veículos e, o excedente, será injetado na rede de distribuição, ampliando o uso de fontes renováveis pelos consumidores locais. As ações fazem parte do projeto Trilha Verde, que compõe o Programa Energia Sustentável Noronha.

Buscando desenvolver soluções para geração de energia limpa e sustentável foi instalado, no litoral norte do Rio de Janeiro, o sistema flutuante LiDAR, pioneiro no Brasil, para estudos de medição eólica offshore. O sensor, certificado internacionalmente, mede características do vento e do mar com alta precisão e confiabilidade.

No âmbito social, um dos destaques é o programa Potencialize para desenvolver talentos negros no setor elétrico. Inicialmente implementado na Neoenergia Coelba, o programa será expandido para todas as distribuidoras em 2025, com o objetivo de aumentar a diversidade e inclusão, promovendo a ascensão de profissionais negros a cargos de liderança.

Em 2024, também foi comemorada a marca de mais de mil mulheres formadas na Escola de Eletricistas da Neoenergia. A iniciativa estimula a geração de emprego e renda, além de contribuir para a equidade de gênero em uma carreira majoritariamente masculina. A Escola é pioneira no setor e reconhecida como exemplo global de um dos Princípios de Empoderamento das Mulheres pelo WeEmpower, programa da ONU Mulheres junto à Organização Internacional do Trabalho e à União Europeia. A Neoenergia também aderiu ao Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, uma iniciativa do Governo Federal por meio do Ministério das Mulheres, com o objetivo de transformar a cultura organizacional do país.

Em 2024 a Neoenergia recebeu o prêmio “Boas práticas” do Pacto Global-Rede Brasil da ONU pelo programa de apoio a colaboradoras vítimas de violência, destacando-se no Movimento Elas Lideram 2030. O CEO, Eduardo Capelastegui também foi reconhecido com o prêmio de “CEO Elas lideram 2030” mais engajado com a temática, refletindo o compromisso com a igualdade de gênero e a inclusão social.

Pelo quinto ano consecutivo, a empresa manteve-se na carteira do FTSE4 Good Index Series e no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), da B3. Também permaneceu no The Sustainability Yearbook, da S&P e no CDP, com score A em Mudanças Climáticas e B em Segurança Hídrica.

13.2. Inovação

A inovação é a principal estratégia da Neoenergia para garantir a sustentabilidade, a eficiência e a competitividade da empresa. A companhia entende a inovação como um processo descentralizado, aberto e que permeia todos os negócios e atividades que realizamos. Esse processo é intensificado pela diversidade de nossos colaboradores e garantido pela ambidestria organizacional, que permite a conciliação entre as atividades rotineiras e iniciativas de inovação. A partir da estratégia *first to market*, buscamos constantemente tecnologias emergentes que contribuem com o cumprimento dos ODS 9 (Indústria, inovação e infraestrutura) e 13 (Combate às mudanças climáticas).

Os esforços da companhia estão organizados em torno de cinco grandes eixos alinhados com os vetores fundamentais da transformação do setor de energia, a descarbonização da geração, a promoção de redes inteligentes e a eletrificação da demanda:

- **Tecnologias disruptivas** cada vez mais eficientes, sustentáveis e ecologicamente corretas que otimizam o funcionamento de instalações e processos;
- **Novos produtos e serviços** competitivos que respondem às necessidades dos clientes, com maior personalização de conteúdo e ofertas;
- **Digitalização e automação** em todos os negócios e processos com a utilização de tecnologias como, internet das coisas (IoT), realidade virtual e aumentada, *big data*, inteligência artificial, *machine learning* e ferramentas de fácil uso como Power BI, Power Apps e Power Query;
- **Inovação com startups**, empreendedores e fornecedores com o objetivo de desenvolver novos modelos de negócio e impulsionar inovações incrementais à disruptivas;
- **Cultura de inovação e talento** como base para os pilares de transformação da organização.

A governança da inovação tem o apoio da plataforma colaborativa Go In, que busca soluções promissoras para os nossos negócios e para o setor elétrico como um todo. Por meio dessa plataforma, realizamos em 2024 a segunda chamada do Programa Inovamos – Jornada Neoenergia de Criação de Valor, a qual recebeu mais de 900 ideias, das quais, mais de 270 se tornaram projetos que impulsionarão a nossa evolução contínua.

Em 2024, investimos um total de R\$ 186,1 milhões em projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI). Este montante é constituído pelos investimentos em inovação realizados pelas áreas de negócio da Neoenergia e pelos investimentos no escopo do programa de PDI regulado pela Aneel, no qual destinamos anualmente 0,5% da receita operacional líquida (ROL) das nossas distribuidoras e 1% da ROL das nossas empresas de geração e transmissão, seguindo o que é estabelecido Lei nº 14.120, de 1º de março de 2021, e regulamentos do PDI Aneel.

Os projetos desenvolvidos no âmbito do Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação regulado pela Aneel reuniram, nos últimos anos, mais de 1,4 mil pesquisadores e cerca de 70 parceiros tecnológicos entre institutos de ciência e tecnologia, universidades, indústrias, startups e empresas de base tecnológica.

Em 2024, inauguramos o Laboratório de Interoperabilidade e Conectividade – Multiprotocolos, em parceria com a Lactec. Esse centro de excelência é dedicado a testes em medidores digitais de energia, desempenhando um papel fundamental para garantir uma comunicação padronizada entre equipamentos de diversos fabricantes. A interoperabilidade de comunicação fortalece a expansão eficiente das redes digitais no Brasil. Outro destaque foi o lançamento do Programa Neoenergia Talentos do Futuro, realizando edições no Rio de Janeiro e em Salvador, envolvendo 43 cursos de graduação de 37 instituições universitárias em busca de soluções inovadoras para desafios relevantes do setor elétrico.

Como resultado de nossa atuação, recebemos reconhecimentos das principais premiações de inovação do Brasil, tais quais o prêmio Valor Inovação, figurando entre as 3 empresas mais inovadoras do setor elétrico; o TOP 100 Open Corps, sendo reconhecida como uma das 3 empresas do setor que mais inovam com startups; e o principal troféu na 48ª edição do Circuito Nacional do Setor Elétrico (Cinase) 2024, pelo projeto Subestação Subterrânea Hermética, que levou também prêmio na categoria Instalações Elétricas. Conquistamos ainda prêmios nas categorias Pesquisa e Desenvolvimento, com o projeto Godel Multilink; e Energias Renováveis, com Hidrogênio Verde.

13.3. Educação e Cultura

Com o Programa Saúde, Educação e Renda (SER), atuamos em pilares que impactam diretamente o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) das regiões dos parques eólicos Lagoas, Canoas e Calango localizados nos estados de Rio Grande do Norte e da Paraíba, e da linha de transmissão Potiguar Sul, que cruza os estados do Rio Grande do Norte e Paraíba, atendendo aos três eixos do índice e que também representam os temas que formam a sigla do projeto. O Programa foi finalizado em 2024, porém estava em atividade desde 2020, com recursos do subcrédito social do BNDES e cuja execução parceira in loco se dá através da Agência de Desenvolvimento Econômico Local. Ao longo dos anos, o Programa SER impactou 269 famílias e líderes comunitários em acesso e gestão de recursos hídricos, beneficiou 412 agricultores familiares no desenvolvimento de cadeias produtivas, e proporcionou a 70 jovens o acompanhamento de seus negócios rurais, incluindo acesso a microcrédito para impulsionar seus empreendimentos. Considerando pessoas impactadas indiretamente, temos 2.355 pessoas beneficiadas. Durante os quatro anos do Programa SER grandes marcos quantitativos são: 1.067 oficinas e capacitações realizadas e 58 construções / revitalizações da infraestrutura física local feitas.

O Programa Energizar decorre de uma parceria, desde 2023, com a Rede Muda Mundo, por meio de ações de investimento social privado, para beneficiar comunidades vulneráveis residentes no entorno dos empreendimentos da Neoenergia. Em 2024, inspirado no Programa SER, houve uma reformulação do escopo das ações, a fim de gerar benefícios mais estruturantes e com atividades permanentes ao longo do ano. O programa, anteriormente denominado Transforma Comunidade, foi então rebatizado de Programa Energizar. Durante 2024, foram realizados cursos e ações focados nos pilares do IDH em três em centros urbanos e três no interior dos estados da Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte, além de ações de saúde física e mental, cursos de alfabetização para mulheres em situação de vulnerabilidade, de redação para adolescentes como

preparatório para o ENEM e de empreendedorismo variados. A iniciativa envolveu ativamente 648 beneficiados por meio dos 28 cursos e ações fornecidas.

A Neoenergia realizou sua 2ª edição do Programa Neoenergia Talentos do Futuro na Bahia, desta vez em parceria com a Rede Muda Mundo e o SENAI CIMATEC. Como diferencial desta 2ª edição, realizamos um Ideathon com um foco maior em solução de problemas sociais comuns à Neoenergia e seus clientes, buscando propostas de ação de melhoria em Eficiência Energética e Saúde e Segurança. O Programa contou com 31 estudantes universitários inscritos e 5 propostas de ideias apresentadas.

A Neoenergia também atua em diversos projetos com comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas, e projetos de educação ambiental nas áreas de atuação de seus negócios de geração, transmissão e distribuição.

Na esfera cultural, as principais iniciativas da companhia foram conduzidas pelo Instituto Neoenergia, como:

- Programa de Editais Transformando Energia em Cultura, se consolidando como um dos maiores editais de cultura do Brasil, abrangendo Rio Grande do Norte, Bahia, São Paulo e Distrito Federal, dirigidos para iniciativas voltadas à valorização da rica diversidade cultural brasileira e contribuindo com os ODS 4, 8, 11 e 17;
- 4ª edição do Prêmio Inspirar, dirigido ao reconhecimento de 16 lideranças femininas, 13 delas selecionadas por votação popular e três por mérito cultural, contemplou todas as áreas de concessão da Neoenergia e recebeu 146 inscrições em 2024;
- Apoio a nove projetos pela Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet) em 2024: o terceiro projeto que integra o Resgatando a História, maior programa de valorização de patrimônios culturais do Brasil, idealizado pelo BNDES, requalificando 14 casas de cultura popular localizadas no interior do Rio Grande do Norte; a primeira edição do projeto Conectar Cultural, dirigido para grupos de cultura popular do Recôncavo Baiano; a formação de trabalhadores da cultura por meio da Caravana Energia da Cultura em diversos territórios da Bahia, Distrito Federal, Rio Grande do Norte e São Paulo; a realização de piloto Interiorização Cultural na Bahia, apoiando os projetos Festival de Lençóis, Festival Siribação, João de Barro, Festival Caju de Leitores e Festival da Mocidade de Alagoinhas; e foi a primeira organização a participar do Programa Emergencial Rouanet RS, realizado em parceria com o Ministério da Cultura, patrocinando as atividades do Museu do Hip Hop como parte das ações de ajuda humanitária para reconstrução do estado.
- Oficinas Culturais e Artísticas (OCA), desenvolvida com recursos do Programa de Ação Cultural, impactou cerca de 371 jovens, adultos e idosos em situação de vulnerabilidade social, das cidades de Araras, Atibaia, Ilha Solteira, Mongaguá e Votuporanga, no estado de São Paulo. Com ações de formação nos campos da economia criativa - design de moda e de produto, marcenaria e artesanato e produção audiovisual, o projeto promoveu possibilidades de geração de trabalho e renda.

13.4. Instituto Neoenergia

O Instituto Neoenergia integra o Investimento Social Privado da companhia e promove ações que fomentam a transformação das pessoas e do planeta nas regiões onde a Neoenergia opera seus negócios. Por meio do desenvolvimento de programas e projetos próprios, além do apoio a iniciativas com uso de leis de incentivo, o Instituto contribui com o desenvolvimento sustentável no Brasil, enfrentando desafios relacionados às questões econômicas, sociais e ambientais. O trabalho é desenvolvido com foco na redução das desigualdades e da melhoria da qualidade de vida das pessoas em situação de vulnerabilidade, assim como no combate às mudanças climáticas e pela conservação da biodiversidade, por meio de cinco pilares: Formação e Pesquisa, Biodiversidade e Mudanças Climáticas, Arte e Cultura, Ação Social e Colaboração Institucional.

Impactar positivamente a sociedade, criando um legado de sustentabilidade, em alinhamento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Agenda 2030 da ONU, é o principal objetivo do Instituto.

Desde 2023, o Instituto contribui diretamente com uma das metas ESG assumidas pela Neoenergia até 2030 no escopo social, para ampliar o alcance de 109 mil beneficiários em 2021 para 280 mil até 2025 e 412 mil até 2030. Com foco nessas novas metas, sua metodologia de mensuração de resultados e cálculo de beneficiários foi consolidada, além do aperfeiçoamento dos termos de parceria e cooperação com organizações parceiras.

No ano de 2024, o Instituto desenvolveu ou apoiou 69 programas e projetos sociais de impacto, sendo 21 próprios e 48 em acompanhamento por meio dos Núcleos de Acompanhamento de Projeto “NAP” de cultura e esporte. Houve o crescimento de 23% em investimento em projetos com recursos incentivados em relação a 2023, por meio da utilização de sete leis de incentivo.

Outro marco do Instituto Neoenergia em 2024, foi a sétima edição do Programa de Iluminação Cultural, contemplando o Convento Nossa Senhora da Conceição de Itanhaém (SP) com a realização da ação de educação patrimonial com escolas públicas, intervenção cultural e o projeto luminotécnico ecoeficiente que destaca os elementos arquitetônicos das edificações históricas, parte do programa.

Ainda em 2024, o projeto Flyways Brasil, que tem como missão contribuir com a conservação das aves limícolas (que vivem em áreas úmidas, como estuários e lagoas) e seus habitats, na região da Bacia Potiguar/RN, obteve um reconhecimento internacional de 8.500 hectares - Sítio WHSRN (*Western Hemisphere Shorebird Reserve Network*), trazendo um grande marco para a conservação e preservação dessas espécies. As reservas da Rede Hemisférica de Reservas para Aves Limícolas (WHSRN) são essenciais para a sobrevivência de aves migratórias.

13.5. Eficiência Energética

O Programa de Eficiência Energética (PEE) do grupo Neoenergia tem como foco promover o uso eficiente da energia elétrica conforme determina a legislação específica, em particular a Lei 9.991 de 24 de julho de 2000. O investimento total do PEE, em 2024, nas cinco distribuidoras foi cerca de R\$ 152 milhões.

Entre as ações que merecem destaque em 2024 estão:

- Execução de projetos com ação em comunidades populares com troca de mais de 630 mil lâmpadas por LED para consumidores residenciais das 5 distribuidoras e mais de 140 mil lâmpadas em mais de 2,3 mil instituições dessas comunidades, além da instalação de 13 sistemas solares fotovoltaicos totalizando 178,5 kWp no Conjunto Habitacional Mané Dendê em Salvador e troca de 859 refrigeradores antigos para consumidores de municípios atingidos por chuvas na Bahia;
- Projeto Vale Luz, que troca resíduos sólidos por desconto na conta de energia, sendo recicladas mais de 2,5 mil toneladas de resíduos com desconto de mais de R\$ 1,4 milhão na conta de energia elétrica de cerca de 15 mil consumidores nas 5 distribuidoras;
- Projetos educativos em escolas públicas, capacitando mais de 11 mil professores e mais de 240 mil alunos de quase 2 mil unidades de ensino sobre o tema de uso eficiente da energia elétrica;
- Projetos de Eficientização de 1.720 prédios públicos e assistenciais na área de concessão das distribuidoras, sendo beneficiadas 81 unidades na Bahia, 645 unidades em Pernambuco, 155 unidades no Rio Grande do Norte, 651 unidades em São Paulo e 188 unidades em Brasília, totalizando mais de 214 mil lâmpadas substituídas e instalação de 64 sistemas solares fotovoltaicos, totalizando 6,5 MWp;
- Projetos de Eficientização de Iluminação Pública em 65 municípios das nossas áreas de concessão, com a substituição de mais de 46,8 mil pontos de IP por tecnologia LED;

- Projeto Plataforma Consumo Consciente, que prevê a instalação de um equipamento no medidor de energia da residência que coleta dados a serem disponibilizados numa plataforma de monitoramento de consumo em tempo real de baixo custo e interações com conteúdo educativo, alertas e orientações sobre consumo consciente.

13.6. Pesquisa e Desenvolvimento

Quatro temas estratégicos norteiam o Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI) da Neoenergia: Tecnologias Inteligentes, Eficiência Operacional, Segurança e Sustentabilidade, tendo como objetivo viabilizar o desenvolvimento de tecnologias inovadoras que trazem impactos positivos para os negócios, meio ambiente e aos clientes.

Em 2024, foram investidos R\$ 186,1 milhões no Programa de PDI Neoenergia. Seguem os destaques dos projetos de PDI:

No âmbito de Tecnologia Inteligentes, o Programa de PDI da Neoenergia, investe no desenvolvimento de soluções para redes inteligentes, entregando produtos que melhoram a qualidade do fornecimento de energia e a redução de perdas técnicas e comerciais. Uma grande realização são os projetos de Desenvolvimento de Tecnologia Nacional de Redes Inteligentes, que deram origem à família de produtos GODEL. Este Programa Estruturante já incorporou novas tecnologias aos processos de negócios da empresa. Dentre as tecnologias GODEL, destacam-se:

- GODEL Smart Sensor 34,5 kV, um sensor inteligente patenteado pela Neoenergia e licenciado para exploração comercial que permite a identificação de faltas de energia e o monitoramento de perdas técnicas e não técnicas.
- GODEL MULTILINK concentrador de dados de medição que promove a transferência segura de informações entre os equipamentos do sistema elétrico e os sistemas da distribuidora.
- GODEL ANALYTICS aplicativo usado pelas empresas Neoenergia para mapear perdas técnicas e comerciais e indicar as áreas com maiores oportunidades para ações de recuperação de receitas e para o planejamento de obras de reforço na rede.
- GODEL PCOM aplicativo baseado em análise por fluxo de potência que permite o cálculo das perdas técnicas para cada componente da rede elétrica, bem como as perdas não técnicas por alimentador.
- GODEL CONECTA sistema para determinação da capacidade de acomodação da geração distribuída nas redes de média e baixa tensão, com resposta imediata do ponto mais apropriado para a conexão solicitada, indicando ainda se há necessidade de obras de reforço.
- GODEL MEDIÇÃO padrão de comunicação interoperável, voltados para aplicações de medição inteligente.
- GODEL SMART SENSOR AT sistema de monitoramento de linhas de 69kV a 138kV constituído de sensores e respectivas unidades concentradoras e servidores de comunicação com software de gerenciamento, armazenamento e análise.

Ainda no tema de tecnologias inteligentes, com o objetivo de transformar a experiência do cliente, destaca-se o projeto de Conexão Digital, que criou e integrou canais de atendimento que conectam e facilitam a vida dos clientes, oferecendo serviços digitais que proporcionam autonomia, facilidade e acessibilidade.

Com relação à Eficiência Operacional, destacamos os projetos de PDI que aprimoraram os serviços de energia elétrica da Neoenergia para atendimento aos clientes. Um grande destaque é o Projeto de PDI ANEEL GODEL PQA-900, que faz parte da família de tecnologias GODEL. Nesse projeto foi desenvolvido um equipamento Qualímetro, para a avaliação da qualidade do fornecimento de energia, com capacidade para registros de formas de onda contínua, gerando análises técnicas mais assertivas e possibilitando o fornecimento de respostas mais completas aos clientes.

Ainda na vertente de Eficiência Operacional, destacam-se os seguintes projetos de PDI ANEEL:

- Lavagem de Isoladores, veículo com sistema inteligente para lavagem automatizada dos Isoladores das redes de distribuição.
- Previsão Climática, algoritmo e aplicativo computacional para previsão da evolução da temperatura do ar e da sensação térmica, utilizando resultados de modelos numéricos do sistema climático, combinados com técnicas de *machine learning*.
- Torre de Emergência Móvel para reposição emergencial de estruturas em 69kV e/ou 138kV (suspenção e/ou ancoragem) e inclui o desenvolvimento de âncoras nacionais removíveis.
- Veículos Aéreos não Tripulados (VANT), sistema de diagnóstico, inspeção e cadastro automático de ativos da rede elétrica, utilizando veículos aéreos (drones) não tripulados e autocarregáveis.
- Subestação Subterrânea Hermética, implementação e avaliação in loco de um novo modelo de Subestação Subterrânea, que, em 2024, conquistou o principal troféu do Prêmio O Setor Elétrico e o 1º Lugar na categoria Instalações Elétricas na 48ª edição do Circuito Nacional do Setor Elétrico.
- Plataforma Integrada de Automação para Simulação de uma Subestação, realiza testes de interoperabilidade, integrações entre equipamentos e sistemas, além de testes de lógicas de controle e proteção.
- Melhores Práticas para o Segmento de Distribuição em Face de Eventos Climáticos Extremos, incluindo pesquisa e proposição de indicadores de resiliência, realização de ações preventivas, recomendações regulatórias, elaboração de guia de compartilhamento de equipes, bem como o uso de tecnologias para monitoramento climático.

Na vertente de Segurança, temos:

- Braço Robótico, em que foi desenvolvido equipamento para atividades de poda de árvores próximas às redes energizadas de até 46kV de forma robotizada e com operação remota, a fim de evitar acidentes elétricos.
- Sensor de Proximidade, equipamento eletrônico capaz de processar informações provenientes de diversos sensores instalados no cesto aéreo dos caminhões de linha viva para a mitigação de acidentes elétricos.
- Smart Safety Eye, sistema com inteligência artificial que busca a identificação de ações inadequadas pelas equipes de campo, como a não utilização ou uso inadequado de equipamentos de proteção individual.

Na vertente de Sustentabilidade, destaca-se o Programa de Mobilidade Elétrica da Neoenergia que inclui projetos para ampliar a infraestrutura de recarga de veículos elétricos e desenvolver novas soluções, como: o Caminhão Elétrico com sistema embarcado para recargas de oportunidade do veículo na própria rede de baixa tensão; Trilha Verde em Fernando de Noronha, que estabeleceu, de forma sustentável, soluções e modelos de negócio para atividades de turismo, serviços públicos e administrativos, e entregou, em 2024, o primeiro *buggy* 100% elétrico desenvolvido no projeto, além de conquistar o principal troféu do Prêmio O Setor Elétrico e o 1º Lugar na categoria Energia Renovável em 2024 no Circuito Nacional do Setor Elétrico; e o Corredor Verde, que implementou ampla infraestrutura de recarga de veículos elétricos na região nordeste com 17 estações de recarga instaladas, estabelecendo o primeiro corredor elétrico com 1.200 km de extensão entre Salvador (BA) e Natal (RN) e viabilizou a cobrança da recarga de veículos elétricos, de forma pioneira no Brasil.

14. PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS DO GRUPO NEOENERGIA

As ações do Grupo Neoenergia são pautadas na busca constante por qualidade e eficiência, cujos resultados são evidenciados a partir das premiações e reconhecimentos conquistados ao longo dos anos. A seguir, os principais destaques de 2024:

	A Neoenergia integra, pelo 4º ano consecutivo, o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3 SA . O ISE reúne empresas que possuem as melhores práticas de sustentabilidade nos quesitos ambiental, responsabilidade social, econômico-financeiro e governança corporativa.
	A Neoenergia se manteve na 2ª carteira do índice de diversidade da B3 , o IDiversa, em 2024, que tem como objetivo tornar os indicadores de diversidade visíveis e tangíveis para o mercado e proporcionar comparabilidade no desempenho das empresas classificadas no índice.
	Integramos a carteira do Índice Carbono Eficiente (ICO2) da B3 , que reúne ações de 64 empresas que têm menores coeficientes de emissões de gases de efeito estufa, adotam práticas de gestão e publicam inventário de emissões.
	Neoenergia é certificada como uma das melhores empresas para se trabalhar no ranking nacional do Great Place to Work , com base na avaliação dos próprios profissionais da organização. A empresa ocupa a 17ª posição entre as gigantes que empregam mais de 10 mil colaboradores no Brasil. O GPTW é conhecido globalmente pela avaliação do nível de satisfação do ambiente de trabalho entre funcionários.
	Neoenergia é vencedora do Prêmio Líderes da Energia 2024 , na categoria Eficiência Energética. A premiação reconhece e homenageia as empresas e instituições que se destacam ao longo do ano por sua atuação, investimentos e trabalho realizado em prol da matriz energética do país.
	Neoenergia conquistou o Prêmio Golden Tombstone 2024 . A companhia é a primeira a ser reconhecida por duas operações na mesma categoria pelo Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças-SP. O destaque foi para a permuta de ativos com Eletrobras e a transação com GIC.
	A Neoenergia conquistou o destaque máximo no prêmio O Setor Elétrico com o Trilha Verde, iniciativa que irá ampliar a mobilidade elétrica em Fernando de Noronha. O projeto também venceu na categoria "Energia Renovável". A empresa ainda foi reconhecida na categoria "Pesquisa e Desenvolvimento" com o projeto Sistema de Segurança do Eletricista.
	Pela segunda vez consecutiva, a Neoenergia Cosern conquistou o título de melhor distribuidora da região Nordeste no Prêmio Abradee . A concessionária recebeu também a menção honrosa em Saúde e Segurança. Já a Neoenergia Elektro ganhou em primeiro lugar na categoria Qualidade da Gestão e ainda ficou em terceiro em Gestão e Inovação.

	A Neoenergia conquistou a certificação Top Employer 2024 . A empresa foi reconhecida internacionalmente pela excelência de suas práticas de gestão de pessoas e por sua contribuição para o desenvolvimento pessoal e profissional de seus colaboradores. Esta é uma das certificações mais reconhecidas no mundo.
	O Prêmio Melhores e Maiores da Revista Exame , tradicional premiação de economia e negócios do Brasil, concedeu a Neoenergia o título de maior empresa do setor elétrico e a 33ª entre todas as companhias avaliadas. Realizada desde 1974, a iniciativa analisa e reconhece empresas de capital aberto ou com dados públicos.
	A Neoenergia foi reconhecida como a maior empresa do setor de energia do Brasil, no ranking Valor 1000 de 2024 , e conquistou a 27ª posição entre as principais companhias do país. Elaborado pelo Valor Econômico, em parceria com a FGV e Serasa Experian, a análise se baseia em avaliação financeira e práticas ESG.
	A Neoenergia recebeu o reconhecimento máximo junto ao Prêmio ABT , que é considerada a maior premiação em relacionamento com o cliente no Brasil. A empresa ganhou o ouro na categoria Inteligência Artificial, com o case Voz do Cliente 360º, uma abordagem integrada para melhorar a experiência do cliente.
	A Escola de Eletricistas da Neoenergia conquistou o 1º lugar da categoria Processos no Prêmio ECO , concedido pela Amcham. O reconhecimento destaca o compromisso da Escola com a sustentabilidade, inovação e responsabilidade social ao oferecer capacitação profissional gratuita e gerar empregabilidade no Brasil.
	A Escola de Eletricistas Neoenergia foi reconhecida como um exemplo global de “Diversidade, Equidade e Inclusão” pelo Fórum Econômico Mundial pela criação de turmas exclusivas para mulheres no Brasil. A iniciativa é referência em inclusão feminina no setor elétrico e já formou mais de 1.000 mulheres no país.
	Pela segunda vez, fomos reconhecidos pela Fundação Nacional da Qualidade (FNQ) por sermos referência em gestão empresarial . Neoenergia Cosern (RN) e Neoenergia Coelba (BA) conquistaram a premiação máxima na categoria ouro, Neoenergia Elektro (SP) foi condecorada na categoria prata, enquanto Neoenergia Pernambuco (PE) e Neoenergia Brasília (DF) foram reconhecidas na categoria bronze.
	Fomos reconhecidos como terceira empresa mais inovadora no setor de energia e 50ª no ranking geral do Prêmio Valor Inovação Brasil realizado pelo jornal Valor Econômico, em parceria com a Strategy&, consultoria estratégica da PwC, que traz o ranking das 150 companhias que mais se destacaram no ano.

	Fomos reconhecidos como uma das empresas mais engajadas em práticas de inovação aberta no setor elétrico pelo TOP 100 Open Corps . Pelo segundo ano consecutivo, conquistamos o terceiro lugar entre as companhias mais inovadoras no segmento e subimos no ranking geral, para a 38ª posição.
	Nosso programa de Compliance foi reconhecido como o melhor do setor de Energia e Infraestrutura brasileiro no Leaders League Compliance Awards que destaca os programas cuja implementação representa um elemento-chave para o sucesso sustentável de uma organização
	Fomos incluídos, pelo quinto ano consecutivo, no ranking internacional publicado pela S&P Global, uma das análises mais abrangentes sobre o desempenho de sustentabilidade corporativa. Baseado na Corporate Sustainability Assessment (CSA) da S&P Global, o The Sustainability Yearbook avaliou mais de 9,4 mil empresas em critérios ambientais, sociais e de governança (ESG). Esse reconhecimento reflete nosso compromisso contínuo com práticas sustentáveis e a transparência em nossas operações
	Pelo quinto ano consecutivo, integramos um dos mais prestigiados índices internacionais de sustentabilidade, o FTSE4Good Index Series , avaliado pela Financial Times Stock Exchange (FTSE) Russell, divisão da Bolsa de Valores de Londres. Este índice é composto por empresas de capital aberto comprometidas com critérios ESG (ambientais, sociais e de governança), selecionadas com base em mais de 300 indicadores públicos.
	A Neoenergia atingiu a pontuação A do CDP Clima de 2024 (índice utilizado para avaliar o desempenho das empresas participantes do processo de seleção à carteira do ISE B3 na dimensão Mudança no Clima), integrando o seletivo grupo de empresas da A list, e pontuação B no caderno segurança hídrica, reforçando seu protagonismo na pauta ambiental.

15. AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 162, de 14 de julho de 2022, a Companhia declara que mantém contrato com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. (“Deloitte”), com vigência até a data base de 31/12/2026.

Em 2024, a Deloitte prestou serviços de auditoria pelo montante R\$ 8.707.015,09, dos quais R\$ 7.302.727,71 referem-se à auditoria das demonstrações financeiras (incluindo revisões trimestrais) e R\$ 1.404.287,38 referem-se a outros serviços relacionados à auditoria, tais como revisão da tradução dos demonstrativos para inglês, relatório de asseguração limitada sobre Covenants, revisão das projeções dos fluxos de caixa para fins de pagamento de dividendos, auditoria de demonstrações regulatórias e procedimentos previamente acordados sobre relatório controle patrimonial, relatório de asseguração limitada do Relatório Anual de Sustentabilidade e Relatório Integrado e relatório de asseguração razoável sobre a compilação de informações financeiras Pro Forma. A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

16. BALANÇO SOCIAL

Nosso desempenho em aspectos ambientais, sociais, econômicos e de governança é relatado anualmente desde 2004. Adotamos desde 2010 as normas da Global Reporting Initiative (GRI) e, a partir de 2020, passamos a considerar os padrões do Sustainability Accounting Standards Board (SASB) para o setor elétrico e as recomendações do Dow Jones Sustainability Index (DJSI). Em 2021, adicionamos as recomendações da Task Force on Climate-Related Financial Disclosure (TCFD, ou Força-Tarefa sobre Divulgação Financeira Relacionada ao Clima). O documento atende ainda a nossos compromissos com o Pacto Global e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Organização das Nações Unidas (ONU).

O Relatório de Sustentabilidade da empresa é divulgado o site da companhia (www.neoenergia.com). e o documento referente ao ano de 2024 será publicado até 31 de março de 2025.

17. NOTA DE CONCILIAÇÃO

A Neoenergia apresenta os resultados do 4T24 e 2024 a partir de análises gerenciais que a administração entende traduzir da melhor forma o negócio da companhia, conciliada com os padrões internacionais de demonstrações financeiras intermediárias (International Financial Reporting Standards – IFRS).

17.1. Conciliação Resultado Gerencial

Memória de Cálculo (CONSOLIDADO)	Ano atual		Ano anterior		Correspondência nas Notas Explicativas
	4T24	2024	4T23	2023	
(+) Receita líquida	13.630	48.993	11.547	44.343	Demonstrações de resultado
(-) Valor de reposição estimado da concessão	(582)	(1504)	(245)	(1222)	Nota 5
(-) Outras receitas	(250)	(974)	(112)	(802)	Nota 5
(+) Ganho/ perda na RAP	(6)	(18)	(60)	(105)	Nota 5.3
(+) Receita de operação e manutenção	37	56	31	57	Nota 5.3
(+) Operações fotovoltaicas	2	3	2	7	Nota 5.3
(+) Outras receitas - Outras receitas	13	24	3	10	Nota 5.3
= RECEITA Operacional Líquida	12.844	46.680	11.136	42.388	
(+) Custos com energia elétrica	(5.778)	(20.800)	(5.047)	(19.306)	Demonstrações de resultado
(+) Combustível para produção de energia	(38)	(29)	(32)	(492)	Nota 8
(+) Custos de construção	(2.888)	(9.538)	(2.091)	(8.056)	Demonstrações de resultado
(+) Operações fotovoltaicas	(2)	(9)	(5)	(14)	Nota 8
= Custo com Energia	(8.706)	(30.566)	(7.275)	(27.868)	
(+) Valor de reposição estimado da concessão	582	1504	245	1222	Nota 5
= MARGEM BRUTA	4.720	17.618	4.106	15.742	
(+) Custos de operação	(1422)	(5.558)	(1433)	(5.259)	Demonstrações de resultado
(+) Despesas com vendas	(89)	(286)	(93)	(344)	Demonstrações de resultado
(+) Outras receitas/ despesas gerais e administrativas	(597)	(2.249)	(471)	(2.193)	Demonstrações de resultado
(-) Combustível para produção de energia	38	29	32	492	Nota 8
(-) Operações fotovoltaicas	2	9	5	14	Nota 8
(-) Depreciação	735	2.816	676	2.560	Nota 8
(+) Outras receitas	250	974	142	802	Nota 5
(-) Ganho/ perda na RAP	6	18	60	105	Nota 5.3
(-) Receita de operação e manutenção	(37)	(166)	(31)	(57)	Nota 5.3
(-) Operações fotovoltaicas	(2)	(3)	(2)	(7)	Nota 5.3
(-) Outras receitas - Outras receitas	(13)	(24)	(3)	(10)	Nota 5.3
= Despesa Operacional (PMSO)	(1.129)	(4.240)	(10.18)	(3.997)	
(+) PECLD	(132)	(552)	(143)	(632)	Demonstrações de resultado
(+) Equivalência Patrimonial / (-) Ajuste valor justo - investimento	(382)	(309)	(90)	1246	Demonstrações de resultado
EBITDA	3.077	12.517	2.855	12.359	
(+) Depreciação e Amortização	(735)	(2.816)	(676)	(2.560)	Nota 8
(+) Resultado Financeiro	(1377)	(4.992)	(137)	(4.843)	Demonstrações de resultado
(+) IR/ CS	(105)	(1027)	(53)	(429)	Demonstrações de resultado
(+) Minoritário	(8)	(47)	(16)	(66)	Demonstrações de resultado
LUCRO LÍQUIDO	852	3.635	973	4.461	Demonstrações de resultado

17.2. Conciliação do Negócios de Geração e Clientes (Nota 4.1)

DRE SEGMENTO (R\$ MM)	Geração de Energia e Clientes			Geração de Energia e Clientes			Geração de Energia e Clientes			Geração de Energia e Clientes		
	Renováveis ¹	Liberado ²	2024	Renováveis ¹	Liberado ²	2023	Renováveis ¹	Liberado ²	4T24	Renováveis ¹	Liberado ²	4T23
Receita Operacional Líquida, ajustada	2.217	2.042	4.259	2.053	3.060	5.113	604	467	1.071	579	771	1.350
Custo dos Serviços	(428)	(1760)	(2.188)	(409)	(2.344)	(2.753)	(97)	(44)	(538)	(100)	(588)	(688)
MARGEM BRUTA	1.789	282	2.071	1.644	716	2.360	507	26	533	479	183	662
Despesa Operacional	(369)	(95)	(464)	(344)	(102)	(446)	(97)	(32)	(129)	(106)	(36)	(142)
Perdas de crédito esperadas	-	-	-	(5)	(5)	(5)	-	(1)	(1)	-	(4)	(4)
(+) Equivalência Patrimonial / Aj. a Valor Justo	(357)	-	(357)	1580	-	1.580	(367)	-	(367)	51	-	51
EBITDA	1.063	187	1.250	2.880	609	3.489	43	(7)	36	424	143	567
(+) Depreciação e Amortização	(421)	(52)	(473)	(373)	(62)	(435)	(10)	(9)	(119)	(95)	(15)	(110)
(+) Resultado Financeiro, líquido	(200)	15	(185)	(208)	(30)	(238)	(46)	5	(41)	(36)	(7)	(43)
(+) Tributos sobre o Lucro	10	(14)	(4)	(79)	(60)	(139)	123	6	129	29	(8)	21
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	452	136	588	2.220	457	2.677	10	(5)	5	322	113	435

¹Hidro, Solar e Eólicas

²Termopernambuco, NC Energia e Neoserv


DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela NEOENERGIA S.A. visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da NEOENERGIA e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da NEOENERGIA.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da NEOENERGIA sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e na Informação Demonstrações Financeiras.

Demais informações sobre a empresa podem ser obtidas no Formulário de Referência, disponível no site da CVM e no site de Relações com Investidores do Grupo Neoenergia (ri.neoenergia.com)

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da Neoenergia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Neoenergia S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Neoenergia S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as “IFRS Accounting Standards”, emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e disponibilidade da rede elétrica

Conforme mencionado na nota explicativa nº 5 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a receita da Companhia é oriunda, principalmente, do fornecimento de energia elétrica e da disponibilidade da rede elétrica, reconhecidos quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensurados de forma confiável, o que geralmente ocorre no ato da entrega da energia e/ou quando o serviço é prestado. As receitas de fornecimento de energia elétrica e de disponibilidade da rede elétrica são mensuradas de acordo com o calendário de leitura estabelecido, considerando a quantidade de energia utilizada pelo cliente e as tarifas vigentes. O processo ainda inclui a mensuração da receita não faturada ao consumidor, relacionada ao fornecimento de energia elétrica e à disponibilidade da rede elétrica, calculada em base estimada, até a data do balanço, utilizando determinadas premissas definidas pela Companhia.

Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido à relevância dos valores, bem como pelo uso intensivo de sistemas automatizados para processar e registrar a receita de fornecimento de energia elétrica e de disponibilidade da rede elétrica.

Nossos procedimentos de auditoria sobre o reconhecimento das receitas de fornecimento de energia elétrica e de disponibilidade da rede elétrica incluíram, dentre outros: (a) entendimento sobre o fluxo de reconhecimento das receitas de fornecimento de energia elétrica e de disponibilidade da rede elétrica; (b) avaliação do desenho e implementação e teste de efetividade operacional dos controles internos relevantes relacionados ao reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e de disponibilidade da rede elétrica; (c) envolvimento de nossos especialistas em tecnologia da informação para avaliação dos sistemas e do ambiente informatizado utilizados para o reconhecimento das receitas de fornecimento de energia elétrica e de disponibilidade da rede elétrica; (d) procedimentos analíticos que compreendem análises da correlação de variáveis sobre a ocorrência, a integridade e a exatidão das receitas de fornecimento de energia elétrica e de disponibilidade da rede elétrica reconhecidas pela Companhia, analisando as flutuações que não estejam alinhadas com as nossas expectativas independentes; (e) teste de transações sobre população com características de interesse relevante para fins de auditoria na receita, em base amostral, comparando os valores reconhecidos com os documentos suporte; (f) avaliação se as premissas utilizadas no cálculo da receita não faturada de fornecimento de energia e de disponibilidade da rede elétrica foram aplicadas de forma apropriada e estão consistentes, especificamente ao volume de energia não faturado, incluindo uma análise independente; e (g) avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras à luz do pronunciamento técnico CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente.

Como resultado da execução desses procedimentos, foram identificadas deficiências de controles internos relacionadas a determinados controles de tecnologia da informação da controlada Neoenergia Distribuição Brasília S.A. Em razão disso, planejamos nossos procedimentos substantivos da controlada Neoenergia Distribuição Brasília S.A. alterando a natureza, a época e a extensão, para obtermos evidência de auditoria suficiente e apropriada quanto ao saldo de receita de fornecimento de energia elétrica e de disponibilidade da rede elétrica.

Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que o reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e da disponibilidade da rede elétrica e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Infraestrutura de distribuição de energia elétrica

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 14 e nº 17 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, os investimentos na infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica são registrados como ativo contratual durante a fase de construção, seguindo o pronunciamento técnico CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente e, quando da entrada em operação, os valores são bifurcados, conforme interpretação técnica ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 - Contratos de Concessão, entre ativo financeiro, relativo à parcela da infraestrutura que não será amortizada até o final da concessão e para a qual há um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, e ativo intangível, correspondente à parcela da infraestrutura que será recuperada através da tarifa definida pelo poder concedente durante a vigência do contrato de concessão.

Em virtude da complexidade dos conceitos envolvidos na aplicação dessas normas, do julgamento inerente ao processo de mensuração e dos montantes envolvidos, os quais fazem parte do critério utilizado pelo poder concedente para a determinação das tarifas de energia elétrica, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (a) a avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes relacionados à mensuração e registro dos ativos de infraestrutura da distribuição; (b) o exame, em base amostral, dos documentos comprobatórios das adições ocorridas no exercício; (c) o exame, em base amostral, do status das obras em andamento e avaliação dos prazos para unitização, bem como a sua recuperabilidade; (d) o desenvolvimento de expectativa independente utilizando índices obtidos de forma independente para a mensuração do valor justo do ativo financeiro da concessão, analisando as flutuações que não estejam alinhadas com as nossas expectativas independentes; (e) o desenvolvimento de expectativa independente sobre o saldo de amortização dos ativos intangíveis da concessão considerando as taxas de amortização aplicáveis; (f) o exame, em base amostral, da bifurcação do ativo contratual entre intangível e ativo financeiro da concessão; e (g) a avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras à luz do pronunciamento técnico CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente.

Como resultado da execução desses procedimentos, foram identificadas deficiências nos controles internos relacionadas ao processo de acompanhamento e monitoramento das obras em andamento. Em razão disso, planejamos nossos procedimentos substantivos alterando sua natureza e sua extensão para obtermos evidência de auditoria suficiente e apropriada quanto ao saldo do ativo contratual das distribuidoras.

Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que o julgamento inerente ao processo de mensuração e os saldos relacionados à infraestrutura de distribuição de energia elétrica, bem como as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Concessão do serviço público - ativo contratual transmissoras de energia elétrica

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 5 e nº 14 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia atua como prestadora de serviços, conforme contrato de concessão, sendo remunerada pela construção e implementação da infraestrutura de transmissão de energia elétrica, bem como pela manutenção e operação de referida estrutura. O reconhecimento do ativo contratual de acordo com o pronunciamento técnico CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada, e as projeções das receitas esperadas. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da Diretoria.

Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido na mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo, nas margens de lucros e nas projeções das receitas esperadas, consideramos a mensuração do ativo contratual e da receita de contrato como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) entendimento sobre o fluxo de reconhecimento do ativo contratual e de suas respectivas receitas, por natureza; (ii) avaliação do desenho e da implementação e teste de efetividade operacional dos controles internos relevantes sobre o reconhecimento do ativo contratual e de suas respectivas receitas; (iii) entendimento dos critérios e premissas utilizados na determinação das margens de construção e operação e manutenção e das taxas implícitas aplicadas aos fluxos de recebimento futuro; (iv) testes substantivos relacionados aos documentos comprobatórios das adições ao ativo de contrato, recálculo dos fluxos de recebimento futuro dos projetos de infraestrutura, recálculo das atualizações monetárias e da remuneração financeira dos ativos contratuais, em base amostral, a partir das condições contratuais estabelecidas e demais premissas utilizadas pela Companhia; e (v) avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras à luz do pronunciamento técnico CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente.

Como resultado da execução desses procedimentos, foi identificada deficiência nos controles internos relacionada a certos componentes do cálculo do “Ganho (perda) na RAP”. Avaliamos a natureza, a época e a extensão de nossos procedimentos substantivos inicialmente planejados, e concluímos que eles permanecem adequados.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as políticas de reconhecimento do ativo contratual e de suas respectivas receitas são aceitáveis para suportar os julgamentos, as estimativas e as informações incluídas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado - DVA referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins das “IFRS Accounting Standards”, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as “IFRS Accounting Standards”, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar a opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2025

Deloitte Touche Tohmatsu
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ

Fernando de S. L. L.
Fernando de Souza Leite
Contador
CRC nº 1 PR 050422/O-3

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhões de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)



	Notas	Consolidado		Controladora	
		2024	2023	2024	2023
Receita operacional, líquida	5	48.993	44.343	5	2
Custos				-	-
Custos com energia elétrica	6	(35.896)	(32.621)	-	-
Custos de construção	7	(20.800)	(19.306)	-	-
Custos de operação	8	(9.538)	(8.056)	-	-
Lucro bruto		13.097	11.722	5	2
Perda de crédito esperadas	12.2	(552)	(632)	-	-
Despesas com vendas	8	(286)	(344)	-	-
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	8	(2.249)	(2.193)	(306)	(290)
Ajuste a valor justo/valor recuperável - <i>Impairment</i>	15	(277)	1.247	(277)	1.247
Equivalência Patrimonial	15	(32)	(1)	4.351	3.753
Lucro operacional		9.701	9.799	3.773	4.712
Resultado financeiro	9	(4.992)	(4.843)	(137)	(251)
Receitas financeiras		1.214	1.262	491	437
Despesas financeiras		(5.250)	(4.844)	(378)	(427)
Outros resultados financeiros, líquidos		(956)	(1.261)	(250)	(261)
Lucro antes dos tributos		4.709	4.956	3.636	4.461
Tributos sobre o lucro	10.1.1	(1.027)	(429)	-	-
Corrente		(671)	(408)	-	-
Diferido		(356)	(21)	-	-
Lucro líquido do exercício		3.682	4.527	3.636	4.461
Atribuível à:					
Acionistas controladores		3.635	4.461	3.636	4.461
Acionistas não controladores		47	66	-	-
Lucro básico e diluído por ação do capital – R\$:	23.2	2,99	3,68	3,00	3,68

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhões de reais)



	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Lucro líquido do exercício	3.682	4.527	3.636	4.461
Outros resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados para o resultado:				
Obrigações com benefícios à empregados	181	(312)	-	-
Hedge de fluxo de caixa	(5)	10	-	-
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	(60)	103	-	-
Equivalência Patrimonial	-	-	117	(198)
Total dos itens que não serão reclassificados para o resultado	116	(199)	117	(198)
Itens que serão reclassificados para o resultado:				
Hedge de fluxo de caixa	25	151	39	(40)
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	4	(65)	-	-
Equivalência Patrimonial	-	-	(11)	125
Total dos itens que serão reclassificados para o resultado	29	86	28	85
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos	145	(113)	145	(113)
Resultado abrangente do exercício	3.827	4.414	3.781	4.348
Atribuível à:				
Acionistas controladores	3.780	4.348	3.781	4.348
Acionistas não controladores	47	66	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhões de reais)



	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	3.682	4.527	3.636	4.461
Ajustado por:				
Depreciação e amortização	2.872	2.611	215	184
Baixa de ativos não circulantes	231	169	-	-
Equivalência Patrimonial	32	1	(4.556)	(3.927)
Ajuste a valor justo/valor recuperável - <i>Impairment</i>	277	(1.247)	277	(1.247)
Tributos sobre o lucro	1.027	429	-	-
Resultado financeiro, líquido	4.992	4.843	137	251
Valor de reposição estimado da concessão	(1.504)	(1.222)	-	-
Outros	-	3	-	-
Alterações no capital de giro:				
Contas a receber de clientes e outros	(166)	(1.180)	-	-
Concessão do serviço público (Ativo contratual - Transmissão)	(5.106)	(2.965)	-	-
Fornecedores, contas a pagar de empreiteiros e contratos de convênio	(413)	(98)	13	4
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	(99)	(156)	18	3
Ativos e passivos financeiros setoriais, líquidos (Parcela A e outros)	1.155	322	-	-
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	158	349	(24)	69
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	(426)	(306)	-	-
Outros ativos e passivos, líquidos	130	(679)	341	143
Caixa gerado (consumido) nas operações	6.842	5.401	57	(59)
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	132	80	4.134	3.001
Encargos de dívidas pagos	(3.330)	(3.017)	(196)	(214)
Instrumentos derivativos pagos, líquidos	(901)	(1.187)	(189)	(255)
Rendimento de aplicação financeira	883	847	112	93
Pagamento de juros – Arrendamentos	(29)	(27)	-	-
Tributos sobre o lucro pagos	(355)	(465)	-	-
Caixa gerado pelas atividades operacionais	3.242	1.632	3.918	2.566
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Alienação de participação acionária (nota 15.5)	-	1.111	-	1.111
Desconsolidação do caixa dos ativos de transmissão alienados (nota 15.5)	-	(372)	-	-
Caixa adquirido na combinação de negócios (nota 15.4)	-	208	-	-
Contraprestação transferida para aquisição de controle EAPSA (nota 15.4)	-	(454)	-	(454)
Contraprestação recebida pela venda de controle da Baguari (nota 15.4)	-	454	-	454
Reclassificação do caixa dos ativos não circulante mantido para venda	(84)	-	-	-
Aquisição de imobilizado e intangível	(229)	(715)	(17)	(14)
Aumento de capital em investidas	(93)	(27)	(1.930)	(1.994)
Resgate de ações em investidas	198	-	198	-
Concessão serviço público (Ativo contratual – Distribuição)	(5.608)	(4.904)	-	-
Aplicação de títulos e valores mobiliários	(770)	(1.394)	(267)	(38)
Resgate de títulos e valores mobiliários	767	1.344	268	-
Mútuos com coligadas recebidos (aplicados)	-	-	(521)	123
Caixa (consumido) nas atividades de investimentos	(5.819)	(4.749)	(2.269)	(812)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Captação de empréstimos e financiamentos	12.821	11.522	-	657
Pagamento dos custos de captação	(180)	(132)	-	(3)
Pagamento de principal dos empréstimos e financiamentos	(9.149)	(6.483)	(187)	(666)
Depósitos em garantias	(56)	(3)	-	-
Obrigações vinculadas as concessões	300	335	-	-
Pagamento de principal – Arrendamentos	(62)	(52)	-	-
Instrumentos derivativos recebidos (pagos), líquidos	321	(7)	-	-
Oferta pública de aquisição de ações da Neoenergia Cosern (nota 15.2)	(157)	-	(145)	-
Remuneração paga aos acionistas controladores	(937)	(1.335)	(937)	(1.335)
Remuneração paga aos acionistas não controladores	(42)	(43)	-	-
Recompra de ações em tesouraria	-	(39)	-	(39)
Caixa gerado (consumido) nas atividades de financiamentos	2.859	3.763	(1.269)	(1.386)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício	282	646	380	368
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7.448	6.802	1.145	777
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	7.730	7.448	1.525	1.145
Transações que não envolvem caixa:				
Ativo líquido combinação de negócios (nota 15.4)	-	1.804	-	-
Contraprestação transferida para aquisição do controle de EAPSA (nota 15.4)	-	(873)	-	(873)
Juros e encargos financeiros capitalizados ao imobilizado e intangível	79	44	-	-
Contratos de arrendamento - IFRS 16	72	43	-	-
Adição de obrigações especiais	43	24	-	-
Fornecedores, contas a pagar de empreiteiros e contratos de convênio	(12)	125	-	-
Adição e atualização de provisões capitalizadas	302	191	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhões de reais)



	Notas	Consolidado		Controladora	
		2024	2023	2024	2023
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	11	7.730	7.448	1.525	1.145
Contas a receber de clientes e outros	12	9.663	9.266	-	-
Títulos e valores mobiliários		96	74	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	19.3	777	284	1	-
Tributos sobre o lucro a recuperar	10.1.3	404	402	255	290
Outros tributos a recuperar	10.2.1	1.246	2.098	1	1
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	15	7	61	711	669
Ativo financeiro setorial (Parcela A e outros)	13	-	324	-	-
Concessão do serviço público (ativo contratual)	14.2	912	688	-	-
Outros ativos circulantes		1.468	1.432	640	65
		22.303	22.077	3.133	2.170
Ativos não circulantes mantidos para a venda	15.3	2.592	1.048	1.297	266
Total do circulante		24.895	23.125	4.430	2.436
Não circulante					
Contas a receber de clientes e outros	12	463	382	-	-
Títulos e valores mobiliários		559	513	121	109
Instrumentos financeiros derivativos	19.3	911	347	337	5
Tributos sobre o lucro a recuperar	10.1.3	303	702	-	-
Outros tributos a recuperar	10.2.1	2.860	2.489	-	-
Tributos sobre o lucro diferidos	10.1.2	1.087	885	-	-
Depósitos Judiciais	20.1	1.779	1.448	72	66
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	14.1	33.806	28.113	-	-
Concessão do serviço público (ativo contratual)	14.2	17.689	12.465	-	-
Outros ativos não circulantes		87	95	1	13
Investimentos em controladas, coligadas e joint ventures	15	1.837	1.984	34.222	33.563
Direito de uso		206	178	3	-
Imobilizado	16	10.490	12.487	46	33
Intangível	17	12.569	13.899	5	7
Total do não circulante		84.646	75.987	34.807	33.796
Total do ativo		109.541	99.112	39.237	36.232

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhões de reais)



	Notas	Consolidado		Controladora		
		2024	2023	2024	2023	
Passivo						
Circulante						
Fornecedores, contas a pagar a empreiteiros e contratos de convênio	18	4.099	4.483	183	162	
Empréstimos e financiamentos	19.2	7.502	8.951	254	216	
Passivo de arrendamento		73	53	-	-	
Instrumentos financeiros derivativos	19.3	223	610	113	110	
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar	22	807	854	38	20	
Tributos sobre o lucro a recolher	10.1.3	132	92	-	-	
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	10.2.2	1.240	1.559	91	126	
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	13	1.228	430	-	-	
Ressarcimento à consumidores – Tributos federais	10.3	690	1.487	-	-	
Dividendos e juros sobre capital próprio	23.2	729	773	708	753	
Provisões e outras obrigações	20	621	378	-	-	
Outros passivos circulantes	21	1.851	1.247	162	126	
		19.195	20.917	1.549	1.513	
Passivos diretamente associados a ativos não circulantes mantidos para venda		1.275	782	-	-	
Total do circulante		20.470	21.699	1.549	1.513	
Não circulante						
Fornecedores, contas a pagar a empreiteiros e contratos de convênio	18	200	181	-	-	
Empréstimos e financiamentos	19.2	45.098	36.932	4.936	4.284	
Passivo de arrendamento		170	157	3	-	
Instrumentos financeiros derivativos	19.3	470	1.319	178	631	
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar	22	814	953	-	-	
Tributos sobre o lucro a recolher	10.1.3	23	29	-	8	
Tributos sobre o lucro diferidos	10.1.2	2.486	1.871	-	-	
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	10.2.2	1.517	952	-	-	
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	13	1.122	927	-	-	
Ressarcimento à consumidores – Tributos federais	10.3	2.208	1.862	-	-	
Provisões e outras obrigações	20	1.855	1.809	2	2	
Outros passivos não circulantes	21	361	345	15	13	
Total do não circulante		56.324	47.337	5.134	4.938	
Patrimônio Líquido	23					
Atribuído aos acionistas controladores		32.638	29.866	32.554	29.781	
Atribuído aos acionistas não controladores		109	210	-	-	
Total do patrimônio líquido		32.747	30.076	32.554	29.781	
Total do passivo e do patrimônio líquido		109.541	99.112	39.237	36.232	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhões de reais)



	Notas	Capital Social	Reserva de capital e ações em tesouraria	Transação com os sócios e outros	Outros resultados abrangentes	Reservas de Lucros			Lucros acumulados	Atribuídos aos acionistas controladores	Atribuídos aos acionistas não controladores	Consolidado Total
						Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de retenção de lucros				
Saldos em 31 de dezembro de 2023		16.920	127	(1.731)	(879)	1.657	247	13.525	-	29.866	210	30.076
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	3.635	3.635	47	3.682
Outros resultados abrangentes	23.3	-	-	-	145	-	-	-	-	145	-	145
Destinação do lucro líquido:												
Constituição de reservas de lucros	23.6	-	-	-	-	182	-	2.512	(2.694)	-	-	-
Remuneração aos acionistas	23.2	-	-	-	-	-	-	-	(941)	(941)	(47)	(988)
Transação com os sócios:												
Pagamento baseado em ações	22.2	-	(26)	-	-	-	-	-	-	(26)	-	(26)
Compra de participação adicional de controladas	23.5	-	-	(56)	-	-	-	-	-	(56)	(101)	(157)
Ações em tesouraria		-	15	-	-	-	-	-	-	15	-	15
Saldos em 31 de dezembro de 2024		16.920	116	(1.787)	(734)	1.839	247	16.037	-	32.638	109	32.747
Saldos em 31 de dezembro de 2022		12.920	159	(1.735)	(766)	1.434	247	14.480	-	26.739	198	26.937
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	4.461	4.461	66	4.527
Outros resultados abrangentes	23.3	-	-	-	(113)	-	-	-	-	(113)	-	(113)
Destinação do lucro líquido:												
Constituição de reservas de lucros	23.6	-	-	-	-	223	-	3.045	(3.268)	-	-	-
Remuneração aos acionistas	23.2	-	-	-	-	-	-	-	(1.193)	(1.193)	(50)	(1.243)
Transação com os sócios:												
Aumento de capital		4.000	-	-	-	-	-	(4.000)	-	-	-	-
Pagamento baseado em ações	22.2	-	(7)	-	-	-	-	-	-	(7)	-	(7)
Compra de participação adicional de controladas	23.5	-	-	4	-	-	-	-	-	4	(4)	-
Ações em tesouraria		-	(25)	-	-	-	-	-	-	(25)	-	(25)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		16.920	127	(1.731)	(879)	1.657	247	13.525	-	29.866	210	30.076

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023



(Valores expressos em milhões de reais)

													Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2023		Notas	Capital Social	Reserva de capital e ações em tesouraria	Transação com os sócios e outros	Outros resultados abrangentes							
Lucro líquido do exercício			-	-	-	-						3.636	3.636
Outros resultados abrangentes	23.3		-	-	-	145						-	145
Destinação do lucro líquido:													
Constituição de reservas de lucros	23.6		-	-	-	-	182	-	2.513	(2.695)	-	-	-
Remuneração aos acionistas da Neoenergia	23.2		-	-	-	-	-	-	-	(941)	(941)	(941)	
Transação com os sócios:													
Pagamento baseado em ações	22.2		-	(26)	-	-	-	-	-	-	-	-	(26)
Compra de participação adicional de controladas	23.5		-	-	(56)	-	-	-	-	-	-	-	(56)
Ações em tesouraria			-	15	-	-	-	-	-	-	-	-	15
Saldos em 31 de dezembro de 2024			16.920	114	(1.857)	(734)	1.839	234	16.038	-	32.554		
Saldos em 31 de dezembro de 2022			12.920	156	(1.805)	(766)	1.434	234	14.480	-	26.653		
Lucro líquido do exercício			-	-	-	-	-	-	-	-	4.461	4.461	
Outros resultados abrangentes	23.3		-	-	-	(113)	-	-	-	-	-	(113)	
Destinação do lucro líquido:													
Constituição de reservas de lucros	23.6		-	-	-	-	223	-	3.045	(3.268)	-	-	-
Remuneração aos acionistas da Neoenergia	23.2		-	-	-	-	-	-	-	(1.193)	(1.193)	(1.193)	
Transação com os sócios:													
Aumento de capital			4.000	-	-	-	-	-	(4.000)	-	-	-	-
Pagamento baseado em ações	22.2		-	(6)	-	-	-	-	-	-	-	-	(6)
Compra de participação adicional de controladas	23.5		-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	4
Ações em tesouraria			-	(25)	-	-	-	-	-	-	-	-	(25)
Saldos em 31 de dezembro de 2023			16.920	125	(1.801)	(879)	1.657	234	13.525	-	29.781		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhões de reais)



	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Receitas				
Vendas de energia, serviços e outros	67.371	62.394	5	2
Outras receitas	436	1.795	-	1.354
Receita de construção de ativos próprios	92	192	-	-
Perda de crédito esperada	(552)	(632)	-	-
Subtotal	67.347	63.749	5	1.356
Insumos adquiridos de terceiros				
Energia elétrica comprada para revenda	(16.737)	(15.237)	-	-
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(6.254)	(6.225)	-	-
Materiais, serviços de terceiros e outros	(11.649)	(10.836)	(214)	(205)
<i>Impairment</i> e baixa de ativos não circulantes, líquidos	(491)	(361)	(277)	(107)
Matérias-primas consumidas	(220)	(494)	-	-
Subtotal	(35.351)	(33.153)	(491)	(312)
Valor adicionado bruto	31.996	30.596	(486)	1.044
Depreciação e amortização	(2.872)	(2.611)	(215)	(184)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	29.124	27.985	(701)	860
Valor adicionado recebido em transferência				
Equivalência patrimonial	(32)	(1)	4.556	3.927
Receitas financeiras	6.124	5.142	1.565	913
Subtotal	6.092	5.141	6.121	4.840
Valor adicionado total a distribuir	35.216	33.126	5.420	5.700
Distribuição do valor adicionado				
Remunerações de empregados e administradores	1.821	1.085	63	59
Benefícios	767	686	5	4
FGTS e outros encargos sociais (exceto INSS)	128	118	-	-
Subtotal	2.716	1.889	68	63
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	9.046	7.991	36	32
Estaduais	8.574	8.719	-	-
Municipais	82	79	2	2
Subtotal	17.702	16.789	38	34
Remuneração de capital de terceiros				
Juros e variações cambiais	11.098	9.902	1.678	1.142
Aluguéis	18	19	-	-
Subtotal	11.116	9.921	1.678	1.142
Remuneração de capitais próprios				
Dividendos	425	301	425	301
Juros sobre capital próprio	516	892	516	892
Lucros retidos	2.694	3.268	2.695	3.268
Participação dos acionistas não controladores	47	66	-	-
Subtotal	3.682	4.527	3.636	4.461
Valor adicionado distribuído	35.216	33.126	5.420	5.700

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Neoenergia S.A. (Controladora) com sede na Praia do Flamengo, 78 - 3º andar - Flamengo - Rio de Janeiro - RJ, é uma sociedade por ações de capital aberto, (NEOE3) com ações admitidas à negociação no mercado de ações da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3), no segmento Novo Mercado, Bolsa, Balcão constituída com o objetivo principal de atuar como *holding*, participando no capital de outras sociedades.

A Neoenergia S.A e suas controladas diretas e indiretas (Companhia ou Grupo) são dedicadas primariamente às atividades de distribuição, transmissão, geração e comercialização de energia elétrica, representada em três segmentos estratégicos de atuação (i) Redes, (ii) Renováveis e (iii) Liberalizados.

1.1 Concessões do Serviço Público e Autorizações de serviços de energia elétrica

A Companhia possui total direito de determinar as políticas operacionais e financeiras dos ativos que estão sob o escopo dos contratos de concessão e/ou autorização de serviços públicos. As políticas operacionais e financeiras abarcam medidas relativas a investimento de capital, pessoal e tecnológica. Em regra, este direito está limitado somente as vedações previstas nos contratos assinados junto ao poder concedente, legislação ou ato infra legal específico do setor de energia elétrica emitidos pelo Poder Concedente e/ou pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Os ativos de infraestrutura utilizados na geração, distribuição e na transmissão de energia são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL.

O Grupo e as empresas coligadas e controladas em conjunto possuem o direito de explorar, indiretamente, as seguintes concessões, autorizações/permisões de distribuição, comercialização, transmissão e de geração de energia:

Distribuição

Empresa	Estado	Data de Concessão	Data de Vencimento	Número de Municípios	Ciclo tarifário	Última revisão
Neoenergia Coelba	Bahia	08/08/1997	08/08/2027	415	5 anos	2023
Neoenergia Cosern	Rio Grande do Norte	31/12/1997	31/12/2027	167	5 anos	2023
Neoenergia Elektro	São Paulo	27/08/1998	27/08/2028	223	4 anos	2023
Neoenergia Elektro	Mato Grosso do Sul	27/08/1998	27/08/2028	5	4 anos	2023
Neoenergia Brasília	Distrito Federal	26/08/1999	07/07/2045	1	5 anos	2021
Neoenergia Pernambuco	Pernambuco	30/03/2000	30/03/2030	184	4 anos	2021
Neoenergia Pernambuco	Distrito de Fernando de Noronha	30/03/2000	30/03/2030	1	4 anos	2021
Neoenergia Pernambuco	Paraíba	30/03/2000	30/03/2030	1	4 anos	2021

Transmissão em operação

Empresa	Estado	Data de Concessão	Data de Vencimento	Ciclo tarifário	Última revisão
Afluente T	Bahia	08/08/1997	08/08/2027	5 anos	2020
SPE SE Narandiba S.A. (SE Narandiba)	Bahia	28/01/2009	28/01/2039	5 anos	2019
SPE SE Narandiba S.A. (SE Extremoz)	Rio Grande do Norte	10/05/2012	10/05/2042	5 anos	2022
SPE SE Narandiba S.A. (SE Brumado)	Bahia	27/08/2012	27/08/2042	5 anos	2023
Potiguar Sul	Paraíba e Rio Grande do Norte	01/08/2013	01/08/2043	5 anos	2019
Neoenergia Sobral	Ceará	31/07/2017	31/07/2047	5 anos	2023
Neoenergia Atibaia	São Paulo	31/07/2017	31/07/2047	5 anos	2023
Neoenergia Biguaçu	Santa Catarina	31/07/2017	31/07/2047	5 anos	2023
Neoenergia Dourados	Mato Grosso do Sul e São Paulo	31/07/2017	31/07/2047	5 anos	2023
Neoenergia Santa Luzia	Paraíba e Ceará	08/03/2018	08/03/2048	5 anos	2023
Neoenergia Jalapão	Tocantins, Bahia e Piauí	08/03/2018	08/03/2048	5 anos	2023
Neoenergia Itabapoana	Rio de Janeiro	22/03/2019	22/03/2049	5 anos	2024

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhões de reais)



Empresa	Estado	Data de Concessão	Data de Vencimento	Ciclo tarifário	Última revisão
Neoenergia Rio Formoso	Bahia	20/03/2020	20/03/2050	5 anos	-
EKTT 8 Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A.	Minas Gerais	31/03/2022	31/03/2052	5 anos	-
Neoenergia Transmissora 11 SPE S.A.	Mato Grosso do Sul	30/09/2022	30/09/2052	5 anos	-

Ao longo do ano de 2024 entraram em operação comercial os seguintes empreendimentos:

Transmissora	Entrada em operação	Estado	Empreendimento
Neoenergia Transmissão 11	Junho de 2024	Mato Grosso do Sul	Linhas de Transmissão 230kV Campo Grande 2 - Paraíso 2 (C2), Paraíso 2 - Chapadão (C2) e Subestação 230/138kV Paraíso 2 (Composta por dois transformadores de 150MVA)
Neoenergia Itabapoana	Junho de 2024	Rio de Janeiro	Linha de transmissão 500kV Campos 2 – Mutum Circuito Duplo
	Junho de 2024		Compensador Síncrono de 500kV (-300/+300 Mvar)
EKTT 8	Agosto de 2024	Minas Gerais	Compensador Síncrono de 500kV (-300/+300 Mvar)
	Setembro de 2024		Compensador Síncrono de 500kV (-300/+300 Mvar)
	Outubro de 2024		Entrada em operação do Módulo Geral 500kv

Transmissão em construção

Empresa	Estado	Data de Concessão	Data de Vencimento
Neoenergia Lagos dos Patos ⁽¹⁾	Rio Grande do Sul e Santa Catarina	22/03/2019	22/03/2049
Neoenergia Vale do Itajaí ⁽¹⁾	Paraná e Santa Catarina	22/03/2019	22/03/2049
Neoenergia Guanabara ⁽¹⁾	Rio de Janeiro	22/03/2019	22/03/2049
Neoenergia Morro do Chapéu ⁽¹⁾	Bahia	31/03/2021	31/03/2051
EKTT 9 Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A. ⁽¹⁾	Minas Gerais e São Paulo	30/09/2022	30/09/2052

(1) Em operação parcial.

Ao longo do ano de 2024 algumas etapas dos empreendimentos de transmissão, listados abaixo, entraram em operação comercial:

Transmissora	Entrada em operação	Estado	Empreendimento
Neoenergia Morro do Chapéu	Fevereiro de 2024	Bahia	Linha de transmissão 230 kV de Medeiros Neto 2/ Teixeira de Freitas 2 e da implantação do transformador 500/230 kV e do compensador síncrono
	Maio de 2024		Linha de transmissão 500kV Morro do Chapéu II - Poções III
Neoenergia Guanabara	Junho 2024	Rio de Janeiro	Subestação Campos 2 – 500kV
Neoenergia Vale do Itajaí	Agosto de 2024	Santa Catarina	Transformador de 525/230 kV Gaspar 2
EKTT 9	Outubro de 2024	São Paulo	Linha de transmissão 440kV Araraquara 2 / Araraquara (C3)

Comercialização

Empresa	Estado	Data de autorização
NC Energia	Rio de Janeiro, RJ	22/11/2000
Neoenergia Smart	Campinas, SP	26/05/2003

Geradoras em Operação

Empresa	Tipo de Usina	Localidade, estado	Data de autorização	Data de Vencimento	Capacidade instalada (MW)	Garantia Física (MW med)
Neoenergia Pernambuco – Fernando de Noronha Itapebi	Térmica a diesel	Distrito de Fernando de Noronha, PE	21/12/1989	30/03/2030	10,05 MW	3,8
Termopernambuco	Hidrelétrica – UHE	Rio Jequitinhonha, BA	28/05/1999	15/05/2039	462,011 MW	202,1
Geração CIII - Corumbá III Energética Águas da Pedra – Dardanelos	Termelétrica – UTE	Complexo Portuário do Suape, PE	18/12/2000	18/12/2030	550,0 MW	38,8
Belo Monte – Norte Energia	Hidrelétrica – UHE	Rio Corumbá, GO	07/11/2001	22/04/2040	96,447 MW	47
	Hidrelétrica – UHE	Rio Ariuanã, MT	03/07/2007	12/12/2049	261,0 MW	147,2
	Hidrelétrica – UHE	Rio Xingu, PA	26/08/2010	11/07/2046	11.233,1MW	4.571,0

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhões de reais)



Geração Céu Azul – Baixo Iguaçu	Hidrelétrica – UHE	Rio Iguaçu, PR	20/08/2012	03/12/2049	350,2 MW	172,4
---------------------------------	--------------------	----------------	------------	------------	----------	-------

Em setembro de 2024, a Controlada Termopernambuco S.A. celebrou com a CCEE um Termo Aditivo para antecipação do Contrato de Reserva de Capacidade (CRCAP), decorrente do Leilão de reserva de capacidade de dezembro de 2021 onde sagrou-se vencedora, mantendo as condições ofertadas no certame, mas antecipando o fornecimento de 01 de julho de 2026 para 01 de outubro de 2024. Para atendimento deste período de antecipação, a Companhia assinou um contrato de compra e venda de gás natural com a Eneva S.A. com fornecimento na modalidade 100% flexível, para o suprimento de combustível durante o período de antecipação, que compreende 21 meses, entre 01 de outubro de 2024 e 30 de junho de 2026.

Parques eólicos em operação

Empresa	Localidade, estado	Data de autorização	Data de Vencimento	Capacidade instalada (MW)	Garantia Física (MW med)
Enerbrasil	Rio do Fogo, RN	20/12/2001	20/12/2031	49,3 MW	17,90
Caetité 2	Caetité, BA	07/02/2011	07/02/2046	30,0 MW	14,7
Caetité 3	Caetité, BA	24/02/2011	24/02/2046	30,0 MW	11,2
Mei 2	Areia Branca, RN	28/02/2011	28/02/2046	20,0 MW	8,8
Arizona 01	Rio do Fogo, RN	04/03/2011	04/03/2046	28,0 MW	12,9
Calango 1	Bodó, Santana do Matos, Lagoa Nova, RN	28/04/2011	28/04/2046	30,0 MW	13,9
Calango 2	Bodó, Santana do Matos, Lagoa Nova, RN	09/05/2011	09/05/2046	30,0 MW	12,8
Calango 4	Bodó, Santana do Matos, Lagoa Nova, RN	19/05/2011	19/05/2046	30,0 MW	13,5
Calango 3	Bodó, Santana do Matos, Lagoa Nova, RN	30/05/2011	30/05/2046	30,0 MW	13,9
Calango 5	Bodó, Santana do Matos, Lagoa Nova, RN	02/06/2011	02/06/2046	30,0 MW	13,7
Caetité 1	Caetité, BA	29/10/2012	29/10/2042	30,0 MW	13,0
Santana 1	Bodó, RN	14/11/2014	14/11/2049	30,0 MW	17,3
Santana 2	Lagoa Nova, RN	14/11/2014	14/11/2049	24,0 MW	13,1
Calango 6	Bodó, RN	20/11/2014	20/11/2049	30,0 MW	18,5
Canoas	São José do Sabugi, PB	04/08/2015	04/08/2050	31,5 MW	17,7
Lagoa 1	Santa Luzia, PB	04/08/2015	04/08/2050	31,5 MW	18,7
Lagoa 2	São José do Sabugi, PB	04/08/2015	04/08/2050	31,5 MW	17,5
Chafariz 1	Santa Luzia, PB	21/06/2018	21/06/2053	34,65 MW	18,2
Chafariz 2	Santa Luzia, PB	21/06/2018	21/06/2053	34,65 MW	17,4
Chafariz 3	Santa Luzia, PB	21/06/2018	21/06/2053	34,65 MW	17,8
Chafariz 6	Santa Luzia, PB	21/06/2018	21/06/2053	31,185 MW	15,2
Chafariz 7	Santa Luzia, PB	21/06/2018	21/06/2053	34,65 MW	18,3
Lagoa 3	São José do Sabugi, PB	26/06/2018	26/06/2053	34,65 MW	17,2
Lagoa 4	Santa Luzia, PB	26/06/2018	26/06/2053	20,79 MW	10,2
Canoas 2	Santa Luzia, PB	26/06/2018	26/06/2053	34,65 MW	16,3
Canoas 4	São José do Sabugi, PB	26/06/2018	26/06/2053	34,65 MW	16,5
Chafariz 4	Santa Luzia e Areia de Baraúnas, PB	05/02/2019	05/02/2054	34,65 MW	-
Chafariz 5	Santa Luzia, PB	05/02/2019	05/02/2054	34,65 MW	-
Canoas 3	Santa Luzia e São José do Sabugi, PB	05/02/2019	05/02/2054	34,65 MW	-
Ventos de Arapuá 1	Santa Luzia, Areia de Baraúnas e São Mamede, PB	05/02/2019	05/02/2054	24,255 MW	-
Ventos de Arapuá 2	Santa Luzia, Areia de Baraúnas e São Mamede, PB	05/02/2019	05/02/2054	34,65 MW	-
Ventos de Arapuá 3	Santa Luzia, Areia de Baraúnas e São Mamede, PB	05/02/2019	05/02/2054	13,86 MW	-
Oitis 1	Dom Inocêncio, PI	29/11/2019	29/11/2054	49,50 MW	26,1
Oitis 8	Dom Inocêncio, PI	29/11/2019	29/11/2054	49,50 MW	25,5
Oitis 2	Dom Inocêncio, PI	24/12/2019	24/12/2054	27,50 MW	-
Oitis 3	Dom Inocêncio, PI	24/12/2019	24/12/2054	49,50 MW	-
Oitis 4	Dom Inocêncio, PI	24/12/2019	24/12/2054	49,50 MW	-
Oitis 5	Dom Inocêncio, PI	24/12/2019	24/12/2054	49,50 MW	-
Oitis 6	Dom Inocêncio, PI	24/12/2019	24/12/2054	49,50 MW	-

Empresa	Localidade, estado	Data de autorização	Data de Vencimento	Capacidade instalada (MW)	Garantia Física (MW med)
Oitis 7	Dom Inocêncio, PI	24/12/2019	24/12/2054	49,50 MW	-
Oitis 9	Dom Inocêncio, PI	24/12/2019	23/12/2054	49,50 MW	-
Oitis 10	Dom Inocêncio, PI	24/12/2019	23/12/2054	49,50 MW	-
Oitis 21	Casa Nova, BA	24/12/2019	24/12/2054	44,00 MW	-
Oitis 22	Casa Nova, BA	24/12/2019	24/12/2054	49,50 MW	-

Parques solares fotovoltaicos em operação

Empresa	Localidade, estado	Data de autorização	Data de Vencimento	Capacidade instalada (MW)
Luzia 2	Santa Luzia, PB	26/05/2020	25/05/2055	58,932 MW
Luzia 3	Santa Luzia, PB	26/05/2020	25/05/2055	58,932 MW

1.2 Gestão de riscos financeiros e operacionais

As Políticas de Gestão de Riscos, aprovadas pelo Conselho de Administração em abril de 2024, compostas pelas políticas de riscos corporativos e pelas políticas de riscos específicas para cada negócio, que estabelecem os princípios básicos e o marco geral de atuação para o controle e gerenciamento dos riscos aos quais está exposto o grupo Neoenergia e que devem ser aplicados de acordo com o disposto no Propósito e Valores do grupo.

O processo de gestão de riscos adota como fonte as principais boas práticas de mercado e diretrizes do COSO ERM e ISO 31000, assim como as premissas regulatórias e de órgãos que abrangem o setor de energia elétrica, em consonância com as regulamentações emitidas pela ANEEL.

A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado da Companhia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Auditoria Interna e Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas Governança e de Controles Internos. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos.

1.2.1 Gestão de Riscos Financeiros e Mercado

A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios que integram o Grupo Neoenergia, dentro dos limites previstos aplicáveis às atividades que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de *commodities*, risco de taxas de juros e índices de preços, risco liquidez e risco solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida.

A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alçadas do Grupo Neoenergia e estatutos das controladas da Companhia.

As principais diretrizes em relação a estratégias de *hedge*, são:

- Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ter sua exposição cambial protegida (convertida para Reais) por meio de operações de *hedge*;
- O risco de câmbio e de *commodities* deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor;

- Instrumentos não-dívida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de *hedge* para mitigar o risco cambial;
- Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de *hedge* para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações;
- A contratação de derivativos é dedicada única e exclusivamente para fins de *hedge*, assim como não é permitida a contratação de derivativos ‘exóticos’ nem ‘alavancados’.

A estratégia da Companhia foi desenvolvida através da visão integrada dos riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco de mercado, gerado pelas possíveis mudanças nos preços e cotações das variáveis ativas e passivas nas quais mantém posições, e o risco de liquidez, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia, entre outros.

Riscos	Origem da exposição	Gestão
Risco de taxa de câmbio	Empréstimos e financiamentos e outros instrumentos financeiros que não são denominados em BRL.	Operações de <i>swap</i> e a termo
Risco de taxa de juros (incluindo índices inflacionários)	Passivos atuariais, empréstimos e financiamentos indexados a diferentes taxas de juros incluindo, mas não se limitando, a SOFR e CDI.	Operações de <i>swap</i> , gestão de limite de exposição de ativos e passivos por componente de taxa de juros e índices inflacionários.
Risco de preços de produtos e insumos	Volatilidade dos preços de <i>commodities</i> metálicas e energia elétrica, e outros produtos.	Contratos de longo prazo com fixação de preços aderentes as projeções internas; ou operações a termo.
Risco de crédito	Recebíveis, transações com derivativos, garantias, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros.	Diversificação da carteira e políticas para monitoramento de indicadores de solvência e liquidez das contrapartes.
Risco de liquidez	Obrigações contratuais ou assumidas.	Disponibilidade de linhas de crédito rotativo.
Risco de solvência	Passivos financeiros, obrigações contratuais ou assumidas.	Monitoramento dos <i>covenants</i> financeiros e da situação econômico-financeira da Companhia.

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estrutura operacional e de controles internos da Companhia para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito.

(a) Gestão de risco de mercado

(i) Risco de taxa de câmbio

A Companhia, visando assegurar que oscilações nas taxas de câmbio não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possuía em 31 de dezembro de 2024, operações de *hedge* cambial, para a totalidade de suas dívidas em moeda estrangeira e para seus principais desembolsos e investimentos previstos em moeda estrangeira. As estratégias de *hedge* cambial estão descritas na nota 25.7.

(ii) Risco de taxas de juros e índices de preços

Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas pela exposição à variação de taxas de juros e/ou índices de preço, tanto no mercado brasileiro quanto no mercado externos (ex: CDI, TJLP, TLP, SOFR, IPCA e IGP-M, dentre outros). O resultado desta exposição influencia o montante de encargos financeiros dívida, rendimentos das aplicações financeiras e as receitas tarifárias das concessões que impactam o resultado e o fluxo de caixa das operações. Por consequência, a Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados à índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação.

A Companhia monitora continuamente as taxas mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. As estratégias de *hedge* de taxas de juros são descritas na nota 25.7.

(iii) Risco de preço de *commodities*

Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por elevação dos preços das *commodities* que são utilizadas pela Companhia em suas atividades operacionais.

Commodities metálicas: variações nos preços de *commodities* metálicas podem impactar a rentabilidade dos projetos de investimentos, resultante no aumento de preço nos contratos dos fornecedores, implicando em maior necessidade de caixa para honrar os compromissos assumidos pela Companhia.

Commodities energéticas – Energia elétrica: os preços das *commodities* energéticas são influenciados por fatores específicos dos negócios de geração de energia elétrica como demanda e oferta, hidrologia, gás, recursos eólicos e solares, além da entrada ou atraso de novos projetos na matriz energética. As variações nos preços de *commodities* energéticas podem causar perda potencial de margem e/ou valor. A gestão do risco de preço de energia é realizada na análise da sobrecontratação de energia das distribuidoras, na cobertura de lastro da energia comercializada e na venda da energia ao cliente final.

(b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é associado à possibilidade, da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

A Companhia gerencia o risco de liquidez alomando o excedente de caixa em aplicações financeiras de liquidez diária e mantendo adequadas reservas de recursos e linhas de crédito aprovadas com algumas das principais instituições financeiras do país (veja nota 19.2).

Adicionalmente, a Companhia acompanha mensalmente, por meio de índices de liquidez, a capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos principalmente, mas não se limitando, ao período de 12 (doze) meses.

Em 31 de dezembro 2024, a Companhia mantinha recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa e títulos de valores mobiliários, em montante adequado a cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiros. Os fluxos das obrigações da Companhia, por faixa de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas. Em destaque para as informações de empréstimos e financiamentos e respectivos instrumentos derivativos (veja nota 19.3).

(c) Risco de solvência

O risco de solvência está vinculado à possibilidade de deterioração da situação econômico-financeira que resulte na piora da qualidade de crédito ou na quebra de *covenants* financeiros que possam gerar o vencimento antecipado das dívidas, gerando impacto na classificação de crédito (*rating*), no custo da dívida e na liquidez.

(d) Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade, da Companhia incorrer em perdas financeiras ou econômicas devido ao não cumprimento de obrigações financeiras ou contratuais de terceiros, como inadimplência ou 'não performance' de contrapartes.

(i) Risco de crédito de contrapartes comerciais

O risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor elétrico, quando aplicável. Além disso, para as contrapartes de comercialização de energia, são adotados critérios específicos quanto à avaliação da sua capacidade de crédito e aprovação de limites.

(ii) Risco de crédito de instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito (*rating*). É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicados pelas agências de *rating*. O quadro a seguir apresenta os *ratings* de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantinha operações em aberto em 31 de dezembro de 2024.

Ratings de longo prazo em escala nacional	Moody's	S&P	Fitch
Banco do Brasil	AAA	AAA	AAA
Banco do Nordeste	AA	AAA	AAA
Banco Pine	A	A	-
Bank of America (1)	A1	A-	AA-
BNDES	AAA	AAA	
BNP Paribas	-	AAA	AAA
Bradesco	AAA	AAA	AAA
BRB Banco de Brasília	A	A+	BBB+
Caixa Econômica Federal	AAA	AAA	AAA
Citibank	-	AAA	AAA
Goldman Sachs	-	-	AAA
HSBC		AAA	
Itaú	AAA		AAA
JP Morgan		AAA	
Mitsubishi UFJ		AAA	
Morgan Stanley		AAA	
Safra	AAA	AAA	
Santander	AAA	AAA	
Scotiabank		AAA	
Sumitomo Mitsui		AAA	AAA
Votorantim	AA+	AAA	

(1) Bank of America - BofA possui *rating* somente em escala global.

1.2.2 Gestão de Riscos Operacionais

(a) Risco regulatório

Ambiente Regulatório

A Companhia está sujeita a aplicação de penalidades regulatórias caso ocorra descumprimento das obrigações inseridas nas cláusulas do contrato de concessão e nas resoluções emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Os procedimentos, parâmetros e critérios para a imposição de penalidades aos agentes do setor de energia elétrica e as diretrizes gerais da fiscalização da Agência, estão previstos na Resolução Normativa nº 846/2019, podendo a multa atingir até 2% da receita operacional líquida da Companhia, a depender da infração cometida.

Equilíbrio Econômico-Financeiro das Concessões

Conforme definido na Lei nº 8.987/1995, o equilíbrio da concessão ocorre quando atendidas as condições previstas no contrato de concessão. No contrato foram estabelecidos os mecanismos de alteração das tarifas, que são o reajuste tarifário anual, a revisão tarifária periódica e a revisão tarifária extraordinária.

Para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, a ANEEL calcula e autoriza a aplicação de novas tarifas, resultantes de revisão ou de reajuste, nas condições do respectivo contrato.

Nos processos tarifários, são apurados pela ANEEL os valores das CVA's (Conta de compensação de variação de valores de itens da Parcela A) que cobrem a parte econômica das diferenças de preços da Parcela A (energia, transporte e encargos setoriais), frente a cobertura tarifária estabelecida pela ANEEL no processo tarifário anterior.

Havendo possibilidade de desequilíbrio, está previsto também no contrato de concessão o direito à uma RTE (revisão tarifária extraordinária). Porém, o reconhecimento de algum desequilíbrio e a realização da RTE depende do atendimento a uma série de requisitos previstos no PRORET (Procedimentos de Regulação Tarifária).

O serviço de distribuição é regulado pelo modelo de *Price Cap* (caracterizado pela regulação por incentivo) baseado em regras econômicas (custos operacionais eficientes, remuneração adequada, entre outras) definidas na revisão tarifária e atualizadas nos reajustes tarifários cuja finalidade é reproduzir no desempenho das empresas reguladas os resultados que seriam obtidos em mercados competitivos, onde se destaca eficiência na prestação e na gestão do serviço. Dessa forma, tais riscos relacionados à eficiência na prestação e na gestão do serviço são assumidos pelas distribuidoras. Adicionalmente, as variações de mercado também são riscos das distribuidoras.

A ANEEL, no exercício de suas funções, possui poder discricionário na definição e aferição dos parâmetros que são utilizados para a definição das tarifas, tais como: níveis regulatórios dos custos operacionais, taxa de remuneração do capital (WACC), Fator X, Base de Remuneração, Índice de Perdas, Indicadores de Qualidade e Eficiência do fornecimento, dentre outros. Esses parâmetros podem ter suas metodologias revistas ou serem definidos em patamares desfavoráveis para a Companhia, afetando negativamente as receitas originalmente previstas.

Indicadores de Sustentabilidade Econômica e Financeira

As Distribuidoras devem preservar, seja por previsão específica em seus Contratos de Concessão ou pelas disposições gerais do Anexo VIII da Resolução Normativa nº 948/2021, esta última com vigência desde 2022, as condições de Sustentabilidade Econômica e Financeira na eficiência da gestão de seus custos, endividamento, investimentos, além da responsabilidade no pagamento de tributos e na distribuição de proventos.

Tal condição é mensurada anualmente pela ANEEL por meio de indicadores baseados na Dívida Líquida regulatória, no EBITDA ajustado por parâmetros regulatórios, na quota de reintegração regulatória e no nível da taxa de juros SELIC. O descumprimento desses indicadores pode levar à regime de restrições na celebração de negócios entre partes relacionadas, limitação do pagamento de dividendos e de juros sobre o capital próprio, necessidade de aporte de capital pelos sócios controladores e, em casos de reincidência ou descumprimento de metas específicas, abertura pela ANEEL de processo administrativo punitivo voltado à aplicação da penalidade de declaração de caducidade da concessão.

Os indicadores de sustentabilidade são apurados a partir dos dados econômico-financeiros referenciados da Contabilidade Regulatória, disponíveis para avaliação. Até o momento, as distribuidoras da Companhia vêm cumprindo todos os indicadores.

Indicadores de Continuidade do Fornecimento

A ANEEL acompanha a eficiência com relação à continuidade do fornecimento das concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, sendo mensurado mediante a apuração, a cada ano civil, dos indicadores de continuidade coletivos DEC - Duração Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora. Ocorrendo descumprimento dos limites regulatórios, conforme definições da REN nº 948/2021, a ANEEL pode tornar obrigatória a apresentação de um plano de resultados, em caso de descumprimento do indicador no primeiro ano, limitar o pagamento de dividendos e de juros sobre o capital próprio, em caso de descumprimento por dois anos consecutivos ou por três anos dentro dos últimos cinco anos de apuração. Em caso de reincidência, a ANEEL pode abrir processo administrativo punitivo voltado à aplicação da penalidade de declaração de caducidade da concessão. Nos últimos cinco anos do contrato de concessão, qualquer descumprimento dos indicadores implicará na limitação de dividendos e de juros sobre o capital próprio das distribuidoras da Companhia.

Postergação de Reajustes

A data do reajuste tarifário é prevista no contrato de concessão, havendo o direito da distribuidora de ter o reajuste processado na referida data. Em alguns casos de postergação de reajustes tarifários ocorridos no setor elétrico, foi reconhecido o direito econômico ao reajuste desde a data prevista. Assim, em função de decisões do governo ou da agência reguladora, há risco de postergação da data do reajuste.

Em caso de inadimplemento por parte da concessionária no recolhimento de encargos setoriais e no pagamento pela energia proveniente de Itaipu Binacional, há o risco de impedimento da aplicação das novas tarifas nos Reajustes e Revisões Tarifárias, exceto as extraordinárias, bem como de serem suspensos eventuais repasses de RGR, CDE e CCC, nos termos da Lei 8631/1993.

Base Remuneração Regulatória (BRR) e Reconhecimento de Investimentos

Os contratos de concessão estabelecem que a regulação da ANEEL deve definir a Parcada B com base em estímulos a eficiência e de forma comparativa. Assim, a metodologia de valoração da Base de Remuneração Regulatória (BRR) está baseada no reconhecimento de investimentos prudentes. Os investimentos realizados pela empresa são avaliados ao final de cada ciclo. Os investimentos prudentes integram a BRR no momento da revisão, já depreciados desde a data de imobilização.

Os riscos de reconhecimento dos investimentos da Base de Remuneração são de ordem regulatória, quanto à valoração de ativos são oriundos das imprevisibilidades do mercado, principalmente nas oscilações no valor das *Commodities* (afeta mix de Indicadores apurados pela Fundação Comitê de Gestão Empresarial - FUNCOGE) que são aplicados para avaliar os equipamentos principais; alterações das premissas de valoração dos ativos durante o ciclo tarifário vigente, incluindo a atualização do Banco de Preços Referenciais; e aplicação, por parte do agente regulador, de critérios durante fiscalizações que não são preconizados pelos normativos regulatórios.

(b) Risco hidrológico

A energia vendida pelo negócio de Geração Hidráulica depende das condições hidrológicas dos reservatórios, impactado por questões climáticas. A receita da venda é vinculada à garantia física, cujo volume é determinado pelo Ministério de Minas e Energia. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios dessas usinas, reduzindo a geração hidrelétrica devido a sua substituição por fontes térmicas ou à queda do consumo propiciada pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica.

O prolongamento da geração por meio de termelétricas pode fazer com que a Companhia necessite comprar energia no mercado de curto prazo, para fazer frente aos seus contratos de venda, a um preço de curto prazo (PLD) mais elevado. A mitigação desse risco se dá pelo MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN.

Para reduzir a exposição a este risco de geração hidráulica, a Companhia aderiu à proposta de repactuação do risco hidrológico.

(c) Seguros

A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância Segurada	Consolidado
Risco Operacional - Subestações e Usinas	31/05/2024 a 31/05/2025		R\$ 2.100
Terrorismo	31/05/2024 a 31/05/2025		R\$ 500
D&O	23/08/2024 a 23/08/2025		R\$ 150
Responsabilidade Civil Geral – Transmissão/Geração Empresarial	31/05/2024 a 31/05/2025		R\$ 100
Responsabilidade Civil Geral – EKT – NDB	31/05/2024 a 31/05/2025		R\$ 71
Responsabilidade Civil Ambiental	31/05/2024 a 31/05/2025		R\$ 44
Cibersegurança	31/05/2024 a 31/05/2025		R\$ 36
Responsabilidade Civil Geral - Neoserv	31/05/2024 a 31/05/2025		R\$ 27
Responsabilidade Civil Geral – Distribuição Nordeste	08/10/2023 a 08/10/2025		R\$ 25
Veículos – Executivo	31/05/2024 a 31/05/2026		R\$ 22
Equipamentos Portáteis de Medição	30/06/2024 a 30/06/2025	100% FIPE Valor Equipamento	

Os seguros do Grupo são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos, seguros vigentes e dada a sua natureza.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais da Companhia (demonstrações financeiras) foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as *IFRS Accounting Standards (IFRS Accounting)*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo; (ii) perdas pela redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos; e (iii) valor justo dos ativos não circulantes classificados como mantidos para venda.

Na preparação dessas demonstrações financeiras, as controladas são consolidadas a partir da data em que a Companhia assume o controle até a data em que o controle cessa. Todas as transações entre a Neoenergia S.A e suas controladas diretas e indiretas são eliminadas integralmente. A participação da Companhia nos resultados dos investimentos em *joint ventures* e coligadas estão incluídos nas demonstrações financeiras a partir da data em que influência significativa ou controle conjunto começa, até a data em que cessa influência ou controle significativo.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 17 de fevereiro de 2025.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma.

O real brasileiro é a moeda funcional da Neoenergia S/A e de todas as controladas, joint ventures e coligadas. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação e convertidas pela taxa de câmbio vigente na data do balanço. Ganhos e perdas cambiais pela atualização de ativos e passivos são reconhecidos no resultado financeiro.

2.3 Políticas contábeis materiais e estimativas críticas

As políticas contábeis materiais e estimativas críticas aplicadas à estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis materiais são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas na nota 2.5.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados.

As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentadas nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
5.1	Receita de fornecimento de energia e de uso da rede do sistema de distribuição não faturados
10.1	Tributos sobre o lucro diferidos
12.2	Perdas de crédito esperadas
13	Ativos e passivos financeiros setoriais
14	Concessão do serviço público (ativo financeiro e ativo contratual)
15.3	Estimativa de valor justo de ativo não circulante mantido para venda
18	Fornecedores, contas a pagar a empreiteiros e contratos de convênio
19.3	Instrumentos financeiros derivativos
20.1	Provisão para processos judiciais
22.1	Obrigações com benefícios de aposentadoria

2.5 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2024:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de <i>covenants</i> como circulante ou não circulante. Segundo as emendas o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas <i>covenants</i> cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
IFRS 16/ CPC 6 (R2). Arrendamentos	As emendas incluem requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda - e retro arrendamento (<i>Sale and Leaseback</i>) de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
IAS 7/ CPC 3: Demonstração dos Fluxos de Caixa	Divulgação de operações de Risco Sacado (<i>Reverse factoring</i>), que envolvem as Companhias e seus fornecedores. Os novos requisitos de divulgação tornarão visível o uso de acordos de financiamento de fornecedores por uma Companhia e permitirão que os investidores observem como o uso desses instrumentos afetou as operações e a estrutura capital da Companhia.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
Resolução CVM nº 199/ CPC 9 (R1): Demonstração do Valor Adicionado.	A Resolução CVM nº 199, esclarece determinados critérios para elaboração e apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), cujo objetivo principal é elucidar requisitos normativos e, por consequência, reduzir a abrangência de práticas contábeis adotadas na elaboração da DVA pelas companhias brasileiras.	01/01/2024

Para as emendas e normativos listados acima, a Companhia não identificou impactos significativos na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 01/01/2025:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
Resolução CVM nº 223/ OCPC 10: Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (<i>allowances</i>) e Crédito de Descarbonização (CBIO).	O objetivo desta orientação contábil é estabelecer os requisitos para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono (tCO2e), permissões de emissão (<i>allowances</i>) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro. Consequentemente, visa reduzir a diversidade de práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras.	01/01/2025, aplicação retrospectiva
IFRS 7 (CPC 40): Divulgação de instrumentos financeiros/	As emendas estabelecem requerimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes, e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com riscos e custos básicos de empréstimo.	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 9 (CPC 48): Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (ASG ou ESG).	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras	A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e provavelmente torná-las sujeitas a auditoria. A IFRS 18 substituirá a IAS 1 / CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras.	01/01/2027, aplicação retrospectiva

A Companhia espera impactos substanciais na elaboração da Demonstração de Resultado e da Demonstração dos Fluxos de Caixa, originados pela aplicação da IFRS 18. A Companhia está analisando os possíveis impactos referentes a este pronunciamento em suas demonstrações financeiras e aguardará a orientação do CPC para a aplicação deste pronunciamento.

Em relação aos demais normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. CONCILIAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A conciliação do lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Neoenergia S.A. entre as demonstrações financeiras consolidadas e individuais, estão apresentados como segue:

	Lucro líquido			Patrimônio líquido
	2024	2023		2024

Controladora	3.636	4.461	32.554	29.781
Capitalização encargos financeiros, líquidos ⁽¹⁾	(2)	(3)	85	87
Outros	1	3	(1)	(2)
Consolidado	3.635	4.461	32.638	29.866

(1) Capitalização de encargos financeiros de empréstimos e financiamentos, líquida dos tributos diferidos e amortizações, emitidos pela Controladora e repassados para suas subsidiárias, através de aumento de capital, para financiamento da construção de parques eólicos.

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em participações societárias, não se enquadram como ativos qualificável para capitalização de encargos financeiros.

4. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

A Companhia opera os seguintes segmentos reportáveis: Redes, Renováveis, Liberalizados e Outros. Os segmentos foram definidos com base nos produtos e serviços prestados e refletem a estrutura utilizada pela Administração para avaliar o desempenho da Companhia no curso normal de suas operações. Os órgãos responsáveis por tomar as decisões operacionais, de alocação de recursos e de avaliação de desempenho, incluem as Diretorias Executivas e o Conselho de Administração.

As principais atividades dos segmentos operacionais são as seguintes: (i) Redes – compreendem as linhas de negócios relativas às concessões dos serviços de distribuição e transmissão de energia elétrica; (ii) Renováveis – compreendem as atividades relativas à concessão dos serviços geração de energia elétrica oriundas de fontes naturais renováveis, tais como parques eólicos, solares e usinas hidrelétricas; (iii) Liberalizados – compreendem as atividades de geração de energia elétrica oriundas de usinas termelétricas e atividades de comercialização de energia; e (iv) Outros – incluem atividades corporativas e de suportes às operações.

4.1 Resultado por segmento

As informações segregadas por segmento de acordo com os critérios estabelecidos pela Administração da Companhia, estão apresentadas a seguir:

	Consolidado				
	Redes	Renováveis	Liberalizados	Outros	Resultado
Receita bruta com terceiros	64.689	1.141	1.541	-	67.371
Receita bruta inter-segmentos	88	1.291	996	(2.375)	-
Deduções da receita bruta	(17.741)	(215)	(422)	-	(18.378)
Receita operacional, líquida	47.036	2.217	2.115	(2.375)	48.993
Custos e despesas operacionais ⁽¹⁾	(33.834)	(530)	(956)	(295)	(35.615)
Custos e despesas operacionais inter-segmentos ⁽¹⁾	(1.140)	(267)	(972)	2.379	-
Custos e despesas operacionais	(34.974)	(797)	(1.928)	2.084	(35.615)
Perdas de crédito esperadas	(552)	-	-	-	(552)
Ajuste valor justo/valor recuperável - Impairment	(76)	(201)	-	-	(277)
Resultado de participação societária	124	(156)	-	-	(32)
LAJIDA (EBITDA)	11.558	1.063	187	(291)	12.517
Depreciação e amortização ⁽²⁾	(2.101)	(421)	(52)	(242)	(2.816)
Lucro operacional	9.457	642	135	(533)	9.701
Resultado financeiro, líquido	(4.670)	(200)	15	(137)	(4.992)
Tributos sobre o lucro	(1.054)	10	(14)	31	(1.027)
Lucro líquido	3.733	452	136	(639)	3.682

	Consolidado 2023				
	Redes	Renováveis	Liberalizados	Outros	Resultado
Receita bruta com terceiros	59.880	999	1.515	-	62.394
Receita bruta inter-segmentos	108	1.239	2.243	(3.590)	-
Deduções da receita bruta	(17.231)	(184)	(636)	-	(18.051)
Receita operacional, líquida	42.757	2.054	3.122	(3.590)	44.343
Custos e despesas operacionais ⁽¹⁾	(30.301)	(518)	(1.499)	(280)	(32.598)
Custos e despesas operacionais inter-segmentos ⁽¹⁾	(2.347)	(236)	(1.009)	3.592	-
Custos e despesas operacionais	(32.648)	(754)	(2.508)	(278)	11.745
Perdas de crédito esperadas	(627)	-	(5)	-	(632)
Ajuste a valor justo/valor recuperável – Impairment	(364)	1.611	-	-	1.247
Resultado de participação societária	30	(31)	-	-	(1)
LAJIDA (EBITDA)	9.148	2.880	609	(278)	12.359
Depreciação e amortização ⁽²⁾	(1.932)	(373)	(62)	(193)	(2.560)
Lucro operacional	7.216	2.507	547	(471)	9.799
Resultado financeiro, líquido	(4.354)	(208)	(30)	(251)	(4.843)
Tributos sobre o lucro	(302)	(79)	(60)	12	(429)
Lucro líquido	2.560	2.220	457	(710)	4.527

(1) Não inclui depreciação e amortização.

(2) Inclui a amortização de mais valia.

4.2 Ativos por segmento alocados

	Consolidado 2024				
	Contas a receber	Ativo (passivo) financeiro setorial	Concessão de serviços públicos ⁽¹⁾ e intangível	Investimentos em coligadas e joint ventures	Direito de uso e imobilizado
Redes	9.799	(2.350)	62.878	973	170
Renováveis	128	-	2.055	858	9.545
Liberalizados	199	-	38	6	933
Outros	-	-	5	-	48
Total	10.126	(2.350)	64.976	1.837	10.696

	Consolidado 2023				
	Contas a receber	Ativo (passivo) financeiro setorial	Concessão de serviços públicos ⁽¹⁾ e intangível	Investimentos em coligadas e joint ventures	Direito de uso e imobilizado
Redes	9.343	(1.033)	52.880	1.128	150
Renováveis	148	-	2.253	856	11.504
Liberalizados	157	-	25	-	972
Outros	-	-	7	-	39
Total	9.648	(1.033)	55.165	1.984	12.665

4.3 Adições (execução econômica) aos principais ativos não circulantes

	2024		Consolidado	2023
	Concessão de serviços públicos ⁽¹⁾ e intangível	Investimentos, direito de uso e imobilizado	Concessão de serviços públicos ⁽¹⁾ e intangível	Investimentos, direito de uso e imobilizado
Redes	9.932	43	6.992	40
Renováveis	-	211	-	733
Liberalizados	-	30	-	63
Outros	-	20	-	14
Total	9.932	304	6.992	850

(1) Inclui somente as concessões de serviços públicos classificadas como ativo financeiro e/ou ativo contratual.

5. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Reendas	Renováveis	Liberalizados	Consolidado 2024
Fornecimento de energia elétrica (nota 5.1)	22.992	1.074	1.369	25.435
Disponibilidade da rede elétrica ⁽¹⁾	27.990	-	-	27.990
Disponibilidade do sistema de geração	-	-	58	58
Construção de infraestrutura da concessão ⁽²⁾	9.942	-	-	9.942
Câmara de Comercialização de Energia – CCEE	847	53	46	946
Mecanismo de venda excedente – MVE	16	-	-	16
Valor de reposição estimado da concessão ⁽³⁾	1.504	-	-	1.504
Remuneração do ativo contratual	1.234	-	-	1.234
Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais (nota 0)	(728)	-	-	(728)
Outras receitas (nota 5.3)	892	14	68	974
Receita operacional bruta	64.689	1.141	1.541	67.371
(-) Deduções da receita bruta (nota 5.4)	(17.741)	(215)	(422)	(18.378)
Receita operacional líquida	46.948	926	1.119	48.993

	Reendas	Renováveis	Liberalizados	Consolidado 2023
Fornecimento de energia elétrica (nota 5.1)	21.260	918	1.443	23.621
Disponibilidade da rede elétrica ⁽¹⁾	26.804	-	-	26.804
Construção de infraestrutura da concessão ⁽²⁾	7.012	-	-	7.012
Câmara de Comercialização de Energia – CCEE	615	59	21	695
Valor de reposição estimado da concessão ⁽³⁾	1.222	-	-	1.222
Remuneração do ativo contratual	1.164	-	-	1.164
Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais (nota 0)	1.074	-	-	1.074
Outras receitas (nota 5.3)	729	22	51	802
Receita operacional bruta	59.880	999	1.515	62.394
(-) Deduções da receita bruta (nota 5.4)	(17.231)	(184)	(636)	(18.051)
Receita operacional líquida	42.649	815	879	44.343

(1) A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) refere-se basicamente a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição, para consumidores cativos R\$ 22.808 (R\$ 22.505 em 31 de dezembro de 2023) e livres R\$ 5.182 (R\$ 4.299 em 31 de dezembro de 2023).

(2) Em 31 de dezembro de 2024, o total da Receita de construção da infraestrutura da concessão, no montante de R\$ 5.419 e R\$ 4.523 (Em 31 de dezembro de 2023 R\$ 4.597 e R\$ 2.415) refere-se a receita de construção das distribuidoras e das transmissoras, respectivamente.

(3) Atualização do ativo financeiro decorrente da parcela indenizável da concessão, pela Base de Remuneração Regulatória (BRR).

Reajuste e Revisão tarifária em 2024

Em 2024, cinco distribuidoras passaram por Reajuste Tarifário Anual (RTA), conforme demonstrado abaixo:

	Neoenergia Coelba	Neoenergia Cosern	Neoenergia Pernambuco	Neoenergia Elektro	Neoenergia Brasília
Consumidores alta tensão	1,28%	7,05%	(2,85%)	(5,72%)	(4,19%)
Consumidores baixa tensão	1,62%	8,08%	(2,63%)	(5,60%)	(2,98%)
Reajuste médio na tarifa	1,53%	7,84%	(2,69%)	(5,64%)	(3,32%)
Modelo do processo:	RTA	RTA	RTA	RTA	RTA
Nº da resolução homologatória	3.320	3.317	3.325	3.377	3.406
Data da resolução homologatória	22/04/2024	22/04/2024	23/04/2024	27/08/2024	15/10/2024

5.1 Fornecimento de energia elétrica

	Consolidado	
	2024	2023
Residencial	22.575	20.941
Comercial	8.837	9.039
Industrial	4.255	4.485
Rural	2.642	2.504
Poder público	2.710	2.404
Iluminação pública	1.331	1.288
Serviços públicos	1.317	1.533
Fornecimento não faturado	(9)	226
Transferência-Disponibilidade da rede elétrica ⁽¹⁾	(22.577)	(22.505)
Subvenções e subsídios governamentais ⁽²⁾	4.354	3.706
Total	25.435	23.621

(1) Receitas referentes a disponibilidade da infraestrutura da rede elétrica, calculadas com base na TUSD por classe de consumo, reajustadas conforme resoluções homologatórias.

(2) A Lei nº 12.783/2013 determinou que os recursos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE, sendo: (i) R\$ 1.361 (R\$ 1.422 em 31 de dezembro de 2023) referente à subvenção baixa renda; (ii) R\$ 2.499 (R\$ 1.935 em 31 de dezembro de 2023) referente à subvenção CDE; (iii) R\$ 294 (R\$ 252 em 31 de dezembro de 2023) referente à subvenção CCRBT; (iv) R\$ 201 (R\$ 98 em 31 de dezembro de 2023) referente à subvenção Modicidade Eletrobras.

5.2 Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais

	2024	Consolidado 2023
CVA e Neutralidade		
Energia ⁽¹⁾	791	(967)
Encargos do serviço do sistema – ESS ⁽²⁾	246	613
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE ⁽³⁾	(199)	(444)
TUST ⁽⁴⁾	(426)	57
Neutralidade de encargos setoriais	(111)	(121)
PROINFA	16	(122)
Subtotal	317	(984)
Componentes financeiros e Subsídios		
Repasso de sobrecontratação ⁽⁵⁾	(1.282)	289
Ultrapassagem de Demanda/ Excedente Reativo ⁽⁶⁾	(312)	(94)
Diferimento de reajuste ⁽⁷⁾	(221)	100
Modicidade Eletrobras ⁽⁸⁾	175	563
Crédito PIS/Cofins sobre ICMS ⁽⁹⁾	792	1.584
Bandeira escassez hídrica	-	(516)
Passivo Baixa Renda	(348)	78
MMGD s/ Perdas Não Técnicas ⁽¹⁰⁾	97	-
RTE Covid ⁽¹¹⁾	171	-
Outros	(117)	54
Subtotal	(1.045)	2.058
Total	(728)	1.074

- (1) CVA ativa, decorrente da constituição das diferenças a maior entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, com destaque para o aumento das despesas dos contratos regulados de compra de energia por disponibilidade, resultando em um aumento da CVA a receber neste ano, e referente a amortização dos saldos reconhecidos pela ANEEL nos processos tarifários em 2023 e 2024;
- (2) CVA ativa, decorrente da constituição das diferenças a maior entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, e referente a amortização dos saldos reconhecidos pela ANEEL no processo tarifário da Companhia em 2023 e 2024;
- (3) CVA passiva, em função da quitação antecipada da CDE Covid e CDE Escassez Hídrica, conforme autorizado pela MP 1.212/2024, resultando em uma CVA a devolver no exercício;
- (4) CVA passiva, decorrente da constituição das diferenças a menor entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, em função da REH nº 3.349/2024, com vigência a partir de 1º de julho de 2024 até 30 de junho de 2025, que estabeleceu o reajuste das tarifas de uso do sistema de transmissão, e referente a amortização dos saldos reconhecidos pela ANEEL nos processos tarifários em 2023 e 2024;
- (5) A Companhia apurou o ajuste financeiro de sobrecontratação, sendo reconhecido o valor a menor entre os períodos, decorrente da constituição destinada a anular os efeitos sobre o resultado obtido com a compra e venda do excedente de energia no mercado de curto prazo e da amortização dos saldos homologados entre os processos de reajuste tarifário;
- (6) Constituição passiva referente a Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativos, conforme Submódulo 2.1 do PRORET;
- (7) Referente à reversão, no ciclo 2023/2024, dos valores considerados no processo tarifário, em função do diferimento associado aos pagamentos referentes à potência contratada de Itaipu, nos termos dos Decretos nº 10.665/2021 e 11.027/2022;
- (8) Referente ao aporte à CDE realizado pela Eletrobrás com repasse às distribuidoras e destinado a modicidade tarifária, conforme a Lei nº 14.182/2021 e o Despacho ANEEL nº 1.959/2022, e referente a amortização dos saldos reconhecidos pela ANEEL nos processos tarifários de 2024, sendo contabilizado pela companhia o ativo de R\$ 175 em 31 de dezembro de 2024;
- (9) Reconhecimento da antecipação da reversão dos valores oriundos de créditos decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo PIS/COFINS, como componente financeiro negativo extraordinário, a ser compensado com base no recolhimento dos tributos pelo montante total habilitado pela Receita Federal do Brasil – RFB;
- (10) CVA ativa decorrente da constituição de componente financeiro referente aos efeitos Micros e Minigeração Distribuída nas Perdas Não Técnicas, definidos na Consulta Pública 9 de 2024;
- (11) CVA ativa decorrente da constituição de componente financeiro referente ao Reajuste Tarifário Extraordinário – RTE, devido a pandemia de Covid-19 nos termos do Submódulo 2.10 do PRORET, definidos na Consulta Pública 37 de 2024.

5.3 Outras receitas

	Consolidado	
	2024	2023
Arrendamentos e aluguéis	600	548
Receita de operação e manutenção	156	157
Renda da prestação de serviços	135	110
Ganho/perda na RAP	(18)	(105)
Comissão serviços de terceiros	63	68
Administração de faturas de fraudes	9	10
Operações fotovoltaicas	3	7
Serviço taxado	24	21
(-) Compensações regulatórias	(22)	(32)
Taxa de iluminação pública	-	8
Outras receitas	24	10
Total	974	802

5.4 Deduções de receita bruta

	Consolidado	
	2024	2023
Tributos		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	(8.574)	(8.719)
Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	(4.911)	(4.549)
Imposto sobre Serviços – ISS	(46)	(42)
	(13.531)	(13.310)
Encargos setoriais		
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(4.148)	(4.076)
Programa de eficiência energética – PEE	(171)	(166)
Encargos do consumidor – PROINFA e CCRBT	(246)	(223)
Outros encargos ⁽¹⁾	(282)	(276)
	(4.847)	(4.741)
Total	(18.378)	(18.051)

(1) Consideram os seguintes encargos: Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-FNDCT, Empresa de Pesquisa Energética – EPE, Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Taxa de Fiscalização do Serviço de Energia Elétrica – TFSEE.

5.5 Política contábil material e julgamentos críticos

(a) Política contábil material

A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e pode ser mensurada de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

A receita de fornecimento de energia elétrica é mensurada de acordo com o calendário de leitura estabelecido, considerando a quantidade de energia utilizada pelo cliente e a tarifa de energia vigente. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre (ACL), onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulado (ACR), onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores.

A receita de disponibilidade da rede elétrica é mensurada pela contraprestação recebida dos clientes (livres e cativos) pelo uso do sistema e o valor da contraprestação tem como característica o vínculo com a TUSD, conforme definido pelo Poder Concedente.

A receita de construção de infraestrutura da concessão (transmissão e distribuição) é reconhecida ao longo do tempo, de acordo com a satisfação das respectivas obrigações de desempenho estabelecidos entre o cliente e a Companhia, geralmente refletindo o percentual de obra completada para o qual existe baixa probabilidade de reversão do valor devido pelo cliente, considerando o atendimento de um dos seguintes critérios: (i) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados; (ii) a obrigação de desempenho cria ou melhora o ativo que o cliente controla a medida que o ativo é criado ou melhorado; (iii) a obrigação de desempenho não cria um ativo com um uso alternativo para a entidade e a Companhia possui direito executável ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente. A Receita de remuneração do ativo contratual é reconhecida passagem do tempo pelo método de taxa efetiva de juros, oriunda da taxa juros implícito estabelecido no início de cada projeto e que é obtida após a alocação das margens de construção e de operação.

A receita de operações de venda de energia na CCEE e transações no mercado de curto prazo estão reconhecidos ao valor justo da contraprestação a receber quando as transações ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com Preço de Liquidação de Diferenças (PLD).

A receita de operação e manutenção é reconhecida mensalmente conforme obrigação de desempenho executadas no período. No caso das concessões do serviço público das linhas de transmissão, o reconhecimento da receita de operação e manutenção ocorre somente a partir da entrada em operação comercial até o prazo de vencimento da concessão.

(b) Estimativas e julgamentos críticos

A receita de fornecimento de energia não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada em base estimada, até a data do balanço. Essa estimativa de receita não faturada é calculada utilizando como base o volume total de energia disponibilizada no mês, a energia injetada e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais.

A receita de construção de infraestrutura da concessão, considerando o modelo regulatório vigente para o negócio de distribuição e transmissão de energia, prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão. A Companhia reavalia suas premissas de margem das obrigações de desempenho, no mínimo uma vez por ano, no tocante as expectativas de recebimentos da obrigação de desempenho de construção e melhoria da infraestrutura vis-à-vis a complexidade e o deságio oferecido no valor da RAP de cada infraestrutura. Para o negócio de distribuição, a margem de obrigação de desempenho é zero (0%).

A taxa de juros implícita que remunera o ativo contratual varia entre 8% a.a. e 11% a.a. e a taxa interna de retorno utilizada para viabilidade dos projetos de transmissão varia entre 13% a.a. e 18% a.a., nominal e antes dos impostos.

Para a receita de venda de energia na CCEE, a Companhia utiliza-se da medição prévia da usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE, prévia da perda interna com base no histórico e perda da rede básica, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época, valor do PLD (realizado e previsto) divulgado pela CCEE e prévia do *Generation Scaling Factor* (GSF) de acordo com as informações disponibilizadas pelo Operadora Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

6. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	2024	Consolidado 2023
Compra para revenda		
Energia adquirida no Ambiente de Contratação Regulado – ACR ⁽¹⁾	(8.956)	(8.172)
Energia adquirida no Ambiente de Contratação Livre – ACL	(614)	(914)
Custos Variáveis do Mercado de Curto Prazo – MCP ⁽²⁾	(1.507)	(1.025)
Energia curto prazo – PLD e MRE ⁽³⁾	(311)	12
Contratos por cotas de garantia física ⁽⁴⁾	(1.692)	(1.817)
Energia adquirida contrato bilateral ⁽⁵⁾	(1.311)	(1.320)
Energia Itaipu ⁽⁶⁾	(810)	(799)
Cotas das Usinas Angra I e Angra II	(713)	(698)
Energia MMGD ⁽⁷⁾	(371)	-
Outros	(452)	(504)
Subtotal	(16.737)	(15.237)
Créditos de PIS e COFINS	1.616	1.594
Total	(15.121)	(13.643)
Encargos de uso dos sistemas de distribuição e transmissão		
Encargos de rede básica	(4.415)	(4.334)
Encargos de transporte Itaipu	(130)	(135)
Encargos de conexão	(314)	(291)
Encargos de uso do sistema de distribuição	(82)	(81)
Encargo de serviço do sistema – ESS ⁽⁸⁾	(200)	(157)
Encargo de energia de sistema – EER ⁽⁹⁾	(1.122)	(1.239)
Outros encargos	9	12
Subtotal	(6.254)	(6.225)
Créditos de PIS e COFINS	575	562
Total	(5.679)	(5.663)
Total dos custos com energia elétrica	(20.800)	(19.306)

PLD – Preço de Liquidação de Diferenças.

MRE – Mecanismo de Realocação de Energia.

- (1) Aumento decorrente do início de novos contratos do 28º leilão de energia nova, reajustes das tarifas (R\$/MWh) dos geradores a partir de abril de 2024 e do menor volume de cessão de MCSD EN (o mecanismo atua como redução de despesa);
- (2) Variação decorrente do aumento do PLD médio de 2024, comparado com o mesmo período de 2023, impactando no risco hidrológico e custos com disponibilidade (condomínio virtual);
- (3) Variação decorrente da compra de energia no MCP (Déficit) e ajustes financeiros de recontabilizações de meses anteriores;
- (4) Redução decorrente da descotação da Eletrobras, conforme PRT nº 544/GM/MME, de 30 de agosto de 2021, e da redução no Fator de Cotas de 2024 (REH nº 2.996, de 14 de dezembro de 2021) em relação a 2023;
- (5) Redução decorrente do término da vigência do contrato da Termopernambuco (14/05/2024), além de reajuste da tarifa (R\$/MWh) do gerador a partir de abril de 2024;
- (6) Variação decorrente da redução da demanda (REH nº 3.296, de 12 de dezembro de 2023) e da Tarifa US\$/kW (REH nº 3.303/2023, de 19 de dezembro de 2023);
- (7) Corresponde ao saldo acumulado de energia injetada e ainda não compensada, pertencente aos clientes possuidores de usinas de geração fotovoltaica;
- (8) Aumento do custo com ESS Brasil decorrente de restrições operativas, que ocasionaram o aumento do despacho térmico para atendimento da elevação da carga, influenciada pelos picos de temperatura e atendimento no horário de ponta;
- (9) Redução no custo de Encargo de Energia de Reserva em função do término de vigência de leilões de energia de reserva em 2024 e do aumento do PLD em 2024, comparado com 2023.

7. CUSTO DE CONSTRUÇÃO

	2024	Consolidado 2023
Material	(4.339)	(3.769)
Serviços de terceiros	(4.205)	(3.577)
Pessoal	(634)	(628)
Juros sobre obras em andamento	(78)	(58)
Outros	(527)	(308)
Obrigações especiais	245	284
Total	(9.538)	(8.056)
Custo de construção da infraestrutura de concessão		
Distribuidoras	(5.419)	(4.597)

Transmissoras	(4.119)	(3.459)
---------------	---------	---------

8. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado 2024		
	Custos de operação	Despesas com vendas	Outras receitas (despesas) gerais e administrativas
			Total
Pessoal e benefícios a empregados (nota 8.1)	(1.325)	(151)	(819)
Administradores	-	-	(106)
Serviços de terceiros (nota 8.2)	(1.222)	(119)	(709)
Operações fotovoltaicas	(9)	-	-
Depreciação e amortização (nota 8.3)	(2.478)	(2)	(336)
Combustível para produção de energia	(219)	-	-
Provisão para processos judiciais	-	-	(170)
Impostos, taxas e contribuições	(2)	-	(34)
Outras receitas e despesas, líquidas (nota 8.4)	(303)	(14)	(75)
Total	(5.558)	(286)	(2.249)
			(8.093)

	Consolidado 2023		
	Custos de operação	Despesas com vendas	Outras receitas (despesas) gerais e administrativas
			Total
Pessoal e benefícios a empregados (nota 8.1)	(1.302)	(87)	(768)
Administradores	-	-	(101)
Serviços de terceiros (nota 8.2)	(947)	(265)	(713)
Operações fotovoltaicas	(14)	-	-
Depreciação e amortização (nota 8.3)	(2.184)	(5)	(371)
Combustível para produção de energia ⁽¹⁾	(492)	-	-
Provisão para processos judiciais	-	-	(118)
Impostos, taxas e contribuições	(4)	-	(33)
Outras receitas e despesas, líquidas (nota 8.4)	(316)	13	(89)
Total	(5.259)	(344)	(2.193)
			(7.796)

(1) Contrato de GSA (*Gas Sales Agreement*) com a Petrobras, que foi encerrado em 30 de abril de 2024, e contrato de compra de gás com a Eneva, iniciado em 01 de outubro de 2024.

8.1 Pessoal e benefícios a empregados

	Consolidado	
	2024	2023
Remunerações	(1.142)	(1.098)
Encargos sociais	(485)	(456)
Plano de saúde	(314)	(289)
Participação nos resultados	(292)	(276)
Auxílio alimentação	(285)	(271)
Férias e 13º salário	(269)	(254)
Convênio assistencial e outros benefícios	(177)	(177)
Rescisões	(27)	(49)
Outros	(23)	(29)
Benefício pós-emprego	12	52
Transferências para ordens	707	690
Total	(2.295)	(2.157)

8.2 Serviços de terceiros

	Consolidado	
	2024	2023
Serviços técnicos e manutenções	(385)	(347)
Leitura de medidores, impressão e entrega de contas de energia elétrica	(300)	(278)
Tecnologia da informação	(209)	(182)
Contrato de uso de marca	(184)	(163)
Atendimento e teleatendimento	(177)	(144)
Corte, ligação e religação	(145)	(122)
Agente arrecadador e credenciado	(83)	(100)
Serviços jurídicos	(66)	(73)
Encerramento de ordem – Custo serviço prestado	(76)	(71)
Poda de árvore e limpeza faixa	(84)	(67)
Vigilância	(43)	(41)
Comunicação	(33)	(34)
Cobrança administração e negativação	(26)	(24)
Consultoria e auditoria	(21)	(16)
Inspeção técnica e perícia	(3)	(6)
Outros serviços	(232)	(271)
Subtotal	(2.067)	(1.939)
Crédito PIS e COFINS	17	14
Total	(2.050)	(1.925)

8.3 Depreciação e amortização

	Consolidado	
	2024	2023
Quota de depreciação e amortização	(2.853)	(2.571)
Baixa do valor residual de ativos intangíveis	(18)	(40)
Cota bens de renda	(1)	-
Subtotal	(2.872)	(2.611)
Crédito PIS/COFINS	56	51
Total	(2.816)	(2.560)

8.4 Outras receitas e despesas, líquidas

	Consolidado	
	2024	2023
Material	(302)	(295)
Perdas / alienação / desativação	(159)	(206)
Propaganda e publicidade	(73)	(57)
Despesas de viagem	(56)	(55)
Consumo próprio e energia elétrica	(61)	(53)
Seguros	(38)	(44)
Indenização danos elétricos	(28)	(25)
Alimentação	(21)	(16)
Arrendamento de Aluguéis	(17)	(13)
Órgãos de classe do Setor Elétrico	(15)	(11)
Doações e contribuições	(9)	(8)
Multa por inadimplência	324	327
Recuperação de despesa	74	80
Outros	(11)	(16)
Total	(392)	(392)

9. RESULTADO FINANCEIRO

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Receita financeira				
Renda de aplicações financeiras	883	847	112	93
(-) Tributos sobre receita financeira	(96)	(83)	(24)	(22)
Juros e encargos contas a receber de clientes e outros títulos	333	342	-	-
Atualização de depósitos judiciais	45	79	7	4
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	2	2	-	-
Outras receitas financeiras	47	75	396	362
1.214	1.262	491	437	
Despesa financeira				
Encargos sobre instrumentos de dívida	(4.450)	(4.024)	(278)	(290)
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	(96)	(100)	-	-
Atualização do passivo financeiro setorial	(162)	(137)	-	-
Atualização de provisões para processos judiciais	(186)	(199)	2	-
IOF	(15)	(10)	(1)	(1)
Outras despesas financeiras	(341)	(374)	(101)	(136)
(5.250)	(4.844)	(378)	(427)	
Outros resultados financeiros, líquidos				
Perdas com variações cambiais e marcação a mercado – Dívida	(3.757)	(882)	(925)	(11)
Ganhos com variações cambiais e marcação a mercado – Dívida	1.146	1.949	129	177
Perdas com instrumentos financeiros derivativos (nota 19.3.b)	(1.706)	(3.750)	(366)	(704)
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos (nota 19.3.b)	3.398	1.404	920	281
Perdas com variações cambiais e monetárias	(307)	(426)	(9)	-
Ganhos com variações cambiais e monetárias	270	444	1	(4)
(956)	(1.261)	(250)	(261)	
Resultado financeiro, líquido	(4.992)	(4.843)	(137)	(251)

10. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS, ENCARGOS SETORIAIS E RESSARCIMENTO A CONSUMIDORES

10.1 Tributos sobre o lucro

Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda (IRPJ) e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ – 25% e CSLL – 9%), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício.

10.1.1 Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	Consolidado	
	2024	2023
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	4.709	4.956
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(1.601)	(1.686)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:		
Benefício tributário sobre os juros sobre capital próprio	165	321
Incentivos fiscais ⁽¹⁾	409	600
Diferença de presunção de base do lucro presumido	90	130
Adições (reversões) de ativos fiscais não reconhecidos	39	363
Outras adições (reversões)	(129)	(157)
Tributos sobre o lucro	(1.027)	(429)
Alíquota efetiva	22%	9%
Corrente	(671)	(408)
Diferido	(356)	(21)

(1) Em 2023 tivemos um incremento no percentual da atividade incentivada que impacta o lucro da exploração que é base para apuração do benefício Sudene, quando houve o ajuste dos impactos acumulados.

10.1.2 Tributos diferidos ativos e passivos

Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais e diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins das demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhões de reais)



	Consolidado	
	2024	2023
Prejuízo fiscal (incluir base negativa)	1.035	673
Mais-valia e provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido	237	309
Diferenças temporárias:		
Mais-valia vinculada ao imobilizado e intangível/ Combinação de negócios (nota 15.4)	(591)	(613)
Obrigações com benefícios pós-emprego	306	375
Provisão para processos judiciais	391	403
Perdas estimadas de créditos - Contas a receber	344	337
Direito de uso da concessão receita de ultrapassagem	88	88
PLR	106	76
Valor justo de ativos financeiros indenizáveis	(2.920)	(2.406)
Capitalização de juros de dívida	(124)	(138)
Depreciação acelerada	(29)	(28)
Valor justo de instrumentos financeiros	51	49
Risco hidrológico (GSF)	(59)	(41)
Margem na construção e remuneração do ativo de contrato	(467)	(222)
Outros	233	152
Total	(1.399)	(986)
Ativo não circulante	1.087	885
Passivo não circulante	(2.486)	(1.871)

As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

	Ativo	Passivo	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023			
Efeitos reconhecidos no resultado	885	(1.871)	
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	201	(557)	
Transferências entre ativos e passivos	4	(60)	
Reclassificação para Passivos diretamente associados a ativos não circulante mantidos para venda (nota 15.3b)	(1)	1	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.087	(2.486)	
Saldo em 31 de dezembro de 2022			
Combinação de negócios (nota 15.4)	611	(1.524)	
Efeitos reconhecidos no resultado	-	(712)	
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	333	(354)	
Transferências entre ativos e passivos	4	34	
Reclassificação para Passivos diretamente associados a ativos não circulante mantidos para venda	(63)	63	
Efeito da desconsolidação dos ativos de transmissão (nota 15.5)	-	(1)	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	885	(1.871)	

A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção dos lucros tributáveis futuros, baseados nas projeções do planejamento estratégico. Em 31 de dezembro de 2024, a expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos reconhecidos está apresentada como segue:

	Consolidado							
	2025	2026	2027	2028	Entre 2029 e 2033	Entre 2034 e 2038	2039 em diante	
Ativo fiscal diferido	17	4	16	20	442	220	368	

10.1.3 Tributos correntes ativos e passivos

	Consolidado	
	2024	2023
IRPJ	649	1.027
CSLL	58	77
Ativo	707	1.104
Circulante	404	402
Não circulante	303	702
	Consolidado	
	2024	2023
IRPJ	71	52
CSLL	84	69
Passivo	155	121
Circulante	132	92
Não circulante	23	29

10.1.4 Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia possuía R\$ 23 e R\$ 29, respectivamente, reconhecidos na linha de tributos sobre o lucro a recolher, referente ao impacto das posições tributárias incertas registradas no passivo não circulante.

Além das incertezas tributárias no tratamento dos tributos sobre o lucro que foram reconhecidos, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia possui o montante de R\$ 3.992 e R\$ 4.215, respectivamente, referente a tratamentos fiscais adotados e que estão suscetíveis aos questionamentos das autoridades tributárias, cujo prognóstico da Companhia, suportada pelos assessores jurídicos, é que tais tratamentos fiscais adotados sejam acolhidos pelas autoridades nas esferas administrativas e/ou judiciais, quando necessário. As principais naturezas estão relacionadas abaixo, como segue:

- (i) Não adição da despesa de amortização do ágio nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL, no montante de R\$ 3.606 (R\$ 3.862 em 31 de dezembro de 2023). A variação apresentada entre os períodos é decorrente de decisão proferida em janeiro de 2025, julgando integralmente procedentes os pedidos da controlada Neoenergia Pernambuco para cancelar o crédito tributário, referente à discussão do ágio do período 2001 a 2006, a qual foi confirmada pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região. A discussão foi transitada em julgado com o cancelamento do débito no montante de R\$ 416;
- (ii) Processos administrativos oriundos da não homologação de pedido de compensações realizados através de direitos creditórios de IRPJ e CSLL, totalizando o montante de R\$ 173 (R\$ 170 em 31 de dezembro de 2023).

10.1.5 Benefício fiscal – Mais-Valia PMIPL

O benefício fiscal da mais-valia incorporada refere-se ao crédito fiscal calculado sobre a mais-valia de aquisição incorporada. Com o objetivo de evitar que a amortização da mais-valia afete de forma negativa o fluxo de dividendos aos acionistas, foi constituída a PMIPL, cujos saldos são como segue:

	Consolidado	
	2024	2023
Saldo inicial do exercício	309	384
Amortização	(122)	(130)

Reversão	50	55
Saldo final do exercício	237	309

A amortização da mais-valia, líquida da reversão da provisão e do crédito fiscal correspondente, resulta em efeito nulo no resultado do exercício e, consequentemente, na base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios. A mais-valia está sendo amortizada mensalmente pelo período remanescente de exploração da concessão/autorização, conforme curvas abaixo:

	2025	2026	2027	2028	Consolidado
					Controladas
	65	70	60	42	

10.1.6 Política contábil material e julgamentos críticos

(a) Política contábil material

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável. A apuração do imposto de renda a pagar é influenciada positivamente pelo incentivo fiscal SUDENE, exclusivo para as companhias da região Nordeste e SUDAM, exclusivo para as companhias da região Norte. Os incentivos fiscais, proveem à Companhia o benefício fiscal da redução de até 75% do IRPJ, calculado com base no lucro da exploração.

Os tributos diferidos ativos reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributários futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras.

O benefício fiscal decorrente de mais-valia e ágio (*goodwill*) incorporados em processo de reorganização societária são reconhecidos como tributos diferidos, em virtude da natureza do benefício fiscal intrínseco e por melhor representar a fruição dos benefícios de caixa gerado pela transação em favor da Companhia.

(b) Estimativas e julgamentos críticos

É necessário julgamento para determinar as principais premissas utilizadas na mensuração dos tributos diferidos ativos, considerando as premissas e estimativas de fluxos de caixa projetados, o montante dos créditos tributários reconhecidos podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de

custos de capital; (ii) premissas externas sobre o cenários macroeconômicos, incluindo perspectivas de demanda comercial e o ambiente tributário.

A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

10.2 Outros tributos

10.2.1 Outros tributos a recuperar

	Consolidado	
	2024	2023
Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	935	901
Programa de Integração Social – PIS (nota 10.3)	535	626
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS (nota 10.3)	2.599	3.026
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	21	20
Outros	16	14
Outros tributos a recuperar	4.106	4.587
Circulante	1.246	2.098
Não circulante	2.860	2.489

10.2.2 Outros tributos e encargos setoriais a recolher

	Consolidado	
	2024	2023
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS	532	649
Programa de integração social – PIS	276	189
Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS	1.276	875
Impostos e contribuições retidos na fonte	142	162
Outros	71	115
Outros tributos a recolher	2.297	1.990
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	173	167
Programa de Eficiência Energética – PEE	165	273
Outros	122	81
Encargos Setoriais	460	521
Total outros tributos e encargos setoriais a recolher	2.757	2.511
Circulante	1.240	1.559
Não circulante	1.517	952

10.3 Ressarcimento a consumidores – Tributos Federais

A Companhia constituiu um ativo a recuperar de PIS e de COFINS e um passivo correspondente, que está sendo repassado aos consumidores através dos processos tarifários anuais, conforme determina a Lei nº 14.385/22.

O saldo dos valores passivos constituídos nas subsidiárias, atualizados pela taxa SELIC e descontados dos repasses já realizados, bem como a movimentação, estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	2024	2023
Saldo inicial do exercício	3.349	4.586
Atualização monetária	222	340
Compensação	(672)	(1.577)
Saldo final do exercício	2.899	3.349

11. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Caixa e depósitos bancários à vista	367	441	-	1
Certificado de Depósito Bancário ("CDB")	3.622	2.656	1.230	876
Fundos de Investimento	3.741	4.351	295	268
Total	7.730	7.448	1.525	1.145

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2024 é 99,90% (100,49% em 31 de dezembro de 2023) do CDI.

A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, é constituída, principalmente por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia, compostos por diversos ativos, conforme abaixo:

Carteira	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Fundos exclusivos				
Operações compromissadas	3.741	4.351	295	268
Total	3.741	4.351	295	268

Os fundos de investimentos exclusivos do grupo representam apenas veículos de propósito específico controlados pela Neoenergia S.A. Os fundos estão sujeitos a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes ou demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como ativos dos cotistas para garantir essas obrigações.

12. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	2024		2023		Consolidado	
	Recebível	Perda de créditos esperadas	Contas a receber, líquidos	Recebível	Perda de créditos esperadas	
Fornecimento de energia (nota 12.1)	9.785	(2.411)	7.374	9.383	(2.124)	7.259
Comercialização de energia na CCEE	182	-	182	132	-	132
Disponibilidade da rede elétrica	1.474	(6)	1.468	1.163	(5)	1.158
Subvenções e subsídio governamentais	734	-	734	638	-	638
Outros recebíveis	538	(170)	368	576	(115)	461
Total	12.713	(2.587)	10.126	11.892	(2.244)	9.648
Ativo circulante			9.663			9.266
Ativo não circulante			463			382

Operações de desconto de recebíveis (sem coobrigação)

Com o propósito de fortalecer a liquidez financeira, a Companhia realizou alienação para instituições financeiras de alguns títulos creditórios (recebíveis), e sem obrigação de regresso em caso de inadimplemento financeiro ou operacional do cliente original. A Companhia é o agente de cobrança e coletor do fluxo de caixa dos recebíveis alienados, mas não possui qualquer responsabilidade nas alterações creditícias dos recebíveis, incluindo renegociações entre o cliente e a instituição financeira. Em dezembro de 2024 e 2023, a Companhia realizou a baixa integral destes recebíveis que originalmente seriam vencidos em janeiro e fevereiro do ano subsequente.

O valor dos recebíveis alienados e respectivo fluxo de caixa recebidos das instituições financeiras estão apresentados a seguir:

	Consolidado	
	2024	2023
Fornecimento de energia	-	86
Subvenções e subsídio governamentais	313	157
Valor de face antes da alienação	313	243
Fluxo de caixa recebido pela alienação	310	241
Deságio nominal praticado	1,06%	0,83%

O efeito do deságio é reconhecido no resultado financeiro na linha Outras despesas financeiras.

12.1 Fornecimento de energia

As contas a receber de fornecimento de energia elétrica compreendem os recebíveis oriundos da distribuição, geração e comercialização de energia. A composição das contas a receber de fornecimento de energia, por classe de consumidor, está demonstrada como segue:

	Consolidado			
	2024		2023	
	Recebível	Perdas de créditos esperadas	Recebível	Perdas de créditos esperadas
Residencial	3.713	(1.433)	3.471	(1.221)
Comercial	1.455	(459)	1.041	(398)
Industrial	833	(247)	1.086	(238)
Rural	627	(193)	564	(173)
Poder público	510	(18)	523	(21)
Iluminação pública	339	(18)	339	(18)
Serviços públicos	342	(6)	358	(7)
Não faturado	1.966	(37)	2.001	(48)
Total	9.785	(2.411)	9.383	(2.124)

O *aging* das contas a receber de fornecimento de energia elétrica está apresentada como segue:

	Consolidado			
	2024		2023	
	Recebível	Perdas de créditos esperadas	Recebível	Perdas de créditos esperadas
A vencer	4.424	(126)	4.468	(121)
Saldo vencido:				
Entre 1 e 90 dias	1.644	(105)	1.689	(103)
Entre 91 e 180 dias	351	(97)	347	(101)
Entre 181 e 360 dias	548	(224)	602	(261)
Acima de 361 dias	2.818	(1.859)	2.277	(1.538)
Total	9.785	(2.411)	9.383	(2.124)

12.2 Variação das perdas de créditos esperadas – PCE

	Consolidado	
	2024	2023
Saldo inicial do exercício	(2.244)	(1.831)
Efeito reconhecido no resultado do exercício	(552)	(632)
Baixa efetiva dos recebíveis incobráveis	209	219
Saldo final do exercício	(2.587)	(2.244)

12.3 Política contábil e julgamentos críticos

(a) Política contábil material

As contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (veja nota 25.5) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, deduzidos das perdas crédito esperadas.

(b) Estimativas e julgamentos críticos

A Companhia mensura as perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de perda esperada baseada na experiência de perda de crédito histórica, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras para cada linha de negócio operado pela Companhia.

O negócio de distribuição de energia utiliza a abordagem de mensuração através de uma matriz de perda esperada que considera o histórico de inadimplência dos últimos 5 anos. São considerados os históricos de forma segregada em faturamento (regular e parcelado), por classe de consumo (residencial, industrial, comercial, rural, poder público, iluminação pública e serviço público), acima de 12 meses a matriz considera perda integral, à exceção dos grandes consumidores, com cobrança judicial, para os quais há uma análise individual que avalia as perdas de crédito esperada, com base na efetividade de negociações e respectiva situação financeira.

O negócio de geração de energia não possui histórico de inadimplência e considerando as garantias oferecidas nos leilões e/ou contratos bilaterais, a exposição do risco de crédito é residual. Dada à essas características, o nível de constituição das perdas esperadas não é relevante para essa classe de recebíveis. Além disso, a CCEE controla o montante de contas a receber e respectivas inadimplências do setor, diminuindo o risco de crédito nessas operações.

O negócio de transmissão de energia não possui histórico de perdas materiais e, portanto, utilizam uma matriz que considera percentuais crescentes de provisão que pode chegar a 100% em caso de atraso superior a 12 meses. Considerando que existem mecanismos estabelecidos pela ONS para mitigar risco de crédito, as perdas de créditos constituídas não são relevantes.

O negócio de comercialização de energia e as empresas de serviços reconhecem a perda de crédito esperada com base no *rating* de seus clientes para os saldos a vencer e no pior *rating* de mercado para os saldos vencidos a mais de 360 dias.

13. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS (PARCELA A E OUTROS)

As tarifas que as concessionárias e permissionárias são autorizadas a cobrar de seus consumidores são revistas pela ANEEL: (i) anualmente na data de aniversário do contrato de concessão, para efeito de reajuste tarifário; e (ii) a cada quatro anos ou cinco anos, em média, para efeito de recomposição de parte da Parcela B (custo gerenciáveis) e ajuste da Parcela A (custos não gerenciáveis) de determinados componentes tarifários. Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos orçados e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essas diferenças constituem direitos ou obrigações, em observância ao princípio do equilíbrio econômico e financeiro estabelecido pelo contrato de concessão e Permissão. A composição dos ativos e passivos setoriais encontra-se demonstrada a seguir:

	Consolidado					
	2024			2023		
	Direito	Obrigações	Efeito líquido	Direito	Obrigações	Efeito líquido
CVA e Neutralidade						
Energia	200	(759)	(559)	137	(1.360)	(1.223)
Encargo de Serviço Sistema – ESS	259	-	259	282	(298)	(16)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	52	(182)	(130)	62	(1)	61
Tarifa de Uso dos Sistemas de Transmissão -TUST	315	(10)	305	678	(5)	673
Neutralidade de encargos setoriais	14	(282)	(268)	67	(171)	(104)
Outros	3	(21)	(18)	3	(33)	(30)
Componentes Financeiros e Subsídios						
Repasso de sobrecontratação ⁽¹⁾	670	(644)	26	1.544	(240)	1.304
Risco hidrológico	-	(976)	(976)	-	(930)	(930)
Ultrapassagem de Demanda/ Excedente	88	(1.023)	(935)	14	(576)	(562)
Diferimento de reajuste	341	(319)	22	330	(308)	22
CDE Modicidade Eletrobrás	-	(93)	(93)	4	(262)	(258)
Crédito PIS/COFINS sobre ICMS ⁽²⁾	221	(423)	(202)	832	(1.185)	(353)
Bandeira escassez hídrica ⁽³⁾	-	-	-	348	-	348
MMGD s/ Perdas Não Técnicas	96	-	96	-	-	-
RTE Covid	171	-	171	-	-	-
Outros	99	(147)	(48)	95	(60)	35
Total	2.529	(4.879)	(2.350)	4.396	(5.429)	(1.033)
Valores homologados pela ANEEL	1.598	(2.074)	(476)	1.945	(2.520)	(575)
Valores a serem homologados pela ANEEL	931	(2.805)	(1.874)	2.451	(2.909)	(458)
Total	2.529	(4.879)	(2.350)	4.396	(5.429)	(1.033)
Ativo circulante						324
Passivo circulante			(1.228)			(430)
Passivo não circulante			(1.122)			(927)

- (1) Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia apurou um ativo de R\$ 26, decorrente do aumento da constituição destinada a anular os efeitos sobre o resultado obtido com a compra e venda do excedente de energia no mercado de curto prazo e da amortização dos saldos homologados entre os processos de reajuste tarifário;
- (2) Em 27 de junho de 2022 foi publicada a Lei nº 14.385/2022, com o objetivo de disciplinar a devolução dos créditos do PIS COFINS sobre o ICMS, e que ensejou a Revisão Tarifária Extraordinária – RTE em 13 de julho de 2022. Esses mecanismos permitiram a antecipação da reversão dos valores desses tributos, como componente financeiro negativo, cujo diferimento para os próximos 12 meses, de abril de 2024 a março de 2025 está lastreado à expectativa de compensações futuras desses créditos junto à Receita Federal;
- (3) Foi reconhecido no processo de Reajuste Tarifário 2023, componente financeiro positivo, correspondente à reversão dos custos relacionados à Bandeira Escassez Hídrica, considerados no reajuste anterior para fins de modicidade tarifária e mitigação das tarifas. Esse componente foi liquidado em abril de 2024.

A movimentação dos saldos de ativos e passivos setoriais da concessão estão apresentados como segue:

Consolidado		
Direitos	Obrigações	Efeito

Saldo em 31 de dezembro de 2023	4.396	(5.429)	(1.033)
Constituição ⁽¹⁾	3.377	(3.612)	(235)
Amortização (Índice de Repositionamento Tarifário) ⁽²⁾	(3.102)	2.611	(491)
Atualização monetária	305	(467)	(162)
Transferências ⁽³⁾	(2.447)	2.018	(429)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.529	(4.879)	(2.350)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.573	(6.147)	(574)
Constituição	4.897	(2.711)	2.186
Amortização (Índice de Repositionamento Tarifário)	(3.466)	2.355	(1.111)
Atualização monetária	431	(568)	(137)
Transferências	(3.039)	1.642	(1.397)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	4.396	(5.429)	(1.033)

(1) Em 2024, a Companhia constituiu o saldo no montante de R\$ (235), com destaque para a CVA de sobrecontratação, em função da constituição destinada a anular os efeitos sobre o resultado obtido com a compra e venda do excedente de energia no mercado de curto prazo e da amortização dos saldos homologados entre os processos tarifários;

(2) Em 2024, a Companhia amortizou o montante de R\$ (491), decorrente dos saldos reconhecidos pela ANEEL nos processos tarifários em 2023 e 2024; e

(3) O efeito líquido refere-se, principalmente, às reclassificações do passivo tributário para o passivo regulatório dos créditos compensados, decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS.

13.1 Política contábil e julgamentos críticos

(a) Política contábil

Os ativos e passivos financeiros setoriais são mensurados ao custo amortizado (veja nota 25.1) e são originados da diferença entre os custos previstos pela ANEEL e incluídos na tarifa no início do período tarifário (Parcela A), e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito incondicional de receber caixa do Poder Concedente nos casos em que os custos previstos são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos são superiores aos custos efetivamente incorridos.

Os ativos financeiros contemplam desde o seu reconhecimento inicial a expectativas de riscos de inadimplência e estimativas de glosa pelo poder concedente.

(b) Estimativas e julgamentos críticos

O valor presente dos direitos e obrigações serão efetivamente liquidados por ocasião do próximo período tarifário ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados e/ou repassados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção, por qualquer motivo, da concessão.

A Companhia, em conjunto com os assessores econômicos e regulatórios, revisa no final de cada exercício, as premissas e expectativas de homologação pelo Poder Concedente.

A parte da energia injetada mensalmente na rede de distribuição por consumidores detentores de microgeração ou minigeração distribuída e que excede a quantidade necessária para abater o consumo naquele período equivale a um crédito de energia, que é contabilizado como um passivo a restituir aos consumidores durante o prazo máximo de 60 meses, findo o qual o montante não compensado deverá ser revertido para a modicidade tarifária. O efeito da energia injetada na apuração das Perdas Não Técnicas (PNT) é calculado e contabilizado como um ativo regulatório. A diferença em relação ao montante contabilizado no passivo a restituir é contabilizada como custo de energia.

14. CONCESSÕES DO SERVIÇO PÚBLICO

As atuais concessões de distribuição e transmissão não possuem obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. Os contratos de concessão outorgados possuem prazo de 30 anos e preveem a prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do término do prazo contratual ou outra das hipóteses contratualmente previstas, operar-se-á a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados à infraestrutura vinculada à prestação do serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida às Companhias, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

14.1 Ativo Financeiro

O valor dos ativos vinculados à infraestrutura e que não serão amortizados até o término do contrato de concessão é classificado como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente. O valor reconhecido do ativo financeiro e as alterações no valor justo são revisados mensalmente baseados nas premissas inerentes a este direito contratual (veja nota 25.5). Esses ativos apresentaram as seguintes movimentações no exercício:

	Consolidado	
	2024	2023
Saldo inicial do exercício	28.113	23.493
Baixas	(106)	(75)
Reversão	-	6
Transferência ativo contratual ⁽¹⁾	4.289	3.398
Transferência ativo intangível	6	9
Transferências – outros	-	60
Ajustes a valor justo ⁽²⁾	1.504	1.222
Saldo final do exercício	33.806	28.113

(1) Transferência de parcela dos serviços de construção ou melhoria prestados à concessão, classificados anteriormente como ativo de contrato;

(2) A Companhia realizou a reavaliação dos ativos incrementais (ativos adicionados ao sistema elétrico e contabilizado a partir da última RTP), aderente a legislação vigente pelo Submódulo 2.3 (Base de Remuneração Regulatória), PRORET (Procedimentos de Regulação Tarifária), com impacto de R\$ 140 em 2024. Adicionalmente, o valor justo está impactado com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA e pela adequação do Ativo Financeiro mediante Laudo ANEEL 5º Ciclo, se comparado ao mesmo período do ano anterior.

14.2 Ativo Contratual

Os fluxos de caixa vinculados à fase de construção da infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigações de desempenho vinculada à fase de operação, são classificados como Ativos de Contrato e apresentam a seguinte composição:

	2024			2023		
	Transmissão	Distribuição	Total	Transmissão	Distribuição	Total
Circulante	912	-	912	688	-	688
Não circulante	13.576	4.113	17.689	8.422	4.043	12.465
Total	14.488	4.113	18.601	9.110	4.043	13.153
Concluído	6.450	-	6.450	607	-	607
Em execução	8.038	4.113	12.151	8.503	4.043	12.546

Esses ativos apresentaram a seguinte movimentação no exercício:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhões de reais)



	Transmissão	Distribuição	Consolidado
	Total		
Saldo em 31 de dezembro de 2023	9.110	4.043	13.153
Adições ⁽¹⁾	4.545	5.387	9.932
Baixas	-	(43)	(43)
Transferências - intangíveis em serviço ⁽¹⁾	-	(1.177)	(1.177)
Transferências - ativos financeiros ⁽¹⁾	-	(4.289)	(4.289)
Transferências – outros	-	192	192
Amortização do ativo contratual	(364)	-	(364)
Atualização monetária	1.234	-	1.234
Reclassificação para Ativo não circulante mantido para a venda (nota 15.3.a)	(37)	-	(37)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	14.488	4.113	18.601
Custo	14.488	4.552	19.040
Obrigações especiais	-	(439)	(439)
	Transmissão	Distribuição	Consolidado
	Total		
Saldo em 31 de dezembro de 2022	12.389	4.306	16.695
Adições ⁽¹⁾	2.359	4.626	6.985
Baixas	-	(36)	(36)
Transferências - intangíveis em serviço ⁽¹⁾	-	(1.448)	(1.448)
Transferências - ativos financeiros ⁽¹⁾	-	(3.398)	(3.398)
Transferências – outros	-	(7)	(7)
Amortização do ativo contratual	(442)	-	(442)
Atualização monetária	1.164	-	1.164
Reclassificação para Ativo não circulante mantido para a venda	(1.156)	-	(1.156)
Desconsolidação dos ativos de transmissão alienados (nota 15.4)	(5.204)	-	(5.204)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	9.110	4.043	13.153
Custo	9.110	4.472	13.582
Obrigações especiais	-	(429)	(429)

(1) Durante a fase de construção, os ativos vinculados à infraestrutura de concessão de distribuição são registrados como ativos de contrato e mensurados pelo custo de aquisição acrescido dos custos dos empréstimos para financiamento da referida construção, incorridos no mesmo exercício e deduzidos das obrigações especiais. Após a conclusão da obra, esses ativos são bifurcados entre ativo financeiro e intangível. A remensuração do ativo contratual das transmissoras compõe o saldo das adições.

O fluxo de caixa esperado de amortização do ativo de contrato da transmissão ocorrerá da seguinte forma:

	Consolidado
2025	825
2026	1.263
2027	1.447
2028	1.329
2029	1.397
Entre 2030 e 2034	7.774
Entre 2035 e 2039	9.381
2040 em diante	27.272
Total	50.688

14.3 Política contábil material e julgamentos críticos

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição e transmissão pelas Companhias e estabelecem que:

(a) Política contábil material

(i) Distribuidoras

De acordo com os contratos de concessão:

- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização.
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas nos contratos de concessão, a Administração de forma a refletir o negócio de distribuição, abrange:

- Investimentos do contrato de concessão em construção ou melhoria da infraestrutura são classificados como ativo de contrato. Os ativos de contrato são bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível, após a entrada em operação do investimento, ou do término da melhoria da infraestrutura.
- Parcada estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.
- Parcada remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível (nota 17) em virtude de sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

(ii) Transmissoras

De acordo com os contratos de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a transmissora possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e melhorar; e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho (veja nota 5.5(a)), a transmissora de energia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe um fluxo de caixa denominado Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um ativo de contrato, e conforme o cumprimento das obrigações de desempenho são subsequentemente reclassificados para a contas a receber de clientes.

(b) Estimativas e julgamentos críticos

(i) Ativo financeiro da concessão (Distribuição)

Para mensuração do valor justo, a Companhia utiliza abordagem de custo de reposição baseado em preço atribuídos pela ANEEL, estipuladas para ativos inerentes a operações passíveis de indenização pelo poder concedente. As estimativas utilizadas consideram premissas observáveis no: (i) Banco de Preços Referenciais e Orçamento Referencial, ambos da ANEEL, e (ii) Banco de Preços da Companhia. Essas premissas podem ser significativamente diferentes das estimadas pela Administração no momento da indenização pelo Poder Concedente.

(ii) Ativo contratual (Transmissão)

Para mensuração do ativo de contratual a Companhia estima os fluxos de caixa futuros em bases nominais no início da concessão. Sendo as principais premissas: (i) o componente de inflação a ser adicionado ao fluxo de caixa da concessão, e (ii) a taxa de desconto que reflete o componente de financiamento para o Poder Concedente.

O componente inflação realizado pode ser significativamente diferente das estimadas feitas pela Administração em relação efetiva no momento do recebimento da RAP.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhões de reais)



15. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS, COLIGADAS E *JOINT VENTURES*

15.1 Mutações ocorridas durante o exercício

As variações dos investimentos em controladas, coligadas e *joint ventures* são as seguintes:

	<i>Joint ventures</i>	Coligadas	Total Consolidado	Controladas	Total Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.128	856	1.984	31.579	33.563
Aumento de capital	6	-	6	2.013	2.019
Resgate de ações	(198)	-	(198)	-	(198)
Reclassificação para ativo mantido para venda (15.3)	-	-	-	(1.030)	(1.030)
Equivalência patrimonial em outros resultados abrangentes	-	-	-	106	106
Dividendos e JCP declarados	(80)	(10)	(90)	(4.209)	(4.299)
Outros	-	-	-	(13)	(13)
Equivalência Patrimonial	123	(155)	(32)	4.383	4.351
Equivalência patrimonial no resultado	123	(155)	(32)	4.588	4.556
Amortização da mais-valia	-	-	-	(205)	(205)
Ajuste a valor justo/valor recuperável - Impairment	-	167	167	(444)	(277)
Ajuste a valor justo de ativo classificado como mantido para venda (nota 15.3.a)	-	-	-	(76)	(76)
Ajuste a valor justo de ativo classificado como mantido para venda (nota 15.3.b)	-	-	-	(368)	(368)
Reversão do valor recuperável (<i>Impairment</i>)	-	167	167	-	167
Saldo em 31 de dezembro de 2024	979	858	1.837	32.385	34.222
Saldo em 31 de dezembro de 2022	299	857	1.156	29.128	30.284
Aumento de capital	27	-	27	1.967	1.994
Valor justo dos ativos de transmissão (nota 15.5)	1.111	-	1.111	(2.222)	(1.111)
Efeito patrimonial da consolidação de EAPSA (nota 15.4)	(343)	-	(343)	1.146	803
Reclassificação para ativo mantido para venda	-	-	-	(266)	(266)
Equivalência patrimonial em outros resultados abrangentes	-	-	-	(73)	(73)
Dividendos e JCP declarados	(40)	(10)	(50)	(3.027)	(3.077)
Outros	-	-	-	9	9
Equivalência Patrimonial	74	(75)	(1)	3.754	3.753
Equivalência patrimonial no resultado	74	(75)	(1)	3.928	3.927
Amortização da mais-valia	-	-	-	(174)	(174)
Ajuste a valor justo/valor recuperável - Impairment	-	84	84	1.163	1.247
Efeito da alienação da participação societária dos ativos de transmissão (nota 15.5)	-	-	-	(198)	(198)
Ajuste a valor justo de ativo classificado como mantido para venda	-	-	-	(166)	(166)
Efeito permuta de ativos (nota 15.4)	-	-	-	1.555	1.555
Ajuste a valor justo – ativos mantidos para venda	-	-	-	(28)	(28)
Reversão do valor recuperável (<i>Impairment</i>)	-	84	84	-	84
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.128	856	1.984	31.579	33.563

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhões de reais)



Apresentamos a seguir a movimentação dos dividendos e JCP a receber:

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Saldo inicial do exercício	61	49	669	763
Declarados	87	92	4.177	2.907
Recebidos	(141)	(80)	(4.135)	(3.001)
Saldo final do exercício	7	61	711	669

15.2 Detalhamento por classe de investimento

A seguir apresentamos informações adicionais sobre as principais investidas:

Controladas	Segmento	Participação e capital votante	Saldo dos Investimentos		Resultado de participação		Dividendos e JCP recebidos	
			2024	2023	2024	2023	2024	2023
Subsidiárias integrais	Redes ⁽¹⁾	100,00%	11.714	11.839	879	(13)	507	544
	Liberalizado	100,00%	1.605	1.516	166	495	63	329
	Renováveis	100,00%	9.423	8.462	801	661	775	193
	Outros	100,00%	9	9	(1)	(1)	-	-
Outras subsidiárias	Neoenergia Coelba	Redes	98,98%	7.395	6.445	1.789	1.820	705
	Neoenergia Elektro	Redes	99,68%	2.360	3.440	912	968	1.966
	Afluente T	Redes	90,18%	228	229	31	26	32
			32.734	31.940	4.576	3.956	4.048	2.975
Coligadas e joint ventures	Neoenergia Transmissão	Redes	50,00%	974	1.128	123	28	86
	Carbon 2 Nature	Liberalizado	49,00%	6	-	-	-	-
	Norte Energia S.A.	Renováveis	10,00%	794	795	(167)	(85)	-
	Energética Corumbá III	Renováveis	25,00%	63	61	12	12	10
			1.837	1.984	(32)	(45)	96	36
Transação entre os sócios			(349)	(361)	12	16	-	-
Total			34.222	33.563	4.556	3.927	4.144	3.011

(1) Em agosto de 2024 a Companhia adquiriu 6,37% das ações da Neoenergia Cosern por meio do leilão da Oferta Pública de Ações, passando a ser titular de 100% das ações da investida.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhões de reais)



15.3 Ativos não circulante mantido para venda

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Ativos não circulante mantido para a venda				
Neoenergia Itabapoana ⁽¹⁾	998	1.048	267	266
Geração Céu Azul ⁽²⁾	1.594	-	1.030	-
	2.592	1.048	1.297	266
Passivos diretamente associados a ativos não circulante mantido para venda				
Neoenergia Itabapoana ⁽¹⁾	732	782	-	-
Geração Céu Azul ⁽²⁾	543	-	-	-
	1.275	782	-	-
Total	1.317	266	1.297	266
Ativos não circulante mantido para a venda				
Neoenergia Itabapoana ⁽¹⁾	266	266	267	266
Geração Céu Azul ⁽²⁾	1.051	-	1.030	-

(1) No consolidado considera as eliminações de recebíveis de pela disponibilidade do sistema de transmissão R\$ 1.

(2) No consolidado considera as eliminações de dividendos R\$ (21).

a) Neoenergia Itabapoana

Em outubro de 2024, a Companhia recebeu oferta indicativa não vinculante para a compra da Neoenergia Itabapoana no valor de R\$ 270.

Em conformidade com as políticas contábeis da Companhia descritas na nota 15.9 e seguindo a estratégia da Companhia, de recuperar parte de seus ativos de transmissão através da venda, em 31 de dezembro de 2023 a Administração havia reclassificado os saldos referentes a Neoenergia Itabapoana para a rubrica de ativo não circulante mantido para venda e passivos diretamente associados a ativo não circulante mantido para venda pelo menor valor entre o valor justo (líquido das despesas com vendas) e o valor de livros.

Em junho de 2024, a Neoenergia Itabapoana iniciou sua operação comercial e, desde então, houve tentativas de furto de materiais e equipamentos entre outubro e dezembro de 2024. Desta forma, tais eventos acabaram por resultar em um alongamento nas negociações para concretização da transação de venda da participação de 50% na Neoenergia Itabapoana. Portanto, ao longo de 2024, a Companhia efetuou revisões do valor justo de sua participação na Neoenergia Itabapoana, considerando os impactos dos eventos ocorridos e uma previsão dos ajustes do preço de venda, conforme apresentado a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	266
Aumentos de capital realizados	84
Resultado de participação nos resultados	(7)
Ajuste ao valor justo	(76)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	267

O saldo classificado na rubrica de ativo não circulante mantido para venda reflete o seguinte:

Valor da oferta	270
------------------------	------------

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhões de reais)



Ajuste ao valor da oferta base	(2)
Valor da oferta ajustada	268
Despesas estimadas de venda	(1)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	267

b) Geração Céu Azul

Em dezembro de 2024, a Companhia recebeu ofertas indicativas vinculantes para a compra da Geração Céu Azul. Em conformidade com as políticas contábeis da Companhia descritas na nota 15.9. Em 31 de dezembro de 2024 a Administração reclassificou os saldos referentes a Geração Céu Azul para a rubrica de ativo não circulante mantido para venda e passivos diretamente associados a ativo não circulante mantido para venda pelo menor valor entre o valor justo (líquido das despesas com vendas) e o valor de livros.

As ofertas preveem ajustes de valor, tais como o pagamento condicionado a manutenção de certos níveis de garantia física da UHE Baixo Iguaçu, atualização financeira atrelada ao Certificado de Depósitos Interbancários (CDI) até a data da conclusão da compra, e ajustes associados às variações do caixa da Céu Azul entre a data de fechamento do valor da oferta base e a data da conclusão da compra. Desta forma, o valor utilizado para referência de valor justo em 31 de dezembro de 2024 para mensuração do valor reconhecido como ativo não circulante mantido para venda, considera os referidos ajustes, cujo cálculo é conforme apresentado a seguir:

Valor da oferta	1.000
(+/-) Atualização financeira e outras variações de caixa previstas	48
Valor da oferta ajustada	1.048
(+/-) Despesas estimadas de venda	(18)
Valor reconhecido como ativo não circulante mantido para venda	1.030
Valor em livros da Geração Céu Azul	(1.284)
Baixa parcial do <i>goodwill</i> da UGC Hidro (1)	(114)
Efeito total no resultado	(368)

(1) A Administração da Companhia em sua avaliação para identificação de suas unidades geradoras de caixa (UGC) para fins de análise do valor recuperável de seus ativos, entende que o conjunto de ativos de geração de energia elétrica por meio de usinas hidroelétricas sob seu controle representam uma mesma unidade, a UGC Hidros. Portanto, o *goodwill* reconhecido em combinações de negócios envolvendo ativos da mesma natureza são alocados à UGC Hidros. Desta forma, ao momento de uma alienação de um ativo componente da UGC Hidros, deve ocorrer a baixa parcial do *goodwill* alocado à esta, baseado no enfoque do valor relativo.

15.4 Combinação de negócios: permuta de ativos entre Neoenergia e Eletronorte

Em 16 de dezembro de 2022, a Companhia celebrou com a Eletronorte o Contrato de Permuta de Ações e Outras Avenças, por meio do qual acordaram a permuta das seguintes participações acionárias:

A Neoenergia transfere em permuta à Eletronorte suas participações de 50,56% na Teles Pires, 0,9% da Companhia Hidrelétrica Teles Pires e 100% da Baguari I (consorciada líder e titular de 51% do Consórcio UHE Baguari), avaliadas em conjunto pelo valor de R\$ 788; enquanto a Eletronorte transfere em permuta à Neoenergia suas participações de 49% na EAPSA, 0,04% na Neoenergia Coelba, 0,04% na Neoenergia Cosern e 0,04% na Afluente T, avaliadas em conjunto pelo mesmo valor.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhões de reais)



Desta forma, a Companhia procedeu a reclassificação contábil dos ativos Teles Pires e Baguari para “Ativo não Circulante Mantido para Venda” em 31 de dezembro de 2022 e o efeito em resultado referente ao ajuste a valor justo do conjunto de ativos no momento da reclassificação foi de R\$ (201).

Em maio de 2023, a companhia Baguari Energia S.A. (“Baguari Energia”) exerceu o direito de preferência de compra das ações da Baguari I, tendo sido neste ato assinado contrato de compra e venda pelo mesmo valor negociado no contrato de permuta de ativos com a Eletronorte. Desta forma, a permuta de ativos com a Eletrobrás teve como contraprestação a transferência das ações de Teles Pires e CHTP e pagamento de R\$ 454, provenientes da venda das ações da Baguari I para a Baguari Energia.

Em 26 de setembro de 2023, a transação de permuta de ativos com a Eletronorte foi concluída, após cumpridas todas as condições precedentes e realizadas as transferências das participações anteriormente mencionadas e o pagamento de R\$ 454 à Eletronorte.

Em 16 de outubro de 2023, a Neoenergia transferiu à Baguari Energia S.A. as ações ordinárias correspondentes a 100% do capital social total e votante da Baguari I Geração de Energia Elétrica S.A., no montante de R\$ 454, não detendo mais assim, qualquer participação no Consórcio UHE Baguari.

Tendo em vista que previamente à transação, a Companhia já era titular de 51% das ações da EAPSA e que após a conclusão da transação passou a ser titular de 100% das ações, a transação se enquadra como uma combinação de negócios realizada em estágios.

Desta forma, todas as participações envolvidas na transação foram mensuradas ao valor justo na data da efetiva transferência do controle.

A seguir estão apresentados os valores justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis na data de aquisição.

Valor justo dos ativos líquidos adquiridos pela Companhia

Valor justo dos ativos adquiridos

Caixa e equivalentes de caixa	208
Contas a receber de clientes e outros	40
Títulos e Valores Mobiliários	17
Tributos sobre o lucro a recuperar	18
Outros ativos circulantes e não circulantes	14
Imobilizado (a)	1.372
Intangível (b)	1.279
	2.948

Valor justo dos passivos assumidos

Fornecedores, contas a pagar a empreiteiros e contratos de convênio	(12)
Empréstimos e financiamentos	(121)
Tributos sobre o lucro a recolher	(53)
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	(9)
Tributos sobre o lucro diferidos (c)	(712)
Provisões e outras obrigações (d)	(10)
Outros passivos circulantes e não circulantes	(19)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhões de reais)



Valor justo dos ativos líquidos adquiridos	2.012
Valor justo das contraprestações transferidas e da remensuração da participação previamente detida ⁽¹⁾	2.701
Goodwill (c)	689

(1) Na data da aquisição do controle de EAPSA, a contraprestação transferida pela parcela adquirida foi mensurada ao valor justo pelo montante de R\$ 1.323.

A Companhia não está sujeita a contraprestações contingentes ou possui direito a indenizações que possam afetar o preço de compra. Os gastos com honorários advocatícios, assessores financeiros, *due diligence*, taxas entre outros, relacionados à transação totalizaram R\$ 7. As premissas e técnicas de avaliação dos principais ativos adquiridos e dos passivos assumidos identificados na aquisição da EAPSA são conforme a seguir:

- a) A Companhia contratou a avaliação ao valor justo dos ativos fixos da UHE Dardanelos junto à firma independente especializada nesse tipo de avaliação. Com base no laudo do avaliador, a Administração apurou o ajuste de R\$ 836 à conta do ativo imobilizado, que serão depreciados linearmente até dezembro de 2049, em razão do prazo do contrato de concessão.
- b) R\$ 1.279 foi alocado ao contrato de concessão de prestação do serviço público de geração de energia elétrica até dezembro de 2049. O valor justo do intangível (contrato de concessão) foi avaliado utilizando abordagem de receita pelo método *multi-period excess earnings*, que considera o valor presente dos fluxos de caixa líquidos esperados pela concessão. As premissas chave foram:
 - Prazo de concessão remanescente de 26 anos e 4 meses (até dezembro de 2049).
 - O volume projetado considerou a venda da totalidade da energia assegurada da usina no ACR até 2040 e no ACL entre 2041 e 2049. As vendas de energia no ACR e ACL consideram os preços contratuais e os preços de mercado projetados, respectivamente. Ambos os preços são reajustados anualmente pelo IPCA ao longo da projeção.
 - Foram considerados os custos com energia elétrica comprada para revenda para cobrir o déficit de energia gerado pelo GSF médio de 96,7%, considerando estar contratado o seguro SP 90, que mantém proteção para um piso do GSF em 90%. Foram também considerados custos com encargos de uso da rede elétrica referentes à TUST, CFURH, taxa ONS e TFSEE. As despesas operacionais são compostas por pessoal, materiais, serviços e outras despesas, também considerando as estimativas da Administração.
 - Os investimentos foram projetados de acordo com as expectativas da Administração, sendo estes essencialmente destinados à manutenção da infraestrutura.
 - Os tributos sobre o lucro foram estimados à alíquota nominal de 34%, conforme legislação tributária brasileira para o regime de tributação pelo Lucro Real, ajustada pelos benefícios fiscais do SUDAM e a redução da base de cálculo por distribuição de JSCP.
 - Taxa de desconto refletindo o custo médio ponderado de capital (WACC – *Weighted Average Capital Cost*), em nível adequado à percepção do risco de mercado e adequada remuneração aos acionistas na data de aquisição.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhões de reais)



- c) Os tributos diferidos sobre o lucro totalizaram o montante de R\$ 689, tendo sido calculados sobre os ajustes entre o valor de livros e os valores justos dos ativos e passivos supramencionados nos itens (i), (ii) e (iv), à alíquota nominal de 34%. Como consequência do reconhecimento deste passivo, houve reconhecimento de *goodwill* residual de igual montante.
- d) A Companhia conduziu uma revisão dos processos judiciais da adquirida, tendo como objetivo avaliar prováveis futuros desembolsos de caixa a despeito da atual avaliação do risco de perda dos processos judiciais. Desta avaliação resulta um processo judicial que tem por objeto questionar um auto de infração de natureza ambiental, cujo valor esperado de perda é de R\$ 9.

Caso a aquisição da EAPSA tivesse conclusão no primeiro dia do período findo em 31 de dezembro de 2023, as receitas consolidadas da Companhia para o referido período teriam sido de R\$ 44.552 e o lucro líquido consolidado da Companhia teria sido de R\$ 4.570.

A Companhia apurou resultado na aquisição da EAPSA, conforme apresentado a seguir:

Valor justo de 100% de EAPSA	2.701
Valor de livros de 100% de EAPSA	(673)
Diferença do valor justo atribuído às participações alienadas e o valor de livros dessas participações	(473)
Impacto total no resultado ⁽¹⁾	1.555

(1) Considera a reversão de R\$ (201) referente ao ajuste ao valor recuperável dos ativos não circulantes mantidos para venda em 31/12/2022.

15.5 Alienação de participação societária em transmissoras

Em 25 de abril de 2023 foi aprovado pelo Conselho de Administração da Neoenergia e celebrado o *Share Purchase Agreement and Other Covenants* (Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças) (SPA) com a *Warrington Investment Pte. Ltd.*, referente a operação de venda de 50% da participação societária da controlada Neoenergia Transmissão S.A., pelo valor de R\$ 1.200, sujeito a ajustes de preço usuais.

Neste ato, a Companhia reclassificou para as contas de “Ativos não circulantes mantidos para a venda” e “Passivos diretamente associados a ativos não circulantes mantidos para a venda”, os ativos e passivos das controladas Neoenergia Jalapão Transmissão de Energia S.A., Neoenergia Santa Luzia Transmissão de Energia S.A., Neoenergia Dourados Transmissão de Energia S.A., Neoenergia Atibaia Transmissão de Energia S.A., Neoenergia Biguaçu Transmissão de Energia S.A., Neoenergia Sobral Transmissão de Energia S.A., S.E. Narandiba S.A. e Neoenergia Rio Formoso Transmissão e Energia S.A. (denominadas em conjunto como “investidas”). A reclassificação foi efetuada pelo menor valor entre o valor justo (líquido da despesa com vendas) e o valor de livros das referidas investidas.

A condição precedente para implementação da operação, além das aprovações prévias aplicáveis, era que a Companhia aportasse ao capital da Neoenergia Transmissão S.A, a totalidade de sua participação nas investidas sob o escopo da transação. Em 29 de setembro de 2023, as condições precedentes foram integralmente cumpridas e a transação foi concluída com o recebimento de caixa de R\$ 1.111.

O quadro abaixo apresenta um resumo da apuração dos valores da transação no momento da conclusão da venda das participações:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhões de reais)



Mensuração ao valor justo das investidas para base da oferta	2.400
Ajustes ao valor da oferta	(178)
Valor da oferta	2.222
Caixa recebido pela alienação de 50% da Neoenergia Transmissora	(1.111)
Valor justo da participação mantida na Neoenergia Transmissora	1.111
Despesa de vendas	(30)
Valor de livros das investidas	(2.390)
Resultado acumulado da transação	(198)

Como consequência da venda de participação, a Companhia passou a compartilhar o controle da Neoenergia Transmissão S.A. com a *Warrington Investment Pte. Ltd.*, portanto a partir da conclusão da operação, os ativos e passivos desta deixaram de ser consolidados. O investimento a valor justo de 50% na Neoenergia Transmissão S.A. remanescente passou a ser avaliado pelo método da equivalência patrimonial. Desta forma, o montante de R\$ 1.111 foi reclassificado à conta de “Investimentos em controladas, coligadas e joint ventures”.

15.6 Informações selecionadas de *joint ventures* e coligadas

As informações financeiras resumidas das coligadas e *joint ventures* relevantes para a Companhia são apresentadas a seguir. As demonstrações financeiras individuais dessas entidades podem divergir das informações financeiras aqui apresentadas, que são preparadas considerando as políticas contábeis da Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhões de reais)



	2024		2023
	Neoenergia Transmissão	Norte Energia	Neoenergia Transmissão
			Norte Energia
Balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	100	1.228	310
Contas a receber de clientes	56	869	54
Concessão do serviço público (ativo contratual)	5.183	-	5.019
Imobilizado e intangível	17	39.614	16
Outros ativos	116	1.053	114
Total de ativos	5.472	42.764	5.513
Empréstimos e financiamentos	2.199	28.263	2.034
Contas a pagar a fornecedores	52	838	60
Outros passivos	1.274	4.076	1.189
Total de passivos	3.525	33.177	3.283
Patrimônio líquido	1.947	9.587	2.230
	2024		2023
	Neoenergia Transmissão	Norte Energia	Neoenergia Transmissão
			Norte Energia
Resultado do exercício			
Receita operacional, líquida	576	6.249	176
Lucro operacional antes do resultado financeiro	526	949	174
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	273	(1.676)	114
Outras informações			
Capital circulante líquido	489	(217)	660
Fluxo de caixa operacional	290	2.869	134
Depreciação e amortização	(1)	(1.768)	(1)

15.7 Subsidiárias com a participação de acionistas não controladores

As informações financeiras resumidas, antes das eliminações intergrupo, das subsidiárias com participação de acionistas não controladores materiais são apresentados a seguir:

(i) Informações selecionadas do balanço patrimonial

	2024		
	Neoenergia Coelba	Neoenergia Elektro	Afluente T
Balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	1.525	745	7
Contas a receber de clientes	3.629	2.289	7
Instrumentos derivativos	710	230	-
Imobilizado e intangível	2.273	1.339	5
Outros ativos	23.146	7.408	324
Total de ativos	31.283	12.011	343
Empréstimos e financiamentos	16.308	7.265	31
Contas a pagar a fornecedores	1.352	814	6
Instrumentos derivativos	260	7	-
Benefícios a empregados	847	71	-
Outros passivos	5.092	1.841	53
Total de passivos	23.859	9.998	90
Patrimônio líquido	7.424	2.013	253

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhões de reais)



	Neoenergia Coelba	Neoenergia Elektro	Neoenergia Cosern	Afluente T	2023
Balanço patrimonial					
Caixa e equivalentes de caixa	956	657	361	3	
Contas a receber de clientes	3.444	2.202	676	10	
Instrumentos derivativos	349	175	35	-	
Imobilizado e intangível	2.804	1.508	630	5	
Outros ativos	20.330	6.320	3.959	272	
Total de ativos	27.883	10.862	5.661	290	
Empréstimos e financiamentos	14.261	5.506	2.713	-	
Contas a pagar a fornecedores	1.327	835	321	5	
Instrumentos derivativos	500	68	12	-	
Benefícios a empregados	902	122	-	-	
Outros passivos	4.456	1.332	1.069	31	
Total de passivos	21.446	7.863	4.115	36	
Patrimônio líquido	6.437	2.999	1.546	254	

(ii) Informações selecionadas do resultado abrangente e outras informações

	Neoenergia Coelba	Neoenergia Elektro	Afluente T	2024
Resultado abrangente				
Receita operacional, líquida	16.529	9.328	86	
Lucro operacional antes do resultado financeiro	3.975	2.024	44	
Lucro líquido do exercício	1.808	915	34	
Resultado abrangente total	22	80	-	
Outras informações				
Capital circulante líquido	(327)	(142)	52	
Fluxo de caixa operacional	2.859	1.582	(12)	
Depreciação e amortização	966	393	872	
Remuneração paga aos acionistas não controladores	6	7	11	
	Neoenergia Coelba	Neoenergia Elektro	Neoenergia Cosern	Afluente T
Resultado abrangente				
Receita operacional, líquida	15.159	8.703	3.618	67
Lucro operacional antes do resultado financeiro	3.774	1.984	913	30
Lucro líquido do exercício	1.839	971	587	29
Resultado abrangente total	22	80	(17)	-
Outras informações				
Capital circulante líquido	(887)	505	(58)	38
Fluxo de caixa operacional	2.188	1.302	707	(2)
Depreciação e amortização	872	368	169	772
Remuneração paga aos acionistas não controladores	11	2	30	15

15.8 Redução ao valor recuperável dos investimentos – Impairment

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhões de reais)



A administração revisa anualmente os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas de cada ativo ou unidade geradora de caixa (UGC). Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 os ativos que apresentaram indicativos prévios de deterioração ou perda de valor recuperável foram submetidos à análise para identificação de real impacto por possível perda por *impairment*.

As premissas que sustentam as conclusões dos testes de recuperação dos investimentos realizados vão desde as previsões dos fluxos de caixa estimados trazidos a valor presente até as projeções de crescimento do mercado no horizonte de longo prazo.

Os fluxos de caixa são estimados com base nos resultados já realizados, levando em consideração o orçamento empresarial anual da Companhia enquanto o horizonte de análise leva em consideração o vencimento de cada concessão e a expectativa de crescimento do mercado, utilizando-se de projeções compatíveis com os dados históricos e as perspectivas sólidas de crescimento da economia brasileira.

Em 2020, a Companhia registrou um *goodwill* decorrente da aquisição da controlada Neoenergia Brasília, o qual é alocado à UGC de distribuição. O teste de *impairment* relativo a 2024 foi realizado com base nos fluxos de caixa projetados, considerando a taxa de desconto antes dos impostos de 13,74% a.a., no qual não houve perdas identificadas.

Em 2023, a Companhia registrou um *goodwill* decorrente da tomada de controle da EAPSA por meio da troca de ativos com a Eletrobras, o qual é alocado à UGC de hidrelétricas. Em 2024 a Companhia apurou os impactos do valor justo da Geração Céu Azul e baixou parte do *goodwill* gerado, em função da controlada fazer parte da mesma UGC, vide maiores detalhes na nota 15.3b.

Adicionalmente, a Companhia revisou o valor recuperável de sua participação de 10% da NESA, com base no método do fluxo de caixa gerado pela operação da UHE Belo Monte descontado à taxa de desconto antes dos impostos que reflete a WACC de 14,23% a.a., que leva em consideração as projeções dos fluxos de caixa cujas principais premissas são relacionadas às curvas de preço e garantia física em consonância com os volumes contratados no ACR e ACL e custos em nível adequado ao histórico, durante o prazo remanescente de concessão. Os testes do valor recuperável para os exercícios de 2024 e 2023 não apuraram a necessidade de adições tampouco reversões de perdas, sendo os efeitos positivos reconhecidos como ajustes ao valor justo nos montantes de R\$ 167 e R\$ 84, respectivamente, resultantes tão somente da realização das perdas por meio do resultado de equivalência patrimonial.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhões de reais)



15.9 Política contábil material e julgamentos críticos

(a) Política contábil material

Combinação de negócios

A Companhia utiliza nas operações de combinação de negócios o método de aquisição. A contraprestação transferida pela aquisição de uma subsidiária compreende os seguintes componentes: (i) o valor justo dos ativos transferidos; (ii) o valor justo dos passivos assumidos do negócio adquirido; (iii) o valor justo de qualquer ativo ou passivo resultante de uma contraprestação contingente, quando aplicável; e (iv) o valor justo de qualquer participação acionária pré-existente na subsidiária, quando aplicável.

Os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos, e passivos contingentes em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos seus valores justos na data da aquisição. Um *goodwill* surge quando há excesso entre a contraprestação transferida pela Companhia e os valores agregados dos componentes (i) a (iv). Quando esse valor agregado dos componentes é inferior à contraprestação transferida pela aquisição da subsidiária, um ganho na compra vantajosa é reconhecido na demonstração do resultado.

A Companhia reconhece a participação de não controlador em uma subsidiária adquirida pela participação proporcional da participação dos acionistas não controladores nos ativos líquidos identificáveis desta subsidiária, quando aplicável.

Subsidiárias, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas

Subsidiária é a entidade na qual a Companhia está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade (controle). As subsidiárias são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é detido pela Companhia e a consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Coligada é a entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa, definida como o poder de participar na elaboração das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas.

Negócio em conjunto é aquele em que duas ou mais partes têm o controle conjunto estabelecido contratualmente, podendo ser classificado como uma operação em conjunto (*joint operation*) ou um empreendimento controlado em conjunto (*joint ventures*), dependendo dos direitos e obrigações das partes. Enquanto em uma operação em conjunto, as partes integrantes têm direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos relacionados ao negócio, em um empreendimento controlado em conjunto, as partes têm direitos sobre os ativos líquidos do negócio. No segmento de renováveis, algumas atividades são conduzidas por operações em conjunto.

Os investimentos em subsidiárias, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial a partir da data em que elas se tornam sua investida. Apenas os empreendimentos controlados em conjunto constituídos por meio de entidade veículo com personalidade jurídica própria são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. Para os demais empreendimentos controlados em conjunto, a Companhia reconhece seus ativos, passivos e as respectivas receitas e despesas nestas operações.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhões de reais)



A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e *joint ventures* são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício e em outros resultados abrangentes, de forma reflexa ao reconhecimento realizado por suas investidas. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada ou *joint venture* for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da investida.

Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos são classificados como mantidos para venda quando for altamente provável que serão recuperados por meio de venda ao invés do seu uso contínuo e devem ser mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o respectivo valor justo, deduzido dos custos de venda. Qualquer perda por ajuste ao valor justo apurada na classificação inicial nos ativos mantidos para venda e os ganhos e/ou perdas por mensurações subsequentes, deverão ser reconhecidos no resultado. A Companhia cessa mensuração pelo método de equivalência patrimonial na data em que o ativo é classificado como mantido para venda.

Quando os investimentos em participação societária de *joint ventures* ou coligadas, previamente classificado como "Ativos não circulante mantidos para venda", não mais cumprir as condições requeridas para ser classificado como tal, a ele deve ser aplicado o método da equivalência patrimonial de modo retrospectivo, a partir da data de sua classificação como Ativos não circulante mantidos para venda.

(b) Estimativas e julgamentos críticos

Combinação de negócios

No processo de mensuração da combinação de negócio a Administração da Companhia aplica premissas e técnicas de avaliação nos principais elementos (ativos adquiridos e passivos assumidos) identificados na aquisição. Aplicação dessas premissas e técnicas de avaliação envolve julgamento por parte da Administração, com base em seu modelo de negócio e gestão, e as características individuais dos elementos que estão sendo avaliados. Como resultado, o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos mensurados inicialmente na combinação de negócios podem sofrer variações significativas entre os resultados projetados pela Companhia e os resultados reais alcançados, estas variações podem ocorrer em função de revisão de fatores de investimentos, estratégicos ou operacionais, além do nível de crescimento e da taxa de desconto.

Ativos não circulantes mantidos para venda

O valor justo dos Ativos não circulantes mantidos para venda são mensurados com base na abordagem de renda, determinada pelo uso de técnica de avaliação de fluxo de caixa descontado a partir da utilização WACC da Companhia. Os fluxos de caixa estimados e a taxa de desconto estimados pela Administração podem resultar em valor justo diferente do valor a ser determinado pelo efetivo comprador no fechamento da venda dos ativos.

15.10 Relação das subsidiárias, coligadas e *joint ventures*

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhões de reais)



As empresas subsidiárias estão abaixo relacionadas:

Empresas	Atividade	Participação total	
		2024	2023
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – Neoenergia Coelba	Distribuição	98,98%	98,94%
Companhia Energética de Pernambuco – Neoenergia Pernambuco	Distribuição	100,00%	100,00%
Companhia Energética do Rio Grande do Norte – Neoenergia Cosern ⁽¹⁾	Distribuição	100,00%	93,05%
Elektro Redes S.A. – Neoenergia Elektro	Distribuição	99,68%	99,68%
Neoenergia Distribuição Brasília S.A.	Distribuição	100,00%	100,00%
Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A. – Afluente T	Transmissão	90,18%	90,13%
EKTT 10 A Serv. de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A. – EKTT 10	Transmissão	100,00%	100,00%
EKTT 8 A Serv. de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A. – EKTT 8	Transmissão	100,00%	100,00%
EKTT 9 A Serv. de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A. – EKTT 9	Transmissão	100,00%	100,00%
Neoenergia Guanabara Transmissão de Energia S.A.– Guanabara ⁽²⁾	Transmissão	100,00%	100,00%
Neoenergia Itabapoana Transmissão de Energia S.A. – Itabapoana	Transmissão	100,00%	100,00%
Neoenergia Lagoa dos Patos Trans. de Energia S.A. – Lagoa dos Patos	Transmissão	100,00%	100,00%
Neoenergia Morro do Chapéu Transmissão e Energia S.A. – EKTT 7	Transmissão	100,00%	100,00%
Neoenergia Transmissora 11 SPE S.A.	Transmissão	100,00%	100,00%
Neoenergia Vale do Itajaí Transmissão de Energia S.A.– Vale do Itajaí	Transmissão	100,00%	100,00%
Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A. – Potiguar Sul	Transmissão	100,00%	100,00%
Neoenergia Smart	Comercialização	100,00%	100,00%
NC Energia S.A. – NC	Comercialização	100,00%	100,00%
Termopernambuco S.A. – Termope	Geração Térmica	100,00%	100,00%
Bahia Pequena Central Hidrelétrica S.A. – Bahia PCH II	Geração hidráulica	100,00%	100,00%
Energética Águas da Pedra S.A. – EAPSA	Geração hidráulica	100,00%	51,00%
Geração Céu Azul S.A. – Geração Céu Azul ⁽¹⁾	Geração hidráulica	100,00%	100,00%
Geração CIII S.A. – Geração CIII	Geração hidráulica	100,00%	100,00%
Itapebi Geração de Energia S.A. – Itapebi	Geração hidráulica	100,00%	100,00%
Arizona 1 Energia Renovável S.A. – Arizona 1	Geração eólica	100,00%	100,00%
Caetité 1 Energia Renovável S.A. – Caetité 1	Geração eólica	100,00%	100,00%
Caetité 2 Energia Renovável S.A. – Caetité 2	Geração eólica	100,00%	100,00%
Caetité 3 Energia Renovável S.A. – Caetité 3	Geração eólica	100,00%	100,00%
Calango 1 Energia Renovável S.A. – Calango 1	Geração eólica	100,00%	100,00%
Calango 2 Energia Renovável S.A. – Calango 2	Geração eólica	100,00%	100,00%
Calango 3 Energia Renovável S.A. – Calango 3	Geração eólica	100,00%	100,00%
Calango 4 Energia Renovável S.A. – Calango 4	Geração eólica	100,00%	100,00%
Calango 5 Energia Renovável S.A. – Calango 5	Geração eólica	100,00%	100,00%
Calango 6 Energia Renovável S.A. – Calango 6	Geração eólica	100,00%	100,00%
Canoas 2 Energia Renovável S.A. – Canoas 2	Geração eólica	100,00%	100,00%
Canoas 3 Energia Renovável S.A. – Canoas 3	Geração eólica	100,00%	100,00%
Canoas 4 Energia Renovável S.A. – Canoas 4	Geração eólica	100,00%	100,00%
Canoas Energia Renovável S.A. – Canoas	Geração eólica	100,00%	100,00%
Chafariz 1 Energia Renovável S.A. – Chafariz 1	Geração eólica	100,00%	100,00%
Chafariz 2 Energia Renovável S.A. – Chafariz 2	Geração eólica	100,00%	100,00%
Chafariz 3 Energia Renovável S.A. – Chafariz 3	Geração eólica	100,00%	100,00%
Chafariz 4 Energia Renovável S.A. – Chafariz 4	Geração eólica	100,00%	100,00%
Chafariz 5 Energia Renovável S.A. – Chafariz 5	Geração eólica	100,00%	100,00%
Chafariz 6 Energia Renovável S.A. – Chafariz 6	Geração eólica	100,00%	100,00%
Chafariz 7 Energia Renovável S.A. – Chafariz 7	Geração eólica	100,00%	100,00%
Elektro Renováveis do Brasil S.A. – Elektro Renováveis	Geração eólica	100,00%	100,00%
Energia Renováveis do Brasil S.A. - Enerbrasil	Geração eólica	100,00%	100,00%
FE Participações S.A. – FPAR	Geração eólica	100,00%	100,00%
Força Eólica do Brasil 1 S.A. - FEB 1	Geração eólica	100,00%	100,00%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhões de reais)



Empresas	Atividade	Participação total	
		2024	2023
Força Eólica do Brasil S.A. – FEB	Geração eólica	100,00%	100,00%
Força Eólica do Brasil S.A. - FEB 2	Geração eólica	100,00%	100,00%
Lagoa 1 Energia Renovável S.A. – Lagoa 1	Geração eólica	100,00%	100,00%
Lagoa 2 Energia Renovável S.A. – Lagoa 2	Geração eólica	100,00%	100,00%
Lagoa 3 Energia Renovável S.A. – Lagoa 3	Geração eólica	100,00%	100,00%
Lagoa 4 Energia Renovável S.A. – Lagoa 4	Geração eólica	100,00%	100,00%
Mel 2 Energia Renovável S.A. – Mel 2	Geração eólica	100,00%	100,00%
Oitis 1 Energia Renovável S.A. – Oitis 1	Geração eólica	100,00%	100,00%
Oitis 10 Energia Renovável S.A. – Oitis 10	Geração eólica	100,00%	100,00%
Oitis 2 Energia Renovável S.A. – Oitis 2	Geração eólica	100,00%	100,00%
Oitis 21 Energia Renovável S.A. – Oitis 21	Geração eólica	100,00%	100,00%
Oitis 22 Energia Renovável S.A. – Oitis 22	Geração eólica	100,00%	100,00%
Oitis 3 Energia Renovável S.A. – Oitis 3	Geração eólica	100,00%	100,00%
Oitis 4 Energia Renovável S.A. – Oitis 4	Geração eólica	100,00%	100,00%
Oitis 5 Energia Renovável S.A. – Oitis 5	Geração eólica	100,00%	100,00%
Oitis 6 Energia Renovável S.A. – Oitis 6	Geração eólica	100,00%	100,00%
Oitis 7 Energia Renovável S.A. – Oitis 7	Geração eólica	100,00%	100,00%
Oitis 8 Energia Renovável S.A. – Oitis 8	Geração eólica	100,00%	100,00%
Oitis 9 Energia Renovável S.A. – Oitis 9	Geração eólica	100,00%	100,00%
Santana 1 Energia Renovável S.A. – Santana 1	Geração eólica	100,00%	100,00%
Santana 2 Energia Renovável S.A. – Santana 2	Geração eólica	100,00%	100,00%
Ventos de Arapuá 1 Energia Renovável S.A. – Arapuá 1	Geração eólica	100,00%	100,00%
Ventos de Arapuá 2 Energia Renovável S.A. – Arapuá 2	Geração eólica	100,00%	100,00%
Ventos de Arapuá 3 Energia Renovável S.A. – Arapuá 3	Geração eólica	100,00%	100,00%
Luzia 2 Energia Renovável S.A. – Luzia 2	Geração solar	100,00%	100,00%
Luzia 3 Energia Renovável S.A. – Luzia 3	Geração solar	100,00%	100,00%
Elektro Operação e Manutenção Ltda - Elektro O&M	Serviços	100,00%	100,00%
Neoenergia Operação e Manutenção S.A. - Neoenergia O&M	Serviços	100,00%	100,00%
Neoenergia Serviços Ltda – Neoserv	Serviços	100,00%	100,00%
Belo Monte Participações S.A. – Belo Monte	Outros	100,00%	100,00%
Neoenergia Investimentos S.A. - Neoinvest	Outros	100,00%	100,00%
Neoenergia Soluções Verdes	Serviços	100,00%	-

(1) Aquisição de Oferta Pública de Ações conforme nota 15.2.

(2) Empresas classificadas como Ativo não circulante disponível para venda.

As empresas coligadas e *joint ventures* estão abaixo relacionadas:

Empresas	Atividade	Participação total	
		2024	2023
Coligadas			
Energética Corumbá III S.A. – ECIII	Geração Hidráulica	25,00%	25,00%
Norte Energia S.A. – NESÁ	Geração hidráulica	10,00%	10,00%
Joint ventures			
Neoenergia Transmissão S.A.	Transmissão	50,00%	50,00%
Neoenergia Atibaia Transmissão de Energia S.A.– Atibaia	Transmissão	50,00%	50,00%
Neoenergia Biguaçu Transmissão de Energia S.A.– Biguaçu	Transmissão	50,00%	50,00%
Neoenergia Dourados Transmissão de Energia S.A.– Dourados	Transmissão	50,00%	50,00%
Neoenergia Jalapão Transmissão de Energia S.A.– Jalapão	Transmissão	50,00%	50,00%
Neoenergia Rio Formoso Transmissão e Energia S.A. – EKTT 6	Transmissão	50,00%	50,00%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhões de reais)



Neoenergia Santa Luzia Transmissão de Energia S.A. – Santa Luzia	Transmissão	50,00%	50,00%
Neoenergia Sobral Transmissão de Energia S.A.– Sobral	Transmissão	50,00%	50,00%
SE Narandiba S.A. – Narandiba	Transmissão	50,00%	50,00%
Carbon 2 Nature S.A.	Serviços	49,00%	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhões de reais)



16. IMOBILIZADO

As variações do imobilizado, por classe de ativo, estão demonstradas conforme a seguir:

	Consolidado					
	Parques eólicos	Hidroelétricas e de ciclo combinado	Centrais	Construções e terrenos	Outros	Ativos em construção
Taxa de depreciação a.a.	2,57% - 16,67%	2,00% - 20%		0% - 11,77%	2,00% - 33,30%	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	6.535	3.472		1.770	60	650
Adições	17	-		-	-	179
Capitalização de gastos ⁽¹⁾	-	-		-	-	14
Baixas	-	(7)		-	(2)	-
Depreciação	(239)	(139)		(76)	(13)	-
Transferências entre classes	288	66		(200)	51	(205)
Transferências - Outros ativos	(9)	(1)		-	-	(31)
Reclassificação para ativo mantido para venda (nota 15.3)	-	(1.000)		(604)	-	(86)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	6.592	2.391		890	96	521
Custo	7.876	3.701		1.368	141	521
Depreciação acumulada	(1.284)	(1.310)		(478)	(45)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.204	2.216		1.957	57	1.412
Combinação de negócio (nota 15.4)	-	1.294		69	-	9
Adições	64	-		-	-	663
Capitalização de gastos ⁽¹⁾	-	-		-	-	28
Baixas	-	(1)		-	-	(10)
Depreciação	(243)	(119)		(45)	(11)	-
Transferências entre classes	1.510	82		(211)	26	(1.407)
Transferências - Outros ativos	-	-		-	(1)	(41)
Desconsolidação dos ativos de transmissão alienados (nota 15.5)	-	-		-	(11)	(4)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	6.535	3.472		1.770	60	650
Custo	7.583	4.841		2.221	103	650
Depreciação acumulada	(1.048)	(1.369)		(451)	(43)	-

(1) Capitalização de gastos com pessoal alocado à construção; encargos financeiros de empréstimos e financiamento; adição (reversão) de provisão para desmantelamento de ativos e unidades de negócios; bem como respectivas obrigações ambientais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhões de reais)



16.1 Política contábil material e julgamentos críticos

(a) Política contábil material

A Companhia classifica no imobilizado os ativos tangíveis, com vida útil definida de longa duração, vinculada às operações cujo preço ou tarifa não é controlada pelo poder concedente. Essas operações pertencentes aos segmentos: (i) Renováveis. (ii) Liberalizados, e (iii) Outros.

Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição ou custos de construção, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação (incluindo encargos financeiros), bem como, quando aplicável, a estimativa dos custos com desmontagem do imobilizado e de restauração do local onde o ativo está localizado, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*).

Os componentes relevantes de determinados ativos que são substituídos ao longo da vida útil econômica do ativo principal são reconhecidos de forma separada e depreciados pelo período estimado até a sua substituição. Os gastos com manutenções periódicas são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

(b) Estimativas e julgamentos críticos

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam as vidas úteis estimadas dos bens. Os investimentos iniciais nos ativos de geração cujas usinas possuem concessão do serviço público são depreciados com base nas vidas úteis definidas pela ANEEL, limitadas ao prazo da concessão das usinas, quando não passíveis de indenização conforme interpretação da Companhia dos termos e cláusulas de indenização definidos em cada contrato de concessão do serviço público. As vidas úteis dos ativos imobilizados também afetam os testes de recuperação (*impairment*) destes ativos, quando aplicáveis.

Em 1 de julho de 2024, a controlada Termopernambuco alterou a aplicação do método de depreciação das turbinas, rotores e peças térmicas (grandes componentes) do método linear para o método de unidades produzidas, denominado hora-fogo para o caso específico. Os equipamentos na referida data-base somados representam o ativo líquido de R\$ 456, aproximadamente 13% dos itens classificados na classe 'Centrais Hidroelétricas e de ciclo combinado', e possuem seu desgaste físico e operacional vinculados intrinsecamente à combustão de gás e respectiva conversão deste fluxo de gás em energia elétrica.

A mudança do método de depreciação se fez necessário dado o novo cenário econômico e operacional da Companhia, onde as turbinas serão menos demandadas e a projeção de seu acionamento operacional não será linear. Sendo assim, é mais fidedigno que a depreciação seja calculada com base nas horas efetivamente operadas, refletindo de forma mais precisa o valor contábil dos equipamentos ao longo do tempo. A projeção de hora fogo reflete a perspectiva de acionamento da usina no longo prazo para atendimento do novo Contrato de Reserva de Capacidade conforme informações da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético, vincula do Ministério de Minas e Energia, e validada pela Administração da Companhia.

Por consequência desta alteração, a Administração espera que o método de depreciação por hora-fogo, em comparação ao método linear anteriormente aplicado, gerará uma redução prospectiva no gasto de depreciação que é imaterial para o consolidado da Neoenergia. Os demais ativos imobilizados da Companhia são depreciados pelo método linear, com base na vida útil estimada, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para serem utilizados no uso pretendido.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhões de reais)



17. INTANGÍVEL

As variações do intangível, por natureza, estão demonstradas como segue:

	Goodwill	Concessão	Software	Outros	Ativos em Construção	Consolidado
Taxa de amortização a.a.	-	2,34% - 6,25%	6,25% - 20%	2,35% - 100%	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.360	12.452	20	26	41	13.899
Adições	-	-	-	-	50	50
Baixas	(114)	(91)	-	-	-	(205)
Amortização	-	(2.306)	(8)	(6)	-	(2.320)
Transferências entre classes	-	-	15	17	(32)	-
Transferências – Ativo financeiro ⁽¹⁾	-	(6)	-	-	-	(6)
Transferências – Ativo contratual ⁽²⁾	-	1.177	-	-	-	1.177
Transferências – Outros ativos	-	5	-	-	(7)	(2)
Reclassificação para ativo mantido para venda (nota 15.3)	-	(13)	-	(11)	-	(24)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.246	11.218	27	26	52	12.569
Custo	1.246	35.306	57	47	52	36.708
Amortização acumulada	-	(22.724)	(30)	(21)	-	(22.775)
Obrigações especiais	-	(1.364)	-	-	-	(1.364)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	671	11.881	16	14	24	12.606
Combinação de negócios (nota 15.4)	689	1.277	-	1	1	1.968
Adições	-	-	-	-	52	52
Baixas	-	(87)	-	-	-	(87)
Amortização	-	(2.071)	(5)	(9)	-	(2.085)
Transferências entre classes	-	8	9	22	(39)	-
Transferências – Ativo financeiro ⁽¹⁾	-	(9)	-	-	-	(9)
Transferências – Ativo contratual ⁽²⁾	-	1.448	-	-	-	1.448
Transferências – Outros ativos ⁽³⁾	-	5	-	(2)	3	6
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.360	12.452	20	26	41	13.899
Custo	1.360	34.491	44	41	41	35.977
Amortização acumulada	-	(20.459)	(24)	(15)	-	(20.498)
Obrigações especiais	-	(1.580)	-	-	-	(1.580)

(1) Referem-se ao direito contratual das distribuidoras de energia de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção ou melhoria do sistema de distribuição de energia elétrica, quando da entrada em operação dos respectivos ativos. Quando da conclusão da construção da infraestrutura, tais ativos passarão a ser classificados como Ativo financeiro indenizável ou como Ativo Intangível, conforme a forma de remuneração;

(2) Referem-se a direitos contratuais classificados como ativo contratual até a conclusão da obrigação de desempenho estabelecida no contrato de concessão.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhões de reais)



17.1 Política contábil material

Os ativos intangíveis estão demonstrados pelos custos de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos - (*impairment*).

Os bens e instalações vinculados ao direito de uso da concessão de serviços públicos possuem taxa de amortização que representam sua vida útil-econômica, limitada ao prazo de vencimento da concessão.

18. FORNECEDORES, CONTAS A PAGAR A EMPREITEIROS E CONTRATOS DE CONVÊNIO

	Consolidado	
	2024	2023
Energia elétrica	1.753	1.880
Encargos de uso da rede	612	642
Materiais e serviços	1.734	1.957
Energia livre	200	185
Total	4.299	4.664
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros ⁽¹⁾	4.299	4.664
Circulante	4.099	4.483
Não circulante	200	181

(1) Inclui o programa Antecipa Fácil e contrato de convênio

Operações de desconto de títulos ou Risco Sacado

Com o propósito de fortalecer as relações comerciais com seus fornecedores, a Companhia autorizou a realização de cessão de crédito junto a terceiros e, para os títulos cedidos, a Companhia realizará o pagamento destes diretamente ao seu detentor, na data de vencimento e montantes que foram anteriormente acordados com seus fornecedores originais ('passivo original'), não havendo postergação substancial de prazo pela Companhia ou incidência de juros sobre os títulos cedidos, garantias, ou existência de cláusulas contratuais que possam requerer vencimentos antecipados. A Companhia não possui influência sobre as negociações entre o fornecedor e a instituição financeira.

A Companhia operacionaliza essas transações da seguinte forma:

- Plataforma Antecipa Fácil:** A plataforma, 100% digital, é gerenciada por uma empresa parceira, não parte relacionada da Companhia. O fornecedor acessa a plataforma e inclui suas faturas performadas que deseja antecipar. A Antecipa Fácil, por sua vez, aciona variadas instituições financeiras para realização de um leilão reverso e posterior definição de custo para o fornecedor e qual instituição que fará a antecipação. O pagamento do título é realizado pela Companhia para o fornecedor original em conta-bancária consignada, informada pela plataforma
- Contrato de convênio:** O fornecedor e as instituições financeiras possuem relacionamento direto, majoritariamente sob os Contratos de Convênio e Termo de Cessão de Recebíveis (em conjunto 'Contrato de Convênio'), firmados entre a Companhia e instituição financeira, cujo pagamento do título cedido é realizado pela Companhia para instituição financeira.

Os pagamentos dessas transações impactaram o fluxo de caixa da seguinte forma:

	Consolidado	
	2024	2023

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhões de reais)



Plataforma Antecipa Fácil	348	61
Contrato de convênio	-	434
Total desembolsado	348	495
Fluxo de caixa das atividades operacionais	176	395
Fluxo de caixa das atividades de investimento	172	100

O valor das obrigações está apresentado como segue:

	Consolidado	
	2024	2023
Plataforma Antecipa Fácil	34	125
Contrato de convênio	75	-
Total	109	125
Circulante	109	125
Prazo médio de pagamento	48 dias	54 dias

18.1 Política contábil material e julgamentos críticos

(a) Política contábil material

Os fornecedores, contas a pagar a empreiteiro e obrigações a pagar de contratos de convênio são passivos financeiros mensurados ao custo amortizado (veja nota 25.4).

A Companhia avalia se cessão dos títulos altera substancialmente as principais características das condições comerciais anteriormente estabelecidas com o credor original. Se a cessão altera substancialmente as características qualitativas e quantitativas do passivo financeiro original (Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros), a Companhia reconhece um novo passivo financeiro (Empréstimos e financiamentos), e reconhece eventual ganho/perda no resultado do exercício. Se o passivo original não foi substancialmente modificado e a contraparte recebedora do pagamento foi alterada, a Companhia reconhece um novo passivo financeiro (Obrigações a pagar de contratos de convênio).

As cessões dos títulos que não alteram substancialmente as principais características das condições comerciais anteriormente estabelecidas com o fornecedor são classificadas na demonstração do fluxo de caixa como atividade operacional ou de investimento, a depender substancialmente da natureza do produto ou serviço adquirido.

(b) Estimativas e julgamentos críticos

Para determinar se houve alteração substancial nas características qualitativas a Companhia avalia, principalmente, eventuais modificações nas garantias contratuais e/ou inclusão de cláusulas de default usualmente observadas em contratos de dívidas. No tocante as características quantitativas a Companhia avalia se houve modificação do prazo de pagamento superior a 3 (três) vezes o prazo usual negociado para fornecedores da mesma categoria e se houve alteração maior do que 10% no valor justo do passivo em relação às condições originais.

19. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhões de reais)



19.1 Dívida líquida

A Companhia avalia a dívida líquida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo. A dívida líquida é composta como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Empréstimos e financiamentos bancários	7.708	8.902	-	-
Agências de fomento	18.199	17.255	3.541	2.876
Mercado de capitais	26.693	19.726	1.649	1.624
Empréstimos e financiamentos ⁽¹⁾	52.600	45.883	5.190	4.500
Instrumentos financeiros derivativos (nota 20.3)	(995)	1.298	(47)	736
Caixa e equivalentes de caixa (nota 12)	(7.730)	(7.448)	(1.525)	(1.145)
Títulos e valores mobiliários	(655)	(587)	(121)	(109)
Dívida líquida	43.220	39.146	3.497	3.981

(1) No balanço patrimonial a Companhia apresenta os empréstimos e financiamentos líquidos dos depósitos em garantias vinculados às dívidas. Esta apresentação melhor representa essas transações em razão da única forma de realização desses depósitos exclusivos serem para amortização dessas dívidas.

19.2 Empréstimos e financiamentos

As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de empréstimos bancários, agências de fomento e mercado de capitais (debêntures e notas promissórias), principalmente denominadas em Real brasileiro (R\$) e Dólar norte-americano (US\$). As dívidas são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais pagamentos. Subsequentemente, as dívidas são reconhecidas pelo: (i) custo amortizado; ou (ii) valor justo por meio do resultado.

A Companhia contratou derivativos para proteger a exposição às variações dos fluxos de caixa das dívidas denominadas em moeda estrangeira da Companhia, consequentemente mitigando substancialmente o risco de exposição cambial.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhões de reais)



a) Saldos dos contratos por moeda e modalidade de taxa de juros

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Denominados em R\$	40.020	33.103	1.672	1.652
Indexados a taxas flutuantes	38.700	33.078	1.672	1.652
Indexados a taxas fixas	1.320	25	-	-
Denominados em US\$	10.782	9.504	3.547	2.883
Indexados a taxas flutuantes	1.420	1.257	638	500
Indexados a taxas fixas	9.362	8.247	2.909	2.383
Denominados em outras moedas	2.366	3.688	-	-
Indexados a taxas fixas	2.366	3.688	-	-
	53.168	46.295	5.219	4.535
Depósitos em garantia	(150)	(115)	-	-
Custos de transação	(418)	(297)	(29)	(35)
	52.600	45.883	5.190	4.500
Passivo circulante	7.502	8.951	254	216
Passivo não circulante	45.098	36.932	4.936	4.284

Em 31 de dezembro de 2024, o custo médio percentual das dívidas são os seguintes:

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Custo médio em % CDI ⁽¹⁾	99,4%	89,4%	90,7%	79,1%
Custo médio em taxa pré	10,8%	11,8%	9,8%	10,4%
Saldo da dívida	52.600	45.883	5.190	4.500
Instrumentos financeiros derivativos	(995)	1.298	(47)	736
Dívida total líquida de derivativos	51.605	47.181	5.143	5.236

(1) A taxa considera o saldo médio da dívida de 13 meses e o resultado da dívida acumulado e o CDI médio dos últimos 12 meses.

b) Fluxo de pagamento futuros de dívida

A Companhia busca estruturar sua dívida em consonância com o ciclo financeiro de seus negócios, observando as peculiaridades de cada subsidiária e as características de suas concessões e autorizações.

Os fluxos de pagamentos futuros da dívida de principal e juros, líquidos do efeito de instrumentos derivativos, são os seguintes:

	Consolidado		
	Principal ⁽¹⁾	Juros ⁽¹⁾	Instrumentos derivativos
2025	7.008	4.040	(63)
2026	6.687	4.363	(24)
2027	7.431	3.641	(332)
2028	7.572	3.010	(83)
2029	7.499	2.120	(582)
Entre 2030 e 2034	18.095	5.753	(1.621)
Entre 2035 e 2039	6.405	2.960	(315)
2040 em diante	5.693	1.012	-
Total	66.390	26.899	(3.020)
			90.269

	Controladora		
	Principal ⁽¹⁾	Juros ⁽¹⁾	Instrumentos derivativos
2025	210	184	202
			596
			134

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhões de reais)



2026	411	215	155	781
2027	1.007	214	21	1.242
2028	1.085	189	(65)	1.209
2029	1.169	157	(154)	1.172
Entre 2030 e 2034	3.438	331	(1.373)	2.396
Entre 2035 e 2039	521	15	(315)	221
Total	7.841	1.305	(1.529)	7.617

- (1) O fluxo estimado de pagamentos futuros, incluindo principal e juros é calculado com base nas curvas de taxas de juros (taxas Pré e Pós) e taxas de câmbio em vigor em 31 de dezembro de 2023 e considerando que todas as amortizações e pagamentos no vencimento dos empréstimos e financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores estimados de pagamentos futuros de encargos a incorrer (ainda não provisionados) e os encargos incorridos, já reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2024, o prazo médio do vencimento do endividamento da Companhia é de 6,30 anos (5,19 anos em 31 de dezembro de 2023).

c) Reconciliação da dívida com os fluxos de caixa e outras movimentações

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Saldo inicial do exercício	45.883	43.503	4.500	4.601
Efeito no fluxo de caixa:				
Captações	12.821	11.522	-	657
Amortizações de principal	(9.149)	(6.483)	(187)	(666)
Custo de captação	(180)	(132)	-	(3)
Pagamento de encargos de dívida	(3.330)	(3.017)	(196)	(214)
Depósitos em garantia	(56)	(3)	-	-
Efeito não caixa:				
Encargos incorridos	4.490	4.044	277	291
Variação cambial	2.778	(1.065)	796	(166)
Marcação a valor justo	(167)	(2)	-	-
Reclassificação para passivos diretamente associados a ativos não circulante mantidos para a venda (nota 15.3)	(490)	(584)	-	-
Adição pela combinação de negócios (nota 15.4)	-	121	-	-
Desconsolidação dos ativos de transmissão alienados (nota 15.5)	-	(2.021)	-	-
Saldo final do exercício	52.600	45.883	5.190	4.500

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o Grupo captou R\$ 12.821, sendo: (i) R\$ 2.030 através de empréstimos bancários e financiamentos em moeda estrangeira; (iii) R\$ 9.441 via mercado de capitais e (iv) R\$ 1.350 junto a bancos de fomento nacional (BNDES).

d) Linhas de crédito

Tipo	Moeda	Data limite de captação	Consolidado	
			Montante total	Montante utilizado
Linhos de financiamento	R\$	30/12/2026	6.592	3.859

O custo médio para manutenção dessas linhas de crédito em 31 de dezembro de 2024 é de 0,31% a.a (0,34% a.a em 31 de dezembro de 2023) sobre o montante total.

e) Condições restritivas financeiras (*Covenants*)

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui 88% dos contratos de dívidas consolidadas com *Covenants*. Os principais *covenants* da Companhia obrigam a manter certos índices, como a dívida líquida sobre o *EBITDA* (LAJIDA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhões de reais)



– Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) e *EBITDA* sobre o resultado financeiro. A Companhia não identificou nenhum evento de não conformidade em 31 de dezembro de 2024 e 2023. Abaixo seguem os principais parâmetros e as medições estimadas em geral.

	Limites contratual inferior ⁽¹⁾	Medição ⁽²⁾ em 31.12.2024	Medição ⁽²⁾ em 31.12.2023
Consolidado Neoenergia:			
Dívida líquida ÷ <i>EBITDA</i> (*)	≤ 4,0	3,45	3,17
<i>EBITDA</i> ÷ Resultado financeiro (*)	≥ 2,0	2,51	2,55

(*) Acumulado de 12 meses.

- (1) Cada contrato de dívida prevê cláusulas específicas com a composição dos indicadores que serão medidos e o respectivo período de apuração, podendo ser trimestralmente ou anual. Os índices apresentados são referentes ao menor nível de cada indicador observado entre todos os contratos de dívidas.
- (2) Índices gerais alcançados pelas informações consolidadas apresentadas nessa demonstração financeira. A Neoenergia S.A é avalista e garantidora das dívidas de suas subsidiárias, dessa forma, alguns *Covenants* financeiros possuem como base de apuração os valores consolidados da Neoenergia S.A.

A Companhia possui *covenants* não financeiros, que devem ser cumpridos e atestados na mesma periodicidade dos *covenants* financeiros. Não foram identificados nenhum descumprimento de *covenants* não financeiros que ensejasse vencimento antecipado de suas operações financeiras.

19.2.1 Política contábil material

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação dos empréstimos e financiamentos são reconhecidas como custos da transação.

Os juros dos instrumentos financeiros passivos são capitalizados como parte do imobilizado ou intangível se esses custos forem diretamente relacionados a um ativo qualificado. A capitalização ocorre até que o ativo qualificado esteja pronto para seu uso pretendido. Os juros de empréstimos e financiamentos não capitalizados são reconhecidos no resultado no período que foram incorridos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o índice de capitalização dos juros (encargos incorridos) é de 1,72% e 1,69%, respectivamente.

19.3 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia está exposta a uma série de riscos decorrentes de suas operações, incluindo riscos relacionados às taxas cambiais, taxas de juros e índices de preços. Como parte de sua estratégia de gestão de riscos a Companhia utiliza contratos de *swaps*, a termo e/ou opções com o objetivo de proteção econômica e financeira. As considerações gerais da estratégia de gestão de risco estão expostas na nota 25.7.

a) Ativo (passivo) dos derivativos no balanço patrimonial

Consolidado	Controladora
-------------	--------------

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhões de reais)



	2024	2023	2024	2023
Contratados para proteção de dívidas:				
Risco de câmbio (NDF, Opções e outros derivativos)	(1)	(18)	-	(14)
Swap de moeda – US\$ vs R\$	1.211	(852)	47	(722)
Swap de moeda – Outras moedas vs R\$	(65)	(462)	-	-
Swap de taxas de juros – R\$	(151)	42	-	-
Contratados para proteção de outras operações:				
Risco de câmbio – Produtos e serviços	1	(8)	-	-
Exposição líquida	995	(1.298)	47	(736)
Ativo circulante	777	284	1	-
Ativo não circulante	911	347	337	5
Passivo circulante	(223)	(610)	(113)	(110)
Passivo não circulante	(470)	(1.319)	(178)	(631)

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos contratados para fins de proteção, conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Derivativos não designados para contabilidade de hedge				
Contratados para proteção de dívidas	3	7	-	-
Contratados para proteção de outras operações	(7)	(4)	-	-
Derivativos designados para contabilidade de hedge - fluxo de caixa				
Contratados para proteção de dívidas	788	(1.613)	47	(736)
Contratados para proteção de outras operações	8	(4)	-	-
Derivativos designados para contabilidade de hedge - valor justo				
Contratados para proteção de dívidas	203	316	-	-
	995	(1.298)	47	(736)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhões de reais)



b) Efeitos dos derivativos no resultado, fluxo de caixa e outros resultados abrangentes

	Consolidado				
	2024			2023	
	Proteção de dívidas	Proteção de outras operações	Total	Proteção de dívidas	Proteção de outras operações
Saldo inicial do período	(1.292)	(6)	(1.298)	(283)	-
Ganho (perda) reconhecido no resultado	1.688	6	1.694	(2.332)	(39)
Ganho (perda) reconhecido no Capex	-	(1)	(1)	-	(6)
Ganho (perda) reconhecido no resultado abrangente	9	11	20	161	7
Liquidação financeira entradas (saídas)	588	(8)	580	1.162	32
Saldo final do período	993	2	995	(1.292)	(6)
Ganho (perda) reconhecido no resultado					
Custos de operação	-	7	7	-	(19)
Resultado financeiro, líquido	1.688	(1)	1.687	(2.332)	(20)
Controladora					
	2024				
	Proteção de dívidas	Proteção de outras operações	Total	Proteção de dívidas	Proteção de outras operações
	(736)	-	(736)	(502)	(6)
Saldo inicial do período	(736)		(736)	(502)	(508)
Ganho (perda) reconhecido no resultado	549	6	555	(429)	(20)
Ganho (perda) reconhecido no resultado abrangente	38	2	40	(39)	5
Liquidação financeira entradas (saídas)	196	(8)	188	234	21
Saldo final do período	47		47	(736)	-
Ganho (perda) reconhecido no resultado					
Custos de operação	-	7	7	-	(20)
Resultado financeiro, líquido	549	(1)	548	(429)	-

19.3.1 Política contábil material e julgamentos críticos

(a) Política contábil material

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados a valor justo. Mudanças no valor justo dos derivativos são reconhecidas no resultado, exceto se forem designados como *hedge accounting* e derivativos utilizados para compra/venda de participação de acionistas não controladores. As transações de derivativos que não são qualificados como *hedge accounting* são classificados e apresentados como *hedge* econômico, já que a Companhia utiliza instrumentos derivativos na gestão dos seus riscos financeiros como uma forma de mitigar esses riscos.

Nas operações designadas como *hedge accounting*, a Companhia documenta no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, com o objetivo da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de *hedge*. A Companhia documenta sua avaliação, tanto no início quanto de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes.

As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* de fluxo de caixa

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhões de reais)



têm seu componente eficaz reconhecido no patrimônio líquido e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício. Os valores registrados no patrimônio líquido somente são transferidos para resultado do exercício em conta apropriada (custo, despesa operacional ou despesa financeira) ou ativo imobilizado/intangível, quando o item protegido for efetivamente realizado. Os custos do instrumento de *hedge* são reconhecidos dentro do patrimônio líquido.

As variações no valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para compra/venda de participação de acionistas não controladores são reconhecidos no patrimônio líquido como reservas de transações com o sócio.

(b) Estimativas e julgamentos críticos

O valor justo de instrumentos financeiros derivativos não negociados em mercado ativo é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para determinar o método de mensuração mais aderente a cada classe de instrumentos derivativos, assim como as premissas a serem observadas. De modo geral, as premissas são baseadas nas condições de mercado existentes na data do balanço.

As premissas de avaliação dos derivativos e análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração estão apresentadas nas notas 25.3 e 25.8, respectivamente.

20. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Consolidado	
	2024	2023
Provisões para processos judiciais (nota 21.1. a)	1.910	1.696
Provisão para obrigações ambientais	90	122
Provisão para obrigações para desmantelamento de ativos	201	175
Provisões resarcimentos	275	194
Total	2.476	2.187
Passivo circulante	621	378
Passivo não circulante	1.855	1.809

20.1 Provisões para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais

a) Provisão para processos judiciais

A Companhia é parte envolvida em ações cíveis, trabalhistas, tributárias e outras em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores legais.

Os processos judiciais provisionados estão apresentados a seguir:

	Provisões cíveis	Provisões trabalhistas	Provisões fiscais	Provisões regulatórias	Consolidado
					Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.038	501	123	34	1.696
Adições e reversões, líquido	370	27	1	-	398
Pagamentos	(241)	(131)	(1)	-	(373)
Atualização monetária	190	49	6	3	248
Reclassificação para passivos diretamente associados a ativos não circulante mantidos para venda (nota 15.3b)	(59)	-	-	-	(59)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.298	446	129	37	1.910

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhões de reais)



Saldo em 31 de dezembro de 2022	944	490	125	79	1.638
Adições e reversões, líquido	190	21	(3)	(48)	160
Pagamentos	(194)	(69)	-	(1)	(264)
Atualização monetárias	144	59	1	4	208
Reclassificação para passivos diretamente associados a ativos não circulante mantidos para venda (nota 15.3b)	(6)	-	-	-	(6)
Efeito da desconsolidação dos ativos de transmissão (nota 15.5)	(40)	-	-	-	(40)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.038	501	123	34	1.696

Dentre os processos relevantes cujo risco de desembolso futuro é considerado provável destacamos:

(i) Processos cíveis: Do total reconhecido, destaca-se:

- Ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos moral e/ou material entre outros, decorrentes de circunstâncias ocorridas no curso normal dos negócios, no montante de R\$ 462 (R\$ 453 em 31 de dezembro de 2023).
- A Companhia é parte envolvida em ações cíveis na esfera administrativa e judicial, relacionadas a processos de indenização fundiária, decorrentes de divergências entre o valor de avaliação da Companhia e o pleiteado pelo proprietário do imóvel. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores legais, no montante de R\$ 343 (R\$ 190 em 31 de dezembro de 2023).

(ii) Processos trabalhistas: Do total reconhecido, destaca-se:

- Ação coletiva ajuizada pelo Sindicato dos Eletricitários do Rio Grande do Norte que discute as regras para promoções por merecimento e antiguidade previstas em Plano de Cargos, Carreiras e Salário, com todas as consequências legais. A ação está em fase de execução e o valor provisionado no montante de R\$ 105 (R\$ 99 em 31 de dezembro de 2023), corresponde a estimativa provável de recursos para liquidar a discussão.
- Ações movidas por ex-empregados contra a Companhia cujos principais temas envolvem diferenças salariais/verbas rescisórias, incidência de adicionais de periculosidade e insalubridade, pedidos de equiparação salarial, entre outros, com montante provisionado de R\$ 209 (R\$ 247 em 31 de dezembro de 2023).

b) Passivos contingentes

Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, e são apresentados a seguir:

	Consolidado	
	2024	2023
Processos cíveis	3.885	3.527
Processos trabalhistas	1.528	897
Processos fiscais	5.276	4.396
Processos regulatórios	277	343
Total	10.966	9.163

Os processos relevantes cuja probabilidade de desembolso futuro é considerada possível são conforme segue:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhões de reais)



(i) Processos cíveis: Referem-se a ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e pessoas jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais, danos morais, entre outros, cujos destaques passamos a tratar a seguir:

- Discussões judiciais que questionam atos normativos regulatórios da ANEEL (Resolução Normativa nº 387/2009 e Despacho SFF/ANEEL 2517/2010), que tratam da metodologia de cálculo dos saldos de energia livre entre geradores e distribuidoras de energia. Valores estimados de R\$ 93 (R\$ 85 em 31 de dezembro de 2023).
- Ação indenizatória movida pela Jaguaripe Agroindustrial S/A, contra Neoenergia Coelba em razão de corte de energia elétrica nas suas instalações sem aviso prévio, no montante estimado de R\$ 87 (R\$ 78 em 31 de dezembro de 2023).
- Ações Indenizatórias movidas por terceiros em razão de acidentes com a rede elétrica (Eletroplessão), na Neoenergia Pernambuco. Não observância da população/consumidor das normas e distâncias de segurança, bem como rompimento de fios, por fenômenos naturais ou falhas técnicas, com o valor estimado de R\$ 97 (R\$ 112 em 31 de dezembro de 2023).
- Ações que discutem a legitimidade das cobranças pelas instalações de infraestruturas de distribuição de energia elétrica em faixas de domínio das rodovias. Como o tema ainda não está pacificado nos Tribunais, os assessores jurídicos da Companhia mantêm o prognóstico de perda como possível. O montante estimado perfaz o total de R\$ 604 (R\$ 539 em 31 de dezembro de 2023).
- Ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais, entre outros com o valor estimado de R\$ 641 (R\$ 491 em 31 de dezembro de 2023).
- Ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Paraná e Defensoria Pública do Paraná, em face do Consórcio Empreendedor Baixo Iguaçu e Instituto Nacional de Águas e Terras, que discute indenização por danos morais e materiais entre outros, decorrentes de circunstâncias ocorridas no curso normal dos negócios, com o valor estimado de R\$ 137 (R\$ 388 em 31 de dezembro de 2023).

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescido de juros de 1% a.m.

(ii) Processos trabalhistas: Referem-se a ações movidas por empregados e ex-empregados contra as controladas, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação / reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras, e, ações movidas por ex-empregados de empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras. Os valores foram atualizados pela variação do IPCA na fase pré processual e SELIC após ajuizamento das ações trabalhistas.

- Ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Companhia, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras, cujo valor estimado é de R\$ 932 (R\$ 689 em 31 de dezembro de 2023).

(iii) Processos fiscais: Referem-se às ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal referente a diversos tributos, tais como ICMS, ISS, CPMF, IPTU, PIS/COFINS, entre outros, cujos destaques passamos a tratar a seguir

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhões de reais)



- Autos de infração relativos a Crédito de ICMS cuja escrituração no Controle de Crédito do ICMS do Ativo Permanente (CIAP) se deu supostamente em desacordo com regras revistas na legislação tributária, estimados em R\$ 612 (R\$ 569 em 31 de dezembro de 2023).
- Autos de infração relativos a Crédito de ICMS sobre bens destinados ao ativo imobilizado da Companhia e sobre combustíveis utilizados na frota operacional, estimados em R\$ 200 (R\$ 197 em 31 de dezembro de 2023).
- Autos de infração relativos a estornos de débitos de ICMS (Convênio 30) relativos à refaturamento de contas de energia elétrica, estimados em R\$ 274 (R\$ 256 em 31 de dezembro de 2023).
- Autos de infração por suposta utilização do ICMS nas aquisições de ativo fixo, de fornecedores microempresa, créditos em duplicidade e nas aquisições de compras com entrega futura, estimados em R\$ 714 (R\$ 669 em 31 de dezembro de 2023).
- Ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal referente a diversos tributos, tais como ICMS, PIS/COFINS, CIDE, entre outros, no montante de R\$ 548 (R\$ 580 em 31 de dezembro de 2023).
- Auto de Infração de natureza fiscal em que se discute a incidência de IRRF no montante de R\$ 491 (R\$ 407 em 31 de dezembro de 2023) na operação de incorporação da Elektro Holding realizada pela Neoenergia em agosto de 2017.

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

(iv) Processos regulatórios: Ações regulatórias das distribuidoras do Grupo, dentre as quais os objetos são relacionados aos procedimentos para o cálculo dos indicadores de continuidade técnica do serviço, individual e coletivo, questões comerciais, a realização das compensações financeiras correspondentes e da recuperação dos indicadores globais, questões relacionadas à arrecadação ou legalidade de elementos ou rubricas tarifárias e questões relativas à legalidade das ações administrativas impetradas pela ANEEL.

c) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados ou não provisionados.

	Consolidado	
	2024	2023
Processos cíveis	1.101	719
Processos trabalhistas	315	373
Processos fiscais	313	311
Outros Processos	50	45
Total	1.779	1.448

Os depósitos judiciais foram atualizados monetariamente pela taxa SELIC, para os processos fiscais, e taxa TR mais 70% da taxa SELIC, para os demais processos.

20.2 Política contábil material e julgamentos críticos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhões de reais)



(a) Política contábil material

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

O valor relacionado à parcela principal da provisão é reconhecido no resultado operacional ou imobilizado/intangível em função da correlação direta das operações da Companhia e os encargos financeiros são reconhecidos no resultado financeiro.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável.

(b) Estimativas e julgamentos críticos

Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

21. OUTROS PASSIVOS

	Consolidado	
	2024	2023
Caução em garantia ⁽¹⁾	773	789
Devoluções a consumidores ⁽²⁾	488	283
Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública - COSIP	138	145
Uso do Bem Público - UBP	64	83
Energia MMGD	371	-
Adiantamentos de serviços técnicos ODS	34	17
Repasso de terceiros	51	55
Obrigações CEBPREV	37	39
Outros	256	181
Total	2.212	1.592
Passivo circulante	1.851	1.247
Passivo não circulante	361	345

(1) Garantia constituída para assegurar o cumprimento dos contratos, acrescidas de correção monetária com base nos índices previstos contratualmente (IPCA ou CDI), para fazer face tanto às suas cláusulas operacionais, quanto à obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços;

(2) Refere-se ao Bônus Itaipu, direcionados as classes residenciais e rurais que será pago de acordo com os meses de 2023 em que o consumo de energia de unidades consumidoras foi menor que 350kWh, conforme REH ANEEL nº 3.420/2024.

22. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhões de reais)



Como parte de sua estratégia de remuneração a Companhia concede a seus empregados benefícios de curto e longo prazo, além dos salários, férias e outros benefícios legais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios.

Os benefícios de curto e longo prazo – pós emprego compreendem: (i) plano de previdência complementar (Plano de pensão – Benefício definido); (ii) plano de previdência complementar (Plano de pensão – Contribuição definida) e (iii) Plano de saúde pós emprego.

Demonstramos a seguir os valores reconhecidos no balanço patrimonial:

	Consolidado	
	2024	2023
Obrigações trabalhistas e PLR	661	643
Benefícios Pós emprego (nota 22.1)	936	1.142
Total	1.597	1.785
Ativo não circulante ⁽¹⁾	(24)	(22)
Passivo circulante	807	854
Passivo não circulante	814	953

(1) A apresentação do saldo de benefício pós-emprego encontra-se alocada na rubrica de outros ativos não circulantes.

22.1 Benefícios Pós Emprego

A Companhia contribui, como patrocinadora, para planos de aposentadoria que fornecem aos seus colaboradores benefícios em eventos de aposentadoria, morte e invalidez. A Companhia possui planos no formato de benefício definido e contribuição definida. Os planos de benefício definido foram fechados para novas adesões, em razão de expor a Companhia ao risco de desequilíbrio atuarial em caso de situação deficitária do plano, de forma que a Companhia teria que efetuar desembolsos extraordinários a fim de assegurar a concessão dos benefícios aos colaboradores e ex-colaboradores participantes dos planos (ativos e assistidos). Atualmente há apenas um plano de benefício definido aberto para novas adesões.

Já para os planos de contribuição definida a Companhia não incorre no risco de desequilíbrio atuarial, dado que o valor é permanentemente ajustado de acordo com os recursos mantidos em favor do participante (modelo de poupança individual). Atualmente há apenas um plano de contribuição definida aberto para novas adesões.

A gestão do plano de benefício é realizada por gestores externos a administração da Companhia (Curadores). Os curadores dos planos são responsáveis pela governança e possuem a obrigação legal de agir exclusivamente no melhor interesse dos beneficiários do plano. Os curadores têm as seguintes funções: (i) administração dos planos e pagamento aos beneficiários dos ativos do plano, quando exigido de acordo com as regras do plano; (ii) gestão e investimento dos ativos do plano; e (iii) conformidade com outros regulamentos, quando aplicável. Os Curadores dos planos da Companhia são entidades fechadas de previdência complementar ou seguridade social, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira.

Abaixo segue a relação dos Curadores e outras informações dos planos:

	Consolidado			
	Posição em 31/12/2024			
	Quantidade de beneficiários ativos	Quantidade de beneficiários assistidos	Situação	Condição financeira
Planos de benefício definido Néos - Plano BD PE	30	3.169	Fechado	Deficitário

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhões de reais)



Néos - Plano BD BA	-	826	Fechado	Superavitário
Néos - Plano BD RN	-	264	Fechado	Superavitário
FACEB – Plano Saldado	8	492	Fechado	Deficitário
FACEB – Plano BD	2	222	Fechado	Deficitário
Vivest - PSAP/Elektro	3.040	1.804	Aberto	Deficitário
	3.080	6.777		
Planos de contribuição definida				
Néos - Plano CD BA	2.275	1.265	Fechado	N/A
Néos - Plano CD RN	-	-	Fechado	N/A
Néos - Plano CD PE	-	-	Fechado	N/A
Néos - Plano CD Néos	9.718	602	Aberto	N/A
FACEB - CEBPREV	326	947	Aberto	N/A
	12.319	2.814		
Total	15.399	9.591		

Para o plano de Saúde Pós-Emprego, a Companhia mantém um seguro coletivo empresarial para cobertura de despesas de assistência médica-hospitalar e de assistência odontológica para os empregados ativos, aposentados, pensionistas e seus dependentes legais. Por serem planos de assistência médica não capitalizados, têm natureza deficitária. Este plano não permite a adesão de novos participantes. Em 31 de dezembro de 2024, o plano possui 6.125 beneficiários (713 beneficiários ativos, 2.671 beneficiários assistidos titulares e 2.741 beneficiários assistidos dependentes).

a) Movimentação dos ativos e passivos dos planos

(i) Benefício definido e saúde pós emprego

	Obrigações atuariais	Valor justo dos ativos	Consolidado	
			Benefício definido	
			Ativo (passivos) líquido	Ativo (passivos) líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(3.975)	3.905	(170)	(240)
Custo do serviço	-	-	-	9
Efeitos dos juros	(330)	335	(21)	(16)
Contribuições pagas pelos participantes	(4)	4	-	-
Contribuições pagas pelo patrocinador	-	30	-	30
Benefícios pagos pelo plano	363	(362)	-	1
Efeitos de reduções/ liquidações	-	-	-	(1)
Redimensionamento	716	(97)	(483)	136
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(3.230)	3.815	(674)	(89)
Planos superavitários	(353)	586	(209)	24
Planos deficitários	(2.877)	3.229	(465)	(113)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(3.726)	3.766	(198)	(158)
Custo do serviço	(2)	-	-	(2)
Efeitos dos juros	(337)	332	(17)	(22)
Contribuições pagas pelos participantes	(5)	5	-	-
Contribuições pagas pelo patrocinador	-	52	-	52
Benefícios pagos pelo plano	393	(394)	-	(1)
Redimensionamento	(298)	144	45	(109)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(3.975)	3.905	(170)	(240)
Planos superavitários	(442)	618	(154)	22
Planos deficitários	(3.533)	3.287	(16)	(262)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhões de reais)



b) Valores reconhecidos no resultado do exercício

	2024			Consolidado 2023		
	Benefício definido	Saúde pós emprego	Total	Benefício definido	Saúde pós emprego	Total
Custo do serviço	4	9	13	2	(1)	1
Efeito de reduções/liquidações ⁽¹⁾	-	-	-	-	51	51
Despesa com juros de obrigações	(348)	(78)	(426)	(351)	(72)	(423)
Receita com juros de ativos	332	-	332	329	-	329
Total	(12)	(69)	(81)	(20)	(22)	(42)
Alocação dos custos do serviço:						
Resultado do exercício	4	9	13	2	50	52

(1) Em 2024, para o Plano da Neoenergia Coelba, foi apurado um ganho decorrente do efeito de reduções/liquidações no valor de R\$ 9 (R\$ 51 em 31 de dezembro de 2023), ocasionado majoritariamente pela migração entre planos.

c) Valores reconhecidos nos outros resultados abrangentes

	2024			Consolidado 2023		
	Benefício definido	Saúde pós emprego	Total	Benefício definido	Saúde pós emprego	Total
Saldo no início do exercício	(32)	(360)	(392)	30	(216)	(186)
Redimensionamento:						
Mudanças nas premissas	716	44	760	(298)	(218)	(516)
Efeito do teto de ativos/passivo oneroso	(483)	-	(483)	45	-	45
Retorno sobre ativos do plano (exclui receita de juros)	(97)	-	(97)	144	-	144
Retorno sobre direitos de reembolso	-	-	-	15	-	15
Efeito bruto	136	44	180	(94)	(218)	(312)
Tributos sobre o lucro	(47)	(15)	(62)	32	74	106
Efeito líquido em outros resultados abrangente	89	29	118	(62)	(144)	(206)
Saldo no final do exercício	57	(331)	(274)	(32)	(360)	(392)

d) Valores reconhecidos no balanço patrimonial

	2024			Consolidado 2023		
	Benefício definido	Saúde pós emprego	Total	Benefício definido	Saúde pós emprego	Total
Valor presente das obrigações atuariais	(3.230)	(847)	(3.975)	(902)		
Valor justo dos ativos	3.815	-	3.905	-		
Efeito do limite do ativo (teto)	(674)	-	(170)	-		
Total passivo (ativo) líquido	(89)	(847)	(240)	(902)		
Ativo não circulante	24	-	21	-		
Passivo circulante	(16)	(128)	(42)	(132)		
Passivo não circulante	(97)	(719)	(219)	(770)		

e) Outras informações dos planos de benefício definido e saúde pós-emprego

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhões de reais)



(i) Ativos dos planos por categoria

	2024			Consolidado	
	Preços cotados em mercado ativo	Preços não cotados em mercado ativo	Valor justo total	Preços cotados em mercado ativo	Preços não cotados em mercado ativo
Aplicação direta:					
Título de dívida - Corporativo	-	3	3	-	3
Título de dívida - Governos	-	352	352	-	356
Investimentos imobiliários	-	92	92	-	86
Outros	-	48	48	-	63
Aplicação através de fundos:					
Fundo de investimento – Ações/Quotas	218	-	218	227	-
Fundo de investimento – Multimercado	1.584	-	1.584	1.564	-
Fundo de investimento – Renda fixa	1.500	-	1.500	1.596	-
Fundo de investimento – Imobiliário	18	-	18	10	-
Total	3.320	495	3.815	3.397	508
					3.905

(ii) Expectativa de pagamento futuros

As expectativas de pagamentos de benefícios que refletem serviços futuros pelo plano são as seguintes:

	Consolidado	
	Benefício definido	Saúde pós emprego
2025	337	88
2026	331	88
2027	325	87
2028	319	85
2029	312	84
2030 a 2034	1.458	392
2035 a 2039	1.251	338
2040 em diante	3.036	786
Total	7.369	1.948

Para fins de capitalização dos planos de benefícios definidos, a Companhia espera desembolsar R\$ 32 no exercício de 2025.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhões de reais)



(iii) Análise de sensibilidade e hipóteses atuariais/econômicas

Para a análise de sensibilidade, a Companhia considera o efeito de alteração na taxa nominal de desconto no valor presente da obrigação atuarial da Companhia, conforme apresentado abaixo:

	2024						
	Néos - Plano BD BA	Saúde pós emprego	Néos – Plano BD PE	Vivest - PSAP / Elektro	Néos - Plano BD RN	FACEB- Plano BD	FACEB – Plano Saldado
Taxa nominal de desconto – Redução de 0,5%							
Valor presente da obrigação atuarial	298	878	932	1.639	67	116	302
Impacto % no valor presente da obrigação atuarial	3,23%	3,68%	3,42%	4,41%	2,94%	4,14%	3,82%
Impacto no <i>duration</i> da obrigação atuarial	6,99	8,41	7,40	9,63	6,39	8,93	8,25
Taxa nominal de desconto – Aumento de 0,5%							
Valor presente da obrigação atuarial	280	818	872	1.506	63	107	280
Impacto % no valor presente da obrigação atuarial	(3,04%)	(3,43%)	(3,21%)	(4,08%)	(2,78%)	(3,84%)	(3,56%)
Impacto no <i>duration</i> da obrigação atuarial	6,66	7,94	7,02	9,03	6,09	8,41	7,80
	2023						
	Néos - Plano BD BA	Saúde pós emprego	Néos – Plano BD PE	Vivest - PSAP / Elektro	Néos - Plano BD RN	FACEB- Plano BD	FACEB – Plano Saldado
Taxa nominal de desconto – Redução de 0,5%							
Valor presente da obrigação atuarial	379	944	1.130	2.065	81	144	370
Impacto % no valor presente da obrigação atuarial	4,10%	4,67%	4,16%	5,49%	3,51%	5,17%	4,70%
Impacto no <i>duration</i> da obrigação atuarial	8,63	10,24	8,75	11,41	7,42	10,82	9,86
Taxa nominal de desconto – Aumento de 0,5%							
Valor presente da obrigação atuarial	350	863	1.043	1.859	75	130	338
Impacto % no valor presente da obrigação atuarial	(3,81%)	(4,29%)	(3,86%)	(5,01%)	(3,29%)	(4,74%)	(4,33%)
Impacto no <i>duration</i> da obrigação atuarial	8,15	9,58	8,25	10,65	7,03	10,12	9,26

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhões de reais)



As hipóteses atuariais e econômicas adotadas foram formuladas considerando-se o longo prazo previsto para sua maturação, devendo, por isso, ser analisadas sob essa ótica. No curto prazo elas podem não ser necessariamente realizadas. Nas avaliações foram adotadas as seguintes hipóteses econômicas:

	2024						
	Néos - Plano BD BA	Saúde pós emprego	Néos – Plano BD PE	Vivest - PSAP / Elektro	Néos - Plano BD RN	FACEB- Plano BD	FACEB – Plano Saldado
Taxa média nominal de desconto	11,30%	11,51%	11,30%	11,30%	11,30%	11,30%	11,30%
Taxa média nominal de crescimento do custo salarial	N/A	N/A	4,09%	4,10%	N/A	3,25%	N/A
Taxa real de inflação dos custos médicos	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Taxa média de inflação estimada no longo prazo	3,25%	3,25%	3,25%	3,25%	3,25%	3,25%	3,25%
<i>Duration</i> (em anos)	6,82	8,17	7,20	9,32	6,24	8,66	8,02
	2023						
	Néos - Plano BD BA	Saúde pós emprego	Néos – Plano BD PE	Vivest - PSAP / Elektro	Néos - Plano BD RN	FACEB- Plano BD	FACEB – Plano Saldado
Taxa média nominal de desconto	8,62%	8,62%	8,62%	8,62%	8,62%	8,62%	8,62%
Taxa média nominal de crescimento do custo salarial	N/A	N/A	4,78%	4,42%	N/A	3,25%	N/A
Taxa real de inflação dos custos médicos	N/A	3,25%	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Taxa média de inflação estimada no longo prazo	3,25%	3,25%	3,25%	3,25%	3,25%	3,25%	3,25%
<i>Duration</i> (em anos)	8,38	9,90	8,50	11,02	7,22	10,46	9,55

As principais premissas atuariais adotadas no cálculo, por plano de benefício definido, estão apresentadas como segue:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhões de reais)



	2024						2023					
	Néos – Plano BD BA	Néos – Plano BD RN	Néos – Plano BD PE	Vivest - PSAP/ Elektro	FACEB – Plano Salgado	FACEB - Plano BD	Néos – Plano BD BA	Néos – Plano BD RN	Néos – Plano BD PE	Vivest - PSAP/ Elektro	FACEB – Plano Salgado	FACEB - Plano BD
Tábuas de mortalidade	AT-2000 M&F Suavizada em 20%	AT-2000 M&F	AT-2000 M&F	AT-2000 masculina, suavizada em 10%	AT-2000 M&F Suavizada em 10%	AT-2000 M&F, suavizada em 10%	SUSEP BR - EMSSb v2015 suavizada em 15%	AT-2000 M&F	AT-2000 M&F	AT-2000 masculina, suavizada em 10%	AT-2000 M&F Suavizada em 10%	AT-2000 M&F, suavizada em 10%
Tábuas de entrada em invalidez	N/A	N/A	Light Média	Mercer Disability Masculina, suavizada em 50%	TASA 1927	TASA 1927	N/A	N/A	Light Média	Mercer Disability Masculina, suavizada em 50%	TASA 1927	TASA 1927
Tábuas de mortalidade de inválidos	BR EMS sb v2010 (masc)	AT-1983 ponderada (40% masculina e 60% feminina), suavizada em 10%	AT-1983 masculina	AT-1949 Masculina, agravada em 10%	MI85 M&F	MI85 M&F	BR EMS sb v2010 (masc)	AT-1983 ponderada (40% masculina e 60% feminina), suavizada em 10%	AT-1983 masculina	AT-1949 Masculina, agravada em 10%	MI85 M&F	MI85 M&F
Composição familiar	Ativos: N/A Assistidos: Família Real	Ativos: N/A Assistidos: Família Real	Ativos e BPD: 80% de casados com esposa 4 anos mais jovem. Assistidos: Família Real	Ativos e BPD: ExpCF_2014A ssistidos: Família Real	Ativos e BPD: 95% de casados com esposa 4 anos mais jovem. Assistidos: Família Real	Ativos e BPD: 95% de casados com esposa 4 anos mais jovem. Assistidos: Família Real	Ativos: N/A Assistidos: Família Real	Ativos: N/A com esposa 4 anos mais jovem. Assistidos: Família Real	Ativo e BPD: 80% de casados	Ativos e BPD: ExpCF_2014A ssistidos: Família Real	Ativos e BPD: 95% de casados com esposa 4 anos mais jovem. Assistidos: Família Real	Ativos e BPD: 95% de casados com esposa 4 anos mais jovem. Assistidos: Família Real

Para o plano de saúde pós emprego a Companhia utilizou as seguintes tabus biométricas: (i) Mortalidade – AT2000 Basic, e (ii) entrada em invalidez – Light média, (iii) Mortalidade de inválidos – AT-1983 (M) e (iv) Composição Familiar – Ativos: 95% de casados com esposa 4 anos mais jovem. Assistidos: Família Real.

(iv) Principais riscos relacionados aos planos de benefícios definidos

Risco geral – O retorno dos ativos do fundo não ser suficiente para cobrir o aumento no passivo e nos pagamentos de benefícios ao longo dos anos, a Companhia será requerida a financiar o déficit com contribuições extraordinárias, a menos que o fundo tenha patrimônio suficiente.

Mudanças na taxa de desconto – A taxa de juros que é usada para calcular a obrigação de benefício definido (de acordo com o IFRS) depende do valor dos rendimentos dos títulos governamentais (ou títulos corporativos da Companhia) na data de relatório. Uma diminuição nos rendimentos aumenta a obrigação de benefício que é, em parte, mitigada pelo ajuste a mercado que aumenta o valor dos investimentos em renda fixa.

Investimentos e volatilidade – O conselho de Curadores aceita anualmente um Plano de Investimento, que se baseia em uma análise externa dos ativos e passivos do plano (ALM). Os ativos estão alocados em ações e fundos de investimentos, instrumentos de renda fixa e imóveis. Os investimentos são diversificados em diferentes classes de ativos e para diferentes gestores de ativos tendo em conta a política de alocação de investimentos dos planos e os limites autorizados pela autoridade brasileira de supervisão de fundos de previdência complementar (Previc).

Hipóteses atuariais e econômicas – Os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, taxa de juros, inflação, mortalidade e invalidez. O resultado real diferente dessas premissas levará à um aumento/redução no valor presente das obrigações do plano.

22.1.2 Política contábil material e julgamentos críticos

(a) Política contábil material

Os planos de benefícios de longo prazo – pós emprego (previdência) são financiados por meio de contribuições de participantes e patrocinadora aos fundos de pensão, conforme determinado por cálculos atuariais periódicos. A Companhia possui planos de benefício definido e de contribuição definida.

Nos planos de benefício definido, os custos do plano são avaliados usando o método de crédito unitário projetado. Os custos de prover os benefícios são reconhecidos na demonstração do resultado para distribuir o custo do serviço ao longo da vida útil dos colaboradores. Os juros líquidos são apresentados na demonstração do resultado, na linha de despesas financeiras.

A obrigação de benefício definido é calculada anualmente na data do balanço e é medida como o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados usando taxas de juros pela referência de mercado dos títulos do governo brasileiro que possuem prazo de vencimento próximos aos prazos dos desembolsos do plano.

Os ativos dos planos de pensão são avaliados a valor de mercado. O passivo reconhecido no balanço patrimonial é a obrigação de benefício definido na data de fechamento menos o valor justo dos ativos do plano. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso em dinheiro ou uma redução nos pagamentos futuros de contribuição esteja disponível. Quando os benefícios de um plano são alterados ou quando um plano é reduzido, a alteração resultante no benefício que se relaciona com o serviço passado ou o ganho ou perda relacionado com um corte é imediatamente reconhecida nos resultados. Os ganhos ou perdas nas liquidações de planos de benefícios definidos são reconhecidos quando a liquidação ocorre. Os impactos gerados por mudanças nas premissas atuárias são reconhecidos no patrimônio líquido, dentro de “Outros resultados abrangentes”. Estes efeitos serão

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhões de reais)



reclassificados para o lucro acumulado ou reservas de lucros, quando da extinção ou liquidação do benefício do plano que lhe deram origem.

O plano de saúde pós-emprego possui a mesma sistemática de mensuração e reconhecimento dos planos de benefícios definidos, exceto pela diferença de premissas econômicas e atuariais utilizadas.

As contribuições para planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado do exercício a que as contribuições se referem.

(b) Estimativas e julgamentos críticos

O valor presente das obrigações de pensão é baseado em cálculos atuariais que usam várias premissas. Quaisquer mudanças nessas premissas impactarão o valor das obrigações de pensão. Essas premissas são utilizadas para determinar o valor justo de ativos e passivos, custos e despesas e os valores futuros de saídas de caixa estimadas, que são registrados nas obrigações com os planos de pensão.

A Companhia, em conjunto com os atuários externos e internos, revisa no final de cada exercício, as premissas que serão utilizadas para o exercício seguinte.

22.2 Benefícios de longo prazo – Remuneração baseada em ações (Plano de ações)

Em 20 de abril de 2020, na Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o programa de incentivos de longo prazo – Ciclos de 2020/2022 (Plano de ações) para os executivos e empregados que estão em posição gerencial. As diretrizes do programa estabelecem o limite máximo de: (i) 125 beneficiários, e (ii) concessão de 3.650.000 ações ordinárias.

O plano de remuneração baseado em ações ('Plano de ações'), com entrega física das próprias ações da Companhia (NEOE3), visa estimular e promover o alinhamento dos objetivos da Companhia, dos executivos e dos empregados, e mitigar os riscos na geração de valor da Companhia pela perda de seus executivos, fortalecendo o comprometimento e a produtividade desses nos resultados de longo prazo. O Plano de Ações possui o período de avaliação estipulado entre 2020 até 2022, enquanto a entrega das ações para os beneficiários será realizada anualmente entre os, exercícios de 2023 a 2025, na condição de que o beneficiário tenha mantido seu vínculo empregatício durante esse período. A outorga do plano para os 113 beneficiários eleitos ocorreu em 01 de dezembro de 2020, com o preço ajustado de R\$16,09 por ação. Em dezembro 2024 a Companhia possui 111 (115 em 2023) beneficiários com 896.937 (1.922.055 em 2023) ações do Plano outorgadas.

O preço ajustado de R\$16,09, foi determinado utilizando o preço justo da ação cotado na B3 na data de outorga, ajustado pelo fluxo descontado de dividendos esperado por ação no período de vigência do plano, aplicando a taxa de desconto de 5,7% a.a. O *duration* do plano é 3 anos.

Em março de 2024 houve a liquidação da 2ª parcela do Plano de Ações ILP 2020-22. Foram entregues 964.696 ações que corresponde a um total bruto de R\$ 36.

Em 31 de dezembro de 2024, baseado na apuração das premissas de desempenho e condições financeiras, a administração estima que valor total do programa será de R\$ 88. A despesa reconhecida no resultado do exercício em 2024 correspondente ao Plano de ações foi de R\$ 5, incluindo R\$ 1 de encargos (em 2023 a despesa foi de R\$ 19, incluindo R\$ 4 de encargos).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhões de reais)



23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

23.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 o capital social é de R\$ 16.920 (em 31 de dezembro de 2023 R\$ 16.920) correspondendo a 1.213.797.248 ações ordinárias ("ON") escrituradas, totalmente subscrito, integralizadas e sem valor nominal.

	Acionistas		
	ON	ON %	R\$
Iberdrola Energia S A. (Iberdrola)	606.898.625	50,00%	8.460
Iberdrola S.A.	42.482.904	3,50%	592
Previ-Caixa de Prev. dos Func. do Banco do Brasil (Previ)	367.647.583	30,29%	5.125
Demais acionistas – <i>Free float</i>	195.129.482	16,08%	2.719
Conselheiros e diretores	997.980	0,08%	15
Ações em tesouraria	640.674	0,05%	9
Total de ações	1.213.797.248	100%	16.920

23.2 Lucro por ação e remuneração aos acionistas

a) Lucro por ação

Os valores do lucro básico e diluído por ação são os seguintes:

	Atribuído aos acionistas da Neoenergia S/A			
	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Lucro líquido do exercício	3.635	4.461	3.636	4.461
Média ponderada de número ações em circulação	1.214	1.214	1.214	1.214
Lucro líquido básico e diluído por ação	2,99	3,68	3,00	3,67

b) Remuneração aos acionistas

O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio (JCP), baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhões de reais)



A proposta de remuneração aos acionistas da Neoenergia S/A foi calculada da seguinte forma:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	3.636	4.461
Reserva legal	(182)	(223)
Lucro líquido ajustado	3.454	4.238
Destinação para reserva de retenção de lucros	(2.513)	(3.045)
Dividendo mínimo obrigatório⁽¹⁾	941	1.193
Dividendos	425	301
JCP	516	892
Total	941	1.193
Remuneração total por ação	0,78	0,98

(1) Para fins de mínimo obrigatório o JCP é considerado o valor líquido do IRRF.

Os valores deliberados aos acionistas da Neoenergia S/A, por natureza de remuneração, estão apresentados como:

	Deliberação	Natureza de remuneração	Valor deliberado	Valor por ação
2024				
AGOE de 19 de abril de 2024	Dividendos mínimos obrigatórios 2023		301	0,2486184
RCA de 24 de junho de 2024	Juros sobre Capital Próprio 2024		200	0,1648592
RCA de 12 de dezembro de 2024	Juros sobre Capital Próprio 2024		316	0,2605278
Total			817	
2023				
AGOE de 27 de abril de 2023	Dividendos mínimos obrigatórios 2022		709	0,5838428
RCA de 27 de junho de 2023	Juros sobre Capital Próprio 2023		387	0,3193050
RCA de 11 de dezembro de 2023	Juros sobre Capital Próprio 2023		505	0,4164935
Total			1.200	

A remuneração a pagar aos acionistas está apresentada como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Saldo inicial do exercício	773	1.001	753	985
Declarada no exercício	988	1.243	941	1.193
Imposto de renda retido na fonte	(53)	(93)	(49)	(90)
Pagos no exercício	(979)	(1.378)	(937)	(1.335)
Saldo final do exercício	729	773	708	753

23.3 Outros resultados abrangentes

A Companhia reconhece em outros resultados abrangentes os ganhos (perdas), líquidos dos tributos, de: (i) obrigações atuárias de benefícios a empregados de R\$ (241); (ii) valor justo de instrumentos financeiros utilizados em uma estratégia de *hedge accounting* de fluxo de caixa de R\$ (493).

23.4 Reserva de Capital

A reserva especial de ágio foi constituída pela reestruturação societária da Companhia, decorrentes aos aportes de capital efetuados na Neoenergia Elektro e Neoenergia Coelba, ambas controladas da Companhia. Ademais do impacto da remuneração baseada em ações, vide nota 23.2.

23.5 Transação com os sócios e outros

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhões de reais)



Os valores são resultantes das diferenças entre o valor pago e o valor contábil decorrentes das variações de participações societárias em que não houve alteração do controle acionário das investidas.

Essas transações apresentaram a seguinte movimentação no exercício:

	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.801
Oferta pública de aquisição de ações da Neoenergia Cosern ⁽¹⁾	56
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.857
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.805
Transferência de participações por permuta de ativos ⁽²⁾	(4)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.801

(1) Em agosto de 2024 a Neoenergia adquiriu a participação remanescente dos minoritários, que representam 6,91% do capital social da Neoenergia Cosern.

(2) Em setembro de 2023 a Eletronorte transferiu em permuta à Neoenergia suas participações minoritárias na Neoenergia Coelba, Cosern e Afluente T.

23.6 Reservas de Lucros

23.6.1 Reserva legal

Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital.

23.6.2 Reserva de lucros a realizar

Possui como finalidade reter parcela do lucro líquido do exercício não realizada em caixa ou equivalente de caixa e que exceda a perspectiva estratégica da Companhia de distribuição de montantes a pagar aos acionistas.

23.6.3 Reserva de retenção de lucros

Possui como finalidade assegurar a manutenção e o desenvolvimento para as atividades principais que compõem o objeto social da Companhia, parte do lucro líquido anual distribuível até o limite máximo do capital social ou proposta de orçamento de capital da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia excedeu o limite das suas reservas de lucros e encaminhará o assunto para a Assembleia Geral Ordinária, conforme artigo 199 da Lei nº 6.404/76.

23.7 Política contábil material

O capital social representa valores recebidos dos acionistas e, também aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de capital e reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhões de reais)



A remuneração aos acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas.

24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são controladas, *joint ventures*, coligadas, acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da administração da Companhia.

As principais transações comerciais com partes relacionadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica; (ii) contratos de uso do sistema de distribuição de energia ou no sistema de transmissão; (iii) prestação serviços de operação e manutenção; (iv) contratos de serviços administrativos.

As transações com os fundos de pensão responsáveis pela gestão dos benefícios de curto e longo prazo concedidos aos empregados da Companhia estão classificadas como “Acionistas e Outros” nesta nota explicativa.

As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia são apresentados abaixo:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhões de reais)



24.1 Saldo em aberto com partes relacionadas

	2024				2023				Consolidado
	Joint ventures	Coligadas	Acionistas e outros	Total	Joint ventures	Coligadas	Acionistas e outros	Total	2023
Ativo									
Contas a receber e outros (d)	3	12	-	15	7	2	-	9	9
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber (e)	4	3	-	7	26	35	-	61	61
Outros ativos (f)/(g)	-	-	16	16	-	-	40	40	40
	7	15	16	38	33	37	40	110	
Passivo									
Fornecedores e contas a pagar (a)/(b)	7	150	185	342	8	145	166	319	319
Benefícios a empregados (f)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar (e)	-	-	729	729	-	-	773	773	773
Outros passivos	-	-	8	8	-	-	2	2	2
	7	150	922	1.079	8	145	941	1.094	

	2024				Controladora 2023			
	Controladas	Joint ventures e coligadas	Acionistas e outros	Total	Controladas	Joint ventures e coligadas	Acionistas e outros	Total
Ativo								
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	706	5	-	711	647	22	-	669
Contratos de Mútuo	627	-	-	627	61	-	-	61
Outros ativos	6	-	-	6	15	-	-	15
	1.339	5	-	1.344	723	22	-	745
Passivo								
Fornecedores e contas a pagar (a)/ (b)/ (c)	-	-	164	164	-	-	144	144
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar (e)	-	-	708	708	-	-	753	753
Outros passivos	161	-	-	161	124	-	-	124
	161	-	872	1.033	124	-	897	1.021

24.2 Transações com partes relacionadas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhões de reais)



	2024				2023				Consolidado	
	<i>Joint ventures</i>	Coligadas	Acionistas e outros	Total	<i>Joint ventures</i>	Coligadas	Acionistas e outros	Total		
Resultado do exercício										
Receita operacional, líquida (d)	26	32	-	58	10	22	-	32		
Custos dos serviços (c)	(63)	(1.346)	(7)	(1.416)	(36)	(1.168)	(2)	(1.206)		
Despesas gerais e administrativas(a)/(b) (f)/(g)	-	-	(236)	(236)	-	-	(223)	(223)		
Resultado financeiro líquido (f)	-	-	-	-	-	-	(1)	(1)		
	(37)	(1.314)	(243)	(1.594)	(26)	(1.146)	(226)	(1.398)		

24.3 Principais transações com partes relacionadas

As principais transações com partes relacionadas nos itens 24.1 e 24.2 referem-se a:

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção / remuneração contratual	Prazo	Vencimento	Ativo/ (Passivo)	Resultado do exercício
a)	Iberdrola, S.A.	Contrato de Licença de Uso de Marca registrada de propriedade da Iberdrola, S.A., utilizadas pela Neoenergia e por suas controladas licenciadas nos termos do contrato.	N/A	10 anos	2025	(180)	(182)
b)	Iberdrola, S.A.	Prestação de Serviços de Desenvolvimento Corporativo.	N/A	2 anos	2025	(2)	(2)
c)	Norte Energia S.A.	Compra de energia no ambiente Regulado - CCEAR	IPCA	30 anos	2025	(141)	(1.231)
d)	Norte Energia S.A.	Contrato de Uso e Conexão do Sistema de Transmissão (CUST)	IPCA	Indeterminado	2025	12	30
	Iberdrola, S.A.	Dividendos e JCP	N/A	N/A	2025	(372)	-
e)	Previ - Caixa de Prev. dos Func. Banco do Brasil Minoritários	Dividendos e JCP	N/A	N/A	2025	(225)	-
	Neoenergia Transmissão S.A.	Dividendos e JCP	N/A	N/A	2025	(129)	-
f)	Néos Previdência Complementar	Benefícios a conceder e benefícios concedidos	N/A	Indeterminado	N/A	3	(52)
g)	Iberdrola Generacion Termica	Operação e Manutenção - O&M	IGPM	24 anos	2025	5	7
	Neoenergia Lagoa dos Patos	Contratos de Mútuo	N/A	1 ano	2025	218	(14)
h)	Transmissão de Energia S.A. Neoenergia Morro do Chapéu Transmissão de Energia S.A.	Contratos de Mútuo	N/A	1 ano	2025	409	(22)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhões de reais)



24.4 Remuneração da administração (Pessoal-chave)

As remunerações de empregados, incluindo os ocupantes de funções executivas e membros do conselho de administração da Companhia reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência, estão apresentadas como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Salários e benefícios recorrentes	54	58	43	45
Remuneração variável de curto prazo	21	19	16	14
Benefícios de longo prazo ⁽¹⁾	25	17	20	14
Rescisões contratuais	1	3	-	-
Total	101	97	79	73

(1) Inclui Remuneração baseada em ações atribuído aos administradores da Companhia (nota 23.2).

24.5 Garantias financeiras concedidas

As garantias oferecidas pela Companhia são efetuadas com base em cláusulas contratuais que suportam as operações financeiras entre as *joint ventures*/coligadas e terceiros, garantindo assunção do cumprimento de obrigação, caso o devedor original não honre os compromissos financeiros estabelecidos.

Em 31 de dezembro de 2024, o total de garantias financeiras concedidas pela Companhia para determinadas *joint ventures* e coligadas totalizaram R\$ 4.065.

25. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

25.1 Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	Consolidado					
	CA	VJORA	VJR	CA	VJORA	VJR
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	3.989	-	3.741	3.097	-	4.351
Títulos e valores mobiliários	173	-	482	149	-	438
Contas a receber de clientes e outros	12.713	-	-	11.892	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	1.327	361	-	309	322
Ativo financeiro setorial (Parcela A e outros)	-	-	-	324	-	-
Concessão do serviço público (Ativo financeiro)	-	-	33.806	-	-	28.113
Outros ativos	425	-	-	203	-	-
	17.300	1.327	38.390	15.665	309	33.224

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhões de reais)



Passivos financeiros

Fornecedores, contas a pagar a empreiteiros e contratos de convênio	4.299	-	-	4.664	-	-
Empréstimos e financiamentos	50.593	-	2.007	44.986	-	897
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	2.350	-	-	1.357	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	538	155	-	1.929	-
Passivo de arrendamento	243	-	-	210	-	-
Uso do bem público	64	-	-	83	-	-
Outros passivos	1.271	-	-	964	-	28
	58.820	538	2.162	52.264	1.929	925

CA – Custo amortizado

VJORA – Valor justo por meio dos outros resultados abrangentes

VJR – Valor justo por meio do resultado

25.2 Estimativa do valor justo

Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e

Nível 3 – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 25.8 (análise de sensibilidade).

25.3 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo (“VJR” ou “VJORA”)

O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo estão demonstrados como segue:

	Consolidado			
	2024		2023	
	Nível 2	Nível 3	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	3.741	-	4.351	-
Títulos e valores mobiliários	482	-	438	-
Instrumentos financeiros derivativos	1.688	-	631	-
Concessão do serviço público (Ativo financeiro)	-	33.806	-	28.113
	5.911	33.806	5.420	28.113

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhões de reais)



Passivos financeiros

Empréstimos e financiamentos	2.007	-	897	-
Instrumentos financeiros derivativos	693	-	1.929	-
Outros passivos	-	-	28	-
	2.700	-	2.854	-

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo.

Os ganhos e perdas reconhecidos no resultado referente ao exercício de 2024 e 2023, relacionados aos ativos e passivos financeiros mensurados através de técnicas de nível 3, foram nos montantes de R\$ 1.504 e R\$ 1.222, respectivamente. As demais movimentações para esses ativos e passivos se encontram divulgados na nota 14.1.

25.4 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado (“CA”)

Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, em virtude ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

	Consolidado			
	2024		2023	
	Saldo contábil	Estimativa de valor justo – Nível 2	Saldo contábil	Estimativa de valor justo – Nível 2
Empréstimos e financiamentos	50.593	50.193	44.986	44.956

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e ativos e passivos financeiros setoriais são iguais aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil).

25.5 Política contábil material

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e
- Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhões de reais)



Os instrumentos mensurados pelo CA e VJORA estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperados. De modo geral, as perdas de crédito esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: Contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que a pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras.

(ii) Passivo financeiro

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

25.6 Métodos e técnicas de avaliação

(i) Concessões do serviço público

Para mensuração do valor justo, a Companhia utiliza abordagem de custo de reposição baseado nas tabelas de preço da ANEEL, estipuladas para ativos inerentes a operações passíveis de indenização pelo poder concedente. Os fatores relevantes para mensuração do valor justo não são observáveis e não existe mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

(ii) Empréstimos e financiamentos

O valor justo dos empréstimos e financiamentos classificados no nível 2 são baseados na abordagem de Receita ou na abordagem de Mercado.

As debêntures negociadas em mercado secundário são mensuradas com base na abordagem de mercado, sendo a referência o último preço de negociação ou PU cotação, ambos disponíveis na B3 ou Anbima, respectivamente.

As debêntures não negociadas em mercado secundário e os demais empréstimos e financiamentos bilaterais são mensuradas com base na abordagem de receita, determinada pelo uso de técnica de avaliação de fluxo de caixa descontado a partir da utilização de curvas livre de risco provenientes de fonte de mercado (B3) e do spread de risco de crédito da Companhia, divulgado pelas agências classificadoras de *rating*. O spread de crédito da Companhia é ajustado a *duration* e a moeda de cada instrumento de dívida.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos foram avaliados por meio da utilização das curvas e preços de mercado que impactam cada instrumento, nas datas de apuração e que refletem corretamente as condições de mercado das variáveis incluídas na sua especificação, bem como as condições contratuais vigentes para o instrumento. No caso de *swaps*, tanto o valor presente da ponta ativa quanto o da ponta passiva são estimados através do desconto dos seus fluxos de caixa pelas taxas de juros nas moedas correspondentes. O valor justo é obtido pela diferença entre o valor presente da ponta ativa e da ponta passiva do *swap* na moeda de referência. Para os contratos a termo são precificados utilizando as curvas futuras dos respectivos ativos subjacentes. Normalmente, estas curvas são obtidas na B3 e/ou no portal da Bloomberg.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhões de reais)



O risco da carteira de derivativos é mensurado pelo método delta-normal, considerando que a distribuição futura dos fatores de risco e suas correlações tenderão a apresentar as mesmas propriedades estatísticas verificadas nas observações históricas. A Companhia faz o acompanhamento risco de crédito da carteira de derivativos simulando picos hipotéticos de exposição e comparando se estes picos ficam dentro do limite estabelecido pelos controles de risco de crédito da Companhia, por cada contraparte. A estimativa do valor em risco considera nível de confiança de 95% para o horizonte de até 10 dias úteis.

25.7 Informações complementares sobre os instrumentos derivativos

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra o risco de alteração nas taxas de câmbio e de juros. Os principais instrumentos utilizados são *swaps* e *Non-Deliverable Forwards* (NDF).

Todas as operações de derivativos dos programas de *hedge* da Companhia estão detalhadas nos quadros a seguir, que incluem informações sobre tipo de instrumento, valor de referência, vencimento, valor justo incluindo risco de crédito.

Com o objetivo de avaliar a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados, com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* possam ser compensados mutuamente.

Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos em Dólar

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, o Grupo contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em US\$. Nestes *swaps*, o Grupo assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em US\$ atrelado a taxas fixas ou flutuantes.

Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados a valor justo por meio do resultado:

Swap US\$ pós vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2024	2023		2024	2023
Ativo	US\$ 87	US\$ 109		536	529
Passivo	R\$ 281	R\$ 352	2027 - 2029	(273)	(343)
Exposição líquida					263
					186

Swap US\$ pré vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2024	2023		2024	2023
Ativo	US\$ 30	US\$ 49		180	228
Passivo	R\$ 87	R\$ 136	2025 - 2027	(86)	(133)
Exposição líquida					94
					95

Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados a fluxo de caixa:

Swap US\$ pós vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2024	2023		2024	2023

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhões de reais)



Ativo	US\$ 40	US\$ 47		2030	243	228
Passivo	R\$ 130	R\$ 155			(132)	(157)
Exposição líquida					111	71

Swap US\$ pré vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2024	2023		2024	2023
Ativo	US\$ 1.587	US\$ 1.761		9.374	8.268
Passivo	R\$ 8.542	R\$ 9.130	2024 – 2036	(8.635)	(9.474)
Exposição líquida				739	(1.206)

Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos em Euro

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em EUR. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em EUR atrelado a taxas fixas ou flutuantes.

Este programa é designado para contabilidade de *hedge* e classificados como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

Swap EUR \$ pré vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2024	2023		2024	2023
Ativo	€ 132	€ 313		849	1.698
Passivo	R\$ 759	R\$ 1.667	2024	(762)	(1.687)
Exposição líquida				87	11

Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos em Reais indexados ao IPCA

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia pode contratar operações de *swap* para converter para o CDI as dívidas e empréstimos em R\$ atrelados ao IPCA. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em CDI e posição ativa em IPCA.

Este programa é designado para contabilidade de *hedge* e mensurados ao valor justo por meio do resultado:

Swap IPCA vs CDI	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2024	2023		2024	2023
Ativo	R\$ 11	R\$ 157		11	158
Passivo	R\$ 7	R\$ 116	2024-2025	(7)	(117)
Exposição líquida				4	41

Programa de *hedge* para desembolsos em Dólar

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações via NDF e opções para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Dólar.

Este programa é designado para contabilidade de *hedge* e classificados como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

NDF	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2024	2023		2024	2023
Desembolso USD					
Termo de Compra	US\$ 15	US\$ 15	2024-2026	4	(18)
Exposição líquida				4	(18)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhões de reais)



Programa de *hedge* para desembolsos em Euro

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações via NDF para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Euro.

Este programa é designado para contabilidade de *hedge* e classificados como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

NDF	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2024	2023		2024	2023
Desembolso EUR					
Termo	€ 4	€ 40	2024	3	(4)
Exposição líquida				3	(4)

Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos em Reais

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa oriunda da variação das taxas pré-fixadas frente a curva de juros, a Companhia pode contratar operações via Swaps para mitigar a exposição.

O programa abaixo é classificado de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados a valor justo por meio do resultado:

Swap R\$ pré vs R pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2024	2023		2024	2023
Ativo	R\$ 1.495	-	2030	1.330	-
Passivo	R\$ 1.495	-		(1.485)	-
Exposição líquida				(155)	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhões de reais)



Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos em Iene

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em JPY. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em JPY atrelado a taxas fixas.

Este programa é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Swap JPY pré vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2024	2023		2024	2023
Ativo	JPY 38.621	JPY 58.858		1.507	2.034
Passivo	R\$ 1.631	R\$ 2.462	2026-2031	(1.658)	(2.508)
Exposição líquida				(151)	(474)

25.8 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros derivativos e respectivas exposições objetos de proteção, em cenários probabilísticos dos principais fatores de risco de mercado aos quais estão expostos, considerando a volatilidade histórica observada e mantendo todas as demais variáveis constantes. A estimativa do valor potencial em risco considera o horizonte projetado para os próximos 68 dias úteis (ou 89 dias corridos) a partir 31 de dezembro de 2024.

- **Cenário Provável:** Foram projetados os fluxos de caixa futuros na data de análise, considerando os saldos e eventuais encargos e juros, estimados com base nas taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2024.

- **Cenário II:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável.

- **Cenário III:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável.

Para fins da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índice de preços e que se encontram registrados no balanço patrimonial.

Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por *swaps*, o risco de variação da taxa de câmbio é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhões de reais)



Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/ Nacional)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Dívida em Dólar	Dólar (\$)	Alta do Dólar	6,1923	(10.781)	(10.942)	(1.642)	(3.283)
Swap Ponta Ativa em Dólar				10.333	10.486	1.573	3.146
Exposição Líquida				(448)	(456)	(69)	(137)
Dívida em Euro	Euro (€)	Alta do Euro	6,4363	(842)	(859)	(129)	(258)
Swap Ponta Ativa em Euro				849	867	130	260
Exposição Líquida				7	8	1	2
Dívida em Iene	Iene (JPY)	Alta do Iene	0,03950	(1.523)	(1.563)	(234)	(470)
Swap Ponta Ativa em Iene				1.507	1.544	231	464
Exposição Líquida				(16)	(19)	(3)	(6)

Para os desembolsos em moeda estrangeira em contratos não dívida são adotadas as estratégias de proteção a seguir, sendo apresentados na tabela os impactos relativos aos cenários reproduzidos para a variação cambial sobre o derivativo e correspondente impacto em cada cenário para o item protegido. Desta forma, observamos o efeito de eliminação e/ou redução da exposição cambial líquida através da estratégia de *hedge*:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/ Nacional)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)
Item protegido: parte de desembolsos em USD NDF	Dólar (\$)	Alta do Dólar Queda do Dólar	6,1923	(97) 97	13 (13)	26 (26)
Exposição				-	-	-
Item protegido: parte de desembolsos em Euro NDF	Euro (€)	Alta do Euro Queda do Euro	6,4363	(35) 35	4 (4)	10 (10)
Exposição				-	-	-

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/ Nacional)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	12,15%	8.175	943	(142)	(283)
Passivos financeiros							
Empréstimos e financiamentos							
Dívidas em CDI	CDI	Alta do CDI	12,15%	(16.097)	(2.507)	(375)	(751)
Swaps Dólar x CDI (Ponta Passiva)	CDI	Alta do CDI	12,15%	(12.066)	(1.810)	(271)	(543)
Dívida em IPCA	IPCA	Alta do IPCA	4,87%	(21.731)	(2.243)	(168)	(334)
Swaps IPCA x CDI (Ponta Ativa)	IPCA	Alta do IPCA	4,87%	11	1	-	-
Dívida em SOFR	SOFR	Alta do SOFR	4,49%	(1.417)	(81)	(9)	(18)
Swaps SOFR x CDI (Ponta Ativa)	SOFR	Alta do SOFR	4,49%	1.429	82	9	18
Dívida em TJLP	TJLP	Alta da TJLP	7,97%	(862)	(87)	(10)	(21)
Swap ponta passiva em IPCA	IPCA	Alta do IPCA	4,87%	(970)	(91)	(7)	(15)

26. COMPROMISSOS

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo são como segue:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhões de reais)



	Compra de Energia ⁽¹⁾	Construção de Infraestrutura
2026	15.628	5.969
2027	16.474	5.900
2028	17.489	6.092
2029	17.824	6.288
2030	18.901	6.490
2031 em diante	112.826	35.237
Total	199.142	65.976

(1) Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 1 a 30 anos, representam o volume total contratado e foram homologados pela ANEEL, que atendem os compromissos impostos pela legislação.

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

Alienação de Participação Societária

Neoenergia Renováveis

Em 28 de janeiro de 2025, após cumpridas todas as condições precedentes dos três Contratos de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças (CCVA), celebrados em 9 de novembro de 2024, por meio de sua controlada Neoenergia Renováveis S.A., com as seguintes subsidiárias da CCR S.A.: Concessionária das Linhas 8 e 9 do Sistema de Trens Metropolitanos de São Paulo S.A., Concessionária das Linhas 5 e 17 do Sistema do Metrô de São Paulo S.A. e Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. ocorreu o fechamento desta transação, passando as subsidiárias da CCR a deter as seguintes participações acionárias: a) 2,84% do capital social da Oitis 2 Energia Renovável S.A. (Oitis 2), (b) 6,75% do capital social da Oitis 4 Energia Renovável S.A. (Oitis 4), e (c) 5,25% do capital social da Oitis 6 Energia Renovável S.A. O valor atualizado da transação recebido pela Neoenergia Renováveis S.A. foi de R\$ 23.

Nesta mesma data, após cumpridas todas as condições precedentes, ocorreu o fechamento da transação referente os três Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica, celebrados em 09 de novembro de 2024, com cada uma das SPEs, com a interveniência anuênciada da Neoenergia Renováveis S.A. e da CCR, de modo a estruturar e viabilizar autoprodução de energia elétrica por equiparação.

Geração Céu Azul

Em 05 de fevereiro de 2025, foi celebrado o *Share Purchase Agreement and Other Covenants* (Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças) (SPA) com a EDF Brasil Holding S.A. (EDF) e STOA S.A. (STOA), referente a operação de venda de totalidade das ações do capital social da controlada Geração Céu Azul S.A., que, por sua vez, detém uma participação de 70% no Consórcio Empreendedor Baixo Iguaçu (CEBI), pelo valor *equity value* de R\$ 1.000 (sendo R\$ 16 de *Earn-Out*, que será atualizado por IPCA), sujeito a ajustes de preços usuais, que inclui a atualização do *equity value* por CDI desde junho de 2024 até a data do *closing*.

A operação está sujeita a condições precedentes usuais previstas no SPA, que incluem a aprovação prévia pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), bem como por determinados terceiros. A operação também está sujeita ao eventual exercício do direito de preferência por parte da Copel Geração e Transmissão S.A., que detém a participação remanescente no CEBI.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhões de reais)



MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

Conselho de Administração	
Titulares	
José Sainz Armada	Denísio Augusto Liberato Delfino
Daniel Alcaín López	Márcio de Souza
Mário José Ruiz-Tagle Larraín	Márcio Antônio Chiumento
Pedro Azagra Blazquez	Maria Fernanda da Rosa Martins Furtado Fernandes
Santiago Matias Martínez Garrido	Marina Freitas Gonçalves de Araújo Grossi
Eduardo Capelastegui Saiz	Cristiano Frederico Ruschmann
Suplentes	
Jesús Martinez Perez	Justo Garzón Ortega
Alejandro Román Arroyo	Estrella Martin Segurado
Mônica Grau Domene	Wilsa Figueredo
Tomas Enrique Guijarro Rojas	Fabiano Romes Maciel
Miguel Gallardo Corrales	Ana Maria Gati
Conselho Fiscal	
Titulares	
Eduardo Valdés Sanchez	Ernesto Shuji Izumi
João Guilherme Lamenza	Manuel Jeremias Leite Caldas
Suplentes	
José Antonio Lamenza	Rossana Isabel Sadir Prieto
Glaucia Janice Nietsche	Eduardo Azevedo do Valle
Antonio Carlos Lopes	
Diretoria Executiva	
Diretor-Presidente	
Solange Maria Pinto Ribeiro	Leonardo Pimenta Gadelha
<i>Diretora Vice-Presidente de Regulação, Institucional e Sustentabilidade</i>	<i>Diretor Executivo de Finanças e de Relações com Investidores</i>
Juliano Pansanato de Souza	Laura Cristina da Fonseca Porto
<i>Diretor Executivo de Controle Patrimonial e Planejamento</i>	<i>Diretora Executiva Negócio Renováveis</i>
Lara Cristina Ribeiro Piau Marques	Giancarlo Vassão de Souza
<i>Diretora Executiva Jurídica</i>	<i>Diretor Executivo de Operações</i>
Carlos Henrique Quadros Choqueta	Fulvio da Silva Marcondes Machado
<i>Diretor Executivo de Desenvolvimento</i>	<i>Diretor Executivo Negócio Redes</i>
Hugo Renato Anacleto Nunes	
<i>Diretor Executivo Negócio Liberalizados</i>	
Contadora	
Michelle de Frias Braz	
CRC RJ – Nº 114819/O-2	



MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Neoenergia S.A., tendo examinado, em reunião realizada nesta data, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2025, compreendendo o relatório da Administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação de lucro, orçamento de capital, ante as informações e os esclarecimentos prestados pela Diretoria da Companhia e considerando, ainda, o parecer dos auditores independentes (Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.) e o parecer do Conselho Fiscal, deliberou favoravelmente aos referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembleia Geral da Companhia.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2025.

JOSE IGNACIO SÁNCHEZ GALÁN – Presidente do Conselho de Administração

JOSÉ SAINZ ARMADA

SANTIAGO MARTÍNEZ GARRIDO

PEDRO AZAGRA BLAZQUEZ

MARIO RUIZ-TAGLE LARRAIN

DANIEL ALCAIN

EDUARDO CAPELASTEGUI SAIZ

DENÍSIO LIBERATO

MARCIO DE SOUZA

CRISTIANO FREDERICO RUSCHMANN

MARINA FREITAS GONÇALVES DE ARAÚJO GROSSI

MARIA FERNANDA DA ROSA MARTINS FURTADO FERNANDES

MÁRCIO ANTÔNIO CHIUMENTO

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da NEOENERGIA S.A., dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163 da Lei nº 6404/76, e suas posteriores alterações, examinado, em reunião deste Conselho: i) as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2024, compreendendo o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações do Resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas bem, como ii) a proposta de destinação do lucro e orçamento de capital, considerando os esclarecimentos prestados pela Diretoria da Companhia, o relatório dos auditores independentes (Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.) e seu parecer. O Conselho Fiscal, aprovou os referidos documentos e propõe sua submissão para deliberação pela Assembleia Geral da Companhia.

Com fundamento nas análises realizadas e no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, este Conselho opina no sentido de que as Demonstrações Financeiras, acima referidas, estão em condições de serem submetidas à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2025.

Francesco Gaudio – Presidente do Conselho Fiscal

Eduardo Valdés Sanchez

João Guilherme Lamenza

Manuel Jeremias Leite Caldas

Ernesto Shuji Izumi

MEMÓRIA DE ATIVIDADES COMITÊ DE AUDITORIA

O COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria da Neoenergia S.A. é um órgão estatutário de assessoramento permanente e interno vinculado ao Conselho de Administração, com faculdades para informar, analisar e apresentar propostas para o Conselho de Administração dentro do escopo de suas funções previstas no Regimento Interno do Comitê (“Regimento”). O Regimento tem como objetivo estabelecer os princípios e as formas de atuação e funcionamento do Comitê, observado o disposto no Estatuto Social, no Acordo de Acionistas, na legislação em vigor, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das S.A.”), no Sistema de Governança e Sustentabilidade da Companhia e na regulamentação aplicável, em especial o Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão.

O Comitê de Auditoria da Neoenergia é composto por membros indicados pelos acionistas e aprovados pelo Conselho de Administração da Sociedade, tendo como membros:

Nome	CARGO
Cristiano Frederico Ruschmann	Presidente
Marina Freitas Gonçalves de Araújo Grossi	Membro titular
Maria Fernanda Furtado	Membro titular
Daniel Alcaín López	Membro titular
Márcio Antonio Chiumento	Membro titular
Mônica Grau Domene	Membro suplente
Denísio Augusto Liberato Delfino	Membro suplente
Gustavo Tudisco	Membro Secretário

COMENTÁRIOS DO PRESIDENTE DO COMITÊ DE AUDITORIA

A Neoenergia S.A possui uma estrutura de Governança Corporativa consolidada, na qual desde o ano 2005 se incluem os Comitês ligados diretamente ao Conselho de Administração e demais órgãos de governança da Companhia, cujo objetivo é suportar o Conselho de Administração no cumprimento de suas funções. A estrutura adotada demonstra a preocupação da Companhia com a ética, a transparência e as boas regras de governança exigidas pelo mercado.

Dentre os órgãos constantes dessa estrutura está o Comitê de Auditoria, ao qual cabe:

“Auxiliar o Conselho de Administração na supervisão (i) da integridade das demonstrações financeiras e controles internos da Companhia, (ii) da conformidade da Companhia com os requisitos legais e regulatórios, (iii) da independência e qualificações do auditor independente externo e da área de Auditoria Interna e Riscos da Companhia”. (Artigo 5º do Regimento do Comitê de Auditoria).

O Comitê vem realizando sua função com dedicação e responsabilidade, interagindo constantemente com a Alta Administração da Neoenergia e os demais órgãos de governança, no sentido de cumprir a sua missão, sempre no melhor interesse da Companhia.

A Memória de Atividades apresenta as atividades desenvolvidas pelo Comitê de Auditoria na condução deste processo, além das atividades específicas desenvolvidas durante o exercício social do ano de 2024.

Durante o ano de 2024, o Comitê de Auditoria analisou processos de negócio considerados estratégicos, com o objetivo de identificar aspectos de melhoria e garantir as suas implantações, assim como a eficácia do controle das informações técnicas, econômicas e financeiras enviadas para o mercado, garantindo a exatidão e transparências das mesmas.

O relacionamento entre o Comitê de Auditoria e os demais órgãos de governança, é essencial, considerando que o objetivo de melhoria dos processos e uma melhor transparência da gestão são comuns a todos. A sinergia possibilita o cumprimento das boas práticas de governança corporativa.

Gostaria de agradecer a confiança depositada pelo Conselho de Administração da Neoenergia ao Comitê de Auditoria e ressalto que para alcançar um adequado resultado em seus trabalhos, cumprindo assim com a sua missão e contribuindo para a excelência na gestão da Neoenergia, o Comitê conta com o apoio da Alta Administração e o trabalho realizado pela área de Auditoria Interna e Riscos da Companhia, cujas análises forneceram subsídios ao Comitê de Auditoria para cumprir a sua missão.

Cristiano Frederico Ruschmann

Presidente do Comitê de Auditoria da Neoenergia S.A

ATIVIDADES DO COMITÊ DE AUDITORIA

Reuniões Realizadas

Em suas reuniões, o Comitê de Auditoria trata assuntos relacionados ao Sistema de Controle Interno, à Governança Corporativa, Gestão de Riscos e às Informações Econômico-Financeiras do Grupo, cumprindo a função que lhe foi atribuída pelo Conselho de Administração da Neoenergia.

Em 2024 foram realizadas 11 reuniões, para tratar dos assuntos a seguir relacionados:

Data	Assuntos Tratados
05/02/24	<ul style="list-style-type: none"> (1) Demonstrações Financeiras e Resultados 2023; (2) Relatório da Auditoria Externa sobre os Resultados 2023; (3) Contratação da KPMG para reclassificação dos saldos da Norte Energia exercício 2021; (4) Honorários adicionais Deloitte; (5) Análise e Relatório sobre a informação econômico-financeira – exercício 2023; (6) Relatório e Informe sobre a independência do auditor independente; (7) Relatório sobre a informação não financeira – exercício 2023; (8) Memória anual das atividades do Comitê de Auditoria – exercício 2023; (9) Memória das Atividades da Auditoria 2023; (10) Acompanhamento das atividades 2023 da Auditoria Interna; (11) Aferição dos Objetivos 2023 – Diretoria Executiva; (12) Aferição dos Objetivos 2023 – Auditoria Interna; (13) Objetivos 2024 – Auditoria Interna; (14) Informação Não Financeira e Relatório Anual de Sustentabilidade 2023; (15) Relatório sobre o sistema de controle e gestão de riscos da companhia – exercício 2023; (16) Relatório sobre o grau de cumprimento da Política Fiscal Corporativa e os critérios fiscais aplicados – exercício 2023. (17) Atualização do Sistema de Governança e Sustentabilidade.
07/03/24	<ul style="list-style-type: none"> (1) Aferição dos Objetivos 2023 – Diretoria Executiva; (2) Aferição dos Objetivos de 2023 - Auditoria interna.
16/04/24	<ul style="list-style-type: none"> (1) Resultado do 1º trimestre de 2024; (2) Neoenergia Cosern – Aditivo contratual Deloitte; (3) Informe do Comitê de Auditoria sobre a informação econômico-financeira 1º trimestre de 2024; (4) Informações da Auditoria Interna relativas ao 1º trimestre de 2024; (5) Estrutura da Auditoria interna; (6) Relatório sobre o sistema de controle e gestão de riscos da companhia, relativo ao 1º trimestre de 2024; (7) Atualização do sistema de governança e sustentabilidade.
23/06/24	Resultado do 1º trimestre de 2024
23/05/24	<ul style="list-style-type: none"> (1) Processo de aprovação independência Deloitte Neoenergia e Controladas; (2) Atualização do Sistema de Governança e Sustentabilidade; (3) Status processo Neoenergia Brasília.

Data	Assuntos Tratados
15/07/24	(1) Resultados do 2º Trimestre de 2024; (2) <i>Follow up</i> das políticas corporativas; (3) Relatório do Comitê de Auditoria sobre as informações econômico-financeiras correspondente ao 2º trimestre de 2024; (4) Relatório do Comitê de Auditoria sobre Empresas de Propósito Específico (EPE); (5) Proposta sobre fluxo de aprovação para contratação de serviços do auditor independente; (6) Informações de Auditoria Interna relativas ao 2º trimestre de 2024; (7) Relatório sobre o sistema de controle e gestão de riscos da companhia, relativo ao 2º trimestre de 2024 (8) Status processo Neoenergia Brasília.
23/07/24	Resultado do 2º trimestre de 2024
13/09/24	(1) Indicação do Secretário do Comitê de Auditoria; (2) Neoenergia Dourados, Jalapão e Santa Luzia: Contratação de Auditoria Externa para antecipação de “completion” do BNDES; (3) Indicador de Eficiência do Ambiente de Controles 2024 - 1º semestre; e (4) Objetivos 2024 da Área de Riscos.
15/10/24	(1) Resultados do 3º trimestre de 2024; (2) Reorganização Societária; (3) Informe do Comitê de Auditoria sobre a informação econômico-financeira correspondente ao 3º trimestre de 2024; (4) Riscos – (i) Relatório 3º trimestre de 2024; (ii) Projeto Transformação – Gestão de Riscos; (5) Acompanhamento das Atividades de Auditoria do 3º trimestre de 2024.
22/10/24	Resultado do 3º trimestre de 2024
05/12/24	(1) Auditoria Interna e Riscos - Plano Anual 2025; (2) Proposta dos objetivos da Auditoria Interna e Riscos de 2025; (3) Orçamento exercício 2025; (4) Status processo Neoenergia Brasília; (5) Honorários adicionais da auditoria externa; (6) Auditoria Externa – Plano Anual 2025; (7) Atualização do sistema de Governança e Sustentabilidade; (8) Proposta Calendário 2025.

O comitê e o Conselho de Administração da Neoenergia

Como órgão interno do Conselho, o Comitê tem a obrigação de informar sobre o desenvolvimento de suas atividades e propor medidas de implantação oportuna, dentro do âmbito de suas funções.

Para atendimento a esta obrigação, durante o exercício de 2024 foram efetuadas apresentações pelo Comitê de Auditoria, nas reuniões do Conselho de Administração da Sociedade, que podem ser resumidas da seguinte forma:

- Avaliação dos Resultados Trimestrais da Companhia e pareceres do Auditor Externo.
- Apresentação para aprovação dos Planos de Trabalho e Orçamento de Auditoria Interna para o ano de 2025.

O Comitê e a Auditoria Interna da Neoenergia

A área de Auditoria Interna e Riscos do Grupo está vinculada hierarquicamente ao Conselho de Administração da Companhia e funcionalmente ao Comitê de Auditoria, possibilitando adequado grau de independência, estando sua missão e objetivos plenamente alinhados com os objetivos gerais do Comitê de Auditoria.

O Comitê de Auditoria é responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades desenvolvidas pela área de Auditoria Interna e Riscos, procurando determinar sua efetividade em relação aos critérios de desempenho, o que inclui:

- A abrangência do Plano Anual de Auditoria Interna e seu relacionamento com os objetivos estratégicos do Grupo;
- A entrega dos trabalhos de Auditoria Interna de acordo com o Plano;
- O cumprimento, pelas áreas auditadas, das ações acordadas nos relatórios da Auditoria Interna;
- A manutenção do fluxo necessário das informações juntamente com o responsável pela área de Auditoria Interna e Riscos, sempre no melhor interesse da Companhia.
- Avaliação do sistema de controle e gestão de riscos da Companhia.

Em 2024, a área de Auditoria Interna e Riscos da Neoenergia desempenhou diferentes funções relacionadas às atividades do Comitê:

- Supervisão da eficácia do Sistema de Controle Interno na Neoenergia, mediante a execução do Plano Anual de Trabalhos.
- O responsável pela área de Auditoria Interna e Riscos prestou contas ao Comitê de Auditoria da realização do Plano Anual de Trabalhos 2024, apresentando resumos das conclusões dos trabalhos desenvolvidos.
- Apresentação dos relatórios trimestrais sobre o sistema de controle e gestão de riscos das Companhia.
- Fornecimento de opinião independente em todas as análises realizadas a pedido do Comitê de Auditoria para o andamento de suas atividades e informes.
- Suporte permanente ao Comitê, servindo como interlocutor entre este e toda a Companhia.

O Comitê e a Auditoria Independente

O Comitê tem as seguintes funções relacionadas à Auditoria Independente:

- i. Propor ao Conselho de Administração as condições para contratação do Auditor Independente.
- ii. Assegurar a independência do Auditor, recebendo deste informações periódicas sobre qualquer atividade que possa colocar tal independência em risco.
- iii. Receber relatórios regulares sobre assuntos e atualizações na legislação contábil e de auditoria.
- iv. Receber anualmente do Auditor Independente a confirmação escrita de sua independência frente à Companhia, bem como informações sobre os serviços adicionais de qualquer classe prestados pelo Auditor Independente ou pelas pessoas ou entidades vinculadas a este, conforme regulamentação aplicável.
- v. Emitir anualmente, antes da emissão dos Relatórios de Auditoria, um relatório sobre a independência do Auditor Independente. Este relatório deverá tratar, em todos os casos, da prestação de serviços adicionais citada no parágrafo anterior.
- vi. Analisar, em conjunto com o Auditor Independente, as deficiências significativas do sistema de controle interno que possam ser detectadas e revisar o teor dos Relatórios de Auditoria antes de serem emitidos, evitando-se ressalvas depois de prontos e avaliar os resultados de cada auditoria, verificando a resposta da Diretoria Executiva da Companhia às suas recomendações.
- vii. Servir de canal de comunicação entre o Conselho de Administração e o Auditor Independente, de quem o Comitê irá receber informações regulares sobre o plano de auditoria e os resultados de sua execução.

Para cumprimento dessa função, o Comitê interage regularmente com o Auditor Externo, avaliando o cumprimento das recomendações constantes das Cartas de Controles Internos, assim como avalia o posicionamento deste ante aos aspectos identificados nas análises trimestrais.

Perspectivas para 2024

No modelo de Governança Corporativa, o Comitê de Auditoria é um elemento chave na função de controle e supervisão desempenhada pelo Conselho de Administração da Neoenergia.

Para desempenhar a sua função o Comitê de Auditoria tem previsto o desenvolvimento das seguintes atividades para o ano de 2025:

Auditor Independente

- Acompanhar as atividades desenvolvidas pelo Auditor Externo, mantendo um canal independente de comunicação com o Conselho de Administração;
- Levar ao conhecimento do Conselho de Administração os resultados das Auditorias Externas do exercício de 2025 da Neoenergia;
- Acompanhar a solução das não conformidades apresentadas nas Cartas de Controles Internos emitidas pelo Auditor Externo.

Informação Econômico-financeira

- Acompanhar os atos relevantes que se produzam no exercício de 2025 e das recomendações formuladas pelo Comitê de Auditoria em relação à elaboração da informação econômico-financeira.
- Revisar outros aspectos relacionados com a informação econômico-financeira.

Informação não financeira

- Informar ao comitê de sustentabilidade sobre o processo de elaboração e apresentação da informação não financeira, assim como sobre a clareza e integridade do seu conteúdo. Este relatório será emitido antes do relatório que será elaborado pelo comitê de sustentabilidade sobre a referida informação não financeira para aprovação pelo Conselho de Administração.

Governança Corporativa

- Analisar as reclamações contra a Sociedade;
- Revisar outras áreas de interesse para o Comitê de Auditoria em matéria de Governança Corporativa, Marco Regulatório, Código Ético, Normas Internas etc.

As atividades para o exercício de 2025 se ajustarão ao calendário de sessões aprovado pelo Comitê de Auditoria, o qual visa atender às atividades previstas e a qualquer outra iniciativa do Comitê cuja necessidade possa vir a se manifestar durante o exercício.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2025.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Diretor Presidente e os demais Diretores da NEOENERGIA S.A. (“Companhia”), sociedade por ações, de capital aberto, com sede na Praia do Flamengo, 78 – 3º Andar, Flamengo, Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.083.200/0001-18, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 27 da Instrução CVM nº 80, de 30 de março de 2022, declaram que:

- (I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da Deloitte relativamente às demonstrações financeiras da Companhia alusivas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025; e
- (II) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2025.

Eduardo Capelastegui
Diretor Presidente

Solange Ribeiro
Diretora Vice-Presidente de Regulação, Institucional e Sustentabilidade

Leonardo Gadelha
Diretor Executivo de Finanças e de Relações com Investidores

Juliano Pansanato de Souza
Diretor Executivo de Controle Patrimonial e Planejamento

Carlos Choqueta
Diretor Executivo de Desenvolvimento

Fulvio Machado
Diretor Executivo Negócio Redes

Giancarlo Vassão de Souza
Diretor Executivo de Operações

Hugo Renato Anacleto Nunes
Diretor Executivo Negócio Liberalizados

Lara Piau
Diretora Executiva Jurídica

Laura Porto
Diretora Executiva Negócio Renováveis

PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL

A Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 10.303/2001 determina em seu artigo 196 que “*a assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado. Parágrafo 1º – O orçamento, submetido pelos órgãos da administração com a justificação da retenção de lucros proposta, deverá compreender todas as fontes de recursos e aplicações de capital, fixo ou circulante, e poderá ter a duração de até cinco exercícios, salvo no caso de execução, por prazo maior, de projeto de investimento. Parágrafo 2º – O orçamento poderá ser aprovado na assembleia geral que deliberar sobre o balanço do exercício e revisado, anualmente, quando tiver duração superior a um exercício social.*”

A Companhia propõe destinar o valor de R\$ 3.045 milhões para a Reserva de retenção de lucros referente ao exercício de 2023, com finalidade de dar continuidade aos investimentos em curso.

Em conformidade com o artigo 25 (IV) da Instrução CVM 80/2022, demonstramos a seguir a proposta de Orçamento de Capital da Neoenergia S.A., bem como as fontes de recursos para o exercício de 2024.

ORÇAMENTO DE CAPITAL		2024
APLICAÇÕES DE RECURSOS		
REDES		9.106
Distribuição		4.578
Transmissão		4.528
RENOVÁVEIS		232
LIBERALIZADO		188
HOLDING		12
TOTAL		9.538

FONTE DE RECURSOS	
Retenção de lucros	3.045
Geração de caixa e recursos de terceiros líquidos	6.493
TOTAL	9.538